



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de História**

**POR UM LUGAR AO “SOL NASCENTE”:
DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O JAPONÊS
COMO IMIGRANTE INDESEJÁVEL NO BRASIL
(1908-1945)
UM TEMA PARA DISCUTIR DISCRIMINAÇÃO E
XENOFOBIA EM SALA DE AULA**

ALESSANDRO PAZ FERREIRA

Dezembro

2016

**POR UM LUGAR AO “SOL NASCENTE”:
DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O JAPONÊS
COMO IMIGRANTE INDESEJÁVEL NO BRASIL
(1908-1945)
UM TEMA PARA DISCUTIR DISCRIMINAÇÃO E
XENOFOBIA EM SALA DE AULA**

ALESSANDRO PAZ FERREIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Vale Castro

RIO DE JANEIRO

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Aprovada por:

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro – Orientador

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro – UFRJ

Prof.^a Dr.^a Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley – UERJ

CIP - Catalogação na Publicação

F383u Ferreira, Alessandro Paz
 Por um lugar ao "Sol Nascente": discursos e
 representações sobre o japonês como imigrante
 indesejável (1908-1945) - um tema para discutir
 discriminação e xenofobia em sala de aula /
 Alessandro Paz Ferreira. -- Rio de Janeiro, 2016.
 283 f.

 Orientador: Fernando Luiz Vale Castro.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
 do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa
 de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

 1. Ensino de História. 2. Currículo e cultura
 escolar. 3. Imigração japonesa. 4. Xenofobia -
 racismo. 5. Material pedagógico. I. Castro,
 Fernando Luiz Vale, orient. II. Título.

RESUMO

O presente trabalho visa a tecer um diálogo entre pesquisa acadêmica e reflexões didático-pedagógicas, pensando as especificidades do espaço escolar e do ensino de História, assim como propondo a abordagem de um tema em sala de aula para fins de combater práticas de intolerância. O caminho percorrido ao longo de sua leitura fornece um amplo panorama sobre o tema da imigração japonesa no Brasil – focando suas primeiras décadas – e sobre as manifestações de preconceito dirigidas por boa parte das elites intelectual e política do país a essa categoria de imigrantes, o que gerou, à época, a construção da imagem do “perigo amarelo” e uma série de representações racistas quanto ao elemento nipônico no Brasil. Preconceito este tornado muito mais grave no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cujo final demarca os limites de nossa abordagem. O objetivo fundamental deste trabalho é discutir cultura escolar e currículo, incluindo seu papel como produto e produtor social de cultura, com a finalidade de fomentar o olhar e o pensamento críticos a discursos de intolerância e discriminação, culminando com propostas de atividades a serem aplicadas em sala de aula para incentivar o trabalho de pesquisa com fontes e o questionamento sobre toda sorte de preconceito, notadamente a xenofobia e a resistência ao bom convívio com a diversidade. Pensando o ensino de História, o papel de seus conteúdos e os objetivos do conhecimento produzido no espaço escolar, a partir do tema sugerido, esperamos oferecer uma promissora proposta que contribua para a desconstrução do já tão combatido discurso da “democracia racial” e para a valorização do respeito à diversidade, uma demanda a que urge a contemporaneidade.

Palavras-chave: ensino de História, cultura escolar, currículo, imigração japonesa, xenofobia.

ABSTRACT

POR UM LUGAR AO “SOL NASCENTE”: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O JAPONÊS COMO IMIGRANTE INDESEJÁVEL NO BRASIL (1908-1945) UM TEMA PARA DISCUTIR DISCRIMINAÇÃO E XENOFOBIA EM SALA DE AULA

Alessandro Paz Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

The present work aims at creating a dialogue between academic research and didactic-pedagogical reflections, thinking about the specificities of the school space and the teaching of History, as well as proposing the approach of a theme in the classroom for the purpose of combating practices of intolerance. The path taken during his reading provides a broad panorama on the subject of Japanese immigration in Brazil - focusing on his first decades - and on the manifestations of prejudice directed by many of the country's intellectual and political elites to this category of immigrants, which generated, at the time, the construction of the image of the "yellow peril" and a series of racist representations regarding the Japanese element in Brazil. A prejudice that became much more serious in the context of World War II (1939-1945), whose end demarcates the limits of our approach. The main objective of this work is to discuss school culture and curriculum, including its role as a product and a social producer of culture, with the purpose of fostering the critical look and thinking of discourses of intolerance and discrimination, culminating in proposals for activities to be Applied in the classroom to encourage the research work with sources and the questioning of all sorts of prejudice, especially xenophobia and resistance to good living with diversity. Thinking about the teaching of history, the role of its contents and the objectives of the knowledge produced in the school space, from the suggested theme, we hope to offer a promising proposal that contributes to the deconstruction of the already so fought discourse of "racial democracy" and to the respect for diversity, an urgent demand for contemporaneity.

Key words: teaching of History, school culture, curriculum, Japanese immigration, xenophobia

Rio de Janeiro

2016

Agradecimentos

Preciso agradecer, primeiramente, a Deus por me manter perseverante, principalmente nos momentos em que o cansaço e o desânimo pareciam estar prestes a sobrepujar minha determinação para concluir essa longa caminhada, tão árdua quanto recompensadora em termos de crescimento intelectual e pessoal.

À minha mãe, dona Dinalva, que em nenhum momento deixou de acreditar em mim e que dividiu boa parte das angústias e temores por mim vivenciados, suportando meus incontáveis momentos de humor instável. Jamais haverá pessoa mais digna de agradecimento por contribuir para a superação de cada um dos obstáculos enfrentados nessa marcante jornada.

À Priscila Menezes, pelo companheirismo e paciência, tanto em questões cotidianas quanto para ler os avanços do meu trabalho, ao longo de sua elaboração, e sempre se dispor a tecer comentários edificantes.

Aos amigos e às amigas – verdadeiros pilares nas horas em que parecemos não ter mais forças – que acreditaram na minha capacidade para concluir tal empresa e compreenderam as inúmeras situações em que não pude me fazer presente quando ocasiões propícias para nos reunirmos surgiram e eu me vi oprimido pelo tempo, que sempre urgia devido a alguma demanda acadêmica.

Aos companheiros nessa longa caminhada acadêmica, com os quais dividi muitas das alegrias e angústias inerentes a todo esse processo de amadurecimento e que, ao longo dessa sementeira, tornaram-se amigos que ficarão para toda a vida, para além dos muros da academia, frutos colhidos com muita alegria e gratidão.

A meu orientador, Prof. Fernando Luiz Vale Castro, por toda paciência e todo incentivo em momentos de grande aflição e incerteza pelos quais passei.

Aos professores e às professoras que nos acompanharam ao longo desses dois anos, enriquecendo nossas experiências e estimulando a todos e todas em mais esse capítulo de nossas vidas profissionais.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
1. CULTURA ESCOLAR E CURRÍCULO EM TEMPOS DE PRESENTISMO	15
1.1. Ensino de História e seleção cultural	15
1.2. Para além de uma “transposição didática” dos conteúdos: a cultura escolar	22
1.3. Pensando o Currículo: produto e produtor de cultura	25
1.4. Propostas de abordagens curriculares para a imigração japonesa como tema.....	34
1.5. História oficial, História escolar e memória.....	41
CAPÍTULO II	48
2. A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	48
2.1. O Brasil, o Café e a Questão Imigratória	48
2.2. O Japão da Era Meiji e a Segunda Fase da Revolução Industrial	55
2.3. O Início da Imigração Japonesa no Brasil.....	61
2.3.1. Os Imigrantes Pioneiros	64
2.3.2. As Companhias Japonesas de Emigração e as Primeiras Grandes Colônias	66
2.3.3. A Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro – Um Breve Panorama	73
CAPÍTULO III	78
3. O JAPONÊS COMO IMIGRANTE INDESEJÁVEL	78
3.1. As Primeiras Resistências à Imigração Japonesa no Brasil	78
3.2. O “Perigo Amarelo” no Primeiro Governo Vargas (1930-1945).....	83
3.3. Japoneses e Nikkeis durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).....	96
CAPÍTULO IV	113
4. ATIVIDADES COM DOCUMENTOS/FONTES	113
4.1. Introdução: fontes históricas em sala de aula e as propostas dos PCNs.....	113
4.2. Propostas de Atividades	118
4.2.1. Proposta 1.....	118
4.2.2. Proposta 2.....	138
4.2.3. Proposta 3.....	164
4.2.4. Proposta 4.....	190
4.2.5. Proposta 5.....	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243
ENTREVISTAS	259

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Congresso Agrícola. <i>Revista Ilustrada</i>	130
IMAGEM 2 – Sem título. <i>Revista Ilustrada</i>	132
IMAGEM 3 – Colonização Chinesa. <i>Revista Ilustrada</i>	134
IMAGEM 4 – Imigração Japonesa. <i>O Malho</i>	150
IMAGEM 5 – “Japs Keep Moveing...” <i>Smithsonian</i>	160
IMAGEM 6 – Salvo-conduto. <i>Historiaial</i>	200
IMAGEM 7 – Por Detraz da Máscara Amarela. <i>Diário Carioca</i>	209
IMAGEM 8 – Em Pearl Harbour... <i>Diário Carioca</i>	217
IMAGEM 9 – Os Quinta-Colunistas Súditos do Eixo. <i>Diário Carioca</i>	219
IMAGEM 10 – Open Your Yap... <i>Pinterest</i>	219
IMAGEM 11 – O Sósia do Tojo. <i>Careta</i>	220
IMAGEM 12 – Não Adianta. <i>Careta</i>	221
IMAGEM 13 – Waiting for the Signal from Home... <i>University of Notre Dame</i>	222
IMAGEM 14 – Let’s Help Slap the Jap... <i>Reedit.imgur.com</i>	222
IMAGEM 15 – Instructions to All... <i>History</i>	223
IMAGEM 16 – Esperando ônibus para evacuação... <i>National Archives Catalog</i>	223
IMAGEM 17 – Meu Único Crime é Minha Face. <i>Liberty The Magazine of Free People</i>	223
IMAGEM 18 – Mapa. <i>Encyclopaedia Britannica</i>	224
IMAGEM 19 – Família Mochida... <i>Encyclopaedia Britannica</i>	224
IMAGEM 20 – Remoção de nipo-americanos... <i>Encyclopaedia Britannica</i>	224
IMAGEM 21 – Tempestade de neve... <i>The Washington Post</i>	225
IMAGEM 22 – Um ônibus deixando Manzanar... <i>The Washington Post</i>	225
IMAGEM 23 – Os chefes de família japoneses... <i>National Archives Catalog</i>	225
IMAGEM 24 – Tempestade de neve... <i>The Washington Post</i>	225

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BND/HD – Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital

BRATAC – Brazil Takushoku Kumiai (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda)

CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia

CIC – Conselho de Imigração e Colonização

CM-SMECI – Centro de Memória - Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí

DEOPS/RJ – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro

DESPS – Delegacia Especializada de Segurança Política e Social

FBN/RJ – Fundação Biblioteca Nacional

K.K.K.K. – Kaigai Kôgyô Kabushiki Kaisha (Companhia de Desenvolvimento Exterior)

MEC – Ministério da Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho propõe apresentar pesquisa acadêmica sobre um tema pouco abordado nos currículos escolares, livros didáticos e salas de aula, a fim de lhe atribuir aplicabilidade não só como saber cientificamente construído, baseado em densa historiografia e fontes, como também em termos didáticos e pedagógicos. O tema que será o corpo a partir do qual serão propostas discussões voltadas para o ensino de história e seus objetivos consiste na imigração japonesa no Brasil e as questões étnico-raciais envolvidas em seu processo, com a perspectiva de sua potencialidade como tema fomentador de ricas reflexões sobre intolerância, discriminação e preconceito manifestados na sociedade brasileira ao longo de sua história. Tendo como norte a prática de ensino e sua demanda por reflexão teórica como meio de lhe proporcionar densidade, será apresentada uma discussão sobre currículo escolar como produção social e sobre as peculiaridades dos saberes produzidos no espaço escolar.

Em geral, construiu-se uma visão idílica de um país sempre aberto à recepção de estrangeiros das mais variadas origens, sendo os mesmos representados como braços somados aos nacionais como construtores de um Brasil miscigenado e aberto à diversidade. Essa perspectiva manteve-se presente por muito tempo como reflexo do discurso da “democracia racial”, fruto dos anos 1930, mesmo período em que os debates sobre as categorias de imigrantes tidas como desejáveis ou não para a fusão com a população brasileira se tornavam mais acirrados.

O recorte temporal aqui proposto visa a lançar luz sobre os discursos antinipônicos presentes ao longo das primeiras quatro décadas desse fluxo imigratório, contemplando o período que vai do marco inicial da imigração japonesa no Brasil (1908) até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945). Desse modo, o objetivo pretendido é demonstrar como mesmo antes das tensões que marcaram a década de 1930 – quando o expansionismo imperial japonês se apresentou como mais um ingrediente desestabilizador das conturbadas relações internacionais da época – uma série de representações negativas sobre o povo japonês já circulava no Brasil, principalmente nas esferas políticas e intelectuais do país, baseada, fundamentalmente, em adaptações locais das teorias raciais produzidas no exterior desde o século anterior. Representações essas que, na conjuntura da década de 1930 e, em seguida, na da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ganharam ainda mais força e materialidade em medidas adotadas pelo Estado em diferentes regiões do país. Nesse sentido, tais medidas estavam tanto relacionadas à tensão resultante do contexto do conflito mundial quanto

fundamentadas em debates de longa data, nos quais defendia-se a ideia de inferioridade da “raça amarela” e apontava-se a suposta ameaça representada pela entrada e permanência dessa população no seio da nação brasileira, ora por sua “inassimilabilidade” e tendência ao “enquistamento”, ora por sua característica de “raça indesejável”.

Os debates sobre as consequências de uma mestiçagem entre brasileiros e indivíduos de origem asiática foram frequentes nos círculos intelectuais e políticos brasileiros desde a segunda metade do século XIX. A necessidade de mais braços para a lavoura cafeeira do Brasil daquele período se deu paralelamente ao desenvolvimento de diversas correntes de pensamento fortemente influenciadas pelo cientificismo então reinante na Europa, como o evolucionismo e o darwinismo social “*spenceriano*”, por exemplo. Com isso, não apenas um grande número de europeus aportava no Brasil naquele momento, a fim de suprir uma demanda crescente de mão de obra, como também várias teorias e conceitos relativos aos fenômenos naturais e sociais, levantando-se uma série de questões sobre a problemática da formação de uma *civilização* brasileira baseada num corpo social já mestiço em sua gênese. Em artigo intitulado *Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização*, a autora Giralda Seyferth afirma que:

[...] até a Primeira Guerra Mundial, estavam em evidência as teses darwinistas sociais e o mito ariano (principalmente na forma inventada por Gobineau, Chamberlain e Lapouge), e a mestiçagem aparece como elemento negativo em todas elas. Mas os cientistas brasileiros encontraram meios para contornar a visão negativa seguida pelo racismo para a mistura de raças ora classificadas como inferiores, ora como atrasadas: inventaram a tese do branqueamento e os mestiços “superiores”.¹

As teorias que defendiam a desigualdade entre as “raças” humanas influenciaram diretamente na opção por uma imigração predominantemente branca e europeia durante a segunda metade do século XIX. Afirma-se, então, que somente com essa categoria de imigrantes poder-se-ia esperar a superação do atraso nacional, por meio do processo de branqueamento. (“[...] agricultura moderna era coisa para civilizados brancos.”²) Logo, a admissão de trabalhadores de origem asiática, de raça amarela, era vista por muitos como uma ameaça à construção de um Brasil condizente com os ideais de progresso vigentes naquele universo intelectual, político e científico, fortemente moldado pelo pensamento positivista trazido da Europa oitocentista.

¹SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 48.

²Ibidem, p. 47.

A primeira metade do século XX conheceu não só a manutenção de uma série de discursos baseados na questão da inferioridade da raça amarela – assim como da negra – e de sua característica como “raça indesejável” para a formação da sociedade que se almejava para o Brasil, como ganhou reforço baseado nas propostas das teorias eugênicas, bem aceitas em setores significativos da “*intelligentsia*” brasileira. A década de 1930, período de consolidação do regime varguista, foi marcada por debates semelhantes e, de certa forma, até mesmo mais enfáticos quanto ao perigo representado pela presença de um grande contingente de japoneses dentro do território nacional.

Em 1933/34, por exemplo, foi criada uma comissão para elaborar a redação de uma nova Constituição para o Brasil e para modificar a legislação imigratória então vigente. A comissão foi presidida por José Francisco de Oliveira Vianna, autor da obra *Raça e Assimilação* (1932), que defendia a impossibilidade de os japoneses se assimilarem à sociedade brasileira. Ao comentar a obra *Temperament and Race* (1926), de *S. D. Porteus* e *M. E. Babcock*, sobre a psicologia diferencial das raças presentes no Havaí da década de 1920, Oliveira Vianna não questiona as conclusões dos dois autores sobre os japoneses, afirmando que estes não seriam inferiores aos indo-europeus como raça, mas enfatiza o que considerava um fato: a incapacidade dos japoneses se deixarem assimilar. Segundo Vianna:

Para nós o problema da assimilação do imigrante japonês é infinitamente mais difícil de resolver do que o dos imigrantes das outras raças aqui afluentes – e isto, não pela sua inferioridade, que fica patente não existir, mas pela sua incapacidade de se deixar absorver pela massa nacional. [...] O japonês é como o enxofre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema imigratório, aqui como em qualquer outro ponto do globo.³

Já Artur Neiva, outro deputado que atuou na modificação da legislação sobre imigração em 1934, e que se tornaria integrante do Conselho de Imigração e Colonização a partir de 1938, apontaria como problema não só a dificuldade de assimilação dos japoneses, mas também suas características físicas indesejáveis. “Além do aspecto político das colônias japonesas, Artur Neiva criticava a estética dos japoneses, pois ninguém o convencia de que o povo japonês fosse formado por 'Adonis ou Dianas caçadoras’”.⁴

O esforço de boa parte da elite política e intelectual brasileira para construir uma imagem estereotipada dos japoneses, como inassimiláveis e incapazes de se integrar satisfatoriamente à sociedade brasileira, revela que as restrições impostas à comunidade

³VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e Assimilação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1932, p. 154-155.

⁴TAKEUCHI, Márcia Yumi. *Japoneses – a Saga do Povo do Sol Nascente*. São Paulo: Lazuli, 2007, p. 51.

japonesa pelo Estado Novo (1937-1945) durante a Segunda Guerra Mundial foram apenas uma etapa mais radical de um processo de estranhamento baseado, antes da deflagração do conflito, mais em ideologia do que na realidade concreta. Como resultado de todo um universo moldado pela lógica da desconfiança, os japoneses se tornariam o “*perigo amarelo*”, uma ameaça à ordem interna do país, tendo sido, então, alvo de toda uma série de medidas restritivas ao exercício de seus direitos civis. Assim, as manobras políticas e as anexações territoriais promovidas pelos países do Eixo, tanto na Europa como na Ásia, reforçaram uma tendência que já vinha sendo sentida na sociedade brasileira há tempos: a crítica a um dos chamados “povos indesejáveis”. Num momento em que se trabalhava a construção de uma identidade nacional que cimentasse a unidade do país e em que se discutia a influência das populações imigrantes na “qualidade da raça” que se desejava para o Brasil, os indivíduos oriundos dos países que naquele momento tumultuavam o ordenamento europeu e asiático não escapariam a restrições impostas pelo Estado brasileiro. Tais restrições se dariam não só em relação à entrada de novos contingentes vindos desses países como também no que tange à situação daqueles já estabelecidos no Brasil. Todavia, a situação dos japoneses se diferenciava daquela vivida pelos imigrantes de origem europeia desde sua chegada ao Brasil, visto que sua fácil distinção física e cultural os tornava alvo de um certo estranhamento, tanto por parte de brasileiros natos quanto de imigrantes europeus, mais facilmente integrados à população brasileira em geral. São essas questões que serão abordadas ao longo desse trabalho.

No capítulo I, será empreendido um diálogo entre o tema proposto e uma reflexão teórica sobre ensino de História, pensando currículo escolar, sua importância como produto social e na prática de ensino, a construção social da identidade e da diferença, a fim de se abordar a questão da alteridade, entre outros aspectos didático-pedagógicos relacionados ao espaço escolar. Nos capítulos II e III, será abordado o tema da imigração japonesa, contemplando um amplo panorama do seu processo e as várias representações sobre os japoneses construídas nos meios políticos, científicos e intelectuais, assim como na imprensa e na legislação, ao longo do período pesquisado. O capítulo IV apresentará propostas de atividades com fontes históricas, elaboradas para fomentar o trabalho discente na construção de conhecimento a partir de fontes de naturezas variadas, como charges, matérias de imprensa, documentos oficiais, audiovisuais etc. A partir do tema proposto, pretende-se pensar questões contemporâneas relacionadas a migrações, alteridade, estranhamento, xenofobia, entre outras. Além disso, a partir de um tema específico, propõe-se pensar a história do Brasil ao longo da trajetória histórica dessa categoria imigrante e as diferentes conjunturas por ela vivenciada na primeira metade do século XX.

CAPÍTULO I

1. CULTURA ESCOLAR E CURRÍCULO EM TEMPOS DE PRESENTISMO

1.1. Ensino de História e seleção cultural

A área da educação e, particularmente, a disciplina de História vêm recebendo cada vez mais atenção de estudiosos e, com isso, obtendo inestimáveis contribuições para uma constante reflexão sobre o trabalho docente, com especial atenção para o campo da teorização do ensino de História e a singularidade dos objetivos e métodos da disciplina em sala de aula. As peculiaridades do espaço escolar, assim como das relações interpessoais nele travadas e dos saberes nele construídos, ensejam uma série de reflexões sobre a prática de ensino e, neste caso, sobre as especificidades do ensino de História que levam os profissionais da área a repensar a prática docente e reajustar seus mapas de viagem ao tecerem a teia do conhecimento com significativa frequência, tendo em vista os desafios que se apresentam no cotidiano da sala de aula e os suscitados pela própria realidade social nesses tempos de transformações cada vez mais aceleradas. Obviamente, não é exclusividade dos tempos atuais a ocorrência de mudanças notáveis pelos seus contemporâneos. Todavia, a percepção de que estas são experimentadas de forma mais clara e consciente com o passar das águas do rio do tempo no mundo atual é algo notável, pois a aceleração desse ritmo e a obsolescência em que caem determinados modos de fazer e de sentir no mundo se apresentam como verdadeiras marcas dos nossos dias. Dessa forma, em consonância com Jean-Claude Forquin, podemos afirmar que vivenciamos um mundo em que o cenário em que atuamos se transforma radicalmente diante de nossos olhos, diferindo brutalmente da realidade vivida pelas gerações de séculos anteriores, cujo norte poderia ser pautado pela tradição.

O homem da tradição é um “transeunte”, cuja vida se escoia, vulnerável, em meio a uma paisagem imutável, na qual reside toda sabedoria. Com a irrupção da “modernidade”, é a paisagem, ao contrário, que se transforma e se desfaz diante de nós numa rapidez sempre crescente. [...] para aquele que, aqui e agora, realiza a experiência da transformação do mundo, o que conta é o próprio fato da mudança, esta aceleração, esta dinâmica de extravasamento, de esgotamento e de impaciência que parece tornar a adaptação cada dia mais improvável e a memória cultural cada dia mais saturada.⁵

⁵ FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: As Bases Sociais e Epistemológicas do Conhecimento Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, pp. 18-19.

Diante de questões de tal complexidade, entre os grandes desafios da escola, da elaboração dos currículos e dos diálogos geracionais travados no espaço da sala de aula – onde jovens cada vez mais parecem quase naturalizar esse mundo em que a ancoragem em qualquer traço do passado parece inexistir – está o de ajustar-se a esses novos tempos de encurtamento de distâncias, aceleração de mudanças, multiplicidade de identidades e diferenças, entre outros aspectos inerentes ao mundo globalizado.

O modo como as sociedades encaram o tempo tem se tornado tema frequente em discussões levantadas pela História e pelas Ciências Sociais em geral nas últimas décadas. Buscando compreender as formas de articulação entre passado, presente e futuro ao longo do tempo, vários autores vêm se debruçando sobre o tema, revelando interpretações no mínimo interessantes a respeito do olhar humano sobre si mesmo no tempo. Um exemplo dessa preocupação encontra-se em “Regimes de Historicidade – Presentismo e Experiências do Tempo”, de François Hartog, obra em que o autor traça um panorama de diferentes formas de encarar e se relacionar com o tempo e apresenta, com foco restrito ao Ocidente, uma possível nova forma de representar o tempo: o “presentismo”. Hartog mergulha no oceano da história para mostrar que, ao longo dos séculos – da Antiguidade às décadas recentes – a visão dos indivíduos diante da história e do tempo foi se reconfigurando de acordo com os processos de transformação ocorridos nas sociedades. Destarte, ele procura analisar tanto a historicidade inerente a essa relação com o tempo quanto as formas de representar tal relação, construídas como instrumentos intelectuais pelos historiadores: os regimes de historicidade. Sobre o termo “historicidade”, Hartog afirma:

[...] o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo. É legítimo, observarão, falar de historicidade antes da formação do conceito moderno de história, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX? Sim, se por “historicidade” se entender esta experiência primeira de *estrangement*, de distância de si para si mesmo que, justamente, as categorias de passado, presente e futuro permitem apreender e dizer, ordenando-a e dando-lhe sentido.⁶

Assim, o que o autor chama de “regimes de historicidade” são aparatos instrumentais que permitem conceber diferentes formas de representar e se relacionar com o tempo, sugerindo, inclusive, o presentismo como uma hipótese para tentar compreender essa relação no mundo globalizado, caracterizado por um imediatismo voraz e um presente que se nega a passar. Em sua análise, ele identifica dois grandes regimes de historicidade: um que iria da

⁶ HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 12.

Antiguidade até o marco da Revolução Francesa (1789), ordenado pela *Historia Magistra Vitae* (história mestra da vida); e outro, o regime moderno de historicidade, que vigoraria de 1789 em diante, conhecendo certa crise em 1989, momento de grandes baques históricos como a Queda do Muro de Berlim, a desagregação do bloco socialista soviético (concluída em 1991), entre outros.

Como “história mestra da vida”, expressão de autoria do orador e político romano Cícero, entende-se uma história que proporciona lições, ensinando por meio de exemplos do passado que dariam o tom do próprio presente, tendo em vista, também, a percepção de que a história pode se repetir. É uma visão de história cíclica, que se desenrola numa espiral, ou mesmo circular, destinada a manter-se fechada em si mesma. Nesse sentido, o futuro é apenas aguardado e o presente, além de poder se repetir, jamais excede o passado.

Já no regime moderno de historicidade, de acordo com Hartog, o presente excede totalmente o passado, a história não se repete e o futuro apresenta-se como algo a ser construído, inclusive por meio de perspectivas extraordinárias como as das chamadas grandes utopias dos séculos XIX e XX. Nesse regime, ocorreria o que Reinhart Koselleck vê como um afastamento entre “campo de experiências” e “horizonte de expectativas”, constituindo-se um intervalo de entrecruzamento que consistiria no tempo histórico. Deve-se ressaltar que o recorte apontado por Hartog para determinar o regime moderno de historicidade não se mostra uma fronteira rigorosamente definida, podendo haver sobreposições ao longo da consolidação de um regime de historicidade para outro. Nesse sentido:

Passar finalmente de um regime a outro comporta períodos de sobreposição. Produzem-se interferências, muitas vezes trágicas. A Revolução [Francesa] foi um desses momentos. Colocado entre Volney e Tocqueville, Chateaubriand nos guiou, ele que não deixou de observar e de ser o intérprete desses tempos de entremeio e de si mesmo capturado e constituído por esse entremeio.⁷

O mesmo ocorre com o corte de 1989, que ele indica para que se compreenda um momento de crise, mas não de fim repentino de um regime de historicidade, muito menos de um suposto fim da história, como sugerido por Francis Fukuyama. Ele entende determinados momentos de crise ao longo de um regime de historicidade, como, por exemplo, o processo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ou mesmo a Queda do Muro de Berlim (1989), como o que Hannah Arendt chama de brechas ou fendas no tempo, ou seja, “intervalos totalmente determinados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda”.⁸

⁷ Ibidem, p. 140.

⁸ Ibidem, p. 138

Quanto ao que Hartog conceitua como presentismo, temos a noção de um presente estendido, que se perpetua – como dito anteriormente – e deixa como horizonte apenas um futuro completamente incerto. É uma experiência do tempo típica do mundo globalizado e em processo de constante aceleração, seja das formas de deslocamento de capitais, indivíduos e mercadorias, seja dos meios de comunicação e troca de informações, além do próprio consumo. Um mundo da satisfação, assim como da obsolescência, quase imediata.

Ao traçar um panorama do século XX, mesclando memória pessoal e investigação histórica, Eric Hobsbawm já demonstrava preocupação com essa aparente perda de laços com o passado apresentada pelas jovens gerações contemporâneas à escrita de sua ambiciosa obra “A Era dos Extremos”. Segundo esse autor:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.⁹

Em parte, essa é uma questão posta, no momento atual, como imprescindível para a reflexão docente sobre o papel do ensino de História e todos os fatores intrínsecos ao trabalho realizado com alunos e alunas da educação básica em meio a esse complexo cenário. Embora toda generalização seja questionável, concordo com a perspectiva que aponta uma tendência cada vez mais inclinada a uma supervalorização do presente, o que demanda um esforço de fôlego para os profissionais da área no que se refere a conteúdos selecionados e objetivos traçados, além da problematização de uma série de questões de caráter didático-pedagógico. Árduo é o caminho em busca de um currículo – ou de currículos – para a disciplina de História que contribua para a valorização das experiências do homem no tempo, da herança duramente legada por homens e mulheres, ao longo de inúmeras gerações, à contemporaneidade. Uma herança constituída não só de respostas para uma infinidade de questões, mas, também, e especialmente, de perguntas que nos forcem a um eterno caminhar à procura de soluções para um conjunto de inquietações, acentuando o que nos distingue em termos de humanidade.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar tais questões ou dar respostas definitivas para os problemas levantados. Sua proposta mantém foco preferencial na viagem e no constante questionamento que a paisagem contemplada deverá inspirar, e menos num suposto

⁹ HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

destino final, suscitando reflexões que possam ajudar na prática docente e na aplicação de temáticas que fomentem em alunos e alunas o indagar o mundo e a construção do social nesses tempos de notável fluidez. O tema histórico aqui apresentado – o qual propomos abordar em sala de aula com análise de fontes a ser empreendida pelo alunado – visa a estimular o debate sobre diversidade/multiplicidade cultural e étnica, assim como sobre princípios de tolerância e aversão a todo tipo de discriminação e preconceito, buscando suscitar a reflexão sobre a construção de identidades e diferenças, assim como sobre a necessidade de empatia em relação ao “outro”. Além disso, ao optar por um tema raramente abordado ou, mais comumente, negligenciado em livros didáticos e programas curriculares voltados para o Ensino Fundamental, pretendo levantar uma discussão tanto sobre a natureza do currículo, pensando o ensino de História, quanto sobre a natureza dos saberes singulares produzidos no espaço escolar. Cabe questionar quais fatores determinam o que a escola busca preservar daquilo que é construído no interior de determinado arcabouço cultural, considerando-se o que passa a elencar o conjunto de conteúdos e objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem. De fato, o próprio docente, no ato de ensinar, adota uma seleção que não necessariamente precisa pautar-se pela exclusão direta de conteúdos programáticos, podendo, entretanto, optar por atribuir maior ou menor relevância a esses ou aqueles elementos problematizadores/mobilizadores relacionados aos temas abordados. Nesse sentido:

[...] ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a seus próprios olhos. [...] É por isso que todo questionamento ou toda crítica envolvendo a verdadeira natureza dos conteúdos ensinados, sua pertinência, sua consistência, sua utilidade, seu interesse, seu valor educativo e cultural, constitui para os professores um motivo privilegiado de inquieta reação ou de dolorosa consciência.¹⁰

Embora a perspectiva deste trabalho não tome o currículo como tendo um caráter prescritivo, conforme as abordagens mais tradicionais, ela considera a relação entre conteúdos, especificidades epistemológicas da disciplina de História e caráter de seleção e adaptação de conhecimentos inerente à cultura escolar algo relevante dentro da abordagem deste trabalho. Para Forquin, existe uma cultura escolar construída de forma particular, marcada por uma seleção cultural que determina o que deve ou não ser ensinado, o que deve ou não ser preservado, de um conjunto mais amplo de conhecimentos. Nesse processo,

¹⁰ FORQUIN, Jean-Claude, op. cit., 1993, p. 9.

dialogam e interagem diferentes elementos, numa teia de relações complexas caracterizadas por demandas e interesses os mais variados. Segundo esse autor:

A escola não é apenas, com efeito, um local onde circulam fluxos humanos, onde se investem e se gerem riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder; ela é também um local – o local por excelência nas sociedades modernas – de gestão e de transmissão de saberes e símbolos.¹¹

É nesse espaço de “transmissão de saberes e símbolos” que ocorre a construção de um saber próprio que transcende a simples adaptação do conhecimento científico produzido na academia, haja vista que, embora aquele saber não prescindia deste último em sua composição, o saber escolar conta com elementos outros que lhe atribuem particularidades de conteúdo e de função. Entretanto, como mencionado anteriormente, em virtude de uma série de imperativos didáticos – e mesmo devido a opções sociopolíticas –, empreende-se uma seleção que restringe aquilo que deve ser abordado segundo os currículos escolares. Por isso:

Certos aspectos da cultura são reconhecidos como podendo e devendo dar lugar a uma transmissão deliberada e mais ou menos institucionalizada, enquanto que outros constituem objeto apenas de aprendizagens informais, até mesmo ocultas, e outros enfim não sobrevivem ao envelhecimento das gerações e não conseguem deixar marcas no tempo. [...] Então o que significa a palavra “cultura”, quando se fala da função de transmissão cultural da educação? Essencialmente, um patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular, definida de modo mais ou menos amplo e mais ou menos exclusivo.¹²

Dessa forma, entende-se que a escola cumpre um importante papel de transmissor de valores e símbolos, legando a novas gerações uma série de elementos constituintes de uma cultura considerada compartilhada, ainda que a forma como cada indivíduo se apropria desses mesmos elementos possa variar, fugindo ou desviando-se do controle de uma possível intenção primária. A relação entre cultura e educação escolar só pode ser compreendida em seu fluxo de mão dupla, num processo de influência mútua e de negociação. Logo, podemos afirmar que:

[...] a educação “realiza” a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária de continuidade humana. Isto significa que, neste primeiro nível muito geral e global de determinação, educação e cultura aparecem como as duas faces, rigorosamente recíprocas e complementares,

¹¹ FORQUIN, Jean-Claude. Saberes Escolares, Imperativos Didáticos e Dinâmicas Sociais. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 5, 1992, p. 28.

¹² FORQUIN, Jean-Claude, op. cit., 1993, pp. 11-12.

de uma mesma realidade: uma não pode ser pensada sem a outra e toda reflexão sobre uma desemboca imediatamente na consideração da outra.¹³

Com isso, temos que a especificidade e a seletividade da cultura escolar têm como característica a simbiose entre cultura e educação, assim como o ato de esquecimento de mãos dadas com o ato de conservação de memória. Obviamente, pensando a disciplina de História e sua abordagem em sala de aula, é inegável a impossibilidade do estudo de uma História total ou algo pretensiosamente semelhante, tornando indispensável uma adequação entre critérios e fins pretendidos, sem mencionar o próprio imperativo de tempo de aula disponível segundo os programas escolares. Destarte:

No que se refere mais particularmente à educação do tipo escolar, a consciência de tudo o que ela conserva do passado não deve encorajar a inconsciência de tudo que ela esquece, abandona ou rejeita. [...] Devemos assim reconhecer o grande poder de seleção da “memória docente”, sua capacidade de “esquecimento ativo”. Pode-se então perguntar quais são os determinantes, os mecanismos, os fatores desta seleção cognitiva e cultural que faz com que uma parte da herança humana é assim mantida “a salvo do esquecimento”, de geração a geração, enquanto que o resto parece consagrado ao sepultamento definitivo.¹⁴

Além da seleção cultural inerente ao processo que dá forma a saberes especificamente escolares, resultantes da interação entre contribuições diversas e de aspectos específicos do ambiente escolar e do fazer docente, cabe ressaltar o ato de tornar os “saberes de referência”, elaborados acadêmica e cientificamente, para as finalidades, a linguagem e as especificidades dos “saberes escolares”, ou seja, o processo que reconfigura aqueles saberes como conhecimento comunicável/transmissível a alunos e alunas. De acordo com Forquin:

[...] a educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num dado momento, ela deve também, para torná-los efetivamente transmissíveis, efetivamente assimiláveis às jovens gerações, entregar-se a um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação, ou de “transposição didática”.¹⁵

¹³ Ibidem, p. 14.

¹⁴ Ibidem, p. 15.

¹⁵ Ibidem, p. 16.

1.2. Para além de uma “transposição didática” dos conteúdos: a cultura escolar

Conceito caro a Yves Chevallard, “transposição didática” seria o trabalho que faz de um “objeto de saber a ensinar” um “objeto de ensino”.¹⁶ Segundo este autor, esse processo é empreendido pelos componentes da noosfera (pesquisadores, técnicos, professores e especialistas), que selecionam, a partir do conhecimento acadêmico, aquilo que deverá ser estruturado didaticamente a fim de compor os conteúdos escolares. Trata-se de uma reestruturação que torna um conjunto de saberes algo passível de ser ensinado. Entretanto, Chevallard prioriza, na transposição didática, o saber acadêmico como fonte ou base dos saberes a serem ensinados em sala de aula, negligenciando os tantos outros componentes que atribuem a estes saberes suas peculiaridades. Embora ele não utilize o termo transposição como a ideia de simplesmente transferir algo de um lugar para outro, mas sim no sentido de mudança de tom, como na linguagem musical, outros autores buscaram flexibilizar um pouco mais esse conceito.

Michel Devaley, por exemplo, relativiza a relação hierarquizada entre saber acadêmico e saber ensinado, apontando uma constante interação entre saber acadêmico, práticas sociais de referência e saber a ensinar. Em sua perspectiva de transposição didática, que prima pela dinâmica supracitada, Devalay:

[...] amplia e flexibiliza a operação de transposição ao incluir as práticas sociais de referência e ao considerar, inclusive, que o movimento não é apenas descendente, do saber acadêmico para o saber a ensinar. O movimento pode ser ascendente como é o caso, por exemplo, da gramática, criação da escola francesa para o ensino da ortografia, na primeira metade do século XIX, e que só posteriormente passou a ser objeto de saber acadêmico. As práticas sociais podem, por sua vez também, influir na formulação de saberes acadêmicos.¹⁷

Alice Casimiro Lopes matiza um pouco o conceito e adota o termo “mediação didática” para esse processo de didatização de saberes. A autora atribui ao termo mediação um sentido dialético, ou seja, o de “um processo de constituição de uma realidade através de mediações contraditórias, de relações complexas, não imediatas, com um profundo senso de dialogia”¹⁸. Pretendemos, a partir desta perspectiva, pensar o tema da imigração japonesa como um objeto de estudo dotado de imenso potencial como tema a ser abordado em sala de

¹⁶ Yves Chevallard e o Conceito de Transposição Didática. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212105_04_cap_03.pdf> Acesso em 25 jan. 2015.

¹⁷ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *A História Ensinada: Algumas Configurações do Saber Escolar*. História & Ensino - Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL. Londrina, v. 9, 2003, p. 6.

¹⁸ LOPES, Alice Casimiro. apud Ibidem, p. 18.

aula, merecendo passar por um processo de mediação/transposição didática que o torne passível de ser ensinado, fomentando a reflexão crítica em alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, público alvo de nossa proposta.¹⁹ Segundo Ana Maria Monteiro, “Os professores trabalham na transposição didática, não fazem a transposição didática”²⁰. Contudo, propomos uma ampliação da autonomia do professor diante das engrenagens formais que determinam a construção do conhecimento em sala de aula e seu papel de artífice mediador no processo de elaboração desse saber na interlocução com o alunado.

Retomando a questão dos saberes produzidos no espaço escolar, as perspectivas mais recentes sobre a prática de ensino buscam ir além das análises que visavam apenas à aproximação entre conhecimento científico e cultura escolar, sem reconhecer as especificidades desta última. Segundo Circe Bittencourt, para pesquisadores como o inglês Ivor Goodson e o francês André Chervel:

[...] a disciplina escolar não se constitui pela simples ‘transposição didática’ do saber erudito, mas, antes, por intermédio de uma teia de outros conhecimentos, havendo diferenças mais complexas entre as duas formas de conhecimento, o científico e o escolar. [...] As disciplinas escolares formam-se no interior dessa cultura [cultura escolar], tendo objetivos próprios e muitas vezes irredutíveis aos das “ciências de referência”, termo que Chervel emprega em lugar de conhecimento científico.²¹

Reforçando essa perspectiva, segundo Ana Maria Monteiro:

[...] precisamos compreender melhor como se dá a produção do saber escolar, que envolve a interlocução com o conhecimento científico, mas também com outros saberes presentes e que circulam no contexto sociocultural de referência. [...] A escola, mais do que um local de instrução e transmissão de saberes, passou a ser considerada como um espaço configurado por e configurador de uma cultura escolar, onde se confrontam diferentes forças e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais.²²

Forquin já oferecia base para tal abordagem sobre cultura escolar, levando em conta suas especificidades, ao questionar “[...] se não se pode considerar a escola como sendo também verdadeiramente produtora de configurações cognitivas e de habitus originais que constituem de qualquer forma o elemento nuclear de uma cultura escolar *sui generis*”²³.

¹⁹ Consideramos que o tema é perfeitamente aplicável a turmas do 3º ano do Ensino Médio, demandando apenas uma adaptação pautada em critérios de faixa etária e competências/habilidades pretendidas.

²⁰ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa, op. cit., 2003, p. 7.

²¹ BITTERN COURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 37-38.

²² MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa, op. cit., 2003, p. 2.

²³ FORQUIN, Jean-Claude, op. cit., 1992, pp. 34-35.

Portanto, fica claro que a cultura escolar é dotada de um conjunto de componentes que passa pela produção científica – que tem na escola uma instituição estratégica para sua divulgação/transmissão –, pelos saberes que circulam na sociedade como um todo e pelas relações interpessoais e de poder que permeiam as demandas de seu tempo. Ao citarmos aqui os saberes que circulam na sociedade e as relações interpessoais que fazem parte do processo de elaboração dos saberes escolares e da atmosfera cotidiana do universo escolar, referimo-nos, também, ao fato de ocorrer uma combinação de saberes colocados em ação por diferentes sujeitos, como professores, alunos e demais atores presentes tanto na escola em si como na sociedade em geral. E todos esses aspectos devem ser levados em consideração. É dessa perspectiva que parte a seguinte afirmação de Monteiro:

Defendo que, na prática pedagógica, nas aulas de História neste caso, saberes são produzidos em processo que articula conhecimentos oriundos da disciplina específica – a História, tanto no que se refere às diferentes versões e resultados da pesquisa acadêmica como, principalmente, aspectos relacionados à teoria da História – com aqueles dominados e mobilizados pelos professores, pelos alunos e aqueles que circulam na escola e na sociedade de forma mais ampla. Essa elaboração é medida por escolhas axiológicas, resultado das opções dos professores envolvidos no processo. Ao mencionar valores, não menciono conteúdos explícitos relacionados a questões éticas ou morais – que podem estar presentes – mas, sim, valores que orientam escolhas, ênfases, críticas, ironias e que moldam a construção do conhecimento escolar na prática pedagógica.²⁴

Todo o processo de constituição de uma cultura própria da escola e da seleção que a caracteriza é pautado por questões do presente, questões do momento em que tal processo se desenrola. Deve-se observar, entretanto, que essa seleção é um processo constante se considerarmos que também em sala de aula, no momento em que está exercendo seu ofício, o docente promove uma hierarquização de conteúdos, selecionando este ou aquele tema como prioritário em seu trabalho. Contudo, essa opção do professor apresenta-se limitada por outro elemento característico da atividade docente e que vem atraindo cada vez mais a atenção dos pesquisadores da área da educação: o currículo.

²⁴ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Didática da História e Teoria da História: Produção de Conhecimento na Formação de Professores. Belo Horizonte: XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino/UFMG. Seminário “A Didática da História na Formação de Professores: Problemas e Desafios”, 2010, p. 6.

1.3. Pensando o Currículo: produto e produtor de cultura

Em parte, o currículo é o resultado de opções políticas que correspondem a demandas e preocupações do tempo presente e seu teor é fruto do processo de seleção a que nos referimos anteriormente. Vários pesquisadores vêm debatendo sobre a natureza do currículo, sem que seja possível a apresentação de uma definição única e definitiva. De acordo com José Augusto Pacheco:

Se não existe uma verdadeira e única definição de currículo que aglutine todas as ideias acerca da estruturação das atividades educativas, admitir-se-á que o currículo se define, essencialmente, pela sua complexidade e ambiguidade. [...] Insistir numa definição abrangente de currículo poder-se-á tornar extemporâneo e negativo, dado que, apesar da recente emergência do currículo como campo de estudos e como conhecimento especializado, ainda não existe um acordo totalmente generalizado sobre o que verdadeiramente significa.²⁵

Sob a perspectiva de Carmen Teresa Gabriel Anhorn e Warley da Costa, o currículo de História pode ser pensado como “um sistema discursivo e como terreno onde se travam lutas identitárias”²⁶. Nesse sentido, facilmente inferimos que o currículo não é neutro, mas sim um campo de criação simbólica e cultural, de discursos e de fixação de identidades. Todavia, isso não significa que seus conteúdos sejam capazes de determinar o resultado final do processo ensino-aprendizagem, tendo em vista a possível distância entre o que se recomenda ensinar, o que o docente ensina e aquilo que o educando apreende e incorpora a seu arsenal intelectual e às experiências advindas de suas próprias vivências. Assim, faz-se necessário compreender que “Professores e alunos são sujeitos, portadores de visões de mundo e interesses diferenciados, que estabelecem relações entre si com múltiplas possibilidades de apropriação e interpretação”²⁷.

Alice Casimiro Lopes e Elisabeth Macedo destacam que não existe resposta fácil para a busca por uma definição de currículo e esboçam as várias possibilidades de entendimento do que este seria, levando em conta seu papel no cotidiano escolar. Segundo as autoras, variando de acordo com diferentes momentos e abordagens:

Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino àquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com

²⁵ PACHECO, José Augusto. *Escritos Curriculares*. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 34-35.

²⁶ ANHORN, Carmen Teresa Gabriel; COSTA, Warley da. *Currículo de História, política da diferença e hegemonia: diálogos possíveis*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 36, n.1, 2011, p. 129. Disponível em <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em 1 nov. 2014.

²⁷ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa, op. cit., 2003, p. 1.

disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo o processo educativo.²⁸

As teorias curriculares ocupam-se de tentar traçar contornos que tornem apreensível esse ente que, em constante mutação, recusa-se a apresentar materialidade e forma definida, escapando a uma conceituação que abarque sua totalidade. Exercício constante de reflexão voltado para orientar a prática pedagógica, o ato de pensar e repensar o currículo, por si só, parece ser um fator intrínseco à sua própria elaboração visando a um aprimoramento contínuo do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido:

A função da teoria curricular é a de descrever e compreender os fenômenos curriculares, servindo de programa para a orientação das atividades da prática com vista à sua melhoria. Deste modo, Reid propõe que se aceite como premissa que o objecto de abordagem da teorização curricular tem por finalidade a melhoria da prática.²⁹

Assim, ainda de acordo com Pacheco, podemos considerar a teoria curricular como “um instrumento de análise conceptual que pode ajudar-nos a compreender a realidade educacional através de um processo permanente de interrogação e de questionamento das práticas”³⁰. Pensar o currículo é pensar, incansavelmente, a prática docente. De fato, mesmo quando analisamos concepções tradicionais de currículo, nas quais salta aos olhos seu caráter prescritivo e tecnicista, fica latente sua preocupação com a aplicação prática de seu “receituário”, ainda que, em geral, sua busca se mostre mais por resultados quantitativos do que qualitativos. Tomaz Tadeu da Silva situa nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX, o modelo de Franklin John Bobbitt como esse tipo de perspectiva curricular antenada com a noção “taylorista”³¹ de produtividade e pautada em etapas racionalmente determinadas. De acordo com essa concepção:

[...] o currículo é visto como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos. O modelo institucional dessa concepção de currículo é a fábrica. [...] No modelo de currículo de Bobbitt, os estudantes devem ser processados como um produto fabril. [...] o

²⁸ LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011, p. 19.

²⁹ PACHECO, José Augusto, op. cit., 2005, pp. 79-80.

³⁰ Ibidem, p. 82.

³¹ Referente a taylorismo: sistema de organização do trabalho concebido pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, com o qual se pretende alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço.

currículo é supostamente isso: a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados.³²

Esse modelo tradicional de currículo aplicar-se-ia à orientação da educação de crianças e adolescentes, pensando a vida adulta economicamente ativa e sua capacidade produtiva. Tratar-se-ia, de maneira geral, da busca por eficiência e produtividade através de um programa tecnicamente fundamentado, categorizado como “eficientismo social”. Assim, escola e currículo apresentam-se como instrumentos de controle social. No que concerne ao eficientismo:

[...] pode-se resumi-lo pela defesa de um currículo científico, explicitamente associado à administração escolar e baseado em conceitos como eficácia, eficiência e economia. [...] A partir da identificação dos componentes particulares da atividade de bons profissionais, compõe-se um programa de treinamento, com objetivos selecionados por seu valor funcional, sua capacidade de resolver problemas práticos.³³

Expressivamente influente no Brasil – introduzido no país pelo movimento da Escola Nova – foi o progressivismo, corrente também surgida nos EUA e cujo nome de maior destaque foi John Dewey. De modo distinto do eficientismo, esse movimento fomentaria a ação transformadora dos indivíduos por meio de uma formação voltada para a mudança social, tomando a aprendizagem não como uma preparação para a vida futura, mas como um processo contínuo. Com isso, o currículo perde o caráter engessado e predeterminado do modelo eficientista, moldando sua composição organizativa de acordo com aquilo que se apreende das experiências diretas das crianças no ambiente escolar.

[...] para os progressivistas, a educação se caracteriza como um meio de diminuir as desigualdades sociais geradas pela sociedade urbana industrial e tem por objetivo a construção de uma sociedade harmônica e democrática. [...] O nome mais conhecido do progressivismo é o de John Dewey, cujos princípios de elaboração curricular residem sobre os conceitos de inteligência social e mudança. [...] O foco central do currículo para Dewey está na resolução de problemas sociais. O ambiente escolar é organizado de modo a que a criança se depare com uma série de problemas, também presentes na sociedade, criando oportunidade para ela agir de forma democrática e cooperativa.³⁴

Em meados do século XX, uma articulação entre a abordagem técnica típica do eficientismo e o pensamento progressivista ganhou forma nas propostas de Ralph Tyler,

³² SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 12.

³³ LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth, op. cit., 2011, p. 22.

³⁴ Ibidem, p. 23.

tornando-se modelo curricular quase predominante no Brasil por cerca de 20 anos. A despeito do ecletismo proposto por Tyler, sua proximidade maior se dava com as abordagens efficientistas e mantinha, em conformidade com as duas tendências anteriormente mencionadas, um caráter prescritivo, adicionando a tais características a preocupação com a avaliação de resultados. Segundo Pacheco, o modelo de Tyler pode ser agrupado entre aqueles que:

[...] reduzem o currículo a uma intenção prescritiva, situada no plano do que deve ocorrer ou do que tem que ser feito, de uma formação antecipadamente determinada em termos de resultados de aprendizagem, geralmente traduzida num plano de estudos, ou num programa, muito estruturado e organizado na base de objectivos-conteúdos-actividades-avaliação e de acordo com a natureza das disciplinas. [...] Nessa perspectiva, falar de currículo ou falar de programa representa a mesma realidade [...].³⁵

Essa perspectiva é corroborada pela visão de Lopes e Macedo sobre as propostas de Tyler. De acordo com essas autoras:

O modelo de Tyler é um procedimento linear e administrativo em quatro etapas: definição dos objetivos de ensino; seleção e criação de experiências de aprendizagem apropriadas; organização dessas experiências de modo a garantir maior eficiência ao processo de ensino; e avaliação do currículo. [...] Estabelece um vínculo estreito entre currículo e avaliação, propondo que a eficiência da implementação dos currículos seja inferida pela avaliação do rendimento dos alunos.³⁶

Submetidas à crítica de Joseph Schwab, tais modelos passaram a concorrer com uma perspectiva preocupada com um equilíbrio maior entre prática e teoria na elaboração do currículo, atuação direta do professor nesse processo e consideração tanto pelas especificidades de cada área de conhecimento quanto pela diversidade de instituições escolares e perfis discentes. Dessa maneira, a relação dialógica entre professor, aluno, o que é ensinado e contexto do ensino-aprendizagem, considerados lugares comuns do currículo, deve ser tomada como fundamental para a decisão curricular. Rompendo com a visão de uma linearidade começando nos objetivos e terminando na avaliação, Schwab defende uma reflexão sobre a inter-relação entre fins e significados.

De modo a contrariar a dependência dos práticos relativamente aos teóricos, que sempre têm acreditado na universalidade das suas propostas e reforçado a estrutura burocrática da educação, Schwab argumenta que o processo de desenvolvimento do

³⁵ PACHECO, José Augusto, op. cit., 2005, p. 31.

³⁶ LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth, op. cit., 2011, p. 25.

currículo deve ser feito na “diversidade” e “localidade” através das “artes da prática”, ou seja, prudência e deliberação.³⁷

De fato, para Schwab, pertence ao professor o protagonismo maior na elaboração do currículo. Trata-se de uma abordagem que aponta para o papel do professor reflexivo e que rompe com os paradigmas da racionalidade tyleriana, situada numa conjuntura de rupturas marcada pela efervescência do final dos anos 1960, tempos de contracultura, movimentos estudantis, *hippies*, entre outros de contestação da ordem até então predominante.

[...] Schwab propõe que o campo passe a operar de modo prático (quase-prático e eclético) em contraposição ao predomínio anterior do teórico. [...] defende que cada escola deveria ter um grupo de professores responsáveis por desenvolver e rever os currículos, coordenados por um especialista que faria parte dos profissionais da escola. Esse profissional deveria supervisionar o desenvolvimento das atividades e a preparação de materiais didáticos, assim como dinamizar a discussão dos valores subjacentes aos currículos.³⁸

Suas proposições tiveram seu papel no histórico das discussões curriculares, apresentando-se como um pontapé inicial para as críticas ao modelo anterior, pautado pela racionalidade técnica, predominantemente prescritivo e caracterizado como uma “teoria de instrução”. Essa perspectiva é recuperada por Donald Schön e Kenneth Zeichner, cujas concepções entendem o currículo como sendo constituído na prática, de forma que qualquer currículo formal seria reescrito pelo professor em função de sua reflexão sobre a própria prática docente. Quanto à prática reflexiva, a formulação de Schön defende que “[...] os professores desempenham um papel ativo na formulação do currículo e que seu envolvimento nessa tarefa é parte de sua formação profissional”³⁹. E, como resultado das conclusões de Zeichner:

[...] a reflexão não é positiva em si, precisa estar associada à ampliação da justiça social. As decisões curriculares que os docentes tomam sobre o que e como ensinar e sobre como avaliar devem ampliar as possibilidades de vida dos alunos. Nesse movimento, insere a ideia de reflexão no seio das teorias educacionais críticas.⁴⁰

Quase simultaneamente ao trabalho de Schwab, Lawrence Stenhouse, na Inglaterra, reflete sobre o vínculo entre currículo e pesquisa, desenvolvendo a discussão sobre professor-pesquisador. De acordo com sua ideia de currículo, a incorporação dos múltiplos sujeitos do cotidiano escolar para o conhecimento das peculiaridades de cada escola seria fundamento

³⁷ PACHECO, José Augusto, op. cit., 2005, p. 89.

³⁸ LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth, op. cit., 2011, p. 142.

³⁹ Ibidem, p. 153.

⁴⁰ Ibidem, p. 155.

básico para a construção curricular, cabendo ao próprio docente, visto como dotado de autonomia, a avaliação qualitativa para definir os resultados do seu trabalho. “Essa autonomia e o compromisso do professor com a produção do currículo são as garantias para a qualidade da educação, na visão de Stenhouse”⁴¹. Outrossim:

Para esse autor, os professores, ao questionarem suas diversas práticas, conhecidas e clarificadas por meio de processos de pesquisa, são os que podem efetivar intervenções sobre o cotidiano das escolas. Essa possibilidade/necessidade, Stenhouse e seus seguidores percebem a partir da compreensão das diferenças culturais existentes em nossa sociedade.⁴²

Na sequência dessa problematização, passando pelas contribuições conceituais do estruturalismo e do pós-estruturalismo, temos uma diversificação ainda maior dos debates sobre currículo, constituindo-se as teorias críticas e as pós-críticas. Com isso, termos como poder, Estado, ideologia, classe, hegemonia, identidade, diferença, entre outros, passam a elencar o aparato conceitual das discussões curriculares. De fato, relações de poder podem ser identificadas em vários aspectos do currículo:

Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. [...] É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: “teorias” neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder.⁴³

As teorias do currículo somaram ao seu arsenal analítico contributos das Ciências Sociais e dos Estudos Culturais que lhes atribuíram robustez conceitual e diversificação de olhares sobre o currículo em termos de natureza, objetivos, consecução e reflexão sobre seu papel no que se entende como atribuição da escola como parte da complexidade do social. Dessa forma, toda e qualquer opção relacionada à elaboração e implementação do currículo apresenta um caráter político, podendo denotar a intenção de garantir conformidade com o sistema social em vigor ou de municiar para a resistência ou emancipação dos sujeitos discentes, no sentido de contestação do *status quo*. Da perspectiva das teorias da reprodução, a escola pode ser vista como o local de transmissão tanto de saberes quanto de valores

⁴¹ Ibidem, p. 144.

⁴² ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Uma História da Contribuição dos Estudos do Cotidiano ao Campo do Currículo. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. (org.) *Currículo: Debates Contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005 (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 2), p. 83.

⁴³ SILVA, Tomaz Tadeu da, op. cit., 2010, p. 16.

ideológicos na busca de preparação dos sujeitos para assumir papéis sociais determinados. Isso significa perceber a escola como um mecanismo de reprodução da estrutura de classes e para a manutenção de uma determinada estrutura social. Nessa abordagem destaca-se a contribuição do conceito de ideologia de matriz althusseriana:

Enquanto projecto cultural, social e político, o currículo só pode ser construído na base de ideologias ou de sistemas de ideias, valores, atitudes, crenças partilhadas por um grupo de pessoas com um peso significativo na sua elaboração. Daí que a ideologia sirva os interesses da classe dominante, porque distorce a realidade do quadro social. [...] É neste sentido que Giroux entende que as ideologias são rituais, práticas e processos sociais que estruturam o trabalho escolar diário, e Althusser afirma que as instituições (família, igreja e a escola) são aparelhos ideológicos (e repressivos) do Estado. [...] A escola é uma força activa que legitima ideologias, formas económicas e sociais que lhe estão intimamente associadas. Assim, a escola se converte num conhecimento para todos. As decisões curriculares (oriundas do Estado, dos professores e de outros intervenientes) discutir-se-ão como problemas ideológicos e não como questões unicamente educativas.⁴⁴

Encaminhamento semelhante é dado ao conceito de hegemonia, cuja vertente de Antonio Gramsci se mostra das mais influentes nessa categoria de abordagem, adotada tanto em seu sentido original como segundo sua leitura por outros teóricos. No Brasil, foi no começo dos anos 1980 – conjuntura em que o país dava os primeiros passos para o desmantelamento das engrenagens de um regime ditatorial instaurado desde 1964 – que as análises reprodutivistas ganharam força com arcabouço teórico a mirar o modelo tecnicista de educação então adotado, cujo currículo pautava-se pela racionalidade tyleriana. Trata-se de um diálogo entre estudos curriculares, Estudos Culturais, Ciências Sociais – com ênfase na Nova Sociologia da Educação –, enfim, uma gama de elementos interagindo para dar forma a uma concepção questionadora do sistema educacional, incluindo o currículo, como aparato ideológico em prol de um dado tipo de hegemonia. Michael Apple, por exemplo, defendendo a correspondência entre dominação econômica e cultural:

[...] retoma os conceitos de hegemonia e ideologia como forma de entender a ação da educação na reprodução das desigualdades, rejeitando perspectivas excessivamente deterministas. De Bourdieu e Passeron, traz a ideia de que nas sociedades capitalistas não apenas as propriedades econômicas, mas também as simbólicas (o capital cultural) são ditribuídas de forma desigual. Defende que instituições como as escolas contribuem para a manutenção do controle social, na medida em que ajudam a manter a desigualdade dessa distribuição do capital simbólico. [...] A reprodução econômica é, portanto, produzida também no interior da escola pela forma como homens e mulheres vivem os mecanismos de dominação no dia a dia de suas atividades.⁴⁵

⁴⁴ PACHECO, José Augusto, op. cit., 2005, pp. 66-67.

⁴⁵ LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth, op. cit., 2011, p. 30.

Nesse sentido, a escola teria importante papel como meio de legitimação de determinada visão de mundo, consagrando como uma espécie de senso comum a ótica de determinados setores dominantes. Pacheco faz uma síntese das formas como o conceito de hegemonia se aplica nessas categorias de teorias curriculares, afirmando que:

O conceito de hegemonia surge com Gramsci, quando se refere à predominância de um grupo social específico que determina a relação entre dominadores e dominados. Para Williams, hegemonia é um conceito abrangente como algo que provém dos significados e práticas que conduzem ao controle econômico e social. Apple associa-o à realidade e experiência das pessoas, dizendo que se trata de uma ferramenta que permite descobrir formas de utilização de poder diferencial na educação e na sociedade.⁴⁶

As análises promovidas por essa concepção contribuem com a denúncia de uma intencionalidade, quer perceptível, quer tácita, imanente a todo e qualquer tipo de currículo. Se partimos do modelo científico condizente com a racionalidade tyleriana, por exemplo, temos que sua própria pretensão de apresentar uma suposta neutralidade típica do discurso científico já aponta para uma ideologia subjacente. Neste caso, currículos supostamente pautados em neutralidade, orientação de natureza técnica, objetivos operacionais e meios racionais de execução apresentam elementos ocultos que se revelam diante de uma análise crítica do currículo. Todo currículo expressa um discurso, mesmo que implicitamente. Isso nos leva a outra questão inerente ao currículo: a ideia de “currículo oculto”. Este seria, em sentido lato, “a diferença entre o que é explicitamente perseguido pela escola e o que é efetivamente realizado pela escolarização enquanto desenvolvimento das capacidades ou modificação dos comportamentos dos alunos”⁴⁷. Segundo Circe Bittencourt:

Atualmente, a ideia de currículo é concebida em todas as suas dimensões, distinguindo-se o *currículo formal* (ou pré-ativo ou normativo), criado pelo poder estatal, o *currículo real* (ou interativo), correspondente ao que é efetivamente realizado em sala de aula por professores e alunos, e o *currículo oculto*, constituído por ações que impõem normas e comportamentos vividos nas escolas, mas sem registros oficiais, tais como discriminações étnicas e sexuais, valorização do individualismo, ausência ou valorização do trabalho coletivo, etc. Estudos recentes incluem ainda o *currículo avaliado*, que se materializa pelas ações dos professores e das instituições ao “medirem” o domínio dos conteúdos explícitos pelos alunos e incorpora valores não apenas instrucionais, mas também educacionais como as habilidades técnicas e práticas da cultura letrada.⁴⁸

⁴⁶ PACHECO, José Augusto, op. cit., 2005, pp. 67-68.

⁴⁷ FORQUIN, Jean Claude, op. cit., 1993, p. 23.

⁴⁸ BITTERN COURT, Circe Maria Fernandes, op. cit., p. 104.

De qualquer modo, deve-se levar em conta a contínua interação entre essas diferentes dimensões, considerando-se, também, a negociação entre os diferentes sujeitos que encenam o processo de ensino-aprendizagem e os elementos trazidos por estes a partir de suas vivências. Assim, o currículo se apresenta como uma relação social.

A perspectiva adotada neste trabalho, visando a uma reflexão sobre currículo pertinente ao tema proposto, pensa o currículo como um contínuo repensar do fazer docente, a partir de questões suscitadas por um tema tão específico quanto abrangente, buscando entender o currículo como processo que, longe de se esgotar em sua aplicação, encontra-se em constante reconfiguração, tornando possível enfatizar a diversidade imanente aos perfis do público discente. Embora não se desconsidere o caráter ideológico do currículo e seu papel de transmissor, parte-se de uma concepção voltada para o diálogo, a troca, e todos os resultantes possíveis de tal relação. Considera-se, portanto, que um conjunto complexo e diverso de interesses se apresenta nesse cenário de múltiplos sujeitos em interação. Logo, é preciso levar em conta que “[...] os alunos não entram na escola como folhas em branco nas quais os professores escrevem coletivamente a educação. Trazem experiências e identificam-se com atitudes e valores assimilados nas suas famílias e meio social”⁴⁹. Qualquer tentativa de produzir conhecimento no espaço escolar que prescindia dessa consideração será inócua, fazendo perceber o conhecimento como “coisa” a ser transferida de um sujeito para outro(s), sem qualquer caráter de produção. “O currículo é também uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento envolvida no currículo se realiza através de uma relação entre pessoas”⁵⁰.

A complexidade dessa relação e as questões contemporâneas referentes às múltiplas identidades em diálogo e/ou disputa na sociedade aparecem em recentes abordagens sobre currículo, convergentes quanto às suas inquietações e diversas nos caminhos tomados para refletir sobre o real e sobre o papel da produção curricular diante da fluidez do mundo globalizado e da fragmentação das noções de pertencimento para muito além das nacionalidades. De um lado, por exemplo, temos a perspectiva do multiculturalismo; do outro, uma abordagem pautada em contribuições do pós-estruturalismo, do pós-colonialismo e dos estudos culturais.

⁴⁹ PACHECO, José Augusto, op. cit., 2005, p. 59.

⁵⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Alienígenas na Sala de Aula: Uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 188.

1.4. Propostas de abordagens curriculares para a imigração japonesa como tema

Os debates sobre práticas discriminatórias vem ganhando volume nas sociedades contemporâneas, somando-se às questões de preconceito racial as demandas referentes aos direitos de grupos que lutam por poderem afirmar livremente suas culturas, preferências sexuais, linguagens e outros elementos demarcadores de identidade dos sujeitos. Diante desse mosaico que compõe o todo social, a abordagem do multiculturalismo contribui para uma valorização da diversidade e do múltiplo, vistos como aspectos positivos, contanto que se tenha cautela para evitar a essencialização das diferenças. Essa abordagem está em conformidade com a concepção de currículo adotada neste trabalho sobre imigração japonesa, sobretudo no que tange a fomentar posicionamentos de compreensão em relação ao outro e de convivência com as diferenças. A exacerbação de discursos de preconceito – e até mesmo de ódio – em circulação nas sociedades atuais, cuja difusão toma dimensões globais em tempos de era da informação, fornece recursos que fundamentam a abordagem histórica de fenômenos semelhantes no passado, a fim de que a historicidade de toda e qualquer prática empreendida pelo ser humano possa ser desnaturalizada e percebida como passível de desconstrução. Assim:

A questão do múltiplo, do plural, do diverso, bem como das discriminações e preconceitos a ela associados, passam a exigir respostas, no caso da educação, que preparem futuras gerações para lidar com sociedades cada vez mais plurais e desiguais. Cobra-se da educação e, mais especificamente, do currículo, grande parte daquelas que são percebidas como medidas para a formação de cidadãos abertos ao mundo, flexíveis em seus valores, tolerantes e democráticos.⁵¹

Os princípios do multiculturalismo – defendendo intelectualmente a coexistência de múltiplas culturas, etnias, etc. – surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial, numa conjuntura de questionamento de uma pretensa neutralidade/imparcialidade da ciência, tendo em vista os horrores do nazismo e sua bandeira eugênica legitimadora de desigualdades e atrocidades fundamentadas na negação do outro. No Brasil, sua entrada se deu na década de 1980, em tempos de redemocratização do país e de fortalecimento de movimentos sociais vinculados às questões da população negra, dos indígenas, das mulheres, entre outros, agregando às questões de classe a problematização de uma seleção cultural essencialmente eurocêntrica, masculina, heterossexual e branca. Em tempos recentes, quando a visibilidade crescente de

⁵¹ CANEN, Ana. Sentidos e Dilemas do Multiculturalismo: Desafios Curriculares para o Novo Milênio. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. (org.) Currículo: Debates Contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 2), pp. 175-176.

identidades de gênero, etnia, religião, entre outras, pode se apresentar na forma do recrudescimento de preconceitos ou, por outro lado, na forma de propostas em prol de uma sociedade mais fraterna, democrática e solidária, a abordagem multiculturalista dos currículos figura como perspectiva fecunda para fins de uma educação socialmente progressista. Entretanto, como alerta Ana Canen, “[...] os sentidos diversos do multiculturalismo precisam ser analisados, de forma que práticas curriculares que se pretendam multiculturais não acabem por perpetuar a construção das diferenças e dos preconceitos que tanto desejam combater”⁵². Assim, a autora alerta para práticas curriculares orientadas por abordagens que, se isoladas e desprovidas da devida problematização, podem conduzir à armadilha acima aludida. Seria o caso do *multiculturalismo “reparador”*, que reduziria o multiculturalismo à adoção de ações afirmativas; do *folclorismo*, no sentido de valorização de aspectos folclóricos e “exóticos” de grupos culturais diversos, podendo acentuar preconceitos e estereótipos; do *reducionismo identitário*, que peca por desconsiderar as diferenças dentro das diferenças, não reconhecendo a pluralidade no interior de todo grupo; e da *guetização cultural*, que busca a valorização de padrões culturais específicos, prescindindo de estratégias que primem por intercâmbios interculturais e, inclusive, hibridismos.⁵³ Tal necessidade de ponderação e cuidado não anula a validade das análises multiculturalistas para o currículo.

O que defendo [...] é que o multiculturalismo representa uma perspectiva que busca desafiar a construção das diferenças e dos preconceitos, por intermédio de currículos que promovam a sensibilidade à pluralidade cultural e a desconstrução de discursos que silenciam ou estereotipam o outro.⁵⁴

Para esse fim, alguns caminhos que fujam a reducionismos e reflitam sobre a complexidade do plural, evitando essencializar as identidades, mostram-se tão possíveis quanto promissores para promover o modelo de currículo pensado neste projeto. Um exemplo apropriado é o das *dinâmicas de sensibilização de identidades*⁵⁵, cuja finalidade é desconstruir a noção de identidades acabadas, ressaltando seu caráter provisório e de processo inacabado e com grande potencial de mutabilidade. A *ancoragem social dos conteúdos*⁵⁶, com a abordagem de temas que remetam a questões debatidas no presente e que sejam pertinentes para a promoção de valores de apreço pela diversidade, também se adequa aos objetivos de um currículo concebido pelo viés multiculturalista. Em suma:

⁵² Ibidem, p. 181.

⁵³ Ibidem, pp. 181-187.

⁵⁴ Ibidem, p. 187.

⁵⁵ Ibidem, p.188.

⁵⁶ Ibidem, p. 189.

Trabalhar no sentido de promover uma visão das identidades como frutos de construções sempre provisórias e híbridas, pode ser um importante ponto em propostas curriculares multiculturais. Ao mesmo tempo, a ancoragem de discursos disciplinares em perspectivas de desafios a racismos e outros preconceitos representa também uma forma de se tentar “conciliar” diretrizes curriculares impostas e a perspectiva multicultural crítica. [...] O multiculturalismo requer que sejamos críticos com relação a nossos discursos. Que não ignoremos as diferenças dentro das diferenças. Que não congelemos identidades. Que trabalhemos com o plural, o diverso, em nossas dinâmicas de sala de aula e em nossas “traduções” de diretrizes curriculares para o currículo em ação.⁵⁷

Partindo de outra vertente, Tomaz Tadeu da Silva se cerca de conceitos ricos ao pós-estruturalismo para dissecar as engrenagens que fazem do currículo um instrumento de poder produtor de sujeitos particulares e identidades. Assim, a Teoria do Currículo, por sua vez, estaria envolvida na busca de meios mais eficientes para empreender tal produção. Fruto de relações sociais, de relações entre pessoas, o currículo só pode ser assimilado se tomado como algo criado com fins objetivos, porém ganhando novos contornos de acordo com o que se faz dele e do que é produzido, a partir dele, nos sujeitos envolvidos. O projétil lançado inicialmente pelo currículo pode ou não seguir a trajetória esperada, podendo, pela atuação dos sujeitos, tomar rumo diverso do planejado, transitando entre posturas de conformação ou de contestação. Com isso, o currículo deve ser entendido, por fim, como aquilo que é feito dele por seus destinatários e aquilo que ele provoca nos mesmos.

O currículo é aquilo que nós, professores/as e estudantes, fazemos com as coisas, mas é também aquilo que as coisas que fazemos fazem a nós. O currículo tem de ser visto em suas ações (aquilo que fazemos) e em seus efeitos (o que ele nos faz). Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz. [...] Se o currículo é aquilo que fazemos com os materiais recebidos, então, apesar de todos os vínculos desses materiais com relações de poder, ao agir sobre eles, podemos desviá-los, refratá-los, subvertê-los, parodiá-los, carnalizá-los, contestá-los. Por outro lado, se, ao produzir o currículo, somos também produzidos, é porque podemos ser produzidos de formas muito particulares e específicas. E essas formas dependem de relações específicas de poder. Flagrá-las e identificá-las constitui, assim, uma ação fundamentalmente política.⁵⁸

Dessa forma, o autor considera o poder como inscrito no interior do currículo, podendo, contudo, ser contestado a todo momento. Tal vinculação direta do currículo a relações de poder dar-se-ia desde o momento da seleção cultural que lhe é aspecto fundamental, hierarquizando saberes e atribuições de sentido, estabelecendo desigualdades entre indivíduos e grupos. A perspectiva de desconstrução das noções de diferenças adotada pelo autor se mostra crítica à perspectiva multiculturalista de diversidade, que ele considera

⁵⁷ Ibidem, pp. 191-192.

⁵⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da, op. cit., 2011, p. 189.

tendente a naturalizar, essencializar, diferença e identidade. Destarte, ele defende a configuração de um currículo que foque na diferença, tomada como processo, e não na ideia de diversidade, problematizando tais questões. Sua abordagem dá subsídios para a reflexão sobre identidades étnicas, por exemplo, apontando para a relação auto-referenciada entre identidade e diferença, sendo esta o marcador imprescindível para o reconhecimento daquela. Outrossim, a relação em sentido inverso não seria menos verdadeira, sendo a diferença igualmente dependente da identidade.

Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro” – ponto. Entretanto, só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que *não* são brasileiros. [...] A afirmação “sou brasileiro”, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação “sou brasileiro” deve-se ler: “não sou argentino”, “não sou chinês”, “não sou japonês” e assim por diante, numa cadeia, neste caso quase interminável. [...] Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis.⁵⁹

Esse tipo de problematização se harmoniza com os objetivos do tema da imigração japonesa aqui proposto, pois lança luz sobre a construção da identidade, de representações, dos japoneses como imigrantes indesejáveis, com relevo em aspectos culturais e de etnicidade, resultando em discursos e práticas discriminatórias que, em diferentes conjunturas, acometeram e acometem diferentes grupos na história das sociedades. Partindo do princípio de que identidade e diferença são construções sociais e culturais, mostra-se viável crer na possibilidade de se tomar a rota contrária pelo “fio de Ariadne”, reconhecendo os componentes desse tipo de arcabouço com o intuito de desconstruí-lo em favor de uma visão mais empática na relação com o outro. Em várias das fontes utilizadas nas atividades propostas neste projeto, a linguagem aparece como um fator mobilizador de preconceitos, como nas analogias feitas entre a imigração nipônica e a proliferação de um câncer no organismo nacional, numa possível tentativa de aproximação entre a xenofobia, dissimulada em forma de preocupação com a segurança nacional, e a chancela científica da Biologia. A perspectiva crítica adotada por Tomaz Tadeu toma como um de seus aportes teóricos a perspectiva da linguagem como constituidora da realidade, não apenas como expressão desta. Dessa maneira, as representações são tidas como resultado de relações de poder. Nesse sentido, a capacidade de uma representação determinar visões de mundo estaria em seu poder

⁵⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*. In: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75.

de fornecer códigos, símbolos ou signos linguísticos eficientes na ocultação dos elementos que dão base ao “real” por uma versão assimilável.

Nessa perspectiva, as representações são “aferidas” não através de um confronto com algum suposto “real” ao qual elas corresponderiam mais ou menos acuradamente, mas em relação a sistemas discursivos constituídos por relações de poder que lhes dão sua credibilidade, seu caráter de verdade e sua sustentação. O que deve ser questionado aqui não é a maior ou menor correspondência com o “real”, mas as relações de poder que as instituem como “realidade”. [...] Os processos, os dispositivos, os suportes, os meios de representação são dependentes, pois, do poder e, ao mesmo tempo, têm efeitos de poder.⁶⁰

Todavia, há de ser salientar o caráter instável da estrutura da linguagem como sistema de significação, o que torna a própria noção de identidade indeterminada e potencialmente mutável. Consequentemente:

Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade. [...] Em suma, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem.⁶¹

Assim, os significados atribuídos às coisas do mundo social constituem discursos representativos do real e se apresentam em circulação, nunca de maneira desinteressada, através das relações sociais de poder. Essa perspectiva permite tanto uma abordagem sobre o currículo como um regime de representação – e campo de luta por representação – quanto uma abordagem para a análise de fontes que será proposta para alunos e alunas neste projeto.

Prevenir a assimilação de discursos naturalizadores de visões hierarquizantes de mundo e suscitar a percepção do “outro” como complementar ao “eu”, e não como uma negação do mesmo, estão no cerne deste trabalho. Com esse intuito, propõe-se pensar o currículo como uma ferramenta fundamental de quebra de estereótipos e preconceitos por meio da construção de um discurso que possa alinhar a interlocução entre passado histórico e questões do tempo presente, problematizando e buscando fornecer elementos para a identificação e a desconstrução de discursos discriminatórios, para a percepção do exercício de poder inerente a sistemas de classificação e diferença.

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. [...]

⁶⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da, op. cit., 2011, p. 193.

⁶¹ Idem, 2000, p. 80.

Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados.⁶²

Diante desses dados, manifesta-se uma demanda por currículos que sejam elaborados e reelaborados para fins de contestação de discursos de discriminação, quebrando (pré)conceitos e representações quase que engessados no tecido social. Logo:

As representações de gênero, raça, classe, nação, contidas no currículo, devem ser subvertidas, desconstruídas, disputadas. É através desse processo de contestação que as identidades hegemônicas constituídas pelos regimes atuais de representação podem ser desestabilizadas e implodidas⁶³

Em suma, questionar os sistemas de representação pode conduzir a uma desnaturalização de estereótipos e a uma percepção mais abrangente dos sujeitos e de suas particularidades, ainda que estes estejam inseridos numa comunidade de signos e valores compartilhados mais ampla, seja ela étnica, religiosa, entre outras, o que não inviabiliza a possibilidade de pertencimento a mais de uma delas. Em termos de grupos étnicos – como no caso dos japoneses como imigrantes no recorte aqui contemplado –, uma abordagem proposta pelo autor, oriunda do pós-colonialismo, é a do hibridismo para pensar questões relacionadas ao intercuro entre diferentes nacionalidades, etnias e culturas, propondo, da hibridização entre grupos diversos, a formação de uma outra identidade, que não é mais integralmente nenhuma das identidades originais envolvidas no processo. Uma abordagem nesse sentido sobre o processo de imigração e suas consequências para a formação de uma suposta identidade brasileira, refletindo sobre a complexidade dos fluxos migratórios – quer de refugiados, quer de gente em busca de trabalho – pode lançar luz sobre uma série de problemáticas postas nas sociedades contemporâneas.

[...] a hibridização se dá entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. [...] ao confundir a estabilidade e a fixação da identidade, a hibridização, de alguma forma, também afeta o poder. O “terceiro espaço” que resulta da hibridização não é determinado, nunca, unilateralmente, pela identidade hegemônica: ele introduz uma diferença que constitui a possibilidade de seu questionamento.⁶⁴

Tomaz Tadeu toma de empréstimo aos estudos culturais também o conceito de performatividade, que atribui a determinadas proposições linguísticas não só o caráter de

⁶² Ibidem, p. 82.

⁶³ Idem, 2011, p. 195.

⁶⁴ Idem, 2000, p. 87.

configuradoras da realidade em si, como já mencionado anteriormente, mas também a faculdade de fazer com que alguma coisa aconteça. Nesse sentido, uma proposição performática não se limita a ser descritiva, mas traz consigo a ação, como, por exemplo, quando se declara inaugurado um monumento. Termos marcadores de identidade e diferença podem ser apreendidos e problematizados a partir dessa abordagem, considerando a carga de atribuição de rótulos possível dentro de um determinado termo depreciativo. É o que podemos identificar quando, pensando no tema da imigração japonesa, analisamos o uso contumaz do termo “amarelos” para se referir aos nipônicos. Neste caso, temos uma expressão descritiva que, por seu caráter de representação de uma determinada identidade/diferença, carrega todo um repertório de classificação e hierarquização racial no contexto das primeiras décadas dessa categoria de imigração. Segundo Tomaz Tadeu:

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identificação como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a ideia de “tornar-se”, para uma concepção da identidade como movimento e transformação.⁶⁵

Dentre os princípios norteadores de nossa concepção pedagógica e curricular está a articulação entre duas perspectivas que, num primeiro momento, podem parecer se contestar mutuamente. Da abordagem multiculturalista do currículo proposta por Ana Canen, consideramos preciosas as preocupações com a coexistência das diferenças, objetivando promover valores de respeito ao diverso, acautelando-se para evitar essencializar as diferenças e consolidar visões estereotipadas. Não obstante suas críticas ao multiculturalismo, Tomaz Tadeu apresenta uma série de conceitos adequados para a análise de como são construídos os referenciais de identidade e diferença, bem como das articulações que estruturam tais construções. Uma interação entre as perspectivas dos dois autores perde sua aparente incompatibilidade quando a ótica multiculturalista não se limita a reconhecer as diferenças sem problematizá-las, permitindo uma abordagem crítica e promotora de emancipação intelectual. Consideramos válida a sugestão deste autor de abordar pedagogia e currículo tratando identidade e diferença como questões políticas, pensando as duas como produção. Nesse sentido, não são negadas diferenças biológicas e culturais, contanto que estas últimas sejam reconhecidas como produzidas socialmente e, numa complexa rede de relações de poder, tornadas categoria de marcadores de identidade e diferença. Portanto:

⁶⁵ Ibidem, p. 92.

Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las.⁶⁶

Enfim, essa articulação é parte do instrumental conceitual adotado neste trabalho.

1.5. História oficial, História escolar e memória

As questões até aqui levantadas tiveram como objetivo fazer uma discussão teórica sobre as especificidades da cultura escolar e da elaboração dos saberes escolares e, principalmente, sobre o caráter seletivo dos currículos e os interesses inerentes a esse processo. A partir dessa problemática, dentre outras, pensamos este projeto como uma tentativa de ampliar o leque de temas e questões a serem levantadas nas aulas de História, não apenas num sentido quantitativo, mas em termos qualitativos de relevância do tema para propor um questionamento ao mito da “democracia racial” – praticamente já eliminado dos programas atuais, mas não do discurso em circulação na sociedade – e, simultaneamente, despertar em alunos e alunas um olhar de empatia diante da diversidade/pluralidade.

Atualmente, mostram-se muito presentes as discussões sobre as desigualdades socioeconômicas que marcam a sociedade brasileira e acometem, principalmente, a população afrodescendente. Fruto de lutas de longa data dos movimentos negros brasileiros, tais discussões se tornaram mais visíveis após algumas conquistas significativas desses mesmos movimentos, como a sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para que fossem trabalhadas as relações étnico-raciais nas escolas e a inclusão do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira pela Lei 10.639/2003, consolidada pelas diretrizes curriculares nacionais constantes do parecer nº 003/2004 do Conselho Nacional de Educação, culminando na Lei 11.645/2008, que acrescentou a questão indígena. Além disso, ações afirmativas vêm sendo adotadas pelo Estado a fim de corrigir as graves distorções que o passado escravista do país gerou, iniciando outro processo de lutas que buscam rebater os ataques feitos a tais políticas de inclusão social. Segundo Luciana Quillet Heymann:

Para esse questionamento contribuíram, entre outros fatores, a atuação do Movimento Negro, denunciando, sistematicamente, o preconceito e a discriminação, e a realização de uma série de pesquisas que, por meio de diversos indicadores

⁶⁶ Ibidem, p. 100.

sociais, provaram que a desigualdade atinge de forma diferenciada a população negra e parda, gerando um círculo vicioso de exclusão e pobreza.⁶⁷

Nesse sentido, vemos o país dar importantes passos rumo ao reconhecimento de que a “democracia racial”, por tanto tempo presente nos currículos escolares, circunscreve-se nos limites do mito e de que há significativas cicatrizes mal curadas no tecido social brasileiro. E é a partir desse movimento, que busca tocar em temas sensíveis a fim de que o esquecimento não naturalize os danosos legados do nosso passado escravista, que mudanças no currículo vêm sendo efetuadas por força de lei, fruto de prolongadas lutas de movimentos sociais. Esse é um aspecto que pode ser apontado como estimulante para os estudos recentes sobre currículo, tendo em vista as pressões sociopolíticas envolvidas nessa reestruturação de conteúdos e propostas. Assim, conforme Monteiro:

Os novos estudos sobre currículo, que se enriqueceram sobremaneira a partir da atenção que passaram a dar às relações entre escola, sociedade e cultura, têm se voltado preferencialmente para questões relacionadas ao processo de seleção e de configuração cultural das representações e práticas sociais, e de afirmação, resistência ou negação de relações de poder.⁶⁸

Em defesa de um ensino de História que prime pela transparência sobre os mais diversos processos que marcaram a construção da sociedade brasileira, pensamos ser de suma relevância abordar a questão dos imigrantes considerados indesejáveis em determinado período de nossa história. O caráter etnicamente plural da formação do povo brasileiro e a construção da perspectiva de uma cordialidade inerente a este são elementos que, em muitos casos, tornam nebulosa uma visão honesta de que práticas discriminatórias são comuns no seio da sociedade brasileira. Práticas que apresentam historicidade; práticas que podem apontar para determinados alvos de acordo com conjunturas históricas específicas. País tradicionalmente receptor de imigrantes, o Brasil não se mostra isento de expressões patentes de preconceito racial e xenofobia, inclusive em tempos recentes. Ao abordarmos eventos significativos de discriminação que marcaram nossa história, não visamos a naturalizar tais práticas, senão enfatizar a necessidade de empreendermos esforços para reprimir todo e qualquer tipo de prática discriminatória e tipificação negativa atribuída ao “outro”. Portanto,

⁶⁷ HEYMANN, Luciana Quillet. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, pp. 21-22. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf> Acesso em 23 nov. 2014.

⁶⁸ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. A História Ensinada: saber escolar e saberes docentes em narrativas da história escolar. Londrina: ANPUH, “XXIII Simpósio Nacional de História - História: guerra e paz”, 2005, pp. 5-6.

mostra-se de fundamental importância pensar a heterogeneidade como valor. De acordo com Anhorn e Costa:

[...] a heterogeneidade é constituinte do social, do político, da cultura que passam a ser vistos como resultados de práticas articulatórias entre elementos diferentes. Essa abordagem discursiva reafirma a potencialidade de perspectiva de uma política da diferença nos debates em torno de fixações de identidade, isto é, de uma política na qual as relações identitárias extrapolam a ideia de mediação entre identidades positivas e plenamente constituídas.⁶⁹

A sala de aula como arena de debates sobre discriminação, preconceito e xenofobia mostra-se ideal, considerando-se o papel potencial da escola como formadora de cidadãos plenos e orientados por ideais democráticos em um Estado de direito voltado para o bem comum, salvaguardando-se os direitos e a dignidade individuais. Nesse sentido, o ensino de História traz consigo um papel indissociável de disciplina norteadora de reflexões sobre a realidade social, exercendo papel fundamental nesse processo de edificação de valores de tolerância e cidadania. Destarte, o currículo em si e o uso que dele é feito pelo professor são dignos de nota, levando-se em conta os fatores que, em tese, delimitam os saberes permitidos no ambiente institucionalizado da escola. A proposta aqui esboçada visa a abrir espaço para um tema pouco trabalhado nos programas curriculares de História, permitindo dar visibilidade a uma parcela importante do corpo social brasileiro e ao processo de seu estabelecimento no país, o que daria margem para pensar questões relacionadas ao estabelecimento de outras populações imigrantes em diferentes momentos da história do Brasil. Assim como Monteiro, pensamos que:

O reconhecimento da diferença abre caminhos para a superação de discriminações e opressões. Conhecer os diferentes passados nos permite pensar diferentes futuros. Compreender a historicidade das sociedades nos permite compreender possibilidades de participação criativa e crítica.⁷⁰

Luis Fernando Cerri – autor que trabalha com a perspectiva do conceito de consciência histórica proposto por Jörn Rüsen – defende que o estudo de diferentes culturas, e mesmo de épocas distantes, deve ser considerado imprescindível para que a consciência histórica tenha um papel transformador da realidade e formador de uma “identidade razoável” no sentido de inclusão, tolerância e empatia para com a diversidade, evitando-se o etnocentrismo e a xenofobia. Para Cerri:

⁶⁹ ANHORN, Carmen Teresa Gabriel; COSTA, Warley da, op. cit., p. 130.

⁷⁰ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa, op. cit., 2010, pp. 12-13.

[...] é preciso mencionar que o conceito de consciência histórica implica a existência, na Didática da História, de um papel para a utopia e um papel para a alteridade como complemento obrigatório da formação de uma identidade razoável. A contribuição da História na escola não é só a compreensão da própria realidade e a formação da identidade. Nesse raciocínio fica mais fácil compreender como oportuna a Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, mesmo em comunidades, como é comum no Sul do Brasil, em que grande maioria da população é composta por descendentes de europeus. Pelo mesmo princípio, isso ajuda a conceber que é necessário também algum conhecimento de tempos afastados e povos em espaços distantes, com os quais parece que a nossa realidade não guarda relação quase nenhuma. Assim se pode promover uma identidade razoável ao evitar uma visão etnocêntrica do mundo e prevenir comportamentos excludentes, considerando que a modernização tende a colocar rapidamente em convívio multicultural as diferentes comunidades.⁷¹

Em tempos em que avanços sociais se deparam com reações conservadoras que favorecem tensões pautadas por discursos discriminatórios e intolerantes, faz-se necessário pensar o ensino de História como importante instrumento de esclarecimento e promoção de valores democráticos, voltados para a cidadania em sentido amplo, para o bem comum. Nesse sentido, o ensino de História deve se basear numa consciência histórica salutar e prevenir a formação do que Cerri chama de “identidades não razoáveis”. Para o autor:

As identidades não razoáveis seriam marcadas por uma radicalização do que é, na essência, toda identidade: delimitar e excluir. São, portanto, destrutivas e/ou autodestrutivas. Quando uma identidade implica a negação da humanidade, dos direitos e da vida das outras identidades, temos uma identidade não razoável que precisa ser prevenida, para o bem da coletividade.⁷²

A face cinzenta do processo de imigração no passado costuma ter pouca ou mesmo nenhuma relevância nos currículos de História atuais, merecendo pouco destaque na memória oficial construída ao longo do tempo. A memória dessa faceta da imigração no Brasil se apresenta como uma memória subterrânea, seja por haver pouco interesse do grupo étnico em questão em resgatar esse capítulo sensível de sua história, seja pelo fato de tal memória não se harmonizar com o discurso de ausência de conflitos e preconceitos no seio da sociedade brasileira. Segundo Michael Pollak:

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.⁷³

⁷¹ CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma Leitura Teórica sobre a História na Prática. *Revista de História Regional* 15(2): 264-278, Inverno, 2010, p. 276.

⁷² *Ibidem*, p. 271.

⁷³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 5.

A memória de uma imigração vista, em geral, como uma epopeia de heróis anônimos recebidos de braços abertos em solo brasileiro, e cuja disposição para o trabalho teria sido sua única qualidade exigida, encobre um capítulo fundamental para a compreensão da realidade histórica de nosso país. Assim, o caráter de “não-dito” do tema ora proposto, por si só, torna-o significativo para o ensino de História. Em parte, o reconhecimento de que discursos racistas – relacionados não só ao negro – vigoravam entre boa parte da *intelligentsia* brasileira rompe com uma identidade construída, ao longo de várias décadas, de país despido de preconceitos. Tal discurso identitário, por muito tempo, teve no ensino de História uma importante ferramenta de transmissão. Disciplina sempre oxigenada pelas demandas do presente, a História encontra-se atualmente em meio a acesos debates sobre questões identitárias e de luta pelo reconhecimento da igualdade em meio a diferenças, o que vem se refletindo nos currículos escolares. Pollak demonstra grande preocupação com a relação entre memória e identidade, incluindo a valorização da história oral como metodologia promissora para o resgate de memórias subterrâneas e ofuscadas pela memória oficial ou predominante. Sobre a memória nacional, esse autor defende que:

A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. [...] Podemos portanto dizer que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.⁷⁴

Forquin, já citado, também identifica esse esforço institucional pela manutenção da memória e propõe a utilização do termo currículo para designar as seleções que determinam, nos conteúdos propostos para o ensino, as relações de uma determinada sociedade com seu passado. Nesse sentido:

[...] a forma como uma sociedade representa o passado e gere sua relação com seu passado constitui uma distância altamente conflituosa e depende de todo o tipo de fatores sociais, políticos e ideológicos. [...] a memória cultural é sempre uma reinvenção. A mesma coisa vale, naturalmente, para aquela parte da memória coletiva gerida pelas instituições de educação formal e que são incorporadas nos programas de ensino.⁷⁵

Neste caso, tal reflexão tem validade tanto para o conhecimento histórico acadêmico quanto para o conhecimento escolar, os saberes ensinados nas salas de aula da educação

⁷⁴ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Estudos Históricos*, n. 10, 1992, p. 204.

⁷⁵ FORQUIN, Jean-Claude, op. cit., 1992, p. 30.

básica, tendo em vista que, em ambos os casos, as demandas do presente norteiam a construção do conhecimento. Entretanto, sobre o conhecimento escolar em si e suas especificidades, Ana Maria Monteiro e Fernando Penna apontam para:

[...] o reconhecimento da especificidade epistemológica da constituição desse conhecimento, que, ao ter como objetivo a educação, o ensino e a formação de cidadãos, diferencia-se do conhecimento produzido pelos historiadores de ofício: o conhecimento com rigor teórico e metodológico, que representa uma perspectiva e que precisa ser validado pelos pares, sujeito necessariamente a críticas e superações.⁷⁶

Propomos que a discussão sobre preconceito em sala de aula ganhe novos prismas, abrindo-se o leque dos debates voltados para as relações étnico-raciais, a fim de que os holofotes também se voltem para populações imigrantes, pinçando no passado uma problemática que pode se mostrar atual quanto a diferentes grupos étnicos que hoje migram para o Brasil. Como um dos objetivos almejados, temos o fomento de uma reflexão da parte do alunado sobre a construção de memórias e o papel do ensino institucionalizado nesse processo. Logo:

O ensino de História do Brasil apresenta-se, assim, como um terreno de disputas entre diferentes memórias coletivas no qual os sujeitos/alunos são interpelados a se posicionarem e a se identificarem com determinadas demandas de seu presente, tendo como base as relações estabelecidas com um passado inventado como “comum” e legitimado nas aulas dessa disciplina.⁷⁷

Defendemos o aprofundamento do debate referente a práticas discriminatórias em diferentes épocas no Brasil, a fim de que uma visão de mundo inclusiva seja construída e que voz seja dada aos mais diferentes grupos que compõem a população do país. Em consonância com essa perspectiva, temos que:

[...] vertente de enorme significação na pesquisa, e que se vem desenvolvendo, é a da amnésia na história dos excluídos, dos escravos, mulheres, crianças, operários, minorias raciais e sociais, loucos, oprimidos de todo tipo. Contudo, não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos.⁷⁸

⁷⁶ MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 36, n. 1, jan/abr. 2011, p. 192.

⁷⁷ ANHORN, Carmen Teresa Gabriel; COSTA, Warley da, op. cit., p. 133.

⁷⁸ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 34, 1992, p. 18. Disponível em <<http://200.144.255.123/imagens/Revista/REV034/Media/REV34-01.pdf>> Acesso em 04 dez. 2014.

Portanto, a grande discussão levantada aqui se fundamenta na parcialidade que marca a seleção cultural que caracteriza a elaboração dos currículos, nos esquecimentos ou na mudez quanto a determinados temas no espaço escolar, no caráter de construção da memória e sua relação direta com aspectos identitários. Conhecer esse capítulo de nossa história e refletir sobre o mesmo pode fomentar questionamentos bastante atuais sobre xenofobia e alteridade, tocando em temas tão delicados quanto necessários para o fortalecimento de valores democráticos de tolerância e empatia. Em sua discussão sobre memórias em disputa e temas sensíveis como os crimes stalinistas e os recrutados alsacianos da Segunda Guerra Mundial, Pollak coloca que:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.⁷⁹

Em suma, a partir das abordagens teóricas acima discutidas, propõe-se a problematização do papel dos conteúdos de História como ferramentas mobilizadoras de reflexões sobre problemas do presente e sua seleção como parte fundamental de um currículo edificador no sentido de construção da cidadania. Esperamos atingir os objetivos propostos.

⁷⁹ POLLAK, Michael, op. cit., 1989, p. 7.

CAPÍTULO II

2. A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

2.1. O Brasil, o Café e a Questão Imigratória

A segunda metade do século XIX foi marcada por momentos de grandes transformações no Brasil, entre as quais a mudança do regime monárquico para o republicano (1889), além do fim definitivo da escravidão (1888), pouco antes que o Império desse seu último suspiro. Durante esse período, a lavoura cafeeira conheceu uma grande expansão, consolidando-se como o principal produto de exportação da economia brasileira e transformando a face de regiões como, por exemplo, o Vale do Paraíba, grande centro produtor de café do Império, e, posteriormente, o Oeste Paulista.

Na década de 1820, [o café] ocupou o terceiro lugar – 18,4% – do total da pauta da exportação, sendo superado apenas pelo açúcar e algodão. Já no período posterior alcançou 43,8% do conjunto, assumindo o primeiro lugar e mantendo-se nessa posição durante todo o século XIX, chegando, inclusive, a representar, em 1889, 67,7% do total dos artigos comercializados no mercado externo.⁸⁰

Todavia, entre os fatores de produção essenciais para a lavoura cafeeira – na forma como ela era então conduzida – estava a mão de obra escrava, cuja oferta tendia a diminuir devido às graduais medidas tomadas contra o “infame comércio” – como a proibição do tráfico de escravos para o Brasil, imposta pela *Lei Eusébio de Queirós*, de 1850, e a *Lei do Ventre Livre*, de 1871 – e, posteriormente, para abolir definitivamente a escravidão no país (*Lei Áurea*, de 1888). Com isso, tornou-se necessário compensar a carência de braços escravos para a lavoura com mão de obra livre, cujo número só poderia se mostrar satisfatório com a implantação de uma política imigratória que fomentasse a entrada de trabalhadores para a produção cafeeira. Segundo Clodoaldo Bueno:

[...] a principal atividade econômica do Brasil era o café, cuja expansão dependia, basicamente, do mercado externo e da disponibilidade da mão de obra. Dessa forma, a ampliação das vendas externas e a atração de imigração foram os desafios herdados pela República instalada em 1889.⁸¹

⁸⁰ MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 143.

⁸¹ BUENO, Clodoaldo. *O Tratado de 1895 e o Início das Relações Brasil-Japão*. In: HASHIMOTO, Francisco;

A expansão do café pelo Oeste Paulista – região símbolo da expansão da lavoura no último quarto do século XIX – nos permite ter uma visão panorâmica desse processo, pois:

Havia farta disponibilidade de terras, o que facilitou a expansão cafeeira com a organização da lavoura sob a forma de *plantation* e com plena utilização do braço escravo. Este, no entanto, foi sendo substituído, paulatinamente, pelo imigrante, em virtude da carência de mão de obra após a paralisação do tráfico africano, em 1850.⁸²

Além disso, “[...] Com as dificuldades para a reposição da mão de obra, atingindo principalmente as regiões mais novas, em especial o Oeste novo, tornava-se imprescindível, por conseguinte, a obtenção de trabalhadores para substituírem os escravos”.⁸³

Entretanto, a uma parcela das elites políticas e intelectuais brasileiras não interessava a entrada de imigrantes de qualquer origem, tendo em vista a preocupação com a questão da formação racial da população do país, já considerada, segundo suas concepções, demasiada e negativamente miscigenada. Se a princípio a ideia de “branqueamento” da população brasileira se mostrou um fator estimulante durante as primeiras décadas da chegada de imigrantes europeus ao Brasil (italianos, alemães, espanhóis, entre outros), em outros momentos a questão do imigrante se tornou motivo de debates não só na sociedade como dentro da política governamental. As ideias científicas do século XIX exaltavam as vantagens de um afluxo constante de imigrantes europeus, que promoveriam um “branqueamento” da população brasileira, tornando-a melhor a cada etapa de abandono de suas características mestiças, de sua mescla de brancos com negros e indígenas. Apesar do reconhecimento da necessidade imediata de trabalhadores livres para atender a demanda da lavoura, havia uma notável preocupação de ordem “racial” quanto ao contingente imigrante que deveria ser recebido em terras brasileiras. “Como transição, muitos pediam a importação de *chins* e *coolies*, que uns aconselhavam por trabalhadores e subservientes e outros rejeitavam por viciados e imorais”.⁸⁴ Os chamados *chins*, trabalhadores chineses, foram os primeiros imigrantes “amarelos” trazidos para o Brasil, cuja imagem, a partir da segunda metade do século XIX, teria sido associada a toda uma série de comportamentos negativos, criando-se uma visão estereotipada sobre os asiáticos em geral. Segundo Silvio Cezar de Souza Lima, os primeiros trabalhadores chineses teriam emigrado para o Brasil a fim de se

OKAMOTO, Mônica Setuyo; TANNO, Janete Leiko (Org.). *Cem Anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 140.

⁸² MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, op. cit., p. 159.

⁸³ *Ibidem*, p. 164.

⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – Teatro de Sombras*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, p. 291.

dedicar ao plantio de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no início do século XIX.

Segundo o autor:

Trazidos por ordem de d. João VI, os chineses teriam como tarefa aclimatar a valiosa planta em terras brasileiras. O chá era um dos principais produtos de comércio no Ocidente; plantá-lo no Brasil aumentaria os lucros da Coroa Portuguesa. [...] No início do século XIX, os chineses eram vistos como excelentes agricultores e uma alternativa viável para a escravidão. As elites amedrontadas pelo fantasma da *revolução do Haiti* começavam a se preocupar com o crescente número de negros cativos e libertos que habitavam o país. Neste contexto o chinês era cogitado como uma boa alternativa de imigrante.⁸⁵

Todavia, com a consolidação do ideal europeu de civilização, no decorrer dos oitocentos, e as doutrinas raciais que então germinavam, passou-se a atribuir aos chineses o caráter de povo indesejável, havendo uma grande mudança nos discursos referentes a essa população. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, em meados do século XIX tentou-se novamente efetivar a imigração de trabalhadores chineses no Brasil. Todavia, o forte preconceito já vigente no país quanto aos asiáticos não permitiria a integral consecução da proposta inicial.

A opção pelos *chins* como mão de obra substitutiva do negro escravo foi retomada entre 1854 e 1855 através do sistema de parceria. [...] Em junho de 1855, cerca de dois mil *chins* eram esperados como prática de um contrato entre o governo brasileiro e a Casa Sampson e Tappman, de Boston. Chegaram apenas 368. Da euforia passou-se rapidamente ao desgosto. O tratamento negativo dado aos “novos escravos” culminou com o rompimento do contrato e com a formulação de um discurso estereotipado contra os chineses, estigmatizados como inúteis, indolentes, indisciplinados e prejudiciais aos interesses da Nação.⁸⁶

Em seu periódico, chamado *A Imigração*, a Sociedade Central de Imigração, criada em 1883, referia-se aos chineses como “pestilento fluido emanado da podre civilização da China”, “uma raça atrofiada e corrupta”, raça “bastardizada e depravada”.⁸⁷ Apesar da campanha de alguns proprietários mais preocupados com o fator econômico e a necessidade imediata de trabalhadores para manter a produção, a pressão contra a introdução de numerosa população de origem chinesa predominou, seguindo-se uma tendência que já vinha ganhando forma nos EUA, país que, em 1882, fechou suas portas para a entrada de imigrantes chineses. Vale ressaltar também que, em geral, mesmo aqueles que defendiam a vinda de trabalhadores

⁸⁵ LIMA, Silvio Cezar de Souza. Os Filhos do Império Celeste: A Imigração Chinesa e sua Incorporação à Nacionalidade Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/?sub=alteridades%2Fimigracao-chinesa%2F>>. Acesso em 30 out. 2015.

⁸⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A Imagem do Imigrante Indesejável. In: *Revista Seminários N° 3 - Imigração, Repressão e Segurança Nacional*. São Paulo: PROIN-USP, 2003, p. 2.

⁸⁷ LIMA, Silvio Cezar de Souza, op. cit.

chineses o faziam a partir da perspectiva de que os mesmos seriam uma categoria de mão de obra transitória no processo de consolidação do trabalho livre no país, não caracterizando um grupo que se fixaria e plantaria raízes em solo brasileiro. Assim:

Os trabalhadores chineses, embora nem imigrantes nem humanos, eram climaticamente adaptáveis, dóceis, sóbrios e dispostos a trabalhar por baixos salários. Faltava aos chineses o “senso desenvolvido de igualdade e independência” encontrado entre os imigrantes europeus, tornando-os mais fáceis de serem controlados. [...] os chineses eram os imigrantes perfeitos: eles trabalhavam silenciosamente e, ao fim de seus contratos, iriam embora do Brasil.⁸⁸

Contudo, foi a corrente contra esse tipo de imigração a que prevaleceu e encontrou, inclusive, grande espaço nas publicações daquele período. A imprensa da época – em sintonia com os discursos em voga sobre os *chins* – publicava uma série de matérias e charges que reforçavam estereótipos.

[...] a efervescência de ideias racialistas e a campanha abolicionista davam consistência aos debates sobre a possibilidade de substituição da mão de obra escrava negra pela mão de obra assalariada branca, sendo o elemento amarelo visto como o *intermezzo* entre as duas. A ideia de que o elemento amarelo seria uma espécie de “intermediário” entre as raças branca e negra deve muito às teorias racialistas desenvolvidas a partir do final do século XVIII e início do XIX. Com a campanha abolicionista, a questão da imigração chinesa tomou rumos de discursos panfletários, em que o *chim* era visto como *pior que o negro: avaro, viciado em jogo e ópio, infanticida por convicção e ladrão por instinto*. Os inimigos declarados da imigração chinesa e do modelo de “semi-servidão” que aqui seria adotado, encontravam-se na *Sociedade Brasileira de Imigração*, na *Sociedade Central de Imigração* e nos jornais *O Paiz*, de Joaquim Nabuco, na *Gazeta de Notícias*, de José do Patrocínio, ambos fundados com o intuito de *combater a escravidão e incentivar a imigração europeia*.⁸⁹

Tais “características”, ao serem estendidas aos asiáticos em geral, foram, de certa forma, transferidas para os japoneses quando se passou a cogitar a entrada destes no país.

Os estereótipos veiculados com relação ao *chim* materializaram uma imagem *negativa* desse elemento, que, além de ter sua figura associada “às suas tranças”, foi sempre lembrado como “viciado em ópio”, “ladrão de galinhas”, “pouco higiênico”, “civilizadamente atrasado”, “supersticioso”, “racialmente inferior” etc. [...] O fato de não ter se efetivado a imigração de trabalhadores chineses em número significativo para o Brasil deu ensejo para que, a partir de meados da década de 1890, a palavra *chim* praticamente desaparecesse dos discursos imigratórios, sendo substituída pela palavra *japones*.⁹⁰

⁸⁸ LESSER, Jeffrey. A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, pp. 47-48.

⁸⁹ DEZEM, Rogério. Matizes do “Amarelo” – A Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, pp. 61-62.

⁹⁰ DEZEM, Rogério. Elementos Formadores do Imaginário sobre o Japonês no Brasil. Disponível em: <<http://www.discovernikkei.org/en/journal/2007/7/3/elementos-formadores/>>. Acesso em 16 jul. 2016.

Assim, uma solução que atenderia tanto à necessidade urgente de braços para a lavoura cafeeira quanto à busca por um “aperfeiçoamento” da população brasileira seria a entrada de imigrantes “racialmente desejáveis”, notadamente os brancos europeus. Logo, “O imigrante europeu foi a fonte alternativa capaz de atender às necessidades da lavoura cafeeira”.⁹¹

A própria legislação do início da era republicana ressaltava o quão inconveniente parecia às autoridades brasileiras a miscigenação com outras populações que não as brancas europeias, como se infere do Decreto nº 528, de 28 de junho 1890, “[...] que fechava as portas do Brasil a imigrantes africanos e asiáticos, salvo autorização prévia do Congresso”.⁹² Tais termos legais teriam sido modificados em 1892, quando “[...] é promulgada a lei nº 97, que permite a livre entrada de chineses e japoneses. Pode-se compreender que essa mudança de postura objetivava a garantia da substituição dos cativos por mão de obra de baixo custo”.⁹³ Ainda assim, a polêmica se manteve entre significativa parcela das elites nacionais.

Nesse período, as ideias de evolução e de hierarquização entre as sociedades se mostravam extremamente em voga na Europa e, conseqüentemente, nos meios intelectuais das elites nacionais, sempre dispostas a importar as produções europeias, tanto materiais quanto do mundo das ideias. Os anos 70 do século XIX teriam sido um marco nesse sentido, pois avoluma-se, então, a influência do pensamento pretensamente científico oriundo do estrangeiro no Brasil. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz:

Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir do anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. [...] Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. [...] Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades.⁹⁴

Nesse sentido, para efeito de exemplificação, teorias como as do Conde francês *Joseph Arthur de Gobineau* (1816-1882), que via na miscigenação um fator determinante da

⁹¹ MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, op. cit., p. 164.

⁹² LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990, p. 19.

⁹³ INOUE, Mariléia Franco Marinho. et al. História dos Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Renmei, 2008a, p. 48.

⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pp. 38-39.

decadência das civilizações desde a Antiguidade⁹⁵, e as de *Georges Vacher de Lapouge* (1854-1936), que afirmava não haver um futuro civilizado para uma nação marcada pela miscigenação⁹⁶, mostraram-se em voga entre as elites brasileiras do último quarto do século XIX / primeiras décadas do século XX. A hierarquização das raças era um ponto comum entre muitos pensadores que elaboravam tais teorias, concluindo-se mesmo que as sociedades em geral – num empréstimo feito aos estudos das ciências biológicas de então – poderiam ser categorizadas em níveis determinados de civilização e barbárie, dentro de uma concepção de evolucionismo social. Segundo Giralda Seyferth:

O darwinismo social – principal doutrina racista vigente na passagem do século – radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (mais aptos) – no caso os brancos, pois as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social.⁹⁷

A “assimilação” e a “mistura” seriam fatores de grande preocupação dentro da política imigratória, fazendo com que os imigrantes tivessem um papel adicional, além de oferecer sua força de trabalho: “contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação”.⁹⁸ Assim, inicialmente, o afluxo de imigrantes brancos foi considerado uma forma de aperfeiçoar eugenicamente a “raça” brasileira, sendo bem-vindos os contingentes de alemães (que na verdade teriam começado a chegar ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX, juntamente com alguns suíços), italianos, espanhóis, além das levas de portugueses que continuaram aqui aportando.

Outra forte influência foi a das ideias constantes da chamada *eugenia*. Credo que a hereditariedade era o elemento-chave da formação dos indivíduos, tanto biológica quanto moral e intelectualmente, a “ciência” eugênica de *Francis Galton* (1822-1911) arrebanhou parcelas significativas das elites nacionais, principalmente daqueles ligados à área da Medicina.⁹⁹ De fato, o que ocorreu no Brasil foi um conjunto particular de adaptações dessas formas de se pensar raça e civilização, levando-se em consideração as peculiaridades intrínsecas ao caldeamento característico do processo de formação do povo brasileiro.

⁹⁵ SOUSA, Ricardo A. Santos. *O Conde Gobineau e o Horror à Ambivalência*. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2006, p. 01.

⁹⁶ PETRUCCELLI, José Luis. *Doutrinas Francesas e o Pensamento Racial Brasileiro (1873-1930)*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm>>. Acesso em 21 abr. 2015.

⁹⁷ SEYFERTH, Giralda, op. cit., 1996, p. 43.

⁹⁸ Ibidem, p. 49.

⁹⁹ MASIERO, André Luis. *A Psicologia Racial no Brasil (1918-1929)*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2005000200006&script=sci_arttext>. Acessado em: 16 jul. 2016.

Segundo a *eugenia*, acreditava-se que “as forças cegas da seleção natural”, como propulsoras do progresso, deviam ser substituídas por uma seleção consciente, a fim de se alcançar uma satisfatória depuração da raça.¹⁰⁰ Nesse sentido, a miscigenação seria algo visto como fator degenerativo, defendendo-se somente o cruzamento entre elementos racialmente positivos, ou seja, superiores. Em terras brasileiras, buscou-se pensar nesse processo a partir de outro prisma, tendo como possível a orientação da miscigenação em caráter de aprimoramento racial, contanto que se garantisse o afluxo de elementos racialmente superiores para o país. Portanto, somente por meio do cruzamento entre raças superiores e inferiores essas últimas poderiam legar aos seus descendentes características mais evoluídas, promovendo progresso na escala evolutiva da humanidade. Filtrou-se o pensamento racial importado dos considerados centros de cultura e ciência do Ocidente por meio de adaptação e descarte de elementos das teorias originais. Destarte:

O que interessava não era recordar o debate original, restituir a lógica primeira dessas teorias, ou o contexto de sua produção, mas, antes, adaptar o que “combinava” [...] e descartar o que de alguma maneira soava estranho, principalmente quando essas mesmas teorias tomavam como tema os “infortúnios da miscigenação”.¹⁰¹

Dentro dessa visão, entre amplas camadas das elites brasileiras, cria-se que a miscigenação só seria aceitável quando feita entre brasileiros – já mestiços em sua essência – e povos europeus brancos que poderiam contribuir, em termos de *eugenia*, para o branqueamento de nosso povo. Dessa forma, podemos afirmar que a tese do branqueamento, aceita pela maioria da elite nacional, foi uma solução tipicamente brasileira que via na miscigenação, se seletiva e devidamente conduzida, um meio de aprimorar física, cultural e racialmente o corpo social da nação.

A tese comentada se baseava no pressuposto da superioridade branca – às vezes minimizada por ficar em aberto a questão do quão “inata” seria a inferioridade e pelo emprego de eufemismos como raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas”. [...] A conclusão otimista dessa análise racial repousava, obviamente, em outro pressuposto crucial: a miscigenação não gerava, necessariamente, “degenerados” e poderia forjar uma população mestiça saudável que se tornaria cada vez mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.¹⁰²

¹⁰⁰ GOLDIM, José Roberto. *Eugenia*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>>. Acesso em 17 mai. 2015.

¹⁰¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit., p.54.

¹⁰² SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 111.

Isso levou muitos não só a questionar como também a se colocar contra a entrada de asiáticos como imigrantes no Brasil, incluindo-se aí, naturalmente, os japoneses. Todavia, em determinado momento, como resultado das relações diplomáticas cada vez mais estreitas entre Brasil e Japão, além de uma convergência entre as necessidades socioeconômicas dos dois países, seriam definidas as condições nas quais se daria o início da entrada de trabalhadores japoneses em solo brasileiro.

2.2. O Japão da Era Meiji e a Segunda Fase da Revolução Industrial

Durante cerca de dois séculos e meio (*Período Edo* ou *Era Tokugawa: 1603-1868*), o Japão permaneceu fechado em si mesmo, mantendo o mínimo de relações com povos estrangeiros, limitando-se basicamente a relações comerciais com a Holanda e a China no porto de *Nagasaki*. O regime político estabelecido no Japão no início do século XVII, uma espécie de governo militar-feudal, dominado pelo *Shogunato Tokugawa*, foi marcado por medidas que gradualmente isolaram o país do resto do mundo.

Já na primeira metade do século XVII, foi exigido aos súditos nipônicos que renunciassem ao cristianismo e proibiu-se a entrada de navios portugueses em portos do país, bem como a saída de japoneses para terras estrangeiras. Nesse período, a sociedade japonesa foi dividida em três classes básicas: os samurais governantes, os agricultores e os habitantes das cidades (artesãos e comerciantes). Após quase dois séculos de razoável estabilidade, emergiram sérios problemas de ordem social, em parte devido ao aumento de taxas sobre a produtividade do arroz, que se destinariam à manutenção do estilo de vida das classes dominantes do país.¹⁰³ Além disso, a disparidade de condições entre camponeses e cidadãos tornou-se cada vez mais acentuada, oferecendo combustível para inflamar frequentes conflitos entre os dois grupos. Tais fatores provocaram na sociedade japonesa da época o desejo por reformas políticas e sociais. Paralelamente à insatisfação doméstica, os países estrangeiros começaram a pressionar o governo japonês para que este reabrisse as fronteiras do país. O ponto alto da pressão estrangeira foi a pressão exercida pela chegada do Comodoro norte-americano *Matthew C. Perry* (1794-1858) e sua bem armada esquadra à costa japonesa, em 1853, o que marcou o início do processo de reabertura do Japão para o mundo.

¹⁰³ BITO, Masahide; WATANABE, Akio. Um Perfil Cronológico da História Japonesa. Tóquio: International Society for Educational Information, s/d, p. 14.

A fim de evitar uma guerra civil e garantir a unificação do Estado, os lordes feudais e a classe guerreira se uniram sob a autoridade da corte imperial. O processo de enfraquecimento do *Shogunato Tokugawa* – que já vinha ocorrendo devido à insatisfação popular e ao desejo de transformação da sociedade – viu-se acelerado pela chegada dos estrangeiros ao país, provocando, em 1868, a restauração do poder político às mãos do Imperador.¹⁰⁴ Era o início de uma nova era, marcada pela entrada do Japão na corrida pela industrialização e pela modernidade. A segunda fase da Revolução Industrial chegava à Terra do Sol Nascente. Tinha início, então, a *Era Meiji*.

As transformações ocorridas durante a *Era Meiji* (1868-1912) foram extremamente marcantes para a sociedade japonesa, tendo afetado os mais variados segmentos e áreas da sociedade nipônica.

Em sua determinação de estruturarem o país em bases econômicas modernas, à imagem do que observavam na Inglaterra, Alemanha e França, os novos dirigentes japoneses traçaram um ambicioso programa de implantação de indústria pesada, transportes, mineração, modernização das forças armadas e educação, além da própria ampliação de todo o aparelho estatal.¹⁰⁵

Em 1890, inaugurou-se um governo constitucional no país, que seguia o modelo europeu (mais notadamente o alemão), criando-se uma Câmara Alta e uma Câmara dos Comuns. No campo social e econômico, foram tomadas medidas reformadoras como a decretação do fim da divisão da sociedade em classes, sendo todos declarados iguais perante a lei, embora na prática determinadas formas de discriminação permanecessem, como geralmente ocorre nesse tipo de reforma social e política. Ainda assim, livres do controle feudal, os agricultores puderam assegurar a posse de suas terras legalmente. Além disso, houve um forte movimento rumo à industrialização do país, tanto por meio de avanços técnicos obtidos internamente quanto pela introdução de técnicas adquiridas de países estrangeiros.

Paralelamente à industrialização, realizaram-se reformas no campo, dismantelandose o sistema feudal que predominava até então. Com isso, houve um grande fluxo de trabalhadores para os centros urbanos, além de um destacável aumento demográfico, fomentado pelo próprio governo, que teria reprimido práticas como o aborto e o infanticídio, e pela gradual melhoria das condições médico-sanitárias.¹⁰⁶ Enquanto o governo buscava arcar

¹⁰⁴ Ibidem, p. 16.

¹⁰⁵ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 17.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 16.

com as obras de infraestrutura necessárias, como transportes, comunicações, rede bancária, educação e sistemas legais, a industrialização era empreendida pelo capital privado.

Em termos de educação, no ano de 1872, o governo promulgou o sistema educacional em que se estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário a todas as crianças a partir dos seis anos de idade. Assim, buscava-se eliminar o analfabetismo no Japão, visto que tal aspecto divergia dos objetivos modernizadores e das diretrizes traçadas pelo governo para o país.¹⁰⁷ A emigração de parte de seu excedente populacional foi uma característica marcante do Japão desse período, que promoveria o estabelecimento de súditos de seu Império em regiões do Pacífico (Ilhas Havaí e Austrália, por exemplo), da Ásia e das Américas (Estados Unidos, Canadá, Peru e, posteriormente, Brasil).

Em 1884, o Japão celebrou com o Havaí, então uma monarquia sob protetorado norte-americano, um Tratado de Navegação que abriu o caminho para as primeiras saídas de emigrantes nipônicos com destino àquele arquipélago, para uma permanência de três anos. [...] Estava desencadeado o movimento emigratório, que logo passaria também a dirigir-se à Costa Oeste dos Estados Unidos, e em menor escala, ao Canadá.¹⁰⁸

Na América do Sul, a entrada de mão de obra japonesa teve como alvo inicial o Peru, país que recebeu, já em 1899, cerca de 790 imigrantes nipônicos. Em 1900, as ilhas do Havaí são anexadas pelos Estados Unidos, passando o processo de entrada de estrangeiros em seu território a ser regido pelas leis norte-americanas. Se, por um lado, entre 1900 e 1908, “A transmigração de imigrantes nipônicos do Havaí para a Califórnia tomou corpo a partir de então [...] atraídos por melhores salários”¹⁰⁹, por outro, o governo estadunidense passou a adotar medidas a fim de restringir a entrada de japoneses tanto em seu território continental como nas ilhas recém incorporadas, o que levaria a dificuldades quanto à continuidade da emigração para o arquipélago havaiano.

Para o governo japonês, a emigração de parte dos súditos nipônicos tinha um caráter não só econômico, mas também o de promover a imagem de um Japão digno de se relacionar em pé de igualdade com as demais nações do globo, como uma missão diplomática empreendida por cada um dos súditos do Império. Segundo Rogério Dezem, para o governo japonês:

O emigrante dessa forma se tornava um legítimo representante do Império do Sol em solo estrangeiro, pois se procurava consolidar positivamente a imagem do povo

¹⁰⁷ BITO, Masahide; WATANABE, Akio, op. cit., pp. 16-17.

¹⁰⁸ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 18.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 18.

japonês junto aos países ocidentais. Aqueles japoneses que, por uma série de razões, se aventurassem como emigrantes, tornavam-se automaticamente aos olhos do governo japonês “pequenos embaixadores”, legítimos representantes do Japão e da *raça japonesa* no exterior.¹¹⁰

Portanto, as razões para o fomento da emigração eram numerosas, fundamentadas em questões de ordem econômica e diplomática, além de social e política.

Essa fase da história do Japão, caracterizada por uma nova realidade social, econômica e política, foi marcada pela entrada do país numa competição cada vez mais acirrada com as nações industrializadas do globo, levando o Japão a buscar ampliar sua influência pela Ásia. Na última década do século XIX, ao tentar expandir sua influência sobre a Coreia, então tributária da China, o Japão criou um ambiente de tensão entre ele e esta última, o que resultou na *Guerra Sino-Japonesa* em 1894-1895. Foi a primeira vitória militar do Japão em sua nova fase histórica, sendo tomada Formosa como território colonial japonês.

Em 1904, devido a interesses territoriais da Rússia e do Japão na Coreia e na Manchúria, teve início a *Guerra Russo-Japonesa* (1904-1905), na qual, pela primeira vez na história, uma nação europeia se via vencida por asiáticos. Embora a guerra tenha durado apenas um ano, os custos do conflito foram significativos para o Japão.

Assim, embora no início do século XX o Japão se expandisse territorialmente, os problemas econômico-sociais se agravavam no arquipélago nipônico devido, em parte, aos custos da guerra e à volta de seus soldados sem perspectiva de trabalho.¹¹¹ Além disso, as reformas governamentais adotadas no campo foram outro fator a fomentar a concentração de uma população mais numerosa nos centros urbanos japoneses do que estes poderiam absorver satisfatoriamente. Com todos esses fatores, o risco de uma crise social, tanto no campo como nas cidades, se tornava cada vez mais iminente dentro de um território com recursos naturalmente limitados devido a seu caráter insular. Nesse sentido, a emigração de parte de seu excedente populacional se mostrava uma medida necessária para aliviar as pressões internas, numa potencial conjuntura de ebulição.

O governo japonês encaminhava seus nacionais para o exterior, visando diminuir a tensão social nas zonas rurais devido à explosão demográfica verificada com a modernização do império e a sua consequência mais dramática: os camponeses empobrecidos que ficaram à margem desse processo.¹¹²

¹¹⁰ DEZEM, Rogério. Um Exemplo Singular de Política Emigratória: Subsídios para Compreender o Processo de Formação dos Núcleos Ijûchi de Colonização Japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930). In: HASHIMOTO, Francisco; OKAMOTO, Mônica Setuyo; TANNO, Janete Leiko (Org.). *Cem Anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 155.

¹¹¹ TAKEUCHI, Márcia Yumi, op. cit., 2007, p. 15.

¹¹² TAKEUCHI, Márcia Yumi. A Comunidade Japonesa no Brasil (1908-1924): Quistos Étnicos ou Espaços de

Portanto, o final da *Guerra Russo-Japonesa* tornou necessária uma aceleração no processo de emigração de parte da população que então se encontrava num Japão temeroso de convulsões sociais. E é justamente nesse momento que os Estados Unidos, principal destino das migrações, começam a adotar medidas efetivas para restringir a entrada de japoneses em seu território, privilegiando a mão de obra nacional para seus empreendimentos. Um exemplo dessas medidas foi o *Gentleman's Agreement Act*, acordo firmado entre Japão e EUA em 1907, pelo qual “[...] o Japão se comprometia a não mais permitir a saída livre de trabalhadores com destino aos EUA, a não ser em casos especialmente permitidos”.¹¹³ A anteriormente razoável facilidade encontrada pelos emigrantes passou a enfrentar obstáculos naquele momento. Seriam obrigatórias para a entrada de japoneses em território norte-americano, a partir de então, as Cartas de Chamada, liberadas somente para reunião familiar.

Em vista do quadro pouco promissor das saídas para o exterior, o governo japonês retoma conversações com os representantes diplomáticos brasileiros para a abertura desta corrente migratória para o Brasil. A América do Sul, com exceção do Peru, é um dos únicos destinos alternativos viáveis naquele momento, especialmente o Brasil, por ser o maior produtor de café do mundo.¹¹⁴

O cenário também começava a se desenhar como pouco auspicioso no Canadá naquele mesmo momento, adicionando mais um ingrediente ao contexto em que a imigração nipônica teria início no Brasil.

O número de japoneses no Canadá não era superior a mil em 1896, crescendo em 1901 para 4.738 e, em 1911, para 9.057. Em 1908, o governo canadense começou a limitar e regular a entrada de japoneses, mediante convênio com o governo do Japão. Consequentemente, o fluxo de solteiros foi sensivelmente reduzido e, em seu lugar, houve um aumento no movimento de grupos familiares, especialmente das esposas daqueles que se estabeleceram anteriormente no Canadá.¹¹⁵

É nessa conjuntura que há uma efetiva convergência entre os interesses do Brasil e do Japão, favorecendo a opção pelo território brasileiro como destino da parte dos japoneses e pelos braços nipônicos para a lavoura cafeeira, da parte dos cafeicultores paulistas. No Brasil, a redução do número de entradas de trabalhadores europeus vinha se tornando uma grande

Identidade Imigrante? Disponível em <http://www.storicamente.org/07_dossier/migrazioni-takeuchi.htm>. Acesso em 16 jul. 2016.

¹¹³ SAITO, Hiroshi. O Japonês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Sociologia e Política, 1961, p. 22.

¹¹⁴ SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: *XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 Migrações Internacional*. Caxambu: 1998, p. 7.

¹¹⁵ MAKABE, Tomoko. Japoneses no Canadá. In: SAITO, Hiroshi (org.). *A Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 195.

preocupação para os produtores nacionais. No caso dos italianos, seu próprio governo teria, em 1902, tomado medidas a fim de restringir a vinda de trabalhadores subsidiados pelo governo brasileiro, devido a reclamações sobre as péssimas condições de trabalho daqueles já estabelecidos no país.¹¹⁶ Portanto, na década do alvorecer do século XX, passou a haver interesse de ambos os países em estimular o estabelecimento de mão de obra japonesa no Brasil.

Do lado do Governo paulista e da lavoura três fatores foram essenciais: a dificuldade de obter braços na Europa; a esperança de que o japonês se fixasse nas fazendas; e a expectativa de que o Japão viesse a oferecer novo mercado para o café brasileiro. Da parte nipônica, por sua vez, havia, de um lado, a pressão das companhias particulares de emigração, às voltas com crescentes dificuldades nos Estados Unidos e no Havaí, [...] de outro, o presumível desejo do Governo de igualmente encontrar opções alternativas para a progressiva inviabilização do mercado de trabalho norte-americano.¹¹⁷

Assim, como resultado de longas negociações entre empresas de emigração japonesas e o governo brasileiro, notadamente o Governo do Estado de São Paulo, teria início a imigração japonesa no Brasil, mais de uma década depois do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, firmado entre os dois países em 1895. Todavia, as discussões acerca da conveniência do japonês como imigrante persistiram no decorrer da primeira metade do século XX, quando se buscou reforçar a imagem do “perigo amarelo”. Cercada de ambiguidades, a imigração japonesa representou, para os setores ligados à agricultura paulista, o incremento que demandavam as lavouras depois do decréscimo das levas imigratórias europeias; para outros segmentos da sociedade, a negativa entrada de “uma raça feia e inferior, que em nada poderia contribuir para a ‘formação nacional’”.¹¹⁸ Bem ilustra esta última perspectiva o pensamento de Luiz Guimarães, segundo-secretário da delegação brasileira em Tóquio, cuja opinião sobre os japoneses se mostrava impregnada por uma visão completamente negativa em termos culturais e raciais. Segundo Jeffrey Lesser:

Ele [Guimarães] acreditava que essa imigração criaria “um inimigo dentro de casa” e seria “um perigo para o futuro a introdução de elementos asiáticos no nosso organismo nacional ... [porque] o japonês precisa viver à japonesa ... Não é possível naturalizar um japonês”. O poderio político e militar do Japão também atemorizava Guimarães, que acreditava que, em cinquenta anos, “milhões” de japoneses entrariam no Brasil, desferindo um golpe “fatal” no processo de “embranquecimento”, porque o japonês era “espião de nascença, e nosso inimigo pelo sangue”. Usando a teoria da eugenia, que constituía a base intelectual de tantos

¹¹⁶ SAITO, Hiroshi, op. cit., p. 28.

¹¹⁷ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 27.

¹¹⁸ KIMURA, Rosângela. *O Perigo Amarelo*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20: p. 26, mai. 2007.

diplomatas brasileiros, Guimarães sugeriu que “parece-me que a fisionomia e a força de uma nação dependam principalmente da unidade da raça: injetar sangue asiático em um organismo ainda etnicamente balbuciente entravar-lhe-á a marcha para a homogeneidade de um tipo nacional ... perderá a coesão que necessita para ser um grande país, uma nação de brasileiros”.¹¹⁹

Expostas em 1907, tais ideias sintetizavam todo um arcabouço construído sobre a figura do nipônico no Brasil, mesmo antes de ter início o fluxo imigratório de japoneses para o território brasileiro.

2.3. O Início da Imigração Japonesa no Brasil

A Lei nº 97, aprovada pelo Legislativo brasileiro em 1892, autorizava o estabelecimento de relações diplomáticas e de amizade do Brasil com a China e o Japão, permitindo, inclusive, a entrada de imigrantes de ambas as procedências em território brasileiro. Ainda assim, grande parte das autoridades brasileiras mantinha resistência à opção por asiáticos como imigrantes. Além disso, para o governo japonês, um efetivo tratado de amizade com o Brasil só seria plenamente aceitável se seus termos colocassem ambas as nações em pé de igualdade, sendo exigidos pelo Japão os mesmos privilégios e tratamento concedidos pelo Brasil às potências ocidentais.

A princípio, o Brasil se retraiu quanto às condições exigidas pelo governo japonês para a assinatura de um tratado entre os dois países. Em 1895, contudo, “[...] o Brasil voltou a manifestar ao Governo japonês seu desejo de negociar o tratado, no que o Japão concordou, ficando implícito que o mesmo se faria em pé de igualdade”.¹²⁰ A ideia de aproximação com a China foi abandonada, e o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão foi assinado, em 05 de novembro de 1895.

Após a formalização das relações entre os dois países, houve, ainda, um período de mais de uma década para que tivesse início um efetivo fluxo de japoneses para o Brasil, tendo em vista alguns fatores que teriam desestimulado o Império do Japão a enviar seus súditos para o trabalho nas fazendas brasileiras até aquele momento. “Na verdade, a preocupação do Governo nipônico prendia-se à crise que enfrentava a lavoura cafeeira e ao quadro de dificuldades internas daí decorrentes [...]”.¹²¹

¹¹⁹ LESSER, Jeffrey, op. cit., p. 160.

¹²⁰ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 20.

¹²¹ Ibidem, p. 23.

Mas ambos os países conheceriam conjunturas que promoveriam uma mudança de atitude que levaria ao início do fluxo imigratório. O Brasil, por um lado, viu-se desprovido dos trabalhadores que passava a demandar a lavoura cafeeira com a valorização dos preços do produto, por meio da efetivação do Convênio de Taubaté, em 1906, tendo em vista não só a redução de entradas de mão de obra europeia no país, como também o aumento de saídas dos mesmos, que retornavam a seus países de origem em função das más condições de vida e trabalho encontradas nas fazendas brasileiras. Assim, “Para manter a economia aquecida, o governo brasileiro procurava novos mercados para as exportações de café e, sobretudo, criar novo fluxo de imigrantes a fim de atenuar a necessidade de braços para a lavoura”.¹²² O Japão, por sua vez, com os primeiros sinais de movimentos discriminatórios nos territórios de sua preferência para a emigração de seus súditos – notadamente a costa oeste norte-americana –, além da retomada de confiança na economia brasileira, passou a cogitar o Brasil como destino para seus trabalhadores.

Do lado japonês, o agravamento do quadro conflitivo em relação ao imigrante nipônico na Califórnia a partir de 1906, a debilitação econômica provocada pela guerra russo-japonesa de 1904/1905 e a própria revitalização da economia brasileira atuaram como fatores a despertar o interesse pelo Brasil.¹²³

Com interesse tanto do Brasil quanto do Japão em dar início ao processo imigratório, efetivou-se, em 1907, o primeiro contrato entre a *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia Imperial de Emigração), representada por seu fundador, *Ryu Mizuno*, e o Governo do Estado de São Paulo, visando à introdução de um contingente significativo de japoneses nas fazendas do estado. “Comprometia-se a companhia de *Mizuno* a colocar no Brasil um total de 3 mil agricultores, em famílias de pelo menos 3 membros (“três enxadas”), contando no mínimo 12 e no máximo 45 anos de idade”.¹²⁴ As levas sucessivas que somariam esse total se dariam, segundo o acordo, de 1908 a 1910. Com isso, chegaram ao Porto de Santos, em 18 de junho de 1908, a bordo do navio *Kasato Maru*, os primeiros 781 imigrantes japoneses.

Esse grupo de futuros trabalhadores assalariados, formado por 165 famílias com 733 membros, e 48 imigrantes avulsos, foi distribuído entre as fazendas Dumont, Canaã, São Martinho, Guataparã, Floresta e Sobrado, todas localizadas ao longo das estradas de ferro Mogiana, Paulista, Sorocabana e Ituense.¹²⁵

¹²² BUENO, Clodoaldo, op. cit., p. 143.

¹²³ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 24.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 24.

¹²⁵ TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O Império do Sol Nascente: Entre a Idealização e a Realidade*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Márcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pp. 39-40.

Segundo a historiografia tradicional, a chegada desse primeiro contingente significativo de trabalhadores nipônicos (a maioria de origem okinawana) é o marco inicial da imigração japonesa no Brasil. Todavia, mais recentemente, alguns autores vêm apresentando trabalhos significativos em que se defende a presença de indivíduos de origem japonesa estabelecidos no país antes mesmo da chegada do *Kasato Maru*.

Algumas abordagens defendem, também, que outro fator de incentivo essencial para a decisão dos primeiros japoneses emigrarem de sua terra para o Brasil teria sido o envio, em 1905, do relatório do Ministro Plenipotenciário do Japão no Brasil, *Fukashi Sugimura*, sobre as condições de trabalho e as perspectivas de crescimento que seriam encontradas pelos trabalhadores nipônicos em terras brasileiras. Nas palavras de *Sugimura*:

Em consequência da suspensão da migração de colonos italianos, o Estado de São Paulo está fazendo face a uma profunda falta de braços. [...] Acredito, por conseguinte, que a introdução de nossos imigrantes nesse Estado seria muito mais interessante e preferível a mandar para os Estados Unidos, onde avultam as perseguições. [...] Felizmente, o governo do Estado de São Paulo se propõe a subvencionar total ou parcialmente a passagem marítima [...] Proibida a entrada na Austrália, discriminados nos Estados Unidos, perseguidos no Canadá e agora limitados também nas Hawaii e Ilhas do Pacífico, os nossos colonos trabalhadores encontrarão no Estado de São Paulo uma rara felicidade e um verdadeiro paraíso.¹²⁶

Tal relatório teria influenciado não só na mudança de posição do governo japonês, bem como de alguns japoneses que resolveram tentar a sorte no Brasil mesmo antes da partida do navio *Kasato Maru*. Segundo a obra *Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro*:

Shigemi Mizuno, chamado “o pai da imigração”; Sadajiro Suzuki, “o imigrante pioneiro”; Saburo Kumabe, “o primeiro colonizador”; Saburosuke Fujisaki, “o primeiro empreendedor”; e Eijiro Miake “o primeiro viajante”. Todos esses são pessoas que decidiram vir ao Brasil após terem lido o Relatório. [...] Nesse sentido, o relatório de Sugimura respondeu às devidas circunstâncias da época.¹²⁷

De qualquer forma, em função de uma série de fatores convergentes na primeira década do século XX, teria início a imigração japonesa no Brasil.

¹²⁶ Trecho do relatório elaborado, em 1905, pelo Ministro Plenipotenciário do Japão no Brasil Fukashi Sugimura. apud: SAITO, Hiroshi, 1961, op. cit., pp. 28-29.

¹²⁷ INOUE, Mariléia Franco Marinho. et al., 2008a, op. cit., p. 53.

2.3.1. Os Imigrantes Pioneiros

Segundo Marcelo Abreu Gomes, autor de *Antes do Kasato Maru...*¹²⁸, em dezembro de 1907 um pequeno grupo de japoneses teria se estabelecido na Fazenda Santo Antônio, em Conceição de Macabu – distrito de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro – a fim de constituir uma colônia agrícola. O grupo seria formado pela família (esposa, quatro filhas e um filho) do juiz de Direito *Saburo Kumabe*, originário da cidade de *Kagoshima*, mais alguns colonos por ele chamados a participar da empreitada. Após desembarcar em Santos, em 1906, e tentar a vida em São Paulo, *Kumabe* teria partido para o Rio no ano seguinte. Sobre *Kumabe* e seu grupo, Gomes afirma que:

Foram protagonistas do primeiro projeto de colônia agrícola tocado com mão de obra nipônica no Brasil. Isto se deu sete meses antes da chegada a São Paulo do navio *Kasato Maru*, tido como marco oficial do início da imigração japonesa no país.¹²⁹

Essa primeira experiência para a formação de uma colônia japonesa em solo brasileiro – experiência financiada pelos próprios imigrantes, tendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro arcado somente com a aquisição da propriedade para a consecução da empreitada – não foi bem sucedida, mas rendeu ao Brasil as duas primeiras professoras de origem japonesa (filhas de *Saburo Kumabe*) formadas numa escola secundária do país, em 1918. Ambas teriam se naturalizado brasileiras, um ano após sua formatura, a fim de serem efetivadas em seus cargos.

A presença desse grupo é confirmada por um parecer de 1909, apresentado à Comissão de Justiça, Legislação e Instrução Pública, sobre a pequena colônia de Conceição de Macabu. Segundo o documento:

Na Fazenda Santo Antônio, adquirida pelo Governo para a fundação de uma das colônias, vivem, há cerca de dois anos, duas famílias de japonezes, compostas de dezessete indivíduos. [...] foram para lá com a condição de se manterem à sua custa, até a criação definitiva da colônia. [...] Esses japonezes são queridos na localidade, onde todos elogiam o exemplo de economia e de trabalho e a constância de que dão provas contra todas as dificuldades da sorte.¹³⁰

¹²⁸ GOMES, Marcelo Abreu. *"Antes do Kasato Maru..."*. Conceição de Macabu: Macuco, 2008.

¹²⁹ GOMES, Marcelo Abreu. *Um Japão que não Vingou*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 31: p. 69, abr. 2008.

¹³⁰ ASCOLI, Nestor. *A Imigração Japonesa para a Baixada do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revista da Língua Portuguesa, 1924, p. 10.

Logo, a primeira experiência visando à formação de um núcleo colonial agrícola baseado em mão de obra japonesa teria sido empreendida antes de 1908, no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, há comprovação da presença de outros japoneses no Brasil, anteriormente ao desembarque dos passageiros do *Kasato Maru*.

Segundo pesquisas da Comissão de Elaboração do Livro Comemorativo dos Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro (comissão formada por *Mariléia Franco Marinho Inoue, Hiroyuki Makita, Hiroyuki Nakamura e Yoichi Fukai*), há provas documentais da presença de japoneses no Brasil antes do considerado marco oficial da imigração, em 1908. Sem contar com o inusitado episódio em que quatro japoneses teriam – numa viagem de volta da Rússia para o Japão, passando pelo Oceano Atlântico – atracado no porto de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, em 1803, os pesquisadores apontam a presença de outros quatro japoneses que teriam desembarcado no Rio de Janeiro, em 1867. Tratar-se-ia de *Kamajiro Enomoto, Enjiro Uchida, Tarozaemon Sawa e Shumpei Taguchi*, que integrariam o grupo de pessoas a bordo do navio *Kaiyo Maru* e teriam permanecido na capital do Império do Brasil durante onze dias.¹³¹ São casos curiosos que não representam o estabelecimento de japoneses no país, mas que demonstram a passagem de nipônicos pelo Brasil antes do início do século XX.

Um dos casos mais interessantes seria o de *Wasaburo Otake*, que, ao chegar ao Brasil, teria sido empregado na empresa Mendes de fornecimento para navios, em 1890. Por recomendação do Almirante Custódio de Melo, que comandava o navio que trouxe *Otake* ao Brasil, este teria ingressado na Escola Naval. Assim, quando de um importante evento histórico ocorrido em 1893, do qual Custódio de Melo teria participado ativamente, *Otake* teria tomado o partido de seu protetor.

O almirante liderou cinco navios de guerra e hasteou a bandeira revolucionária na Baía de Guanabara. Trata-se da Revolta da Armada, uma das mais violentas revoluções da história brasileira. Os alunos da Academia da Marinha também seguiram o almirante Melo e subiram a bordo armados. Na ocasião, *Otake* cursava o quarto ano da academia militar e também subiu a bordo como oficial ao lado do almirante.¹³²

Após a derrota dos revoltosos, *Otake* teria abandonado a Academia da Marinha e partido, com a ajuda da empresa Mendes, para Ribeirão Preto. Meses depois, teria regressado ao Japão, onde passaria a trabalhar como intérprete oficial do Ministério das Relações Exteriores. Sua constante relação com o Brasil rendeu, em 1918, o primeiro dicionário

¹³¹ INOUE, Mariléia Franco Marinho. et al., 2008a, op. cit., p. 37.

¹³² Ibidem, p. 43.

português-japonês publicado no país e, em 1923, o primeiro dicionário japonês-português.¹³³

O historiador Jeffrey Lesser reforça a informação sobre a passagem de *Wasaburo Otake* pela Escola Naval do Rio de Janeiro, além de mencionar uma estreita relação entre o mesmo e um membro da família imperial brasileira. Segundo Lesser:

Quando o cruzador *Almirante Barroso* aportou em Yokohama, um dos passageiros era o príncipe Augusto, neto de D. Pedro II, imperador do Brasil. *Wasaburo Otake*, um estudante de 17 anos que falava algum francês e inglês, visitou o navio, e é bem possível que ele tenha tido um caso amoroso com Augusto, descrito como um amigo “muito íntimo”. Otake viajou até o Brasil com Augusto, tendo passado alguns anos na Escola Naval do Rio de Janeiro.¹³⁴

Muitos outros casos de indivíduos japoneses que tiveram relações com o Brasil antes de 1908 poderiam ser aqui citados, mas essa seria uma discussão que não caberia na proposta deste trabalho. Registre-se apenas, para reforçar a defesa dessa tese, o funcionamento da empresa *Casas Fujisaki*, em São Paulo, já em 1906. Esta teria como empregados alguns japoneses já em seu primeiro ano de atividade. Logo, a chegada do navio *Kasato Maru* representaria, sim, o primeiro momento da entrada maciça de imigrantes japoneses em terras brasileiras, mas não a chegada dos pioneiros, os primeiros a se estabelecerem no país a fim de “fazer a América”.

2.3.2. As Companhias Japonesas de Emigração e as Primeiras Grandes Colônias

O papel das companhias japonesas de emigração foi fundamental para o estabelecimento das colônias nipônicas no Brasil, assim como, num primeiro momento, as subvenções fornecidas pelo governo e/ou pelos proprietários das plantações cafeeiras, ainda que os valores gastos com o transporte dos trabalhadores fossem descontados dos ganhos destes. O contrato entre o governo paulista e a *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia Imperial de Emigração), assinado em 1907, foi o primeiro efetivamente firmado com a finalidade de trazer um número significativo de trabalhadores japoneses para o Brasil. A Companhia Imperial foi incorporada por outra maior alguns anos depois, juntando-se a outras que entraram em cena. Essas empresas foram responsáveis pela formação de colônias japonesas importantes em termos de densidade demográfica e produção agrícola, além de se

¹³³ Ibidem, pp. 43-44.

¹³⁴ LESSER, Jeffrey, op. cit., p. 156.

tornarem alvos da polêmica entre as elites nacionais sobre a questão da conveniência dessa categoria de imigrantes.

Em 1912, em terras devolutas cedidas pelo governo paulista, situadas no Vale do Ribeira, formou-se a Colônia de Iguape, composta pelos núcleos coloniais de Registro, Sete Barras e *Katsura* (Gipovura). Essa empreitada foi iniciada pela *Toyou Syndicate*, transformada, um ano depois, na *Brasil Takushoku Kaisha* (Companhia Colonizadora do Brasil Ltda). Em 1917, a Colônia de Iguape passou para o controle da *Kaigai Kôgyô Kabushiki Kaisha* (Companhia de Desenvolvimento Exterior), mais conhecida como K.K.K.K., fundada, naquele mesmo ano, a partir da fusão de várias empresas de emigração. “A partir da Colônia de Iguape, em 1912, vários núcleos de colonização japoneses começaram a se formar em sua maior parte no Estado de São Paulo”.¹³⁵ Segundo Célia Sakurai, a K.K.K.K.:

[...] é uma empresa estatal controlada diretamente pelo governo japonês. É uma expressão da tendência desde a época *Meiji* do governo intervir, controlando os principais setores da economia. Em São Paulo, no Peru, Colômbia, Cuba, Filipinas há sedes de suas agências. A K.K.K.K. passa a exercer um papel fundamental na segunda fase da imigração no Brasil, no desempenho da função tutelar do governo japonês junto aos seus compatriotas.¹³⁶

Em 1927, foram criadas nas principais províncias japonesas as *Associações Ultramarinas*, tendo como órgão centralizador a *Fundação das Associações das Províncias Japonesas*. Como subsidiária dessa Fundação no Brasil, foi estabelecida a *Brazil Takushoku Kumiai* (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda), mais conhecida como BRATAC. Segundo Leão, a BRATAC:

[...] adquiriu a partir de 1928 quatro grandes glebas (três em São Paulo e uma no Paraná) e passou a explorá-las sob a forma de loteamento, em lotes de 25 hectares. O imigrante recebia do governo japonês a passagem marítima para o Brasil e podia adquirir sua pequena gleba, pagando uma soma inicial ainda no Japão e saldando o restante em prestações, à medida que aqui fosse desenvolvendo a lavoura.¹³⁷

Essa empresa teria, assim como a K.K.K.K., promovido a formação de importantes colônias japonesas em território brasileiro. Segundo Dezem:

A Bratac foi a responsável pela criação e manutenção (até o ano de 1942) das colônias de Bastos (1928) na região da Alta Paulista, Tietê (1928) na região

¹³⁵ DEZEM, Rogério, op. cit., 2008, p. 158.

¹³⁶ SAKURAI, Célia, op. cit., pp. 11-12.

¹³⁷ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p.32.

Noroeste, região conhecida no período como “quartel general da malária”, e Três Barras (1932), situada no norte do Estado do Paraná.¹³⁸

No norte do país, houve tentativas de formação de colônias na região amazônica e no Pará, ao final da década de 1920. Nos anos 1930, quando dos debates da Assembleia Constituinte (1933/1934), o estabelecimento de colônias nessa região foi apontado pelos líderes do movimento antinipônico como uma grande ameaça à segurança nacional, havendo quem temesse a criação de um “Império do Sol Poente” a partir de colônias situadas em áreas estratégicas como essa.

De fato, em janeiro de 1929 foi criada a Companhia Nipônica de Plantação do Brasil. Essa empresa recebeu do governo paraense uma concessão de 1 milhão de hectares de terras, distribuídos em duas partes: 600 mil hectares em Acará e outra de 400 mil hectares em Monte Alegre. Além disso, foram doadas mais três áreas de 10.000 hectares cada uma, localizadas em outras regiões do estado. O resultado foi a abertura de seiscentos mil hectares de Acará (atual Tomé-Açú), para onde se dirigiram 43 famílias, em 24 de julho de 1929, num total de 189 imigrantes, que chegaram a bordo do vapor *Montevideú Maru*.¹³⁹

No Estado do Amazonas também se tentou a formação de colônias nipônicas voltadas para a produção de cacau. Todavia, assim como no Pará, o empreendimento não foi bem sucedido. Tanto por conta da perenidade da cultura do cacau quanto pelas moléstias (malária, febre amarela, entre outras) que assolaram os núcleos paraenses, a Colônia de Acará teria caído em abandono já em meados dos anos 1930. A sorte dos núcleos do Amazonas não seria diferente, visto que “[...] da grande concessão de um milhão de hectares, uma primeira área foi selecionada em Maués, e para lá se dirigiram em 1931 as primeiras famílias, cuja sorte não seria melhor que a de suas congêneres em Acará”.¹⁴⁰

Esses foram os pontos mais representativos, em termos demográficos, de contingente japonês estabelecido no país. O Estado de São Paulo, sem sombra de dúvida, foi – e ainda é – a região com maior concentração de japoneses e descendentes no Brasil. Entretanto, também em Minas Gerais, no Mato Grosso do Sul e no Rio de Janeiro houve, ainda que em menor densidade, uma significativa concentração de famílias japonesas, tendo se formado colônias de grande importância, normalmente voltadas para a agricultura.

Um detalhe importante dos contratos firmados entre essas empresas e os trabalhadores foi a obrigatoriedade inicial de um mínimo de “três enxadas” para atuar na lavoura. Tal fato

¹³⁸ DEZEM, Rogério, op.cit., 2008, p. 164.

¹³⁹ TAKEUCHI, Márcia Yumi. A Comunidade Japonesa no Brasil (1908-1924): Quistos Étnicos ou Espaços de Identidade Imigrante? Disponível em <http://www.storicamente.org/07_dossier/migrazioni-takeuchi.htm>. Acesso em 16 jul. 2016.

¹⁴⁰ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 33.

teria influenciado na baixa fixação de imigrantes japoneses nas fazendas de café. Segundo essa condição contratual, cada família que pretendesse entrar no Brasil deveria dispor de, no mínimo, três pessoas capacitadas para o trabalho na agricultura. Essa condição deu ensejo à formação de famílias artificialmente compostas, tendo em vista que muitos se declaravam parentes apenas com o intuito de atender às exigências feitas pelas empresas de emigração e o governo brasileiro.

A dificuldade das companhias de emigração em arregimentar famílias legítimas levou à formação de “famílias compostas”, formadas na maior parte das vezes por elementos que não possuíam laços consanguíneos; muitas famílias possuíam grau de parentesco distante ou agregados. [...] Esse fato veio a influenciar diretamente nas formas de trabalho dos imigrantes nas fazendas, como também o seu grau de fixação nas mesmas.¹⁴¹

Hiroshi Saito reforça essa tese ao afirmar que:

A prática da família “composta” consistia em incorporar no rol dos membros da família, por meio de adoção e de outros aparatos baseados no código civil, as pessoas “estranhas”, aparentadas ou alheias, que até então não pertenciam à família. [...] a prática implicava na “artificialidade” da família assim formada, da qual não se poderia esperar relações estáveis entre seus membros nem uma unidade constante como grupo primário em confronto com a família naturalmente formada.¹⁴²

Esse fator teria influenciado no alto grau de mobilidade geográfica dos colonos japoneses. Colonos que, em muitos casos, abandonavam as propriedades nas quais deveriam trabalhar antes mesmo do fim dos contratos, em função da desilusão que os acometia ao se depararem com a realidade do trabalho na lavoura, bem diferente daquela propagandeada pelas empresas de emigração no Japão. As condições desfavoráveis de trabalho e a tênue ligação entre os componentes das “famílias” que se dirigiam às fazendas estimulavam sua fuga em busca de melhores perspectivas de vida. Além disso, é importante ressaltar que, nas primeiras décadas, esses trabalhadores vinham para o Brasil com a intenção de “fazer a América” e retornar a seu país natal, não sendo uma de suas características o desejo de se fixarem definitivamente em terras brasileiras.

Nas levas iniciais produziu-se formidável descompasso entre as expectativas dos imigrantes, movidos por ilusões de enriquecimento rápido, e a realidade da lavoura cafeeira, onde era magra a remuneração, precárias as condições de vida e semi-servil o regime de trabalho. Essas frustrações, seguramente agravadas pelo violento choque cultural, levaram os primeiros colonos a reações que embora variáveis na sua forma de expressão acabaram por traduzir-se num elevado índice de abandono das

¹⁴¹ DEZEM, Rogério, op. cit., 2008, p. 156.

¹⁴² SAITO, Hiroshi, op. cit., 1961, p. 62.

fazendas antes de concluído o prazo contratual. Protestos, situações de tensão ou fugas na calada da noite marcaram essas primeiras levas [...] ¹⁴³

Seguindo a tradição de emigrar em caráter temporário, comum desde o início do fluxo de trabalhadores para além-mar na segunda metade do século XIX, os japoneses vinham para o Brasil, geralmente, em grupos em que predominavam adultos capazes de trabalhar na lavoura. No que tange aos imigrantes que, já no século XIX, buscaram oportunidades nos Estados Unidos, Havaí e Canadá, *Hiroshi Saito* afirma que:

Todo esse movimento de população através do Pacífico caracterizou-se pela migração temporária ou periódica, constituída, em absoluta maioria, de elementos solteiros e de desagregados de sua família. Beneficiados pela diferença de níveis de salários, os imigrantes retornavam ou, pelo menos, a intenção era de retornar, com recursos acumulados durante alguns anos de trabalho no Novo Continente. ¹⁴⁴

Essa mesma intenção teria marcado as primeiras levas de japoneses que vieram para o Brasil, tendo-se formado, em muitos casos, grupos sem laços efetivos com a finalidade única de se enquadrarem nos termos dos contratos firmados entre o governo paulista e as empresas japonesas de emigração. Mas as condições encontradas no Brasil diferiam, e muito, daquelas encontradas pelos japoneses que buscaram a sorte, no século XIX, nos Estados Unidos e no Havaí, entre outros territórios, tendo em vista os baixos salários adotados no Brasil.

[...] ao concretizar-se o contrato para a introdução das primeiras levas, o princípio adotado pelo governo paulista prevaleceu, estabelecendo que os colonos japoneses constituíssem famílias com um mínimo de três pessoas *capazes* de trabalho, isto é, de 12 a 50 anos de idade.* [...] Se, por um lado, em face a esse princípio estabelecido, os colonos japoneses acataram a exigência do governo paulista, não desistiram, de outro, da pretensão de migrar temporariamente e de retornar ao país natal. A solução aventada pelos colonos era a formação de família chamada “composta”, do que resultou exclusão de crianças e velhos, característica dos primeiros contingentes chegados ao Brasil. ¹⁴⁵

De qualquer forma, houve continuidade do fluxo imigratório, apesar das oscilações resultantes das mudanças ocorridas na política de subvenções do governo paulista.

Até 1913, as passagens dos imigrantes japoneses foram subvencionadas pelo Governo do Estado de São Paulo e/ou pelos próprios fazendeiros, o que facilitava a vinda desses trabalhadores para o Brasil. Mas a difícil fixação dos nipônicos como colonos de café – pelos motivos já citados – em comparação com os europeus levou o governo paulista a suspender o

¹⁴³ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., pp. 28-29.

¹⁴⁴ SAITO, Hiroshi, op. cit., 1961, p. 63.

* A maioria dos autores afirma que a faixa de idade determinada pelos primeiros contratos era entre 12 e 45 anos.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 63.

contrato de transporte dos imigrantes, assim como a subvenção, nesse mesmo ano. Isso acarretou, de fato, a suspensão da entrada de japoneses no país. De acordo com Takeuchi:

O mito da expansão japonesa às Américas e a questão da preservação da raça brasileira, destinada a embranquecer, levaram o governo de São Paulo a suspender o seu subsídio à imigração japonesa em 1914. Alegava-se que a experiência de introduzir trabalhadores japoneses não estava sendo bem-sucedida devido à baixa fixação dos japoneses nas fazendas, pois eles se tornavam independentes rapidamente. Levava-se em conta o alto custo de transporte desses imigrantes, uma vez que o governo cobria parte desses custos e repartia as despesas com os fazendeiros que recebiam os japoneses.¹⁴⁶

Tal situação só foi revertida em 1917, quando, após grandes esforços e negociações efetuadas entre empresas de emigração japonesas e o governo paulista, foi retomada a política de subvenção das passagens para imigrantes de origem japonesa. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um importante fator que influenciou esse processo de retomada das subvenções aos japoneses.

Quando outra vez voltou a se reduzir a corrente imigratória europeia em função da Primeira Guerra Mundial, o Governo paulista reiniciou, em 1917, as subvenções à imigração japonesa, para suspendê-las novamente em 1922, desta vez em caráter definitivo.¹⁴⁷

Conforme citado acima, em 1922 o governo paulista decidiu suspender definitivamente a subvenção à imigração japonesa. O que teria representado a transição para uma nova fase da imigração nipônica no Brasil, na qual o governo japonês, após longas negociações, conseguiu retomar o processo de emigração de seus trabalhadores sob a condição de que ele próprio assumisse a subvenção a seus súditos dispostos a trabalhar no Brasil.¹⁴⁸ Um dos fatores que estimularam o governo japonês a tomar para si a responsabilidade pelas subvenções foi a proibição definitiva da entrada de japoneses em territórios dos Estados Unidos, que aprovariam, em 1924, a *Quota Immigration Law* (Lei de Cotas de Imigração).

O governo norte-americano, baseando-se em alegações de caráter xenófobo e de concorrência econômica, proíbe definitivamente, a partir de 1924, a entrada de imigrantes japoneses em seu território. Outros países do continente americano, como Peru, México e Canadá, seguem as mesmas diretrizes. O Brasil acabou se tornando o “grande canal” ainda aberto para a imigração japonesa. [...] A partir de 1924, o

¹⁴⁶ TAKEUCHI, Márcia Yumi. O Império do Sol Nascente: Entre a Idealização e a Realidade. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Márcia Yumi., *op. cit.*, 2010, pp. 46-47.

¹⁴⁷ LEÃO, Valdemar Carneiro, *op. cit.*, p. 30.

¹⁴⁸ SAITO, Hiroshi, *op. cit.*, 1961, p. 33.

governo japonês passou a arcar totalmente com os subsídios relativos aos seus emigrantes que para cá aportassem.¹⁴⁹

A autora Célia Sakurai, por sua vez, defende que a oferta de terras foi outro fator determinante a estimular o governo japonês a investir na emigração de seus nacionais para o Brasil, tendo mesmo criado as companhias anteriormente mencionadas com a finalidade de viabilizar a continuidade do movimento emigratório.

O interesse japonês sobre o Brasil não se deve apenas à exclusão sofrida em outros países. A abundância de terras inexploradas é o seu grande chamariz. Além de São Paulo com as lavouras de café, a Amazônia é uma possibilidade perseguida como destino. Na primeira fase até 1924, já há pedidos que o Consulado japonês adquirisse grandes lotes de terras para revendê-las às famílias imigrantes, tendência que se acentua e se realiza no período posterior, indicando por que o Japão estaria interessado em manter uma relação de tutela para com os seus emigrados no Brasil.¹⁵⁰

A retomada da entrada de mão de obra japonesa no Brasil, a partir de 1925, com o governo japonês responsabilizando-se pelo custeio integral das passagens de seus emigrantes, durou até 1941. Segundo *Hiroshi Saito*, essa segunda fase do movimento imigratório de japoneses no Brasil tem como característica marcante a entrada de imigrantes proprietários, como aqueles direcionados para os núcleos formados pela BRATAC, por exemplo. Além disso, “Os imigrantes colonos que foram introduzidos no I Período (1908-1925) a essa altura já haviam progredido a ponto de se tornarem lavradores independentes, dedicando-se à agricultura comercial, tais como a cultura de café e algodão”.¹⁵¹

Enfim, durante a década de 1930, teria havido um notável aumento do número de colonos japoneses no Brasil. De 1908 a 1928, entraram no país 69.929 imigrantes japoneses. Nos seis anos que se seguiram a esse período, ou seja, de 1929 a 1934, adentraram o Brasil 94.458 nipônicos, conforme tabela abaixo:

Imigrantes Japoneses Entrados no Brasil¹⁵²	
ANO	TOTAL
1929	16.648
1930	14.076
1931	5.632

¹⁴⁹ DEZEM, Rogério, op. cit., 2008, p. 162.

¹⁵⁰ SAKURAI, Célia, op. cit., p. 11.

¹⁵¹ SAITO, Hiroshi, op. cit., p. 36.

¹⁵² Dados do Departamento Nacional de Imigração, Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1951, p.55. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1951.pdf> Acesso em 22 jun. 2016.

1932	11.678
1933	24.494
1934	21.930
TOTAL DO PERÍODO	94.458

Portanto, nos seis anos correspondentes ao período entre 1929 e 1934, teriam aportado no Brasil mais de 57% do total de japoneses imigrados nos últimos vinte e sete anos, de 1908 a 1934. Esse aumento teria exaltado os ânimos daqueles que se colocavam contra essa população como imigrante, ora por questões de raça ora por temor ao expansionismo do Japão Imperial pela Ásia. Nesse sentido, a Capital Federal seria palco de grandes debates sobre o chamado “perigo amarelo”.

2.3.3. *A Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro – Um Breve Panorama*

A experiência da família de *Saburo Kumabe* e seus companheiros na região de Macaé – mencionada anteriormente – pode ser considerada a primeira tentativa efetiva de formação de uma colônia nipônica no Estado do Rio de Janeiro. A frustração com a tentativa de formar um núcleo agrícola levou *Kumabe* a se fixar na Capital Federal, onde trabalharia, ao longo de anos, em algumas companhias de renome como a Empresa Lage, onde foi porteiro, e na empresa de fornecimento de energia elétrica Light, onde trabalhou no setor de almoxarifado. Segundo a obra *Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro*, o idealizador do primeiro núcleo colonial japonês no Estado do Rio teria vivido uma série de experiências que foram minando-lhe todo o entusiasmo inicial quanto à vida no Brasil. Da perda de dinheiro, enviado por seu genro, num investimento mal sucedido (1922/1923), passando pela morte de sua segunda filha (1925) e o desgosto com seu filho, que morava nos EUA, os sonhos de *Kumabe* pareciam se desmanchar como um castelo de areia. Em 1926, um amigo lhe trazia notícias de seu filho, informando-lhe que o mesmo estaria namorando uma americana (algo pouco aceitável, àquela época, para um japonês tradicionalista), pedindo dinheiro emprestado a conhecidos sem lhes devolver e negligenciando os estudos.

A falta cometida contra *Nogami*, o sucesso dos imigrantes que vieram depois dele, a sua decadência e a morte da segunda filha, *Teru*, levaram *Kumabe* à depressão. A

única luz de esperança era o seu único filho homem, *Kei-Iti*, e essa estrela acabava de cair. Desgostoso da vida, decidiu dar um basta à sua própria vida.¹⁵³

Em 19 de agosto de 1926, *Kumabe* cometera suicídio, afogando-se após saltar de um navio que rumava para o sul do país.

Também em Macaé, *Yuzaburo Yamagata* – que chegou ao Brasil um mês antes do navio *Kasato Maru* – deu início, em 1911, a investimentos numa propriedade a qual batizou *Fazenda Yamagata*. Já em 1909, *Yamagata* mantinha uma empresa fornecedora de mão de obra na área da Gamboa, que abasteceu de vários trabalhadores japoneses a empresa Lage, um dos maiores estaleiros do país à época. A trajetória desse imigrante japonês no Brasil inclui a fundação de uma escola e colônia de pescadores na região de Cabo Frio, que teria conquistado grande espaço nesse setor nos anos 1920, competindo mesmo com pescadores de origem portuguesa da Associação Marítima dos Poveiros. Sua colônia de pescadores teria exaltado os ânimos de seus concorrentes, que acusavam seus membros de se submeterem à naturalização apenas para poder manter-se atuando no setor pesqueiro, restrito aos trabalhadores brasileiros, natos ou naturalizados, pelo decreto nº 16.184, de 25 de outubro de 1923.¹⁵⁴

No setor pesqueiro, além da escola e colônia fundada por *Yuzaburo Yamagata*, vale mencionar a atuação de *okinawanos* (japoneses da região de *Okinawa*) no litoral sul fluminense, particularmente na Ilha Grande e no litoral próximo a Itaguaí.

No setor do comércio, pode-se destacar a atuação da família de *Gosuke Hachiya*, que, após trabalhar para a *Companhia Nippaku*, teria aberto seu próprio negócio, a *Casa Hachiya*. Tendo iniciado suas atividades no ramo de importação de porcelanas de *Nagoya* e de brinquedos de *Osaka*, ao final dos anos 1920 a empresa já teria estabelecido uma fábrica de botão de madrepérola no Rio de Janeiro, usando matéria-prima do Japão na primeira fase e, mais tarde, conchas provenientes do Amazonas. Além disso, teria atuado no comércio de pedras preciosas. Os negócios da família teriam prosperado, tanto na capital como em São Paulo, onde os negócios ficavam aos cuidados de um irmão de *Gosuke*.

O sucesso da família *Hachiya* no Brasil foi fruto de colaboração entre os irmãos *Kazuo* no Japão, *Gosuke* no Rio de Janeiro e *Sem-Ichi* em São Paulo. Eles fizeram um trabalho conjunto de intercâmbio de exportação e importação, dos mais diversos produtos dos dois países em largas escalas.¹⁵⁵

¹⁵³ INOUE, Mariléia Franco Marinho. et al., 2008a, op. cit., p. 77.

¹⁵⁴ INOUE, Mariléia Franco Marinho. et al. A Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro. In: Universidade de São Paulo. (Org.). *Cem Anos de Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008b, v. 01.

¹⁵⁵ Idem, 2008, p. 123.

Ao final de 1941, logo após o ataque japonês à base norte americana de *Pearl Harbor*, a empresa dos *Hachiya* apareceria em documento da polícia política do Estado Novo, suspeita de transferir seus bens para brasileiros natos a fim de escapar a um possível confisco de seus bens no Brasil. Em documento datado de 27 de dezembro de 1941, lê-se o seguinte:

A firma “Hachiya, Irmãos Ltda”, pertencente a japonezes e sediada à rua Teófilo Otoni nº85, segundo comunicado à praça publicado em 26 do corrente pelo vespertino “A Noite”, acaba de ser transferida para cidadãos de nacionalidade brasileira. Essas transações comerciais, na sua quasi [sic] totalidade, não passam de atos fictícios, pois, geralmente, os compradores são pessoas ligadas às “extintas” firmas e não possuem recursos suficientes para adquirir e manter organizações comerciais em apreço. Os japonezes, assim como os alemães, temem o confisco de seus bens; caso o Brasil tome parte ativa no conflito mundial.¹⁵⁶

Em setores de serviços também é registrada a presença de japoneses no Rio de Janeiro, como em pensões, tinturarias e lavanderias, por exemplo. Mas foi no cultivo da terra que os japoneses se destacaram com grande desempenho no RJ, assim como em outras regiões do Brasil. Embora não tenham sido tão numerosos os núcleos coloniais nipônicos no estado, sua atuação na produção de uma grande variedade de verduras se mostrou de suma relevância.

Em termos de núcleos coloniais formados sistematicamente e visando à prática da agricultura por japoneses, destaca-se o Núcleo Colonial de Cachoeira, iniciado em 1932, e localizado a 40 km da cidade do Rio. O projeto, assim como os que criariam anos depois os núcleos de Santa Cruz e Itaguaí, foi uma iniciativa do Ministério da Agricultura, que pretendia fomentar a produção de verduras no Estado do Rio. Esse núcleo teve como pioneiras vinte e quatro famílias, lideradas por *Itaru Toshimitsu*, experiente administrador de fazendas cafeicultoras da região de Marília (SP). A colônia dedicava-se, principalmente, ao cultivo de tomate, além de arroz e milho, estes últimos para sua subsistência. Como outras inúmeras áreas do Rio de Janeiro, a região sofria com a falta de saneamento adequado e era atacada frequentemente por surtos de doenças como malária e febre amarela.

Em outubro de 1934 houve um período de chuva prolongado e como consequência um grande surto de malária, que atingiu todas as famílias. *Toshimitsu* [...] trabalhou junto com o governo para a implantação do sistema de esgoto. Os dados levantados nesta ocasião tornaram-se base para a colonização das terras baixas como Santa Cruz, Itaguaí, Piranema e São Bento.¹⁵⁷

¹⁵⁶ S-1-BOLETIM Nº 308 (Pág. XII). 27 dez. 1941, fl. 59, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

¹⁵⁷ INOUE, Mariléia Franco Marinho. et al., op. cit., 2008a, p. 153.

Após esse grave surto da doença, muitos colonos foram deixando a região, restando, ao final da Segunda Guerra Mundial, cerca de dez famílias na região.

Outros dois núcleos representativos, formados com incentivos do governo federal, seriam, justamente, os de Santa Cruz e Itaguaí. Durante os anos 1930, com o governo de Getúlio Vargas, as vastas terras da região de Itaguaí, assim como as de Santa Cruz, chamariam a atenção das autoridades, recebendo incentivo para o desenvolvimento agrícola conforme um já anteriormente notado potencial da região para tal atividade econômica, segundo pesquisa de Bécue, Melo e Muls. No que tange a Itaguaí:

Essa vocação agrícola seria posteriormente reconhecida por Getúlio Vargas, que na década de 1930 promove uma reforma agrária na região com um duplo objetivo: ocupar a área com famílias que ele julgava excedentes na capital e ampliar a produção de gêneros alimentícios para abastecer o Rio de Janeiro. Também data dessa época uma forte imigração de colônias estrangeiras (principalmente japoneses), que vieram reforçar a mão de obra local para o cultivo de várias culturas. A estes também foi fornecido um pedaço de terra.¹⁵⁸

Assim, na década de 1930, o governo do Estado Novo (1937-1945) buscava fomentar o desenvolvimento agrícola das áreas correspondentes a Itaguaí e Santa Cruz, permitindo o estabelecimento de colônias japonesas nos dois locais. Além de japoneses, fixaram-se, também, colonos de origem alemã, ainda que em menor número. Esse processo teria início paralelamente à deflagração da Segunda Guerra Mundial na Europa, que não levaria muito tempo para eclodir no Pacífico, tornando os japoneses, em termos gerais, alvos de desconfiança por parte da máquina nacionalizadora do Estado Novo.

Com menor número de famílias instaladas, outras regiões do estado receberam imigrantes japoneses que se dedicaram ao cultivo de frutas e verduras que, até então, eram raras na mesa de cariocas e fluminenses. Em Nova Friburgo, por exemplo, teve grande sucesso o cultivo de caqui, iniciado com *Toru Kassuga* e sua família. *Kassuga* chegou à região por volta de 1926, dando seus primeiros passos no cultivo de caqui. Todavia, ao final da década, resolveu tentar a sorte no desbravamento da selva amazônica, algo a que muitos japoneses se dispunham à época na esperança de conquistar um pedaço de terra próprio. As dificuldades encontradas na região o fizeram desistir desse sonho, resultando em seu retorno a Nova Friburgo, onde se dedicaria em definitivo à cultura do caqui.¹⁵⁹

¹⁵⁸ BÉCUE, Mathieu; MELO, Luiz Martins de; MULS, Leonardo. Itaguaí: o dinamismo do Porto Nacional com ou sem desenvolvimento local. In: FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Liz (Org.). *O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro: Estudos Avançados nas Realidades Municipais*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005, p 142.

¹⁵⁹ INOUE, Mariléia Franco Marinho. et al., op. cit., 2008a, pp. 160-161.

Outras experiências de pequenos contingentes nipônicos ocorreram em várias regiões do estado – principalmente na Baixada Fluminense – entre a década de 1910 e o período da Segunda Guerra Mundial, como em Nilópolis, Nova Iguaçu e Mesquita, por exemplo. Há registro de famílias dessas regiões que, à época da guerra, procuraram se refugiar na região de Mazomba, em Itaguaí.

Enfim, na primeira metade do século XX, a presença nipônica se deu em várias atividades econômicas, havendo mesmo alguns projetos de colonização sistemática com objetivos agrícolas. O que não significa que no Rio de Janeiro, assim como nos outros focos de imigração nipônica no Brasil, as condições de aceitação dessa população tenham sido necessariamente livres de dificuldades.

CAPÍTULO III

3. O JAPONÊS COMO IMIGRANTE INDESEJÁVEL

3.1. As Primeiras Resistências à Imigração Japonesa no Brasil

A imagem de raça indesejável atribuída aos asiáticos teria sido construída a partir de todo um discurso que predominou durante a segunda metade do século XIX, período marcado por ideias ditas científicas, que buscavam hierarquizar as sociedades, de forma que as europeias fossem vistas como o topo, o último estágio a ser alcançado pelos demais povos do globo. No Brasil, onde essas ideias foram adotadas por grande parte das elites, os japoneses foram vistos como uma raça inferior mesmo antes de um efetivo fluxo imigratório nipônico.

A possibilidade da imigração em massa de japoneses desencadeou amplo debate sobre sua conveniência, cujos termos lembram a discussão sobre os chineses no século XIX. O problema, mais uma vez, é o possível resultado “negativo” da miscigenação (o medo de “amarelar” o futuro povo brasileiro). Nesse assertivo, pode-se dizer que os japoneses, como os europeus, são bons para colonizar ou para trabalhar na lavoura cafeeira, mas, ao contrário dos europeus, não são bons para a mistura racial.¹⁶⁰

Em 1901, quando das primeiras tentativas de se firmar um contrato para a introdução de mão de obra nipônica no Brasil, o Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, Manuel de Oliveira Lima, teria emitido opinião contrária quanto à conveniência dessa categoria de imigrante. Seu comentário seria um alerta ao então Presidente do Estado de São Paulo, Rodrigues Alves, que estaria disposto a permitir a entrada de uma primeira leva de imigrantes japoneses para as fazendas paulistas.

Esta imigração parece-me pouco desejável tanto pelo perigo que oferece de uma maior mistura de raças inferiores na nossa população, como pela carência de experiências agrícolas com modernos processos e utensílios que existe entre a população rural destes países asiáticos, e bem assim pela diversidade de educação, costumes e sobretudo natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica.¹⁶¹

¹⁶⁰ SEYFERTH, Giralda. Colonização, Imigração e Questão Racial no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 53: p. 138, mar./mai. 2002.

¹⁶¹ LIMA, Manuel de Oliveira. AHI-Ofício nº 1, Seção 3ª, Reservado, 15/09/1901, recebido da Legação em Tóquio. *apud* LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 22.

Em 1906, um ano antes da celebração do primeiro contrato entre a Companhia Imperial de Emigração e o Governo do Estado de São Paulo, o então Encarregado dos Negócios do Brasil em Tóquio, Luiz Guimarães, também teria expressado sua opinião contrária à introdução de japoneses no Brasil:

[...] não enxergo a vantagem de se introduzir na vitalidade do nosso organismo nacional um elemento completamente disparatado, como seja o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça – o que também é um elemento a considerar [...] parece-me Senhor Ministro, que seria de avisada política cortar desde já as asas à ideia que está dia a dia tomando maior vulto sobre a emigração japonesa para o Brasil.¹⁶²

Contrariando esse ponto de vista, são interessantes as impressões de J. Amândio Sobral, Inspetor da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (órgão responsável pela imigração naquele Estado), sobre a primeira leva de imigrantes trazida pelo navio *Kasato Maru*, em 1908. Suas opiniões foram registradas em artigo publicado no jornal *Correio Paulistano*, edição de 25 de junho de 1908, no qual ele teria elogiado a disciplina e a higiene daquele contingente de nipônicos, afirmando que (em linguagem da época):

[...] as suas camaras e mais acomodações apresentavam uma limpeza inexcelsível. É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão. Pois houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava em sua 3ª classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1ª classe. [...] Ao desembarcarem na Hospedaria de Imigrantes saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta, em suma, uma coisa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem neles veio. [...] Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável. [...] Têm feito suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto. [...] Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes della. Os dormitórios quasi não precisam ser varridos. [...] Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar. A raça é muito differente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juizos temerarios a respeito da acção do japonez no trabalho nacional.¹⁶³

Embora se ditem de opiniões emitidas a partir de uma primeira impressão, tais comentários são bastante significativos, pois apontam naquele grupo de trabalhadores

¹⁶² GUIMARÃES, Luiz. AHI-Ofício nº 4, 2a. Seção, Reservado, 04/12/1906, recebido da Legação em Tóquio. *apud* Ibidem, p. 25.

¹⁶³ SOBRAL, J. Amândio. Os Japonezes em S. Paulo. *Correio Paulistano*, 25 jun. 1908, n. 16.118, p.1. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/13414>. Acesso em 18 jul. 2016.

características não esperadas de um povo supostamente inferior em termos de raça e civilização, segundo imaginário construído pelas teorias raciais predominantes à época.

A década de 1920 foi o cenário para o início de manifestações mais incisivas contra a presença dos imigrantes japoneses no Brasil, quando se tentou criar efetivas restrições para sua entrada no país, no mesmo período em que nos Estados Unidos e no Canadá, por exemplo, eram tomadas medidas visando a impedir a imigração nipônica. Exatamente em 1920, o Deputado Estadual Fidélis Reis externou sua opinião contra essa categoria de imigração no Congresso Legislativo de Minas Gerais, afirmando que “[...] se o japonês se cruza com o nacional, vamos ter um mal irremediável – o mestiço; se não se cruza, teremos outro inconveniente – o de ficar constituindo uma ameaça perigosa para o futuro”.¹⁶⁴ Nesse trecho, o deputado levanta duas questões que preocuparam parte da elite nacional em diferentes períodos da primeira metade do século XX: um suposto baixo grau de eugenia do japonês, ou seja, sua incapacidade de contribuir para a formação e depuração de uma população vista como ideal para o país, e o perigo da formação de “quistos” étnicos, que poderiam representar, no futuro, não uma influência negativa na formação racial do povo brasileiro, mas uma ameaça à própria soberania nacional.

Três anos mais tarde, Fidélis Reis apresentaria à Câmara um projeto visando à proibição da entrada de negros e à limitação da imigração japonesa a uma cota anual de, no máximo, 5% do número de japoneses já estabelecidos no Brasil. Ao defender seu projeto, o Deputado não poupou palavras para expor suas razões contra a entrada de negros e nipônicos no país:

Não queremos, Senhor Presidente, nem é nosso desejo, abrir aqui um debate sobre a controvertida questão da superioridade ou inferioridade das raças, embora com Gobineau propensos a admitir a influência decisiva e incontestável do sangue ariano, ou antes, do louro dolicocefalo de Lapouge e Huxley em todos os progressos da civilização. [...] Baste-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidamos em igual erro com o amarelo. Que importa o interesse econômico de natureza transitória? Aproveite-nos no caso a lição americana. [...] Além das razões de ordem étnica, moral, política e social, e talvez mesmo econômica que nos levam a repelir *in limine* a entrada do amarelo e do preto, [...] outra porventura existe, a ser considerada, que é o ponto de vista estético e a nossa concepção helênica de beleza jamais se harmonizaria com os tipos provindos de uma semelhante fusão racial.¹⁶⁵

¹⁶⁴ REIS, Fidélis; FARIA, João de. O Problema Imigratório e seus Aspectos Étnicos. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1924. apud LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., pp. 35-36.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 35-36.

O projeto de Fidélis Reis foi rejeitado, mas a força de suas ideias não representava um caso isolado, fruto do pensamento de um único indivíduo e sem representatividade ou eco num raio significativo da sociedade brasileira, principalmente nos meios político e intelectual.

Na década de 1930, uma nova onda de debates sobre a questão da imigração japonesa ganhou destaque sob os holofotes da Assembleia Nacional Constituinte, tornando-se tal questão objeto de propostas visando ao impedimento da formação de “quistos” japoneses em território brasileiro. Segundo o autor Jair de Souza Ramos:

[...] o tratamento aos imigrantes japoneses, pelo menos diante da lei, manteve-se inalterado ao longo da década de 20. Nos anos 30, contudo, o “espírito” do projeto de Fidélis Reis seria resgatado na definição de cotas de imigração introduzida na Constituição de 1934.¹⁶⁶

Segundo o mesmo autor, na década de 1920 os fatores principais que pesavam no julgamento que se fazia sobre a imigração japonesa relacionavam-se à questão da baixa *eugenia* da raça, de sua *civilização* e de sua indisponibilidade à *assimilação*.¹⁶⁷ Dentre estes fatores percebemos, de forma razoavelmente clara, o peso da eugenia e da assimilação fortemente arraigado nos discursos contrários à imigração em vários momentos de suas primeiras quatro décadas, tornando-se ainda mais enfáticos, nesse sentido, os discursos das décadas de 1930 e 1940.

Em 1928, Miguel Couto, médico sanitário e, posteriormente, membro da Assembleia Nacional Constituinte que elaboraria a Constituição de 1934, em seu discurso de posse como Presidente da Academia Brasileira de Medicina, defendera a realização de um congresso para discutir a “preocupante” questão da imigração. No ano seguinte, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, onde foram apresentados muitos trabalhos relacionando psicologia, raça e higiene.¹⁶⁸ Este teria sido o primeiro evento verdadeiramente significativo sobre a questão da influência das populações imigrantes na formação do povo brasileiro, sendo expressa de forma clara e aberta a intenção de determinados intelectuais e políticos de verem uma efetiva política de “branqueamento” ser adotada no Brasil. Conforme Koifman:

No Brasil, o movimento eugênico seguiu algumas correntes do pensamento no estrangeiro, sempre sofrendo adaptações. A corrente [...] que foi fundada nos círculos de medicina legal [...] associava crimes à questão racial e elaborava

¹⁶⁶ RAMOS, Jair de Souza. Dos Males que Vêm com o Sangue: As Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.), op. cit., p. 66.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 74.

¹⁶⁸ MASIERO, André Luis, op. cit.

questões eugênicas relacionadas à imigração, como se vê, por exemplo, nos discursos de Miguel Couto em sessões da Academia Nacional de Medicina. Em julho de 1929 realizou-se no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Os temas debatidos já dão uma ideia da abrangência do assunto entre os eugenistas brasileiros: “matrimônio e eugenia, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, importância dos arquivos genealógicos, imigração japonesa [...]”.¹⁶⁹

No que se refere à imigração japonesa, o congresso foi um momento de síntese de ideias que já eram discutidas por Miguel Couto ao longo da década de 1920 e que, na Constituinte de 1933/34, ganhariam a forma de propostas de projetos de lei a fim de solucionar a questão nipônica.

Numa série de editoriais escritos para *O Jornal*, em 1924 e 1925, Couto afirmava que a imigração japonesa era parte de um plano expansionista para destruir a nação brasileira. Ele caracterizou os recém-chegados como “[uma gente] versuta, ambiciosa, guerreira e mística” [...] Couto, [Artur] Neiva e [Félix] Pacheco logo ficaram conhecidos como “Os três heróis da Campanha Antinipônica”, e tiveram presença constante nos debates sobre imigração e assimilação que ocorreram em meados da década de 1930.¹⁷⁰

O aumento do fluxo imigratório de japoneses para o Brasil ao longo dos anos 1920, devido à conjuntura internacional e a projetos para a formação de novos núcleos coloniais na região amazônica, pode explicar a intensificação do movimento antinipônico.

Outro membro da elite política nacional que se mostrou contra a imigração japonesa foi Artur Neiva, revelando-se, na década de 1930, um dos deputados mais panfletários da campanha de oposição à continuidade da introdução de nipônicos no Brasil. Em 1918, quando à frente do Serviço Sanitário de São Paulo, Artur Neiva teria afirmado que:

[...] as raças orientais são inassimiláveis pelas ocidentais e os imigrantes hindus e japoneses fatalmente se enquistarão entre nós, ou, usando de uma imagem mais expressiva, a nação terá ingerido um alimento o qual, uma vez tragado, não poderá ser digerido ou regurgitado.¹⁷¹

Preocupado com as negociações entre o governo brasileiro e empresas de emigração do Japão sobre a possibilidade de criação de colônias no Pará e no Amazonas, Dulphe Pinheiro Machado, Diretor Geral do Serviço de Povoamento, elaborou, em 1928, ofício em que também expressava suas reservas e temores quanto à presença nipônica no norte do país:

¹⁶⁹ KOIFMAN, Fábio. *O Imigrante Ideal – O Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 75.

¹⁷⁰ LESSER, Jeffrey, op. cit., p. 178.

¹⁷¹ NEIVA, Artur. *Pronunciamento feito em 1918, no Serviço Sanitário de São Paulo*. apud COARACY, Vivaldo. *O Perigo Japonês*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942, p. 140.

A entrada, em fortes levas, de imigrantes de raça amarela, como pretende promover e levar a efeito a iniciativa privada da finança japonesa, amparada pelo auxílio ostensivo de seu Governo, irá sem dúvida exigir da administração nacional pública a maior vigilância, a fim de ser cerceada, quando excessiva ou inconveniente, sua continuidade.¹⁷²

Enfim, já na década de 1920, vozes de grande alcance buscavam divulgar suas ideias contrárias à imigração japonesa, baseando-se em questões de raça, preocupações com uma suposta incapacidade de assimilação do nipônico, temores do perigo que poderia representar a presença de uma população oriunda de um país que tendia a se expandir pela Ásia, país o qual se tornava uma nação militarmente imponente. Os medos germinados naquelas primeiras duas décadas floresceriam com mais ênfase nos anos 1930, quando os debates sobre o “perigo amarelo” se destacaram na Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934.

3.2. O “Perigo Amarelo” no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)

O decorrer da década de 1930 e seu gradual movimento visando à nacionalização de todos os setores da sociedade, cultura, economia e política do país tornaram a questão imigratória ainda mais importante para as autoridades no poder, acentuando-se os protestos de camadas significativas das elites nacionais quanto à conveniência de determinados fluxos de imigrantes.

[...] na década de 1930, a assimilação de estrangeiros tornou-se, no Brasil, uma questão de segurança nacional. Circulava a ideia de que a imigração descontrolada havia criado, nas cidades, uma perigosa massa pouco disposta a se abrigar. A imagem dos “enquistamentos étnicos”, de um “corpo estranho”, se acentuou, sobretudo no regime estadonovista.¹⁷³

Tanto nos discursos de renomados deputados atuantes na Assembleia Nacional Constituinte como em parte da imprensa e nos meios intelectuais, foram emitidas as mais variadas opiniões sobre o japonês como imigrante. Discursos a favor e contra a imigração se digladiavam na arena das ideias, dos medos e dos interesses relacionados à presença dessa população no seio da nação. A nacionalização como política de Estado fez da questão imigratória um tema frequente nos círculos do poder.

¹⁷² LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 39.

¹⁷³ TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O Perigo Amarelo – Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)*. São Paulo: FAPESP/Humanitas, 2008, p. 32.

A partir da década de 1930 não é possível dissociar a legislação restritiva sobre imigração da campanha de nacionalização planejada para impor a assimilação, cerceando as etnicidades e suas manifestações através da intervenção direta na organização comunitária e na cultura dos grupos imigrados.¹⁷⁴

Um dos primeiros movimentos da campanha antinipônica teria sido o projeto apresentado por Miguel Couto, em novembro de 1933, quando o “espírito” do projeto de Fidélis Reis (que apresentara projeto semelhante uma década antes) parecia ter retomado sua força. Contudo, não só Miguel Couto se preocupou com a elaboração de projetos de emenda que pudessem restringir ou mesmo impedir a entrada de japoneses no país. Assim como ele, o Deputado cearense Xavier de Oliveira, professor de Medicina da Universidade do Brasil, e o Deputado baiano Artur Neiva apresentaram propostas semelhantes. O conteúdo discriminatório das propostas pode ser conferido em seus textos. A proposta de Miguel Couto, por exemplo, determinava que deveria ser “[...] proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção de cinco por cento (5%) anualmente sobre a totalidade dos imigrantes dessa procedência existentes no território nacional”.¹⁷⁵ Tal emenda visava diretamente aos negros, o que demonstra o teor racista de seu conteúdo, e, no caso dos asiáticos, aos japoneses, visto serem estes a população asiática mais representativa a entrar no Brasil naquele momento. Embora a emenda buscasse atingir também populações de origem semita que procuravam se estabelecer no Brasil, a cota de cinco por cento, dentro da realidade da imigração de então, atingiria efetivamente a imigração nipônica, cujo aumento no início da década despertara temores entre as elites.¹⁷⁶

As propostas de Xavier de Oliveira e Artur Neiva convergiam no ponto em que defendiam a proibição da imigração “negra e amarela”, como se infere dos discursos de cada um deles. Xavier de Oliveira, considerando negros e amarelos como um “gravíssimo problema eugênico para o nosso futuro”, afirmava:

Não é possível continuarmos a receber africanos, asiáticos e outros indesejáveis, inclusive psicopatas de todas as partes do mundo. [...] o duende da humanidade, como o sol, vem do Oriente para o Ocidente. E não sei bem se me afasto do tema que desenvolvo, afirmando que, mentalmente, o oriental nos é indesejável.¹⁷⁷

Neiva, por sua vez, defendia que:

¹⁷⁴ SEYFERTH, Giralda, op. cit., 2002, p. 140.

¹⁷⁵ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 84.

¹⁷⁶ Vide tabela, pp. 32-33.

¹⁷⁷ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 86.

Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa em qualquer ponto do país. [...] A intenção do signatário quando se refere à raça branca visa, e não deve ocultar, os povos asiáticos [...] de mentalidade estranha, de língua diversa, religião diferente e positivamente inassimilável.¹⁷⁸

Outro intelectual que buscou destacar a impossibilidade do japonês ser assimilado e se misturar satisfatoriamente à população nacional foi Francisco José de Oliveira Vianna, que teria atuado no governo Vargas como consultor jurídico do Itamaraty e do Ministério do Trabalho. Autor da obra *Raça e Assimilação*, de 1932, Oliveira Vianna teria sintetizado a ideia do japonês como elemento inassimilável no seguinte trecho: “O japonês é como o enxofre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema imigratório aqui como em qualquer outro ponto do globo”.¹⁷⁹

Em 1934, ano em que seria aprovada a nova Constituição Brasileira em substituição à da Primeira República (1889-1930), os debates na Assembleia se tornaram mais inflamados, sendo apontadas diversas questões consideradas preocupantes com relação aos japoneses e seus descendentes. Além da suposta inferioridade da raça amarela, os críticos tentavam enfatizar a impossibilidade de ser assimilado o elemento japonês e o perigo representado pelo imigrante, tendo em vista a postura imperialista do Japão na Ásia. Nesse sentido, a política emigratória do Japão se tornou motivo de desconfianças no Brasil, crendo-se que o assentamento de japoneses no país visava à formação de postos estratégicos para uma futura tentativa de anexação de territórios sul-americanos pelo Império do Sol Nascente. Era o temor da criação de um “Império do Sol Poente” nas Américas. Nesse sentido, são emblemáticas as palavras do mais destacado membro da campanha antinipônica no Brasil, Miguel Couto:

Quanto a esses imigrantes que nos chegam do Extremo Oriente, não há só a indagar da mentalidade, mas, sobretudo, da mente, do ânimo, do intuito, do desígnio que os trouxe e lhes inculcaram ao sair; conhecê-los, enfim, menos por fora do que por dentro. Ora, tudo indica que os intuítos dessa gente não são bons.¹⁸⁰
[...] De minha parte direi que o motivo de minha oposição à imigração japonesa em massa, verdadeira migração para seus territórios nipo-brasileiros, nada tem de íntima ou secreta; é ostensivamente o amor à nossa pátria, de vida ou de morte do nosso Brasil. [...] Não se trata, porém, repito, de imigração; trata-se da própria existência nacional. Se não se acautelar em tempo e por todos os modos, o Brasil dentro em pouco será uma possessão japonesa. [...] Aqui será o *Império do Sol Poente*, como está decidido lá, entre a gente do *Sol Levante*.¹⁸¹

¹⁷⁸ Ibidem, pp. 84-85.

¹⁷⁹ VIANNA, Francisco José de Oliveira, op. cit., p. 154-155.

¹⁸⁰ COUTO, Miguel. Discurso Pronunciado na Sessão de 16 de fevereiro de 1934. apud LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 314.

¹⁸¹ Ibidem, pp. 92-93.

A “Emenda Miguel Couto” não foi aprovada conforme sua proposta inicial, que visava a atingir especificamente a negros e asiáticos, o que denota um claro preconceito de “raça” em seu conteúdo. Mas logo de início a repercussão dos debates na imprensa brasileira, assim como na japonesa, criou uma situação delicada no que tange às relações diplomáticas entre Brasil e Japão, visto que era reconhecida sua intenção direta de restringir a entrada de japoneses no Brasil. Vários periódicos brasileiros apoiaram a proposta e seus objetivos, tendo cedido espaço para que numerosos artigos fossem publicados para apoiar o ponto de vista dos defensores da proposta.

Em dezembro de 1933, a *Gazeta do Rio* publicaria matéria intitulada “*A Imigração Japonesa e o Exemplo Alarmante da Invasão da Manchúria*”, na qual afirmava que o processo imigratório dos japoneses no Brasil tinha como objetivo o mesmo que ocorria na região então ocupada pelo Japão na Ásia.

Deu-se, de início, exatamente o que hoje se verifica no Brasil. Paulatinamente o *Mikado* foi enviando para os mais diversos pontos da rica região as suas legiões de imigrantes, “os soldados da vanguarda”, na frase de um ilustre autor. [...] Que um gesto enérgico e desassombrado dos nossos homens de Governo saiba estancar a caudal ininterrupta desta imigração, que há de ser no futuro o cupim maldito que ruirá as bases da nossa integridade e da nossa soberania de nação livre.¹⁸²

Para exemplificar a continuidade da campanha antinipônica na imprensa brasileira, temos a publicação do discurso do presidente da *Sociedade Amigos de Alberto Torres*, Sabóia Lima, na edição de 9 de abril de 1934, do *Jornal do Comércio*. No seguinte trecho, buscava-se justificar a postura oposicionista à imigração japonesa:

Opinamos pela restrição da imigração japonesa como elemento inassimilável. A sua utilidade para nossa economia, como ótimos agricultores, todos reconhecem. Objetamos o lado moral: raça de tradições feitas e cimentadas pelos séculos, religião, língua diferente da nossa, costumes diversos, inassimilação absoluta.¹⁸³

Mas não só críticas negativas foram dirigidas à imigração japonesa. Houve casos de políticos e intelectuais que buscaram desmontar os argumentos daqueles engajados na campanha antinipônica, tanto nos debates da Assembleia Nacional Constituinte como na imprensa e em obras literárias, defendendo o japonês como imigrante ideal para trabalhar o solo brasileiro. Na própria Assembleia, ouviam-se vozes discordantes em relação às propostas antijaponesas. Em resposta a Teotônio Monteiro de Barros, um crítico da imigração nipônica,

¹⁸² LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 95-96.

¹⁸³ Ibidem, p. 99.

o Deputado Morais de Andrade teria afirmado o seguinte sobre a questão da assimilação do japonês:

V. Ex^a. não sabe que nas Escolas Normais de São Paulo não são alguns, porém muitos, os alunos e alunas japoneses; V. Ex^a. não sabe que nas Escolas de Comércio em São Paulo não são alguns, porém muitos os alunos e alunas japoneses; V. Ex^a. não sabe que é um prazer, um encanto quando se passa de automóvel pelas estradas próximas a São Paulo, verem-se, não um mas vários grupos de crianças japonesas vestidas perfeitamente à brasileira.¹⁸⁴

Na imprensa, por exemplo, em entrevista a *O Jornal*, edição de 21 de abril de 1934, o General Moreira Guimarães, presidente da Sociedade de Geografia, investia contra preconceitos raciais e atribuía aos japoneses não só as qualidades de trabalhadores moral e economicamente viáveis para o país como também as de imigrantes perfeitamente assimiláveis.¹⁸⁵

Também utilizando-se da imprensa para se colocar a favor do imigrante japonês, José Américo de Almeida, escritor e político paraibano, em artigo do jornal *A Nação*, colocou-se de forma enfática em suas considerações:

[...] não posso cerrar fileiras com os patronos da emenda, pois encaro favoravelmente a imigração japonesa para o Brasil. Acho que o japonês é um dos mais preciosos elementos de imigração com que podemos contar. [...] A maior oposição assacada contra a imigração japonesa – sem ter em conta o preconceito de raça, que não deve ser levado em consideração – é a sua tendência para nuclear-se. Fui informado, ao contrário, em minha última excursão ao Pará, que esse elemento tende mais do que qualquer outro a irradiar-se, assimilando e sendo assimilado, de maneira a confundir-se com outros matizes da população local. [...] Só não nos convêm os elementos parasitários [...] E um povo trabalhador, com instinto de valor da terra, como o japonês, só pode ser um fator precioso na nossa expansão material.¹⁸⁶

Para ilustrar as ideias de alguns autores que defendiam em seus trabalhos a imigração japonesa, merecem destaque as constantes de duas obras da primeira metade das décadas de 1920 e 1930. Os seguintes exemplos de seu conteúdo dão uma leve noção do teor dessas obras:

O delírio fantasista, porém, inspira sonhos e pesadelos, e faz ter medo de tudo. E quem tem medo não age, não crê e não avança. Uns já sonham com o Brasil

¹⁸⁴ ANDRADE, Morais de. Discurso Pronunciado na Sessão de 20 de janeiro de 1934. apud LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., p. 214.

¹⁸⁵ LEÃO, Valdemar Carneiro, op. cit., pp. 96-97.

¹⁸⁶ Ibidem, pp. 97-98.

submetido ao Japão e com a bandeira dos raios vermelhos tremulando em nossos edifícios.¹⁸⁷

E mais: “Há 22 anos que acompanhamos o desenvolvimento dos mestiços de brasileiro-japonês, observados com todo o cuidado e técnica que a antropologia nos ensina, e só temos observações favoráveis no que respeita aos produtos obtidos”.¹⁸⁸

O primeiro trecho foi retirado da obra *O Japonês no Brasil*, de Waldyr Niemeyer, escrita em 1925, reeditada em 1932 e – a fim de reforçar as fileiras em protesto contra a emenda Miguel Couto –, novamente, em 1934. Representante da corrente que defendia a imigração nipônica, Niemeyer deixava claro seu ponto de vista em relação a essa imigração, vendo nas alegações dos críticos nada mais do que um “delírio fantasista”, carregado de um medo irracional.

A segunda citação se trata de um trecho de *Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros*, de Bruno Lobo, autor que, em 1935, representaria outra obra específica a favor da imigração japonesa e opositora aos grupos antinipônicos do período. Ambos os autores viam na miscigenação uma característica histórica da formação da população brasileira, não sendo aceitável, portanto, a rejeição do japonês como imigrante. O próprio complemento do título da obra de Lobo, que aparece na contracapa, dá o tom dessa ideia fundamental: “..., isto no Brasil, onde ninguém pode escapar ao dilema de ser filho ou neto de alienígena”.

Segundo Niemeyer, que valorizava o imigrante nipônico como grande contribuinte para o desenvolvimento do Brasil:

Com 23 anos de trabalho honesto e persistente, os japoneses souberam impor-se no conceito dos que estudam o Brasil e suas necessidades. Eles ocupam, hoje, a seu favor, lugar de destaque entre os povos que tem trazido seu valioso concurso ao nosso desenvolvimento.¹⁸⁹

E Bruno Lobo, por sua vez, defendendo a capacidade do japonês de se assimilar e sobre o valor do “sangue mongólico”, afirmava que:

No que respeita aos japoneses de há muito que começaram a se cruzar com os brasileiros e completados os primeiros 25 anos de emigração ante as moçoilas e

¹⁸⁷ NIEMEYER, Waldyr. *O Japonês no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1932, p. 40.

¹⁸⁸ LOBO, Bruno. *Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Alba, 1935, p. 150.

¹⁸⁹ NIEMEYER, Waldyr, op. cit., p. 52.

moços brasileiros filhos de japoneses, agora com 20 anos, o cruzamento tende a se intensificar.¹⁹⁰

[...] O sangue mongólico, que incontestavelmente existe no Brasil pelos seus índios e os descendentes destes por mestiçagem, não vexa os que o possuem por herança.¹⁹¹

Enfim, ambos os lados eram tomados por verdadeira paixão em seus discursos. Enquanto os que se colocavam contra essa corrente imigratória buscavam atribuir aos japoneses a imagem de uma ameaça à nação, de “perigo amarelo”, aqueles a favor exaltavam seu valor como trabalhador e como povo, enfim, como “raça” em geral.

Com a rejeição da proposta de Miguel Couto nos termos do texto inicial – que se mostrara uma verdadeira afronta ao governo japonês naquele momento –, adotou-se uma solução que buscou mascarar o objetivo real da emenda, reduzindo-se a porcentagem de imigrantes que seriam aceitos no país e estendendo-se essa mesma porcentagem a grupos nacionais de todas as origens. Assim, em maio de 1934, foi aprovada a proposta que, posteriormente, configurou-se no Artigo 121 da Constituição Federal, que limitava a um percentual anual de 2% a entrada de estrangeiros no Brasil, calculado respectivamente sobre seus nacionais já fixados no país durante os últimos 50 anos. Segundo o autor Thomas E. Skidmore:

Ao debater este artigo, que foi aprovado e incluído na Carta de 1934, os constituintes falaram muito sobre a necessidade de evitar que fosse ameaçado o processo de assimilação de todos os residentes numa sociedade unificada. De fato, a restrição estava dirigida aos japoneses, cujo espírito de clã e uma suposta resistência à assimilação foi objeto de uma campanha que durou mais de uma década.¹⁹²

Visto que as entradas de outros grupos nacionais, mais numerosos e mais antigos em território brasileiro, nunca atingiam esse percentual anual e que a imigração japonesa, por ser mais recente, não completara ainda 50 anos, tal cota reduziria, e muito, o número de nipônicos que entrariam no Brasil a partir de então. Após tantos debates, a campanha antinipônica havia alcançado, ao menos, o objetivo de limitar a entrada daqueles que tanto desagradavam a seus militantes.

A instauração do Estado Novo, a partir de novembro de 1937, tornou o ambiente ainda mais claustrofóbico para os imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, tendo início a tomada de uma série de medidas restritivas relacionadas a manifestações de etnicidade e cultura. Marcada por um caráter fortemente autoritário e centralizador, essa nova fase do

¹⁹⁰ LOBO, Bruno, op. cit., p. 26.

¹⁹¹ Ibidem, p. 153.

¹⁹² SKIDMORE, Thomas E., op. cit., p. 275.

primeiro governo Vargas apresentava algumas semelhanças com os regimes fascistas europeus da época, buscando cada vez mais anular as individualidades em nome de um ideal coletivo que deveria ser regido pelo Estado, considerado o único capaz de manter a nação em segurança e em progresso contínuo. No que tange aos estrangeiros, Carneiro afirma que, durante o Estado Novo:

A meta final era homogeneizar o pensamento e a raça brasileira controlando a população idealizada segundo modelos propostos pela ciência eugênica, ou seja, “produzir” um cidadão-símbolo da raça branca, limpo de impurezas (leia-se aqui da raça amarela e semita/judaica, tratadas como raças inferiores). Não se pretendeu, em nenhum momento, a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista, razão pela qual o Estado procurou abortar qualquer tentativa, por parte dos imigrantes estrangeiros, de criação de uma identidade própria, tanto do ponto de vista étnico quanto cultural.¹⁹³

Além disso, também segundo a autora, o que o governo *estadonovista* buscava era, dentro de uma concepção autoritária nos moldes que então dominavam boa parte da Europa, uma espécie de homogeneidade em todos os níveis da sociedade. Assim, todo aquele que destoasse daquilo que o Estado visava para a nação merecia, no mínimo, cerrada vigilância e controle. “No caso do governo Vargas, comunistas, anarquistas, judeus, negros, ciganos e japoneses transformaram-se em focos da vigilância oficial”.¹⁹⁴

Segundo Flávia de Ávila:

[...] durante os anos do Estado Novo, quando o xenofobismo se tornou parte integrante da política estatal, maquiado em pomposas expressões presentes na lei – como nacionalismo e proteção ao trabalho nacional –, violências física e psicológica foram usadas tanto para fomentar a despersonalização dos costumes dos estrangeiros quanto para disseminá-la no seio da sociedade brasileira. Sobre este ponto, podem ser citados os preconceitos sofridos por portugueses no território nacional e as várias medidas tomadas para impedir a entrada de japoneses e judeus durante a Era Vargas.¹⁹⁵

Assim, a partir da Capital Federal dever-se-ia irradiar uma rede de controle sobre as populações estrangeiras estabelecidas no país, sobretudo as comunidades mais fechadas em termos étnicos e culturais, principais alvos desse processo de nacionalização e homogeneização. A deflagração da Segunda Guerra Mundial seria fator determinante na acentuação do controle do Estado sobre o cotidiano desses grupos. Nesse contexto, em 1942,

¹⁹³ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. O Estado-Novo, o Dops e a Ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) *Repensando o Estado Novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 333.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 335.

¹⁹⁵ ÁVILA, Flávia de. Entrada de Trabalhadores Estrangeiros no Brasil: Evolução Legislativa e Políticas Subjacentes nos Séculos XIX e XX. 2003. 441 f. Dissertação (Mestrado em Direito: Área de Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Santa Catarina, 2003, p. 411.

teria sido editada uma obra claramente antinipônica. Tratava-se de *O Perigo Japonês*, de Vivaldo Coaracy. É notável a ênfase do próprio autor no que tange à ameaça interna representada pelo japonês no Brasil. Ao tratar do que ele achava ser a missão da imigração japonesa no Brasil, o autor afirmava consistir a mesma em:

[...] constituir os núcleos de que há de germinar, daqui a um século, ou a dois, ou a três, porque o Oriental sabe esperar, o Grande Nipon, desdobrando sobre o mundo, completando com o Império do Sol Poente o Império do Sol Nascente, para que os descendentes da Deusa do Sol possam um dia repetir a frase soberba de Carlos V. [...] a missão consiste em enraizamento, na submissão cordata e aparente às leis do país, no exemplo de ordem e morigeração que conquistem a boa vontade das autoridades locais e afastem as suspeitas dos nativos; na localização em pontos adrede preparados e escolhidos pelo valor estratégico e outras vantagens [...] em preparar o ambiente para o advento de ondas sobre ondas sucessivas de homenzinhos pequeninos e amarelos que se insinuem, sorridentes e humildes, numa penetração insidiosa, até o momento em que possam dominar.¹⁹⁶

Buscando fundamentar-se na biologia, defendia o autor ser desaconselhável a miscigenação entre “estirpes muito afastadas”, apontando o japonês não só como uma ameaça à segurança do país como também um elemento racialmente inferior, assim como o negro e o indígena. Assim, diria o autor: “Já nos basta a tarefa, que estamos desempenhando a contento, de absorver e diluir o elemento índio e o elemento africano introduzido na nacionalidade para querermos adicionar a essa dieta eugênica uma parcela altamente indigesta”.¹⁹⁷

E, após comparar as colônias japonesas não a quistos, mas a verdadeiros tumores cancerígenos no seio da nação, defendendo o fechamento definitivo das portas do país à entrada de nipônicos, Coaracy deixa claro o que pensa ser necessário que se faça com os japoneses e seus descendentes já fixados no país:

Para esses, a solução é intuitiva: destruir-lhes os núcleos de segregação, como quem na sua horta destrói uma casa de marimbondos; disseminá-los, espargidos, pela vastidão do território, dando-lhes terras na compensação das que hajam adquirido, em meio à população nacional, para que nesta se diluam.¹⁹⁸

Por fim, em sintonia com as ideias de Vivaldo Coaracy, temos a obra de Carlos de Souza Moraes, *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, publicada em 1942. Na verdade, tratava-se de uma reedição, visto que sua primeira impressão teria se dado em 1937, ano em que tinha início o regime do Estado Novo. Ideologicamente clara desde seu título, a obra em questão alertava o país para a insinceridade do japonês e seu estado de enquistamento, o que

¹⁹⁶ COARACY, Vivaldo. *O Perigo Japonês*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942, p. 120.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 143.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 158.

representaria um perigo tanto real quanto imediato para a nação. O discurso constante de seu conteúdo estava alinhado com a política adotada pelo Estado, pelo menos nos termos da lei, quanto ao tratamento que deveria ser adotado com relação a essa população. Segundo o autor:

[...] o japonês apresenta-se como imigrante que jamais satisfará os interesses de nossa Pátria, não só no que diz respeito à sua contribuição à formação de nosso tipo racial, como também no que concerne ao auxílio nas lavouras paulistas e nos outros Estados.¹⁹⁹

[...] grupos coloniais de raça amarela subsistem com as suas escolas, os seus templos, a sua polícia, como se fossem aldeias nipônicas, transportadas magicamente para o domínio da nossa bandeira. Ou melhor: como se fossem postos avançados de uma incursão japonesa.²⁰⁰

[...] Com os nipônicos tudo é possível. O eterno sorriso consegue muito, e mais ainda quando entoam o Hino Nacional ou outros de nossos hinos. E eles sabem agradar e conquistam amigos. Não andam por aí inúmeros brasileiros defendendo em livros e na imprensa os interesses desses exóticos filhos da terra dos crisântemos, a ponto de fecharem os olhos para os graves inconvenientes dessa desvantajosa colonização nipônica?²⁰¹

Em termos de leis restritivas, o período do Estado Novo mostrou-se bastante marcante, tendo sido criados vários mecanismos de controle sobre a população estrangeira fixada no país, como sobre o uso de idiomas no cotidiano dessas populações, por exemplo. Nesse sentido, a nacionalização atingiu diretamente as escolas etnicamente orientadas. Ou seja, aquelas onde os imigrantes procuravam manter sua identidade cultural, suas raízes. Assim, as escolas – espaço em que também se mantinham a cultura e as tradições dos nipônicos – se tornaram alvos do controle do governo *estadonovista*, o que resultara num verdadeiro isolamento dessa população em algumas regiões. A manutenção das tradições por indivíduos que vinham para o Brasil com esperança de retornar para sua terra natal e a adaptação de determinados signos de sua cultura, como o culto ao imperador em substituição ao culto aos antepassados, eram vistos como uma ameaça à unidade nacional que se pretendia dentro do regime implantado no país.

Na década de 30, a “escola japonesa” era o centro do culto ao imperador e de todas as celebrações importantes para a comunidade étnica – dia do império, celebração do ano novo, aniversário do imperador etc. A ritualização do culto incluía a adoração do palácio imperial ou adoração do oriente, a veneração do retrato do imperador, leitura da escritura imperial sobre educação, finalizando com o canto do hino

¹⁹⁹ MORAES, Carlos de Souza. A Ofensiva Japonesa no Brasil: Aspecto Social, Econômico e Político da Colonização Nipônica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942, p. 46.

²⁰⁰ Ibidem, p. 47.

²⁰¹ Ibidem, pp. 51-52.

nacional. Isso aponta para valores simbólicos do nacionalismo convertidos em etnicidade.²⁰²

Com isso, dentro do processo de nacionalização empreendido pelo Estado Novo, pouco tempo levou para que se determinasse, por lei, que o uso de idiomas estrangeiros seria um ato sujeito a punição. O Artigo 85 do Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938, determinava:

Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego de método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º - As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros.

§ 2º - Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.²⁰³

Os dois artigos seguintes, 86 e 87, determinavam que nas zonas rurais do país qualquer livro, revista ou jornal só poderia ser publicado em língua estrangeira se devidamente autorizado pelo Conselho de Imigração e Colonização e que qualquer tipo de material impresso em língua estrangeira deveria ter autorização e registro prévio no Ministério da Justiça. Em 1939, as medidas se intensificaram, sendo proibido o uso de idiomas estrangeiros em público, mesmo em cerimônias religiosas. Quanto às escolas estrangeiras, segundo Giralda Seyferth: “A obrigatoriedade do ensino em língua vernácula e a instituição sucessiva de medidas intervencionistas através de decretos estaduais e da legislação federal nos anos de 1938 e 1939 inviabilizaram as escolas etnicamente orientadas”.²⁰⁴

A lei que limitava a entrada de estrangeiros, aprovada em 1934, foi ampliada em 1938, quando ficou determinado que: “O governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização”.²⁰⁵ Com a proibição de transmissões radiofônicas e da circulação de jornais, livros e revistas em língua estrangeira, a partir de fevereiro de 1938, tornou-se comum a apreensão de aparelhos de rádio pelas autoridades. “Programas de rádio foram censurados e os jornais em idiomas estrangeiros

²⁰² SEYFERTH, Giralda. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) *Repensando o Estado Novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 206.

²⁰³ WELLISCH, Maurício. Legislação sobre os Estrangeiros: Anotada e Atualizada. Rio de Janeiro: Nacional, 1941, p. 52.

²⁰⁴ SEYFERTH, Giralda, op. cit., 1999, p. 220.

²⁰⁵ WELLISCH, Maurício, op. cit.

sofreram restrições importantes. [...] Posteriormente, houve uma proibição categórica, que pôs fim à maioria dos jornais”.²⁰⁶

As leis de nacionalização não se dirigiam especificamente aos japoneses, sendo aplicáveis a todos os estrangeiros no Brasil. Todavia, sua clara diferença cultural e étnica tornava-os alvos mais diretos dessa política de nacionalização, ainda que os alemães também fossem bastante visados em termos de “enquistamentos”, visto serem suas colônias em Santa Catarina consideradas verdadeiros “quistos étnicos”, assim como os núcleos de colonização japonesa.

Portanto, o Estado-Novo representou o sufocamento das colônias de imigrantes no país, diante do xenofobismo de Estado. As questões mundiais daquele momento, como o avanço dos regimes autoritários na Europa e do expansionismo japonês na Ásia (o Japão entrara em guerra com a China em 1937), tornaram a atmosfera ainda mais densa no Brasil, visto que a potencialidade de um conflito na Europa era perceptível naqueles últimos anos da década de 30. Logo, o início da Segunda Guerra Mundial e o alinhamento do Brasil ao lado dos Aliados e contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) lançariam um manto de medidas ainda mais restritivas sobre os indivíduos oriundos destes países, o que daria munção para os discursos antinipônicos e os apelos contra a presença de japoneses no país, vistos como o “perigo amarelo”, uma “quinta-coluna” asiática no Brasil.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e as Potências do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, os japoneses e seus descendentes receberam o status de *Súditos do Eixo*, cidadãos previamente suspeitos de espionagem e subversão. Embora esses estigmas estivessem presentes anteriormente, o conflito mundial legitimou a repressão e a vigilância a que os nipônicos ficaram submetidos. Difundia-se a tese segundo a qual o que acontecera na Manchúria poderia ocorrer no nosso país com as supostas ações do Japão, através de agentes militares infiltrados nas colônias disfarçados de simples lavradores ou pescadores.²⁰⁷

Essa foi uma realidade presente nas colônias mais destacáveis em termos de demografia e produtividade. O controle dos chamados “súditos do Eixo” era de responsabilidade do Exército e da polícia política do Estado Novo, formando um sistema bem articulado em determinadas regiões do país, exercendo um forte controle sobre os “estrangeiros”. As ações do Estado brasileiro sobre a comunidade japonesa no Estado de São

²⁰⁶ SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Conspiração Sol Nascente. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 18: 28-33, mar. 2007. Também disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/conspiracao-sol-nascente>> Acesso em 19 jul. 2016.

²⁰⁷ TAKEUCHI, Márcia Yumi. A Comunidade Japonesa no Brasil (1908-1924): Quistos Étnicos ou Espaços de Identidade Imigrante? Disponível em <http://www.storicamente.org/07_dossier/migrazioni-takeuchi.htm>. Acesso em 16 jul. 2016.

Paulo estão muito bem documentadas no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, onde foi feito um rigoroso inventário pela pesquisadora da USP (Universidade de São Paulo) Márcia Yumi Takeuchi, no qual pode-se inferir o quão engessada se sentiu grande parte da colônia durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Takeuchi:

Nota-se a preocupação das autoridades em localizar com precisão os espaços geográficos em que se encontravam os japoneses para maior eficácia do seu controle. Esse esforço foi reforçado com a obrigatoriedade dos japoneses portarem salvo-condutos e de informarem às autoridades policiais detalhes sobre sua mobilidade por todo território nacional.²⁰⁸

Dessa forma, o simples deslocamento de uma cidade a outra devia ser informado às autoridades policiais, que liberariam ou não o salvo-conduto, documento que permitiria ao requisitante transitar entre municípios e dentro do prazo nele especificados. Passou-se também à restrição do uso de veículos automotores, que só poderiam ser guiados por brasileiros natos, não sendo considerados como tais, naquele momento, os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil. A justificativa do governo para tal restrição ao uso de automóveis, caminhões, etc. era que os mesmos poderiam ser utilizados pelos “súditos do Eixo” para a realização de atos subversivos ou de guerra, além da necessidade de se economizar combustível no contexto do conflito. Assim, tendo em vista a imagem de “perigo amarelo” construída para os japoneses ao longo dos anos, suas condições de vida em algumas regiões do Brasil se viram extremamente afetadas naquele momento da história mundial. Verifica-se, diante dos fatos relatados, uma verdadeira escalada na construção de um imaginário sobre o japonês, ocorrida ao longo de décadas, que se materializou em práticas sociais e políticas num contexto de intensa turbulência global.

O branqueamento gradual da população brasileira era visto como solução para corrigir o atraso nacional. Assim, a presença nipônica deu margem a uma política preconceituosa em relação à imigração que era considerada “indesejável” pelo fato de serem seus membros “inassimiláveis”, de formarem quistos no país, por sua mentalidade e cultura, por seus planos expansionistas, por representarem, enfim, um perigo ao país, o “perigo amarelo”. [...] Dessa maneira, o perigo ganhou cor, rosto e movimento e milhares de japoneses foram presos sem razão, violentados pelo autoritarismo mesclado com rancor nacionalista que delineou as ações do Estado Novo (1937-1945).²⁰⁹

²⁰⁸ TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra (1939-1945): Inventário DEOPS – Módulo III – Japoneses*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p. 27.

²⁰⁹ KOSSOY, Boris. *Retratos e Auto-Retratos: Imigrantes Japoneses no Estado de São Paulo*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Márcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pp. 376-377.

No Estado do Rio de Janeiro, a documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DEOPS/RJ) – preservada pelo Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – reflete a mesma preocupação com relação às atividades relacionadas às colônias japonesas. O setor “Japonês”, do fundo do DEOPS/RJ, mantido pelo Arquivo do Estado, apresenta uma série de documentos recomendando buscas e investigações sobre japoneses fixados no Estado do Rio de Janeiro, além de documentação referente ao Estado de São Paulo.

3.3. Japoneses e Nikkeis durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Em 1º de setembro de 1939, as forças alemãs invadiram a Polônia, evento que foi o estopim para a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Durante toda a década de 1930, a ascensão dos fascismos na Europa e o expansionismo japonês no Extremo Oriente davam sinais da iminência de um conflito entre as nações em disputa naquele período, o que favoreceu a formação de blocos opostos, a exemplo das alianças formadas antes da Primeira Grande Guerra. A divisão dos beligerantes entre os Aliados e o Eixo tornou necessária uma tomada de posição do Brasil durante o conflito. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, o Brasil dava sinais de uma visível afinidade de Getúlio Vargas com os regimes autoritários que ascendiam em grande parte da Europa. Segundo Maria Luíza Tucci Carneiro:

Inúmeras foram as evidências de que Vargas considerava o fascismo europeu um modelo a ser imitado, adaptando-o às necessidades da realidade nacional: a ideia de um Estado forte, a personificação do poder central, a crítica à democracia parlamentar, a luta contra a pluralidade de partidos, o combate às “ideias exóticas”, a adoção de uma política imigratória antissemita, o emprego de mecanismos de controle social e político (Dops) e de legitimação (DIP).²¹⁰

A simpatia de Vargas por alguns traços dos regimes autoritários europeus era motivo de desconfiança para as democracias ocidentais mesmo antes do início da guerra. Com a deflagração do conflito, portanto, o regime varguista se viu diante da necessidade de definir sua posição diante dos blocos beligerantes. A entrada dos Estados Unidos no conflito – fato que teve grande influência na definição do Brasil ao lado dos Aliados – dar-se-ia somente ao final de 1941.

²¹⁰ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci, op. cit., 1999, p. 334.

No dia 7 de dezembro de 1941, a Força Aérea Japonesa fez um ataque surpresa à principal base naval dos Estados Unidos, situada em Pearl Harbor, no Havaí, danificando severamente a frota norte-americana no Pacífico. No dia seguinte, o Congresso Americano declarou guerra contra o Japão e, três dias depois, os aliados do Japão, Alemanha e Itália, declaram guerra contra os Estados Unidos.²¹¹

Segundo algumas historiografias, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos – e, conseqüentemente, com os Aliados – teria sido determinada por interesses econômicos, principalmente no que tange ao empenho de Vargas para a construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Para Maria Antonieta P. Leopoldi:

O ataque japonês à base americana de Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos na guerra aceleraram os entendimentos dos Estados Unidos com o governo brasileiro em torno da siderurgia. Em março de 1942 o Brasil firmou um acordo de cooperação militar no qual cedia bases militares no Nordeste para uso dos Estados Unidos e se comprometia com o fornecimento de minerais estratégicos para aquele país. [...] A CSN pôs em relevo também a capacidade de negociação da diplomacia brasileira, que reconheceu o momento ideal para barganhar com os interesses estratégicos dos americanos (nas bases militares no Nordeste brasileiro e nos minérios estratégicos do país) quando a guerra passava a incluir os Estados Unidos nos cenários de batalha.²¹²

O alinhamento do Brasil com os EUA e seus aliados tornou ainda mais densa a névoa que se espalhava pelo país no que tange ao tratamento reservado aos “súditos do Eixo”. Se mesmo antes do início da guerra medidas restritivas já vinham sendo adotadas em relação aos estrangeiros, com a deflagração do conflito e a posterior tomada de posição do Brasil, a atmosfera se tornou ainda mais tensa, em graus variados de acordo com a região, para nipônicos e nipo-brasileiros. Em termos gerais, segundo Maria Capelato, o cotidiano dos indivíduos oriundos dos países do Eixo, assim como de seus descendentes, sofreu significativas alterações, tornando-se delicada sua relação com o restante da população brasileira. Nesse sentido, o decorrer da guerra fomentaria fortes expressões de xenofobia dirigidas a esses indivíduos.

As manifestações de repúdio ao Eixo se espalharam por todo o país. Alemães e japoneses passaram a ser hostilizados pela população: estabelecimentos comerciais, empresas, residências, escolas, clubes foram atacados pela população em fúria contra esses “estrangeiros”.²¹³

²¹¹ PURDY, Sean. A Segunda Guerra e os Estados Unidos como “World Cop”. In: KARNAL, Leandro. et al. *História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 218-219.

²¹² LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A Economia Política do Primeiro Governo Vargas (1930-1945): A Política Econômica em Tempos de Turbulência. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-Estatismo - Do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2., pp. 257-258.

²¹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: O que Trouxe de Novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-Estatismo - Do*

Nos EUA e no Canadá, as perseguições resultaram na relocação de milhares de famílias japonesas que, em geral, foram enviadas para vários campos de confinamento, com grande visibilidade para os casos ocorridos na costa oeste dos EUA, principalmente na Califórnia.

O acontecimento mais arrasador para os japoneses radicados nos Estados Unidos foi o confinamento durante a guerra (1942-1945). Todos os japoneses, fossem eles de cidadania americana ou estrangeiros, residentes ao longo da costa oeste, foram encaminhados para os “centros de relocação”. Foi o ponto culminante do movimento antijaponês na Califórnia, de preconceito e discriminação, que alcançou nível nacional.²¹⁴

Segundo Priscila Perazzo:

Nos Estados Unidos os japoneses residentes no Havaí foram retirados da ilha e internados no continente. O governo norte-americano manteve quase 110 mil nipônicos e descendentes em campos de concentração durante a guerra, sob a alegação de necessidade militar. Eles também recebiam os estrangeiros indesejáveis de outros países do continente, como do Peru, que chegou a deportar para lá 1.800 japoneses.²¹⁵

O histórico antinipônico do Canadá era semelhante ao dos EUA, haja vista que nos dois países, nas primeiras décadas do século XX, casos de discriminação foram frequentes e mesmo medidas legais foram tomadas para fechar as portas para a imigração japonesa. Nesse sentido, a realidade canadense manteve sintonia com o contexto norte-americano no que concernia à questão japonesa em seu território, o que resultou em medidas semelhantes em seu rigor. Considerando o caso do Canadá:

Para os japoneses, a evacuação e o confinamento significavam o aniquilamento da comunidade: a quebra de numerosos negócios, a destruição da vida familiar e do lar e a perda substancial de posses e propriedades pessoais. [...] Com exceção daqueles que, por seus próprios meios, foram capazes de dirigir-se para o interior, os japoneses perderam não só a liberdade de locomoção mas também qualquer oportunidade de obter empregos particulares, sendo-lhes garantido apenas um meio de vida mínimo, apenas o suficiente para seu sustento, situação que perduraria por mais quatro anos. Moradias, terras, negócios, equipamentos e outros bens pertencentes aos japoneses removidos foram “vendidos” quase de graça, a despeito

Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2., p. 135.

²¹⁴ KITANO, Harry H. L. Japoneses nos Estados Unidos. In: SAITO, Hiroshi (org.). *A Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, pp. 186-187.

²¹⁵ PERAZZO, Priscila Ferreira. Prisioneiros da Guerra – Os “Súditos do Eixo” nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2009, p. 36.

das reclamações de seus proprietários, e muitas vezes com a conivência das autoridades.²¹⁶

No Brasil, a aliança com os EUA após o ataque japonês a *Pearl Harbor* significou o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em janeiro de 1942. Contudo, o estado de guerra só foi declarado, de fato, em agosto do mesmo ano, porém somente em relação à Alemanha e à Itália. O Japão, em termos formais, só se tornou objeto de uma declaração de guerra do Brasil em junho de 1945, cerca de dois meses antes da derrota japonesa e do fim do conflito. Entretanto, as condições da comunidade nipônica no país foram fortemente afetadas pelos reflexos do alinhamento brasileiro com os Aliados, notadamente com os EUA. O clima de vigilância sobre aqueles tomados como “eixistas”, que já se notava desde o início da guerra, adensava-se com a nova conjuntura de 1942. Apesar de não ter ocorrido uma política de confinamento em massa como a adotada no Canadá e, principalmente, nos EUA, no Brasil também houve casos de criação de campos para civis considerados prisioneiros de guerra, segundo os princípios da Convenção de Genebra adaptados para aquele contexto. Nesses casos, os alemães foram alvos mais frequentes de confinamento, mas também há registros de famílias japonesas mantidas cativas em instalações vigiadas.

O caso mais significativo ocorreu na Colônia de Tomé-Açú, no Pará, cujos membros foram confinados no próprio local de moradia. Sob o pretexto da segurança nacional, tiveram que permanecer em suas residências, e aqueles que residiam em Belém foram recolhidos e conduzidos a Tomé-Açú e lá permaneceram sob o julgo das autoridades policiais que chegaram à região no intuito de vigiar os japoneses e garantir o confinamento da comunidade local. A partir do segundo semestre de 1942, Tomé-Açú tornou-se um campo de concentração para “súditos do Eixo”, para onde foram enviados alguns alemães presos sob suspeita de filiação ao Partido Nazista ou colaboração com a espionagem alemã.²¹⁷

Além da preocupação das autoridades com a concentração de um número muito expressivo de nipônicos em algumas colônias de grande porte, havia também a preocupação com sua fixação em pontos considerados estratégicos, notadamente em áreas próximas ao mar. Em um documento datado de 9 de setembro de 1939, constante do dossiê “Atividades Japonesas”, expressa-se a inquietação do poder público com relação à forte presença de nipônicos nas proximidades do litoral paulista, além de sua predominância entre a população de determinadas localidades:

²¹⁶ MAKABE, Tomoko, op. cit., pp. 197-198.

²¹⁷ PERAZZO, Priscila Ferreira, op. cit., 2009, p. 89.

Um funcionário do Departamento do Café, que acabava de percorrer todo o Estado de São Paulo, declarou que os japoneses estão localizados (sic) em portos marítimos sem alfândega, como, por exemplo: Cananéia, Sabuna, Iguape, Juquiá, etc., verdadeiros pontos estratégicos. Em Marília, Rancharia e Bastos encontram-se exclusivamente japoneses como habitantes.^{218 *}

O documento – datado do mês em que se iniciou a Segunda Guerra Mundial – demonstra que a localização de colônias japonesas nas proximidades do litoral já despertava preocupação de algumas autoridades nacionais mesmo antes da efetiva entrada do Japão no conflito. De fato, em regiões do estado do Paraná, assim como em SP, a evacuação de áreas litorâneas foi característica do período, com famílias e mais famílias sendo obrigadas a abandonar seus bens móveis e imóveis.

[...] os estrangeiros radicados no litoral foram os que sofreram de forma mais contundente a repressão policial, pois, a ordem de evacuação do Departamento de Polícia Política, executada pelas Delegacias de Antonina e Paranaguá, retirou todos os imigrantes das potências do Eixo de suas casas, em menos de 24 horas e, no caso dos japoneses, seus bens foram confiscados. Na lista de imigrantes de Antonina que foram intimados a deixar o litoral, constavam os nomes de 85 pessoas: 10 alemães, 22 italianos e 53 japoneses. [...] os imigrantes foram encaminhados primeiramente à Chácara Tozan onde os barracões e as casas pertencentes aos japoneses ficaram abarrotados e sem condições de abrigar a todos os que não tinham parentes na cidade, uma vez que faltava até o mínimo necessário, como água e fossa. [...] as famílias foram, então, transferidas em caminhões do Exército para as estações agrícolas experimentais do governo [...] onde os adultos eram obrigados a trabalhar na produção agrícola e na criação de galinhas e as crianças foram encaminhadas para a Escola Militar de Castro.²¹⁹

Em São Paulo, onde a presença japonesa era notável, o mesmo processo de evacuação foi empreendido, também resultando na perda de bens materiais.

A proibição imposta aos nacionais do Eixo de residirem em zonas litorâneas significou a expulsão de japoneses de Santos e outras cidades em julho de 1943. Antes, em fevereiro de 1942, começaram a ser retirados do bairro da Liberdade, centro da cidade de São Paulo, em particular da rua Conde de Sarzedas, que concentrava boa parte da população dessa origem. Essas medidas significaram a separação de famílias e a perda de bens imóveis e comerciais.²²⁰

²¹⁸ Atividades Japonesas. 9 set. 1939, fl. 23, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Atividades Japonesas, DESPS/RJ, DEOPS/RJ, APERJ.

* Grifo encontrado no próprio documento.

²¹⁹ KIMURA, Rosângela. Imigrantes Japoneses na Segunda Guerra Mundial: O “Perigo Amarelo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et. al. (Org.) *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, pp. 688-689.

²²⁰ TAKEUCHI, Márcia Yumi. A Comunidade Japonesa no Brasil (1908-1924): Quistos Étnicos ou Espaços de Identidade Imigrante? Disponível em <http://www.storicamente.org/07_dossier/migrazioni-takeuchi.htm>. Acesso em 27 nov. 2015.

De acordo com Márcia Yumi Takeuchi, as colônias do interior de São Paulo também teriam conhecido, durante esse período, uma forte vigilância das autoridades policiais, o que teria significado sérias restrições quanto a sua mobilidade e suas manifestações culturais, entre outros aspectos do dia a dia. A autora aponta, por exemplo, as impressões (em documento datado de 12 de fevereiro de 1942) do Delegado de Polícia de Lins, destinadas ao Delegado Especializado de Ordem Política e Social de São Paulo, quanto à realidade da colônia japonesa do município daquela jurisdição:

Para Paulo Cardozo de Almeida, Delegado de Polícia de Lins, a observação das atividades da colônia era de fundamental importância, visto que a existência de serviços (agências de correio, associação esportiva, jornal, tipografia, colégio, dois bancos, uma casa bancária – a Tozan –, cooperativas, clínica, livraria, farmácias e igrejas) garantia autonomia aos japoneses que não precisavam depender dos recursos nacionais. Essas organizações seriam dirigidas e controladas pela Associação Internacional Beneficente de Lins, que, por sua vez, representava o próprio governo do Japão. Através dela, a palavra do *Mikado* chegaria aos seus súditos. [...] o fato de o governo de Tóquio ter organizado um programa radiofônico especial para seus nacionais na América e no Brasil [...] deu margem a que os japoneses se reunissem nas residências dos patrícios portadores de rádio-receptores, tanto em Lins como na zona rural. [...] a Delegacia de Lins determinou “visita” aos japoneses responsáveis por tais reuniões, fazendo-os cientes das proibições e da possibilidade de serem presos e privados de seus aparelhos em caso de reincidência.²²¹

Em Itaguaí, município do estado do RJ, foi possível localizar e entrevistar algumas pessoas que conheceram a realidade do interior de São Paulo durante a guerra. Nesse sentido, foram reveladores os depoimentos de *Luiz Eije Muramatsu* (nascido em 1937, em Marília), “*Paulo*” *Teruyuki Matsunaga*²²² (nascido em 1934, em Lins) e *Titose Makimoto* (nascida em 20 de novembro de 1923, em Lins).

A família de *Titose Makimoto*, segundo ela própria, teria chegado ao Brasil dois ou três anos após a primeira grande leva de imigrantes japoneses, que desembarcou no Brasil em 1908. A primeira parada de seus pais teria sido na região Mogiana, uma das três mais importantes regiões cafeeiras do Estado de São Paulo. Nos anos 1920, ainda atuando como trabalhadores da lavoura de café, toda a família já teria se estabelecido em Lins. Nascida neste município, a entrevistada se lembra de sua infância marcada pelo trabalho pesado na lavoura de café, afirmando sua preferência pela experiência com o cultivo de verduras, atividade à qual só pôde se dedicar bem mais tarde, no Estado do Rio de Janeiro. Ela afirma não ter sofrido qualquer tipo de discriminação direta, mas se lembra claramente das buscas policiais visando à apreensão de livros escritos em japonês, principalmente os de Matemática e

²²¹ TAKEUCHI, Márcia Yumi, op. cit., 2002, pp. 58-59.

²²² Paulo é um apelido, pelo qual o Sr. Teruyuki Matsunaga é mais conhecido.

História do Japão. Em muitos casos, segundo a depoente, o “guarda ia recolher e queimava tudo”.²²³ Por isso, era frequente esconderem-se publicações em japonês no telhado das casas, por exemplo. Além disso, suas memórias ressaltam a questão da proibição do uso da língua japonesa imposta pelo governo, motivo de preocupação constante entre os alunos de origem japonesa do Distrito de Guaimbê, onde ficava a escola por ela frequentada. Em casa, em família, falava-se apenas o japonês. Com isso, devido ao natural reflexo de se expressar em língua japonesa, fazia-se necessário, durante a guerra, vigiar-se constantemente quanto ao uso desse idioma em público. Tanto durante o recreio como no caminho entre a escola e sua residência havia o cuidado dos alunos em não se expressar em japonês. O que os fazia, segundo *Makimoto*, preferir não conversar qualquer assunto durante o intervalo das aulas, evitando-se uma involuntária infração da lei e, conseqüentemente, as advertências dos professores, que “ficavam bravos” nessas ocasiões.²²⁴

Sobre a posição de seus familiares em relação à guerra, ela afirma não se recordar de qualquer manifestação de sua parte, contra ou a favor de uma vitória japonesa no conflito. Mas afirma que seu marido, *Hitoshi Makimoto*, logo após o fim do conflito, fora mantido preso por três meses (entre 1945 e 1946), na cadeia de Getulina, em função de suas posições políticas em relação ao confronto entre os Aliados e o Eixo, mais especificamente por não acreditar na derrota do Japão. Com isso, o marido de *Titose Makimoto* teria perdido o primeiro aniversário de seu filho, devido ao fato de estar detido na ocasião. Por conta de seus problemas com a polícia, o Sr. *Makimoto* teria optado por mudar-se com sua família para o Rio de Janeiro após a guerra, onde, segundo sua opinião, haveria maior tranquilidade nesse sentido.²²⁵

Luíz Eije Muramatsu, nascido em Marília (SP), veio se estabelecer no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente em Itaguaí, somente ao final nos anos 1960, à época de seu casamento. Todavia, suas vindas ao estado fluminense já eram frequentes, desde 1956, em função da amizade de sua família com a família de *Toshio Yabuzaki*, que se tornaria seu sogro. Em entrevista, *Muramatsu* recorda-se de sua experiência ao iniciar sua vida escolar em Pompéia (SP). Segundo ele, a colônia estabelecida naquele município era extremamente “forte”, havendo, por exemplo, a predominância de filhos de japoneses nas escolas locais. Sobre a primeira classe em que estudou, em 1945, ele afirma: “Só pra você ter ideia: 49

²²³ MAKIMOTO, Titose. *Titose Makimoto*. Depoimento [out. 2009]. Entrevistador: Alessandro Paz Ferreira. Itaguaí, 2009. Mp3, estéreo. Entrevista concedida para fins de pesquisa e publicação editorial e acadêmica pelo entrevistador.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*.

alunos, 45 eram descendentes, filhos de japoneses”.²²⁶ Quando criança, *Muramatsu* parece não ter sentido qualquer tipo de discriminação em Pompéia. Mas ressalta que havia forte vigilância das autoridades, por exemplo, quanto ao uso da língua japonesa em público. Não se recorda de relatos de maus tratos físicos ocorridos naquela região, mas afirma ter conhecimento de vários relatos de detenções de conhecidos de sua família devido ao fato de apenas cumprimentarem-se no idioma dos nipônicos.

No município de Pompéia, assim como em outros lugares, os japoneses não podiam juntar mais do que três pessoas, ne. E não podia falar nem “bom dia” em japonês. Então, teve muita gente que foi na cidade fazer compra ou alguma coisa, e que falou: “Ohhh, bom dia! Como vai você?” Pah, já dormiu uma noite na cadeia. Muitos colegas do meu pai foram presos por uma noite, sem motivo nenhum, só porque falaram japonês. Mas não houve, assim, maus tratos, não.²²⁷

Sobre a guerra, as orientações de seu pai eram claras: manter-se calado quando questionado sobre qualquer opinião referente ao conflito. Além disso, em caso de vir a sofrer ofensa verbal ou mesmo agressão física, não reagir em hipótese alguma. Havia, entre sua família, a consciência da parcialidade das autoridades brasileiras no concernente a discussões ou brigas entre brasileiros natos e japoneses ou descendentes, ainda que nascidos no Brasil. Num caso de agressão ou xingamento entre um brasileiro e um nipônico, independente de se conhecer o real culpado, este último era sempre considerado culpado pela autoridade policial. “Se eu e você brigássemos naquele tempo, eu não tinha razão nenhuma. E mesmo que tivesse, ne... [risos] Ele mandava a gente calar a boca. Ficar quieto. Brasileiro xingando você e você tinha que ficar quieto”.²²⁸

Se em Pompéia *Muramatsu* não sentiu sua infância tão afetada pelo contexto da guerra, em Santo André, onde ele teria estudado durante meio ano, aos 8 anos de idade, sentiria na pele manifestações de forte preconceito quanto aos nipônicos. Sendo o único aluno de ascendência japonesa em sua classe, sua vida seria marcada por uma ocasião – lembrada com emoção – na qual se viu na necessidade de aplicar as orientações de seu pai quanto a não reagir em caso de agressão: “Uma vez eu estava na escola, assim... em Santo André, ne. Um monte de marmanjo, criançada lá, com uns 15 anos, assim, me cercou, me urinou. Mijou em cima de mim”.²²⁹

²²⁶ MURAMASTU, Luiz Eije. Luiz Eije Muramatsu. Depoimento [out. 2009]. Entrevistador: Alessandro Paz Ferreira. Itaguaí, 2009. Mp3, estéreo. Entrevista concedida para fins de pesquisa e publicação editorial e acadêmica pelo entrevistador.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Ibidem.

Consciente quanto à necessidade do filho aprender o português e a seu provável estabelecimento em definitivo no Brasil, o patriarca dos *Muramastu* era considerado “avançado” no que tange à assimilação. A educação era algo valorizado por sua família, o que foi trazido da cultura de seu país, onde, desde a *Reforma Meiji*, o ensino passou a ser obrigatório para as crianças a partir dos seis anos de idade. Sobre a posição de seus pais quanto à guerra, o entrevistado afirma que seu pai não se mostrava um nacionalista, um inconformado com a derrota japonesa. Era comum, segundo ele, o ser questionado na colônia quanto à posição do chefe da família em relação ao conflito, havendo, aos olhos dos japoneses adeptos de um nacionalismo radical, apenas duas opções possíveis: ser *Kachigumi* (vitorista) ou *Makegumi* (derrotista). Nessas ocasiões, mais uma vez, sua reposta advinha dos conselhos de seu pai, que o orientava a alegar desconhecer a posição do pai sobre o resultado final da guerra.²³⁰

É interessante como numa conjuntura de guerra mesmo as atitudes de passividade podem ser encaradas como táticas traiçoeiras daqueles tidos como inimigos. Em documento anônimo intitulado “Os Japoneses no Brasil” (elaborado, em dezembro de 1941, por um suposto filho de japoneses, e constante dos arquivos do DEOPS/RJ), aponta-se não só para o perigo do estabelecimento de colônias em pontos considerados estratégicos, como áreas litorâneas do país e fontes de água potável, por exemplo, como também para a formação de “[...] grandes núcleos para-militares em Cananéia e Iguape, para o estabelecimento de bases de submarinos e aviões”²³¹. Após alinhar os procedimentos pelos quais os nipônicos dariam início a sua operação de sabotagem ao possível apoio brasileiro aos Estados Unidos, o autor da carta-relatório alerta os brasileiros quanto à insinceridade de japoneses e descendentes, mesmo quando se mostram passivos e resignados. O que seria, no fundo, uma máscara para sua real personalidade, paciente quanto ao momento certo de agir traiçoeiramente. De acordo com o documento:

A ordem, para despistar, é sorrir, sorrir sempre e nada dizer; o silêncio constitue [sic] a grande arma nipônica, misteriosa sob todos os pontos de vista, além disso, agüentar tudo, todas as provocações, desaforos e ápodos e até xingamentos os mais duros e pesados, mesmo os que afetem diretamente à honra individual, como si [sic] os não entendessem, sem a mínima reação ou revide.

[...] Encerrando por hoje esse relato que repete colaboração de amor leal ao Brasil, repito que não posso revelar minha personalidade para não morrer ingloriamente, o que fatalmente sucederá, pois serei assassinado de forma misteriosa, niponicamente. Pelo Brasil, minha verdadeira pátria, isso sim, morrerei a qualquer momento e

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Os Japoneses no Brasil. dez. 1941, fl. 45, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

morrerei com o mesmo entusiasmo [sic] que terá o meu pai morrendo pelo Japão. Com uma diferença: morrerei conscientemente.²³²

Esse tipo de alerta também foi estampado numa reportagem de Samuel Wainer para a edição de 26 de fevereiro de 1942 do jornal *Diário Carioca*. Com o título “A Sombra de *Pearl Harbour* sobre os Destinos de ‘Registro’: O Gravíssimo Problema da Infiltração Nipônica no Litoral de São Paulo”, a matéria trazia os versos de uma espécie de marchinha de carnaval, referindo-se aos nipônicos como “[...] nadadores de Singapura à beira do Rio Ribeira do Iguape” e aos *niseis*, filhos brasileiros de japoneses, como “um problema melindroso”. Além disso, os versos ligavam os japoneses a operações de sabotagem contra a colaboração econômica do Brasil com os EUA e a toda uma série de ações ilegais, resultantes, segundo o conteúdo do texto, de sua liberdade de ação nas colônias daquela região. Na primeira página, como chamariz aos leitores, lê-se sobre o objetivo da matéria:

[...] nos dará a conhecer os processos japoneses de penetração e preparação à traição contra o povo que hospitaleiramente acolhera os imigrantes que traziam por trás de seus disfarces costumeiros, os propósitos mais perigosos à segurança e liberdade nacionais.²³³

Tanto o conteúdo do primeiro documento como a matéria de jornal, destacada em seguida, alertavam para a ameaça representada pela presença de japoneses em regiões litorâneas do país, além de demonstrar uma notável sintonia com as ideias propagadas por intelectuais e políticos atuantes nas décadas de 1930 e 1940, reforçando o mito do “perigo amarelo”. Nesse sentido, ser japonês era ser culpado por antecedência, dentro de uma verdadeira “lógica da desconfiança”.²³⁴ E ser filho de japoneses – ainda que nascido no Brasil – era o mesmo que ser japonês e, conseqüentemente, igualmente digno de suspeita. No interior paulista, assim como na Capital Federal, essa “lógica” parece ter sido a prática comum por parte das forças de segurança pública. No Rio de Janeiro, mesmo com um número menor de famílias em comparação com São Paulo, por exemplo, houve uma série de batidas policiais e buscas em escritórios e residências suspeitas, conforme documentado no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

Ilustrativos da situação de vigilância a que os japoneses estavam submetidos na Capital Federal, durante a Segunda Guerra Mundial, são os documentos que levantam

²³² *Ibidem*.

²³³ A Sombra de *Pearl Harbour* sobre os Destinos de ‘Registro’: O Gravíssimo Problema da Infiltração Nipônica no Litoral de São Paulo. 26 fev. 1942, fl. 87, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Niponismo, DEOPS/RJ, APERJ.

²³⁴ TAKEUCHI, Márcia Yumi, op. cit., 2002, p. 14.

suspeita de espionagem por parte de famílias nipônicas, mesmo que isoladas, não fazendo parte de algum núcleo colonial específico. É o exemplo do Boletim Nº 328 da DESPS, no qual se lê:

Na rua Marechal Jofre nº 62 (Grajaú), residência do súbdito japonês K. Sawamura e família, segundo parece, existe um aparelho transmissor de rádio, pois, diariamente, ali se ouvem diversas pessoas de nacionalidade japonesa, com a casa completamente fechada, e ouve-se ruído semelhante ao de um manipulador de rádio, seguido de diversas palavras pronunciadas pelo Sr. Sawamura. Terminando a irradiação, ouve-se um hino, e, depois, as portas e janelas são abertas. [...] Durante o dia, nada de anormal existe na residência em apreço.²³⁵

Outro documento significativo é o pedido de Agenor Homem de Carvalho, Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a Filinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal, para que este providencie verificação de uma residência suspeita situada à Estrada da Gávea. Segundo Carvalho, os estrangeiros ali residentes poderiam se voltar para a espionagem, podendo “vir a tornar-se sobremaneira perigosos para o país, dada a situação especial de suas residências”.²³⁶ A solicitação feita a Filinto Müller teria se originado de um relatório recebido por Agenor Homem de Carvalho, que apresentava uma descrição tanto do local como dos estrangeiros nele residentes e considerados suspeitos. Segundo o relatório:

Há dois anos [...] um casal de japoneses com um filho, mudou residência de São Paulo para esta Capital. Arrendaram um terreno ao Sr. Niemeyer, na Estrada da Gávea, 1098, e aí transformaram o local silvestre em um recanto de extremo oriente: casa, jardim, costumes, alimentação, música, etc., etc. [...] Ao lado dessa habitação suspeita, localizou-se uma outra família de japoneses, também transferida de São Paulo. No lado oposto às residências japonesas, ficam a residência da viúva A. B. Hermida, de nacionalidade argentina, [...] e o Bar Restaurante Beppino Puggi, de italianos. O local e os ocupantes podem facilitar as seguintes possíveis missões:

- conspiração;
- transmissão de mensagens óticas com a Pedra da Gávea e desta com o alto mar;
- interrupção das comunicações com a cidade e cortar a água, luz e telefone;
- facilitar um desembarque, como os japoneses têm feito várias vezes no Extremo Oriente.

[...] é de toda conveniência uma diligência inteligente a ser realizada nessa reunião suspeitíssima de estrangeiros eixistas.²³⁷

É interessante o destaque dado à nacionalidade dos suspeitos, tendo em vista a qualidade de “eixistas” atribuída aos indivíduos de origem japonesa e italiana. Além da preocupação com uma mulher originária da Argentina, país que se manteve neutro durante quase todo o período do conflito mundial, levantando suspeitas dos Aliados.

²³⁵ Futuras Diligências contra os Japoneses. 18 jan. 1941, fl. 1, v. 2, setor: Japonês, dossiê 3: Futuras Diligências contra os Japoneses, DEOPS/RJ, APERJ.

²³⁶ Jardim Nipon. 25 mar. 1942, fl. 1, v. 2, setor: Japonês, dossiê 5: Jardim Nipon, DEOPS/RJ, APERJ.

²³⁷ Jardim Nipon. 25 mar. 1942, fl. 2, v. 2, setor: Japonês, dossiê 5: Jardim Nipon, DEOPS/RJ, APERJ.

Também nas atividades econômicas apontavam-se possibilidades de ações de sabotagem da parte da comunidade nipônica, principalmente naquela em que ela mais se destacava: a agricultura. Destarte, as cooperativas agrícolas japonesas, dada sua importância na economia rural e no abastecimento de várias cidades, passaram a ser alvos de zelosa vigilância. Obviamente, a forma como as autoridades lidaram com a presença nipônica nas atividades agrícolas variou de acordo com a região e a conjuntura, mas não são poucos os casos documentados que ilustram a preocupação dos braços atuantes do Estado quanto à participação da comunidade japonesa nesse setor.

Criada em 1927, a Cooperativa Agrícola de Cotia ganhou grande projeção no decorrer da década de 1930. A predominância de japoneses e descendentes em sua administração e em seu corpo de agricultores favoreceu a criação de uma imagem ambígua da mesma – assim como de outras cooperativas paulistas –, tendo em vista a constante preocupação das autoridades estatais quanto à formação de “quistos étnicos” no país. O Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, versava sobre a proibição da formação de comunidades etnicamente homogêneas em território brasileiro, afirmando em seu artigo nº 39 que “Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade”.²³⁸

Se, por um lado, a cooperativa dava exemplos do sucesso dos colonos japoneses como trabalhadores rurais, por outro, no início dos anos 1940, com o gradual estado de tensão oriundo do expansionismo japonês na Ásia e, posteriormente, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, ela passava a ser vista como possível base para um levante de nipônicos contra os brasileiros. Documentos produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social nos trazem algumas impressões que se teciam sobre cooperativas como, por exemplo, as de Iguape e Cotia, no Estado de São Paulo. Segundo documento (sem assinatura de seu autor) datado de 1º de setembro de 1941, a colônia da Zona de Iguape é apontada como verdadeira ameaça à segurança nacional, alertando-se para a necessidade de um controle rígido das autoridades sobre as atividades dos membros daquela comunidade, assim como de qualquer outra de natureza semelhante.

Desde a independência do Brasil temos recebido de braços abertos os imigrantes de todas as procedências, sem restrições. Hoje, sem exageros xenófobos, precisamos ser mais cautelosos, procurando conhecer não só os que vamos acolhendo, como os que já temos acolhidos, para não guardarmos os 40 odres [...] com a mesma inadvertência com que os guardou Ali Babá.

²³⁸ ALONSO, Annibal Martins. Estrangeiros no Brasil: Legislação Anotada e Atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960, p. 148.

[...] a questão de “associações”, ainda não considero matéria liquidada, pois o direito de associações esportivas, beneficentes e culturais e econômicas (cooperativas), oferecem-lhes ensejo para manterem disfarçadas as suas reuniões de ação contrárias aos interesses da comunhão nacional. Este caso focaliso não como um fenômeno local, pois ele é de ordem geral onde quer que se encontrem conglomerados japoneses [...] A obrigação de diretorias compostas por brasileiros natos, em parte tem sido inoperante, pois em geral são brasileiros filhos em primeira geração de pais japonezes, que se prevalecem do “jus solis”.

[...] peço reservas quanto à procedência da informação, muito embora, fosse de grande conveniência para o interesse nacional, ser ventilado e eliminado esse vício de organização, para que tal mau e desmoralizador exemplo não prevaleça, o estrangeiro não ria da “tapeação” à autoridade brasileira e tenha uma noção mais exata da vigilância e argúcia dessas autoridades.²³⁹

Em tom quase profético, provavelmente por estar sintonizado com as disputas por áreas de influência no Pacífico entre o Japão e os Estados Unidos – o documento é anterior à declaração de guerra entre Japão e EUA –, o anônimo autor ressalta:

Observa-se ultimamente um interesse muito pronunciado em colherem nossa opinião sobre a situação em que ficariam colocados aqui no País, no caso dos E.E. U.U. entrarem na guerra. Nota-se ainda a apaixonada esperança que depositam na vitória do “eixo”, e também a esperança muito pronunciada de que com isso, a sua situação política no País melhore muito.

São cousas que se percebem no convívio quotidiano, por frases soltas, ideias parecem que vagas, atitudes, etc, etc., mas que não escapam a qualquer espírito atilado e observador.²⁴⁰

Outro documento emblemático destaca o perigo da Cooperativa Agrícola de Cotia, apontando-lhe o caráter de uma “quinta coluna dos alimentos”. Datado de 13 de abril de 1943, sua autoria é atribuída a Amilcar Alencastre, Chefe de Secção da Delegacia Especializada de Segurança Política e Social do Distrito Federal. Ao denominar as vinte e oito cooperativas japonesas que comporiam a “Cooperativa Central Nipo-Brasileira” – incluindo a de Cotia – como “centros de sabotagens econômicas”, Alencastre buscava alertar as autoridades constituídas quanto ao forte controle exercido por esta última sobre o mercado de batata em detrimento do trabalhador “nacional”, além de sua administração monopolizada por nipônicos e descendentes. Segundo o Chefe de Secção da DESPS, “Os controladores da Cooperativa e seus agentes nacionais não pouparam nenhum esforço para conservar a máscara de brasileiros, atarrachada na fachada daquela associação, que é tão brasileira quanto o palácio de Hiroito”.²⁴¹

Quanto ao mercado daquele tubérculo, o mesmo documento ressalta:

²³⁹ Niponismo – Zona de Iguape. 1 set. 1941, fl. 29, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

²⁴⁰ Niponismo – Zona de Iguape. 1 set. 1941, fl. 30, v. 1, setor Japonês, dossier Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

²⁴¹ As Cooperativas Japonesas: Centros de Sabotagens Econômicas. 13 abr. 1943, p. 2, v. 2, setor: Japonês, dossiê: Cooperativas Japonesas, DESPS - Info Nº 326, DEOPS/RJ, APERJ.

[...] eles passaram a controlar o mercado, impondo preços a sua vontade, conseguindo elevar esse gênero de primeira necessidade a preços verdadeiramente exorbitantes, em certas épocas do ano, numa manobra quinta colunista e que obteve pleno êxito.²⁴²

Dessa forma, percebe-se a preocupação das autoridades incumbidas de manter o controle sobre os “súditos do Eixo”, sendo utilizados, frequentemente, termos diretamente relacionados à guerra em si, como “quinta coluna”, por exemplo. Ao final de suas observações referentes às cooperativas japonesas, Alencastre conclui:

Dizem que a Mobilização [sic] Econômica está sendo combatida em São Paulo. Logicamente, pois a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo mais parece o chamado “Espaço Vital” do Império Japonês do que uma instituição de assistência aos colonos.²⁴³

A visão de que os tentáculos do Império Japonês estariam se lançando sobre o território brasileiro – em consonância com discursos antinipônicos que marcaram a década de 1930 – fica latente no uso da expressão “Espaço Vital”, utilizada pelo nazismo para pensar os territórios fornecedores de recursos naturais e humanos necessários para a construção da Grande Alemanha sonhada pelo *Führer*, o *Reich* de mil anos. O estado de beligerância traz à tona os temores propagandeados ao longo de vários anos pelos detratores dos imigrantes japoneses e seus descendentes e lhes atribui carne e sangue no sentido de os mesmos serem corporificados em documentos e práticas, num novo ordenamento legal e de costumes que toma como inimigos internos mesmo os brasileiros de nascimento denunciados por sua ascendência e seus traços étnicos tidos como exóticos. Expansionismo, sabotagem, espionagem, potencial traição, entre outras suspeitas são os filtros por meio dos quais passam a ser enxergados japoneses e nipo-brasileiros, tolhidos de suas manifestações de etnicidade e de direitos básicos, como o direito de ir e vir e de usufruir livremente de suas propriedades. Em artigo de 8 de janeiro de 1944, intitulado *O Inquilino Amarelo*, a revista *Careta* fez um breve esboço da atuação imperialista das forças japonesas na Ásia, expondo em tom de denúncia a atuação dos “piratas nipônicos” sobre territórios coloniais franceses, holandeses e portugueses, assim como sobre a China, precedida de “monstruosa traição”. Comparados aos alemães na Europa, os japoneses são acusados de não ter escrúpulos, o que se manifestaria claramente na prática de “assalto à propriedade alheia”. Além disso, destaca que “O japonês,

²⁴² As Cooperativas Japonesas: Centros de Sabotagens Econômicas. 13 abr. 1943, p. 5, v. 2, setor: Japonês, dossiê: Cooperativas Japonesas, DESPS - Info N° 326, DEOPS/RJ, APERJ.

²⁴³ As Cooperativas Japonesas: Centros de Sabotagens Econômicas. 13 abr. 1943, p. 8, v. 2, setor: Japonês, dossiê: Cooperativas Japonesas, DESPS - Info N° 326, DEOPS/RJ, APERJ.

quando assalta com bom êxito, escraviza”.²⁴⁴ No último parágrafo, deixando uma ameaça no ar, o texto alerta de forma enfática:

Lembre-mos de que nós também temos aqui 250.000 inquilinos dessa raça indesejável; inquilinos hipocritamente comedidos por estarem com as unhas aparadas. Lembremo-nos constantemente disso para que, no momento do ajuste de contas, quando o império pirata tiver de devolver tudo aquilo de que deshonesta [sic] e violentamente se apossou, esses nossos inquilinos recebam despejo imediato.²⁴⁵

Em suma, os anos da Segunda Guerra Mundial deixaram o ar ainda mais rarefeito para a comunidade nipônica no Brasil, tornando todo um grupo étnico alvo de desconfiança e hostilidades, tanto por parte das autoridades instituídas quanto por parcela da população. A guerra terminou formalmente em setembro de 1945, pouco depois da rendição japonesa em agosto, mas uma nova guerra teria início dentro da própria comunidade japonesa, mais especificamente em núcleos coloniais do estado de São Paulo, como Bastos e Marília, por exemplo. A derrota japonesa não foi aceita por todos os membros da comunidade, o que resultou na divisão dos indivíduos em “vitoristas” (*kachigumi*) e “derrotistas” (*makegumi*), também chamados pelos seus antagonistas de “corações sujos”. Os vitoristas mais empedernidos inseriam-se nas fileiras da *Shindô Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos), um grupo ultranacionalista formado por oficiais aposentados japoneses ao longo do conflito mundial e que não admitia que, pela primeira vez em sua história, o Japão havia sido derrotado numa guerra. A proibição do uso de rádio e o fechamento dos jornais em língua japonesa contribuíram para a circulação desencontrada de informações, assim como de informações falsas sobre o desfecho da guerra. Alguns historiadores apontam para esse isolamento em termos de informação um dos principais fatores para o nacionalismo exacerbado que caracterizou o surgimento e a atuação da *Shindô Renmei*, cujo auge esteve entre 1946 e 1947. Dezenas de colonos foram assassinados por reconhecerem a derrota do *Império do Sol Nascente*, o *Dai Nippon*, traindo, dessa forma, o verdadeiro espírito japonês (*Yamato Damashii*).

Em meados de 1946, a propaganda da *Shindô Renmei* incluía fotos manipuladas do presidente Truman fazendo reverência para o imperador Hirofíto, comunicados de “imprensa” de tropas japonesas desembarcando em São Francisco e marchando em direção a Nova York e notícias de que Getúlio Vargas iria a Tóquio assinar os documentos de rendição. [...] Os assassinatos começaram em inícios de março de 1946, quando cinco integrantes do *tokkotai* (Equipe Especial de Ataque) mataram a

²⁴⁴ GREGO, I. *O Inquilino Amarelo*. Careta. Rio de Janeiro, n. 1854, p. 6, 8 jan. 1944. Biblioteca Nacional/RJ, setor de periódicos, localização do título: PR-SPR 00142[1-72].

²⁴⁵ *Ibidem*.

tiros o diretor da Cooperativa de Bastos, prosseguindo no mês seguinte, com o assassinato do ex-diretor do [jornal] *Nippak Shimbun*, que há muito atormentava as autoridades japonesas. [...] Entre março e setembro de 1946, dezesseis “esclarecidos” [*makegumis*] foram mortos [...] Trinta *makegumis* foram gravemente feridos, e centenas de outros receberam ameaças de morte trazendo a marca da *Shindô Renmei*, uma caveira com ossos em cruz. Muitos cultivadores de seda, de algodão e de hortelã tiveram suas casas e campos destruídos.²⁴⁶

No estado do Rio de Janeiro, alguns documentos preservados no Arquivo do Estado apontam suspeitas das autoridades sobre a presença de membros da *Shindô Renmei* transitando pela região de Itaguaí, mas sem efetiva confirmação. Em pesquisas na documentação do DEOPS/RJ foi identificado um indivíduo residente em Itaguaí de sobrenome *Matsunaga*. O documento, datado de agosto de 1946, aponta como suspeito um indivíduo chamado *Sakuzo Kawashima*, que seria da região da Alta Paulista e visitaria Itaguaí com certa frequência. Dentre os sobrenomes listados como sendo de pessoas ligadas a *Kawashima*, aparecem os de alguns japoneses cujas famílias são conhecidas até hoje no município, como *Honda*, *Arai* e *Shiradori* (a grafia correta seria *Shiratori*), além de *Matsunaga*. Sobre este último, o documento faz a seguinte observação: “*Matsunaga* – o mais moço – trabalhou com *Kawashima* na Alta Paulista”.²⁴⁷ Os documentos não confirmam a efetiva participação dos listados, apenas levantam suspeitas de que fossem simpatizantes da *Shindô Renmei*, considerada pela polícia política uma organização terrorista.

Sunada é outro nome que aparece em documentos do DEOPS/RJ, posteriores à guerra, como de um suposto simpatizante da *Shindô Renmei*. Numa lista de nomes de indivíduos de origem japonesa suspeitos, que transitavam por Itaguaí no pós-guerra, ele aparece como o número um. O documento, datado de 21 de agosto de 1946, afirma o seguinte:

Elementos suspeitos de Itaguay

Nº 1 Sunada

Desconfia-se que é desertor de navio japonês; agitador, elemento mal visto pela maioria de japoneses residentes em Itaguay.

Nº 2 Yassuda

Veu de São Paulo em Setembro do ano passado a fim de receber “navio japonês”. Não regressou à localidade de donde procedeu, ficando em Itaguay. Teria enviado a seus “amigos” do interior de São Paulo notícias fantásticas do Japão como se tivesse recebido deste.²⁴⁸

Embora a documentação da polícia aponte preocupação com a possível movimentação de elementos da *Shindô Renmei* na região, reafirma, noutro trecho, a imagem de uma colônia

²⁴⁶ LESSER, Jeffrey, op. cit., pp. 243-244.

²⁴⁷ *Shindô Renmei*. 21 ago. 1946, fl. 337, v. 3B, setor: Japonês, dossiê: Shindô Renmei, DEOPS/RJ, APERJ.

²⁴⁸ *Shindô Renmei*. 21 ago. 1946, fl. 336, v. 3B, setor: Japonês, dossiê: Shindô Renmei, DEOPS/RJ, APERJ.

tranquila, sem os fatores dignos de desconfiança inferidos da documentação referente a outros núcleos de maior visibilidade para a polícia política. Sobre um terceiro elemento da listagem que contém o nome de *Sunada*, lê-se o seguinte:

Nº 3 Nakamura

Outro elemento suspeito que, juntamente com os dois primeiros, perturba a tranqüilidade do pequeno núcleo de japoneses de Itaguay.²⁴⁹

Assim, não há registros verificáveis de incidentes envolvendo a organização no estado do RJ, mas estima-se que, em SP, 23 pessoas foram assassinadas por membros da *Shindô Renmei* e centenas ficaram feridas, o que fez com que parecesse que a guerra, de fato, ainda não havia terminado para a comunidade nipônica. Segundo Bahiense da Silva:

31.380 imigrantes japoneses foram considerados suspeitos de integrarem a *Shindô Renmei*. Destes, 1.423 foram acusados pelo Ministério Público, e a Justiça reconheceu a culpa de 381 deles. Os mandantes ou executores dos crimes da *Shindô Renmei*, num total de 80, chegaram a ser listados pelo governo de Eurico Gaspar Dutra para serem expulsos do país. Contudo, isso nunca ocorreu, em função da lentidão da Justiça e da atuação dos advogados de defesa.²⁵⁰

Enfim, a epopeia dos imigrantes japoneses no Brasil foi um processo marcado por imensas dificuldades, no qual as barreiras culturais e étnicas foram as primeiras que precisaram ser superadas a fim de que aqueles que optaram por rumar em direção ao pôr do sol para escrever sua história de vida pudessem fazer de uma terra estranha seu novo lar. Do sonho inicial de “fazer a América”, regressando posteriormente para a terra natal, passou-se para o estabelecimento em definitivo em solo verde-amarelo, somando-se ao caldeirão étnico brasileiro mais um elemento de valor na construção do país e na condução de sua constituição como nação. De classificados como indesejáveis em termos raciais a apontados como ameaça à segurança nacional, japoneses e *nikkeis* foram alvo de representações negativas tanto em obras literárias e de imprensa quanto em imagens difundidas em revistas de humor e documentos oficiais. A variedade de fontes que parecem convergir em termos de representações dos nipônicos é muito rica. E é sobre elas que pretendemos nos debruçar, juntamente com estudantes do ensino básico, para abordarmos a diversidade de conceitos possíveis baseados nessa rica história de superação.

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. op. cit.

CAPÍTULO IV

4. ATIVIDADES COM DOCUMENTOS/FONTES

4.1. Introdução: fontes históricas em sala de aula e as propostas dos PCNs

Se a investigação, a problematização e o constante questionar são o fôlego soprado pelo historiador para dar vida a possíveis interpretações sobre o passado, construir conhecimento sobre o ser e o fazer do homem no tempo, os vestígios deixados pela caminhada do ser humano pelas estradas do reino de Cronos são a argila a partir da qual tal conhecimento ganha corpo, mostrando-se matéria prima imprescindível para a construção do conhecimento histórico. Ainda que soe como um axioma, nem sempre a indispensabilidade dos documentos – de naturezas as mais variadas – e de sua conversão em fontes históricas pelo trabalho do historiador é algo devidamente destacado em sala de aula. Nesse sentido, mobilizar diferentes tipos de fontes em atividades que estimulem o alunado a conhecer o trabalho de análise pode render frutos de grande valia para que se lhe descortine, em algum grau, a natureza do ofício do historiador e a importância de toda e qualquer produção humana para uma razoável aproximação com os sentimentos e ideias daqueles que participaram das construções sociais no passado. Já discutimos, em capítulo anterior, as peculiaridades do saber escolar, cujas finalidades diferem daquelas do saber acadêmico, pensando uma relação de horizontalidade entre ambos, sem, contudo, desconsiderar a estreita relação e o indispensável diálogo entre a história como disciplina escolar e a história acadêmica, sendo esta a ciência de referência da primeira. Segundo Flávia Eloisa Caimi:

Tal entendimento não significa decretar a dependência da história escolar em relação ao conhecimento acadêmico, tampouco tomá-la como um saber inferior na hierarquia de conhecimentos, mera vulgarização didática de um corpo de saberes produzido pelos “cientistas”. [...] os dois campos – escolar e acadêmico – são portadores de dinâmicas próprias, as quais se relacionam com inúmeras instâncias e dimensões, de acordo com as finalidades e especificidades de sua atuação [...].²⁵¹

Dessa forma, temos que o trabalho com fontes em sala de aula – a despeito de suas diferenças em termos de objetivos quando relacionado com o trabalho do historiador e suas

²⁵¹ CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes Históricas na Sala de Aula: uma possibilidade de produção de conhecimento escolar? Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 1, n. 28, p.130, dez./2008.

especificidades – apresenta-se como metodologia promissora para o ensino de história, capaz de mobilizar habilidades e competências preciosas no que concerne ao aprendizado histórico. Entretanto, o trabalho do professor na escolha e aplicação de fontes na prática de ensino deve seguir esmerados critérios para tornar a caminhada do aluno, em seu processo de construção de conhecimento e compreensão da importância da análise documental como parte fundamental do ato de edificar o saber histórico, uma jornada percorrida com razoável fluidez e crescente interesse pelo método investigativo inerente a este saber. De acordo com Circe Bittencourt:

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado*. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias.²⁵²

Com relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o tema abordado se enquadra em recortes temáticos que devem ser trabalhados no quarto ciclo do ensino fundamental, estando relacionado, por exemplo, aos seguintes assuntos por eles sugeridos: o imperialismo japonês, o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial. A contextualização de nosso tema específico dentro desses processos históricos abrangentes poderá suscitar a reflexão sobre a estreita relação entre questões de ordem interna – regional ou nacional – e um todo maior, até mesmo uma conjuntura de caráter mundial. Com isso, pretende-se ensinar uma história multifacetada, capaz de relacionar as várias nuances e filigranas que compõem o real. Destarte, no que tange aos objetivos gerais de História definidos pelos PCNs, almeja-se estimular o conhecimento e o respeito ao:

modo de vida de diferentes grupos sociais, em diferentes tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e discontinuidades, conflitos e contradições sociais”²⁵³.

Outrossim, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de “valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da

²⁵² BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes, op. cit., p. 331.

²⁵³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: História. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998, p. 43.

democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades”.²⁵⁴ Ou seja, princípios fundamentais para a defesa de uma democracia genuína.

As propostas de atividades apresentadas neste trabalho visam a articular o fomento a um interesse genuíno pela pesquisa histórica com a reflexão sobre questões de racismo, xenofobia e discriminação, seguindo, em parte, critérios de seleção e organização dos conteúdos de História sutilmente defendidos nos PCNs para o ensino fundamental. De acordo com estes, ao longo do processo de formação de alunos e alunas do ensino fundamental, o estudo da disciplina de História deve ser efetivado de forma que os/as estudantes:

[...] adquiram, progressivamente, atitudes de iniciativa para realizar estudos, pesquisas e trabalhos; desenvolvam o interesse pelo estudo da História; valorizem a diversidade cultural, formando critérios éticos fundados no respeito ao outro; demonstrem suas reflexões sobre temas históricos e questões do presente; [...] demonstrem interesse na pesquisa em diferentes fontes – impressas, orais, iconográficas, eletrônicas etc.²⁵⁵

Assim, esperamos nortear as atividades propostas com a finalidade de promover, em termos práticos e metodológicos, o contato com o trabalho de análise de documentos e a elaboração de textos com suas devidas conclusões; e, em termos abstratos, a reflexão sobre preconceito e a necessidade de se pensar as diferenças como traço positivo a tornar mais rica a experiência humana em suas redes de relações, contribuindo para o combate a manifestações discriminatórias. Espera-se, com isso, que alunos e alunas se familiarizem com a natureza do trabalho com fontes e que sejam capazes de “dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais”.²⁵⁶ Não obstante, ter ciência do caráter promissor do trabalho com fontes no processo ensino-aprendizagem não significa desconsiderar as exigências que ele impõe ao profissional em sala de aula devido a preocupações didáticas que emergem de sua aplicação. Nesse sentido, demanda-se consciência de que:

Os documentos [...] são registros produzidos sem intenção didática e criados por intermédio de diferentes linguagens, que expressam formas diversas de comunicação. São muito variados quanto à origem e precisam ser analisados de acordo com suas características de linguagem e especificidades de comunicação.²⁵⁷

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Ibidem, p. 45.

²⁵⁶ Ibidem, p. 43.

²⁵⁷ BITTERN COURT, Circe Maria Fernandes, op. cit., p. 333.

De fato, nossa proposta também visa a lançar luz sobre uma temática pouco evidente no recorte temporal abordado, tendo em vista sua ausência total ou, na melhor das hipóteses, superficial menção em materiais didáticos adotados nas redes escolares. Em geral, além de privilegiar a imigração europeia e apenas timidamente pontuar o caráter racialmente orientado da política imigrantista do Estado brasileiro, notadamente entre o Segundo Reinado (1840-1889) e a Era Vargas (1930-1945), mui raramente a imigração japonesa para o Brasil – ou mesmo para o continente americano – é sugerida como conteúdo específico a ser tratado nas aulas de História, sobretudo no que tange às manifestações de xenofobia e racismo presentes nesse processo.²⁵⁸ Todavia, a relevância de nosso tema como valioso para o ensino de história é reforçado pelos objetivos dos PCNs para o ensino fundamental e os valores que eles se propõem a construir. Nesse sentido, entre outros objetivos, espera-se que alunos e alunas sejam capazes de:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais [...].²⁵⁹

As atividades apresentadas no próximo tópico deste último capítulo trazem em seu cerne os princípios norteadores acima esboçados, dando ênfase: ao trabalho de análise e comparação de fontes de naturezas diversas, a suscitar o pensamento crítico e reflexivo sobre questões de alteridade e respeito às diferenças, a fomentar a construção de conhecimento pelo alunado e sua percepção da história como múltiplas possibilidades interpretativas sobre o passado. Assim, as fontes elencadas ao longo das atividades vão muito além de elementos ilustrativos, estando em harmonia com as recentes propostas pedagógicas no tocante ao uso de fontes em sala de aula. De acordo com Caimi:

Na atual compreensão do tema, é imprescindível o trabalho do professor e do aluno na problematização e significação dos documentos, utilizando-os de modo a extrapolar meras funções de ilustração, motivação, informação ou prova, ainda que estas possam ter relativa importância. O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam

²⁵⁸ A primeira versão da proposta para uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atualmente em processo de discussão, apresentou (pág. 264) o tema da imigração japonesa como conteúdo para o 3º ano do ensino médio, sugerindo como objetivo “Contextualizar processos de migrações, deslocamentos e diásporas que envolveram populações europeias e asiáticas, tais como a migração japonesa para o Brasil, Paraguai e Estados Unidos, na primeira metade do século XX [...]”. A segunda versão, apesar de ampliada, não faz menção ao tema. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>> Acesso em 06 nov. 2016.

²⁵⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, op. cit., p. 7.

ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor.²⁶⁰

Enfim, esperamos contribuir para o incentivo da pesquisa como prática inerente ao estudo da disciplina de História e para a abordagem de um tema fértil para suscitar reflexões prolíficas sobre imigração, xenofobia, diversidade étnico-cultural, entre outras questões tão caras ao mundo contemporâneo, sobretudo em tempos de globalização e ondas conservadoras varrendo as mais variadas sociedades em diferentes continentes, com manifestações de intolerância e discriminação amplamente divulgadas pelos meios de comunicação. Que possamos dar nossa contribuição para pensar um mundo inclusivo e fraterno.

²⁶⁰ CAIMI, Flávia Eloisa, op. cit., p. 147.

4.2. Propostas de Atividades

As atividades propostas a seguir têm como público alvo alunos e alunas do 9º ano do ensino fundamental, pois sua elaboração se fundamenta na contínua experiência pessoal de magistério do autor, ao longo de sete anos, com turmas e materiais didáticos deste segmento. Contudo, as mesmas também podem ser aplicadas a turmas de 3º ano do ensino médio, cujos conteúdos programáticos costumam ser os mesmos e, tendo em vista os conceitos e reflexões envolvidos, apresentam semelhante potencial dentro da metodologia proposta. Esperamos que as atividades possam, além de oferecer o contato com fontes diversas, dialogar entre si a fim de que, concluídos os trabalhos, alunos e alunas sintam-se mais próximos da natureza do método típico do trabalho dos historiadores, desenvolvam a percepção da necessidade de crítica de discursos inerentes às mais variadas formas de expressão humanas, reconheçam pontos em comum em discursos discriminatórios em diferentes épocas e em fontes diversas. As atividades serão divididas em grupos, que deverão desenvolvê-las e, posteriormente, apresentar seus resultados em sequência para apreciação de toda a turma. Cada grupo se responsabilizará por uma atividade, subdividida em várias tarefas, cuja reunião final contemplará o tema da imigração japonesa segundo a abordagem e o recorte inicialmente propostos.

4.2.1. Proposta 1

A primeira atividade propõe a articulação entre leitura analítica de fontes imagéticas e de fontes escritas, buscando pontuar as questões raciais envolvidas na imigração enquanto política de Estado no Brasil da segunda metade do século XIX – período normalmente abordado no 8º ano – e práticas discriminatórias presentes nos dias atuais no que tange à migração de determinados povos, de diferentes origens e para diferentes partes do mundo, notadamente daqueles em condição de refugiados. Delineando um diálogo entre presente e passado, a atividade visa a suscitar: a reflexão sobre as diferentes razões que podem levar indivíduos e grupos a migrar para uma terra estrangeira, o questionamento à noção de Brasil como um país historicamente hospitaleiro em relação a qualquer povo ou grupo étnico (noção que, na década de 1930, estruturou a qualificação de “democracia racial”), a identificação de discursos preconceituosos e xenófobos em diferentes formas de expressão e comunicação humanas. O conjunto de fontes apresentadas nessa atividade compreende charges e documentos textuais.

ATIVIDADE 1

A imigração asiática no Brasil no século XIX

A partir de 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós proibindo a importação de escravizados para o Brasil, teve início um grande debate sobre a necessidade de braços para atuar na produção agrícola do país, sobretudo na lavoura de café, então em plena ascensão. Sabemos que essa lei foi a primeira de uma sequência de leis voltadas para regular o sistema escravagista no Segundo Reinado (1840-1889), culminando com a Lei Áurea de 13/05/1888, que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil, último país a abolir por força de lei o uso de mão de obra escravizada. Paralelamente a esse processo, ganhou força o fluxo imigratório, fator este a se somar a outros que compõem o histórico multifacetado de formação da nação brasileira e de sua população étnica e culturalmente heterogênea.

Consoante a isso, num panorama mais global, cabe ressaltar a expansão do modelo industrial como meta nacional em vários países do hemisfério norte, no que ficou conhecido como Segunda Revolução Industrial, e uma de suas consequências mais marcantes: o imperialismo/neocolonialismo. Municidadas com o discurso de “missão civilizadora” – que mais tarde agregou o mote do “fardo do homem branco” –, as potências ocidentais da época se lançaram sobre a África e a Ásia em busca de dominar fontes de matérias primas, mercados consumidores e, em numerosos casos, até mesmo territórios para incorporá-los diretamente a seus impérios coloniais. A essa conjuntura de grandes transformações e de entusiástica exaltação da ciência e da ideia de civilização, devem-se somar os processos de unificação da Itália e da Alemanha – concluídos, respectivamente, em 1870 e 1871 – e a reabertura do Japão para o contato com o resto do mundo após cerca de dois séculos e meio de quase completo isolamento.

A dinâmica das transformações globais fez com que interesses e necessidades de determinados países convergissem, ao menos em parte. Por um lado, havia territórios demandando afluxo de numerosos indivíduos dispostos a deixar sua terra natal e se estabelecer em terras distantes para fornecer sua força de trabalho; por outro lado, alguns países sentiam a necessidade de escoar parte de sua população para além de suas fronteiras. Nesse ínterim, afinadas com o discurso de celebração da ciência como resposta para os problemas do presente e chave do progresso rumo a um futuro grandioso, desenvolveram-se as teorias raciais pseudocientíficas que passaram a dar o tom ocidental da forma como diferentes povos se viam e se relacionavam, construindo-se uma verdadeira hierarquia baseada ora na biologia, ora na cultura, mas sempre com um caráter excludente e

discriminatório. Tais teorias teriam lugar num país como o Brasil? De alguma forma, elas influenciariam a política imigratória adotada para sanar a suposta falta de braços para trabalhar a terra?

Atualmente não são incomuns, como aspecto marcante do mundo globalizado, discursos e/ou práticas de xenofobia e até mesmo de ódio direcionados a determinados grupos em função de aspectos étnicos, culturais, religiosos, entre outros. Partindo desse panorama e das questões postas, pesquise e busque analisar os documentos abaixo apresentados.

- 1- Analise a tabela abaixo e faça uma breve pesquisa sobre a entrada de imigrantes no Brasil, no período compreendido entre o Segundo Reinado e os primeiros anos do século XX, e descreva: os países de origem dos imigrantes que entraram em maior número no país; as províncias (chamadas de estados a partir da proclamação da República) que mais receberam esses imigrantes; as principais atividades econômicas em que atuaram.

Nacionalidade	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	NaN	NaN	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e Turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Fonte (IBGE): <http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>

- 2- Nos anos que se seguiram à vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808), D. João VI promoveu a entrada de cerca de 400 chineses para o cultivo de chá onde hoje fica o célebre Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, e na Fazenda de Santa Cruz, empreitada que não deu os resultados produtivos esperados, mas que rendeu a vinda da primeira leva de orientais para o Brasil. No mesmo período, ocorreu a entrada de quase três centenas de famílias suíças que formaram a cidade de Nova Friburgo, região serrana do atual estado do Rio de Janeiro. Durante o Primeiro Reinado (1822-1831), essa mesma cidade receberia as primeiras levas de alemães, somando cerca de 450 imigrantes dessa origem. Todavia, naquele momento a redução da oferta de escravizados ainda não era um problema a assombrar o universo da lavoura, fosse de açúcar ou de café, consistindo tais experiências em episódios pontuais que não resultaram na imediata continuidade da entrada de trabalhadores estrangeiros. Décadas depois, quando os cafeicultores paulistas

começaram a defender a vinda de imigrantes para suprir a falta de mão de obra em suas fazendas, cogitou-se a entrada de chineses (geralmente chamados de *chins* ou *coolies* no século XIX) como solução. Logo, os chineses antecederam os japoneses como imigrantes asiáticos no Brasil e os antecederam também como objeto de debates sobre seu papel na composição da população do país. Sobre isso, leia e analise atentamente os seguintes documentos do século XIX. Lembre-se de contextualizar as fontes, levantando o ano de sua produção, sua autoria e sua possível intencionalidade.

Documento 1

Referência do jornalista francês Charles Ribeyrolles a imigrantes chineses no Brasil na década de 1850:

Espera-se colonizar com os chineses, os coolies, os malaios e todas essas raças degeneradas do oriente, sorte de lepra humana? Já se experimentou a espécie do Celeste Império. Que produziu ela? O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhe falta é sangue, a atividade, a ciência da Europa.

(RIBEYROLLES, Charles apud DEZEM, Rogério. Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. p.51)

Documento 2

Felicitemo-nos ainda mais, pois a grande necessidade que tem o Brazil, quer de colonos, quer de trabalhadores e jornaleiros, para seus estabelecimentos rurais, a que vão faltando os braços escravos, começa a chamar a atenção dos especuladores. Ahi breve nos chegará um navio americano com um carregamento de Chins: os Chins são laboriosos, pacientes, e se não de intelligencia muito activa, ao menos de uma resignação que não esmorece diante do trabalho por mais arduo que pareça; os Chins podem na nossa lavoura substituir com immensa vantagem os dispendiosos braços que a Africa lhe vendia. Reconhecamos todavia que é um ensaio, e façamos votos para que seja bem succedido, pois resolverá um dos mais complicados problemas do nosso futuro, como arredará uma das mais tristes preocupações do nosso presente.

A Semana. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 15 jan. 1855, n. 14, p.1.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8020)

Documento 3

RIO DE JANEIRO.

GAZETILHA.

EMIGRANTES Chins. — Entrou hontem a barca norte-americana *Elisa Ann*, procedente de Singapore com 303 emigrantes Chins. E' este o navio que ultimamente dissemos se esperava, e eis chegada a occasião de apreciar a nossa lavoura o valor dos serviços de trabalhadores que passam por sobrios, intelligentes, activos e socegados, e que podemos receber em grande numero.

A *Elisa Ann*, que estava fóra da nossa barra desde sabbado passado, não pôde entrar senão hontem por falta de vento. Esta demora motivou não pequenos soffrimentos aos emigrantes, que estão ha dous dias sem agua.

O Sr. Cohn, que se achava de serviço no mar por parte da alfandega, apenas teve conhecimento deste lamentavel factó, soccorreu os emigrantes com uma pipa d'agua que elle mesmo foi encher a bordo de outros navios em franquia.

Com este louvavel procedimento evitou o Sr. Cohn que os soffrimentos daquelles infelizes se prolongassem por mais algumas horas.

Emigrantes Chins. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 10 fev. 1855, n. 41, p.2.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8129)

Documento 4

Os quarenta Chins que aqui chegarão, remettidos pela companhia de mineração do Tury-assú, já seguirão o seu destino. A população desta cidade mostrou-se curiosa de seus trajos e penteado. Parecerão-me, no geral, homens robustos e bem dispostos; e entendo que não commetto um erro dizendo que são talvez os colonos que mais convem ao Maranhão, onde, se ha calor, tambem ha bastante arroz, de que são golosos os taes Chins. Não cansei de olhar para elles, e, se não estou enganado, parece-me ainda que não vai differença entre elles e os nossos Guajajaras.

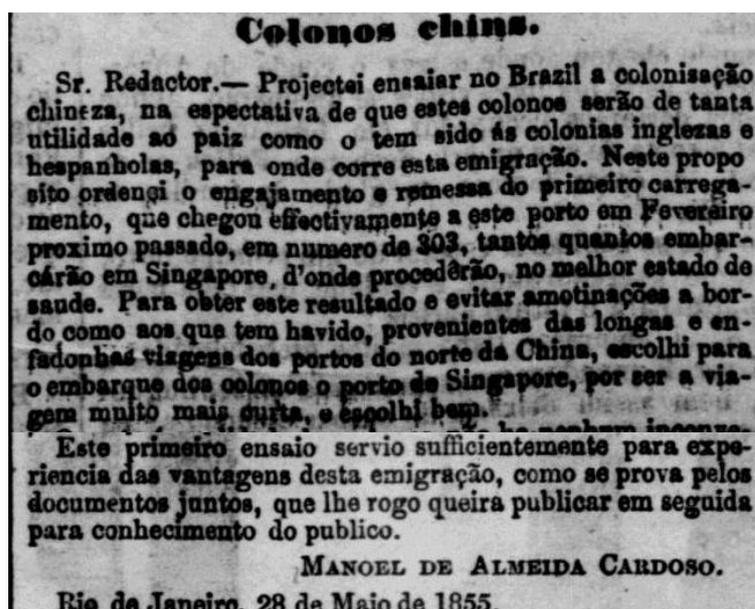
Trecho de um discurso do presidente da província do Maranhão.
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 31 mar. 1855, n. 89, p.1.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8324)

O documento 1 apresenta um registro das opiniões de um jornalista francês, autor do livro “Brasil Pitoresco”, que viveu alguns anos no Brasil, ao final da década de 1850. Os documentos 2, 3 e 4 são fragmentos de edições do Jornal do Commercio (vide legenda das fontes) que tratam da previsão e da chegada de uma leva de imigrantes chineses, num

contexto em que se estudava a possibilidade de um fluxo constante dessa categoria de imigrante para o Brasil. Vale ressaltar que o cientificismo que predominou durante o século XIX e parte do XX tornava costumeiro o uso de analogias entre ciências e conceitos biológicos e questões sociais nos discursos da época. Analise:

- **Documento 1:** ideias do autor sobre os chineses, miscigenação e imigração.
 - **Documentos 2, 3 e 4:** a expectativa, segundo o texto, a respeito da chegada desses imigrantes; a que se destinavam esses trabalhadores; as características atribuídas aos chineses; os dados referentes à oferta de escravizados.
 - **Conclusão:** faça um balanço do teor dos documentos pautando-se nos seguintes pontos: exponha suas impressões sobre esses tipos de fontes para o conhecimento histórico; aponte em qual ou quais é possível identificar discursos de preconceito; explicita que dados históricos podem ser apreendidos sobre o período em questão.
- 3- Os documentos a seguir datam de diferentes momentos do ano de 1855 e apresentam discursos de diferentes autorias sobre os chineses estabelecidos como trabalhadores naquele ano no Brasil. Leia atentamente cada documento, coletando as informações essenciais de seu conteúdo e comparando-as para as tarefas apresentadas em seguida.

Documento 5



Colonos Chins (Carta de Manoel de Almeida Cardoso para a redação do Jornal do Commercio).
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 02 jun. 1855, n. 151, p.2.
 (Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8581)

Documento 6

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1855.

« Illm. e Exm. Sr. Barão de Mauá.—Desejando conhecer o comportamento e aptidão para o serviço dos colonos chins que acabo de introduzir no paiz, para julgar de sua utilidade e regular novas importações, rogo a V. Ex. se digne declarar ao pé desta se está satisfeito com o comportamento e serviços dos 32 colonos que V. Ex. tomou.

« Sou com attenção de V. Ex. attento venerador e criado. — *Manoel de Almeida Cardoso.*

« Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1855. »

Identicas a diversos senhores, e eis as suas respostas:

« Em resposta á carta que V. S. teve a bem dirigir-me em 5 do corrente, tenho a declarar que, no pouco tempo que servem neste arsenal os Chins por V. S. importados, tenho-me agradado a assiduidade com que se prestão ao trabalho e seu comportamento para com as pessoas deste estabelecimento; esperando que, logo que elles possão entender o idioma nacional, muito melhor serviço prestem ao Estado. Dando estas informações a V. S. fico a seu dispôr, por ser de V. S. attento venerador e criado—*Joaquim Marques Lisboa.*
— Arsenal de marinha da côrte, 16 de Maio de 1855. »

« Satisfazendo ao que V. S. de mim exige na carta supra, tenho a satisfação de declarar-lhe que o colono chin que engajei para meu serviço, na qualidade de cozinheiro, tem desempenhado suas obrigações e ha mostrado excelente comportamento, apresentando sempre um character brando e humilde. Nada tenho portanto a dizer contra elle. Sou com a maior estima e consideração, de V. S. muito attento venerador e criado — *Jeronymo Martiniano Figueira de Mello.* — S. C., 18 de Maio de 1855. »

« Em resposta ao seu obsequio datado de 5 do corrente, em que pede a nossa opinião respeito ao comportamento e aptidão para o serviço dos colonos chins que V. S. acaba de introduzir no paiz e julgar de sua utilidade, temos a informar que, quanto aos dous que tomámos, o seu comportamento tem sido até hoje regular no que diz aptidão para o serviço, naquillo que elles comprehendem bem desempenhão, dando por enquanto não pequeno trabalho em razão de não estarem senhores da lingua; parecendo-nos porém, logo que estejam habilitados a comprehendê-la e falla-la com facilidade, servirão de bastante utilidade.

« Faltaria á verdade em não declarar-lhe a boa intelligencia, comportamento e serviços dos 22 colonos chins que lhe engajei, e por cujo motivo estou bastante satisfeito. Sou de V. S. attento venerador e criado—*Manoel Joaquim de Aguiar.* — Engenho Novo, em 22 de Maio de 1855. »

« Em resposta á sua pergunta supra tenho a dizer-lhe que não estou descontente com os 10 colonos chins que tomei; são regularmente submissos, e não se lhes pôde pôr a pecha de preguiçosos; porém, como a importação africana, começam a soffrer das sarnas, e de tal modo que serei muito feliz se daqui a seis mezes ficarem em estado de darem um regular serviço. Portanto, se não se destinarem a prestar seus serviços por mais tempo, ao menos por 5 annos, é natural que pelo preço por que me ficão seus serviços eu não intente mais tomar qualquer numero que se me offereça; sendo certo que pelo tempo de 5 annos eu tomarei até 50 dos primeiros que chegarem.

Consulta de Manoel de Almeida Cardoso aos contratantes de mão de obra chinesa por ele oferecida.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 02 jun. 1855, n. 151, p.2.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8581)

Documento 7

CORRESPONDENCIAS.**Colonos Chins.**

Sr. Redactor.—Depois da ultima publicação que se servio fazer no seu *Jornal* de 2 do corrente, tendente a demonstrar a utilidade dos colonos Chins que acabo de introduzir no paiz, fui obsequiado pelo Sr. commendador Antonio da Rocha Miranda e Silva com duas cartas de informação que ao mesmo senhor dirigio seu filho o Sr. Joaquim da Rocha Miranda, administrador da sua fazenda—Novo Destino—, sobre o comportamento e serviço dos colonos que engajou para a dita fazenda, e de novo rogo a Vm. a sua publicação.

Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1855.—*Manoel de Almeida Cardoso.*

« Meu pai e senhor.

« Fazenda Novo Destino, Maio de 1855.

« Em observancia do que Vm. me pede lhe informe sobre os Chins que engajou para o serviço desta fazenda, cumpre-me fazê-lo pela maneira seguinte:

Convenientemente tratados, restabelecê-ão-se, e contentes tem trabalhado em todo e qualquer serviço a que se os destine, senão melhor, tanto e com igual expediente dos nossos bons escravos de roça.

« Dito isto, cabe-me accrescentar que não tendo eu um homem branco que falle a lingua chinesa, e cuja docilidade no tratar convenha para feitorisar immediatamente a esses colonos, achão-se elles no serviço da lavoura sem outro feitor mais que a emulação e a propria consciencia de suas obrigações; digo por sua emulação e propria consciencia, porque só podendo eu estar presente ao serviço da roça duas vezes no dia, e isso por horas, para activar em globo as forças de duzentos trabalhadores, mesmo assim os colonos prestão-me á noite igual conta que os pretos immediatamente feitorisados.

« A boa hygiene, esse thermometro da saude que no meu entender deve caracterisar o homem de educação, a boa hygiene, repito, que a gente rustica do nosso paiz parece desconhecer, é para os Chins que hoje dirijo tão proverbial que, havendo-lhes eu destinado para seu alojamento um vasto armazem, afim de habitarem em communidade, recusárão, dizendo-me que na China não dormião juntos mais do que oito a dez pessoas, e que receiavão por isso adoecer respirando o mesmo ar durante as noites vinte pessoas n'um mesmo aposento. De feito separvi-os, dividindo em turmas de dez para cada alojamento, não só por achar justa a observação, como tambem por haver entre elles Chins de Macá e Chins de Toho Kio, que além de se não entenderem uns aos outros, não se harmonisão por preconceitos que entre si dominão.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE...

« Em vista pois do que venho de dizer Vm , concluirá sobre a preferencia da introdução dos Chins na nossa lavoura á de Europêos, que, na maxima parte emigrante, são homens viciados e saltimbancos, que em vez de se dedicarem á lavoura, como se contractão, buscão o commercio e quiçá as perigosas industrias.

« Concluindo esta, que já vai longa, cumpre me acrescentar que os fazendeiros que nos tem visitado e visto estes Chins trabalhar, achão-se igualmente delles satisfeitos, dizem que os querião de preferencia a toda e qualquer gente europêa, se por ventura os seus salarios fossem mais razoaveis, isto é, que não excedessem de 8\$ a 10\$ mensaes, ou então pelo systema parciario, e de modo a ser o layrador garantido da effectividade do braço livre e morigerado.

« Eis como, meu prezado pai, posso informar a Vm. sobre o nucleo de colonos Chins que engajou para o serviço da fazenda que administro, esperando a continuação de suas ordens como quizer.

« Sen obdiente filho,

« JOAQUIM. »

Colonos Chins. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 11 jun. 1855, n. 160, p.2.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8619)

Documento 8

« Illm. Sr. Joaquim da Rocha Miranda.

« Cidade de Rezende, 28 de Maio de 1855.

« Hoje acabo de receber a sua carta em que me pergunta o que se passou com a minha conversa mimica com os seus Chins ; e em resposta tenho a dizer-lhe que os acho bastante doces, e mostrão que, se soubessem fallar o portuguez, seria bem facil a sua conversão para o catholicismo, porquanto tendo eu dito missa no oratorio de sua fazenda nos domingos, em que elles tem assistido, consta me que se portão com o decoro que é devido ao lugar, prestando muita attenção durante o sacrificio da missa, e mesmo na occasião de rezar-se o terço á noite elles procurão assistir, sem que para isso seja preciso chamar-se-os : e tendo eu em uma occasião mostrado o oratorio a alguns de mais perto, e depois de um delles prestar muita attenção á sagrada imagem do Crucificado, virou-se para mim levantando as mãos para o céu como que dizendo que era a imagem daquelle que existe no céu, e perguntando-lhe se conhecia, respondeu-me por accionado, que sim, erguendo outra vez as mãos para o céu, e mostrárão-se durante o tempo que ahí estiverão muito satisfeitos e constrictos; por isso julgo que se elles soubessem fallar o portuguez afim de melhor entender-se seria bem facil a sua conversão. Nada mais resta-me a dizer-lhe.

« Sou, etc.

« Padre FRANCISCO MARTINS DO MONTE. »

Carta resposta do padre Francisco Martins do Monte.
Colonos Chins. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 11 jun. 1855, n. 160, p.2.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8619)

Documento 9

O nobre ministro diz que o governo não se tem esquecido do estado da nossa lavoura, que tem feito pela sua parte alguma coisa. Recorrendo ao relatório do nobre ministro eu apenas vejo a idéa dos colonos chins. Para este fim deu o governo instruções ao seu ministro em Londres para a introdução de 6.000 Chins que, segundo diz o nobre ministro, tem provado muito bem em outras partes.

Realmente eu não sei qual é a experiencia que ha dos colonos chins; não sei se o nobre ministro se refere a Demerara. Os Chins poderão ser uteis e apropriados para o regimen especial das colonias inglezas; mas em seu estado de indolencia, em sua natureza especial e nos trabalhos a que elles se dedicação no seu paiz, poderão elles servir para a cultura dos nossos generos coloniaes? Poderemos nós esperar alguma vantagem de semelhante auxiliar? Creio que não. (Apoiados)

Agora perguntarei ao nobre ministro porque é que S. Ex. variou de nacionalidade a respeito da colonisação? Desconfia porventura que os colonos europeus não queirão vir para o paiz, ou desconfia que elles não são tão vantajosos á nossa agricultura como os Chins? Pois quando nós já temos a colonisação europeia conhecida e experimentada, affeita em muitas provincias aos nossos trabalhos de agricultura, hãvemos de abandono-la e procurar os colonos chins que, como o nobre ministro disse, já no primeiro ensaio provãrão tão mal, de fórma que já o nobre ministro nos declara que esta primeira introdução não póde servir de regra, porque não forão bem escolhidos, não forão tirados dos lugares da China que porventura podem apresentar colonos mais apropriados á nossa agricultura? Se o nobre ministro já tem uma colonisação conhecida, se ella já tem sido importada em maior ou menor escala para o paiz, como abandona la? Não seria melhor fazer alguma coisa para attrahi-la e n maior porção e com perseverança?

Senhores, nós somos tão infelizes que para se saber na Europa que os colonos são bem tratados entre nós foi preciso que viesse ao Brazil um cavalheiro prussiano, o Sr. Levenhagen, para ir contar na Europa que a nossa colonisação é favorecida, que os colonos são bem tratados, e que tem um presente e um futuro. Foi com mágoa que eu li estas palavras no relatório dos nobres ministros.

S. Ex. nos diz que já na Europa se tem publicado alguns artigos animando a colonisação estrangeira para o nosso paiz. Desgraçadamente foi necessario recorrer a este meio, porque tambem artigos e mais artigos, calumnias e mais calumnias, intrigas e mais intrigas se tem escripto e se continuão a escrever contra o Brazil.

O SR. SAYÃO LOBATO JUNIOR: — Ha uma propaganda contra a colonisação para o Brazil.

O SR. GÓES SIQUEIRA: — Ha até uma sociedade formada para esse fim.

Trechos do discurso do deputado Nebias, na Câmara dos Deputados, em 27-06-1855.
 Camara dos Srs. Deputados, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 30 jun. 1855, n. 179, p.2.
 (Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8703)

Documento 10

eundário interesse. A colonisação não é sómente uma questão administrativa e economica; para o Brazil, da mesma forma que para todos os povos novos, que se achão ainda no periodo de formação da sua nacionalidade, é ella uma questão politica e social de muito alcance.

Já uma vez nos pronunciamos tão clara e terminantemente contra a colonisação ou importação de **Chins** no Brazil por motivos a que talvez mais tarde daremos maior desenvolvimento, mas que devem ser bem conhecidos de todos; que não causará admiração se ainda hoje dizemos que entrando em semelhante combinação, ou protegendo-a pelos meios officiaes a seu alcance, o governo encaron a questão unicamente pelo lado economico e administrativo, e não pelo lado politico e social, como deve ella ser sempre considerada; e mesmo assim não consultou bem os verdadeiros interesses dos agricultores brasileiros.

Os colonos chins são evidentemente os menos idôneos para beneficiarem a nossa lavoura já existente, para cultivarem as nossas terras e povoarem os nossos sertões. Raça indolente e supersticiosa, elles concorrerão sómente para introduzir mais um elemento de heterogeneidade na nossa população, e praticas religiosas absurdas, que cedo ou tarde poderião affectar o caracter moral e religioso das gerações vindouras; e sem nada adiantar pelo que toca a conhecimentos scientificos e industriaes, tão pouco adiantarião na producção da lavoura já feita e cultivada do paiz, porquanto a isto se não prestão sua inactividade physica e seus habitos nomadas, dado mesmo o caso de que sua moralidade e obediencia sejam irreprehensíveis.

Nestas circumstancias, pois, parece-nos evidente que, sendo a população chinesa a menos propria para tornar-se população brasileira, tomar a iniciativa de sua importação, ou favorecer-la por qualquer meio official, é fazer um deserviço ao paiz, é atrazar a solução da questão em vez de attender á sua urgencia e vitalidade.

Em ultimo resultado não teriamos mais com isto do que a escravidão chinesa, mais ou menos temporaria, substituindo a escravidão africana, o que talvez ainda concorresse para ir alimentando entre o povo o gosto pela servidão escrava que infelizmente, cumpre reconhecê-lo, ainda não está de todo extincta.

Carta sobre "Colonisação" (sic) assinada por Dr. R. M. F., dirigida à redação do Jornal do Commercio. Correspondências: Colonisação. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 19 dez. 1855, n. 347, p.2.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8703)

A partir do conteúdo levantado de cada uma das fontes acima, realize as seguintes tarefas:

- Agrupe as fontes em duas categorias: discursos negativos e discursos positivos sobre os chineses.
- Descreva, resumidamente, como os chineses são caracterizados em cada fonte (destaque adjetivos e expressões), respeitando as categorias definidas anteriormente.
- Identifique as fontes em que a imigração chinesa e a imigração europeia são comparadas, indicando qual seria mais desejável segundo o conteúdo dos documentos.

- É possível afirmar que algumas fontes contêm elementos de preconceito étnico-racial em relação aos chineses? Em caso afirmativo, destaque os trechos que ilustrem essa perspectiva e justifique sua seleção.
- 4- Os documentos abaixo consistem em charges e fragmentos de notícias também sobre a imigração chinesa no século XIX. Analise os discursos expressos nos textos e nas imagens, compilando e organizando os dados para as tarefas a seguir.

Documento 11

Consta-nos que em Magé houvera uma especie de sublevação entre alguns chins.

O facto deu-se, ao que nos informam, do modo seguinte:

Reccusaram alguns chins, em numero de cerca de 40, engajados pelo dr. Lacaes, fazendeiro residente na freguezia de Guapemerim, darem-se ao trabalho para que haviam sido contratados; o fazendeiro recorre á autoridade policial, e esta interrogando os chins, e reconhecendo a justiça da queixa do fazendeiro, fez recolher presos 4 delles, que tinham pronunciado-se directamente, com máneiras irregulares, contra o trabalho. Então os outros tentaram arrombar a cadeia armados e obrigaram assim a autoridade policial a soltar os 4 presos.

Sr. conselheiro Pedreira, mire-se neste espelho, veja a sua boa colonisação china.

Noticiário. A Pátria, Niterói, 07 mai. 1856, n. 48, p. 4.
(Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/192>)

Documento 12

O indifferentismo, a monotonia e inação mesmo que se notam já nos trapalhos das camaras não serão razões de sobra para desanimarem os grandes lavradores do paiz na prestação de qualquer auxilio que delles se exija para colonisação?

Não está ali depois disso, o miseravel e tristissimo ensaio do governo na introdução dos idolatras como colonos no paiz, os chins, gente inativa, proselyta do suicidio e inimiga por indole e costumes do trabalho?

Póde ter o paiz confiança em um governo que lança fóra 200 contos de réis com meia duzia de colonos chins que viéram erguer cultos á idolatria e perverter, talvez, os poucos braços que existam no interior de nossa provincia para o trabalho?

Não está ali tão recente o facto que ha dias noticiamos, acontecido em Magé, com cerca de 40 desses idolatras, desses chins com que presenteou a lavoura do Rio de Janeiro, o —estudioso e incansavel — ministro do imperio?

E pede-se talvez o concurso dos lavradores para um tal genero de colonisação, e quer-se que elles tenham confiança em uma tão deploravel actualidade?

Certo, é muito escarnecer da opinião sensata do paiz.

A falla do trono. A Pátria, Niterói,
09 mai. 1856, n. 50, p. 2.
(Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/198>)

Documento 13

Não é seguramente com a importação de colonos chins, gente a mais fraca e estúpida do mundo, que o governo poderá substituir vantajosamente a falta de braços, que produziu a temporanea repressão do trafico.

Agricultura. A Pátria, Niterói, 02 ago. 1856, n. 120, p. 1.
(Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/477>)

Documento 14

Não são mais edificantes os espectáculos que offerecem as pretas minas e outros agentes de um commercio de frutas boas e más ou doces postadas nas esquinas, contrariando as leis de asseio, e perturbando o transitto publico; e peor ainda é a tolerancia ao enxame de rapazes vadios com os taboleiros de balas a atropelar o publico, habilitando-se a praticas perigosas e promettendo actividades ruins á sociedade; no mesmo caso achando-se os *classicos* chins vendedores de peixe, camarão e outros effeitos pelas ruas, agentes eternos da idolatria e do furto.

A municipalidade da côrte, de accordo com a policia devia sériamente cuidar destas cousas.

Noticiário. A Pátria, Niterói, 27 dez. 1876, n. 125, p. 2.
 (Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/830330/11665>)

Documento 15

Duas palavras para terminar este artigo. Consideramos que o supprimento de braços por meio da imigração asiatica forçada, seria uma incalculavel calamidade para esta nação; como elemento de trabalho; de pouco serve, ahí está á vista o ultimo exemplo do Perú; e como elemento social, como raça destinada a confundir-se com as nossas actuaes populações, a repulsão é instinetiva. Havemos de combater o profundo erro dos que aconselhão a importação de Chins e Japonezes para povoar o Brazil, como combatemos os excessos do systema do papel-moeda inconvertivel, esta moeda falsa dos grandes economistas; preferimos e aspiramos, em materia de imigração, as raças puras e civilisadas da Europa, e em materia de circulação monetaria, as especies metallicas ou seus equivalentes fiduciarios.

C.

Auxílios à lavoura.
 Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 02 jun. 1878, n. 153, p.2.
 (Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/18533)

Documento 16



Imagem 1: Congresso Agrícola. Revista Illustrada, Rio de Janeiro, 1878, n. 120, pp.4-5.
 (Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747x/848>)

Fragmentos ampliados do documento 16



Legenda: Uê! diz o preto já vai se acabá.
Que bom! amanhã já não vou trabaiá.



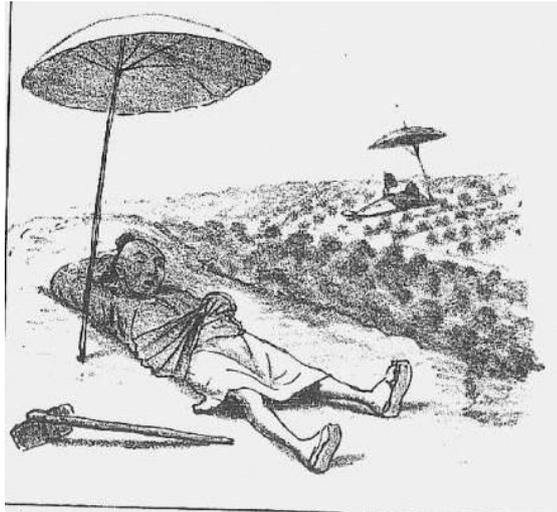
Legenda: Querem meus braços e
habilidades minhas.
Vejam dinheiro e apromptem galinhas.



Legenda: É este o trabalho do meu
coração.
A rede, a viola, o tutu de feijão.



Legenda: Se quiserem que eu vá lhes
povoar as mattas
É darem-me riquezas e...



Como agricultores, são de um zelo e actividade à toda prova.



Tem um defeito, é verdade; gostam de empalmar gallinhas. Mas o que é isso ao lado dos grandes vícios da Civilização e...



dos empalmadores de carteiras!?



E que habilidade para a cozinha! Que limpeza!



Pode-se comer sem receio de encontrar cabellos.

Documento 18

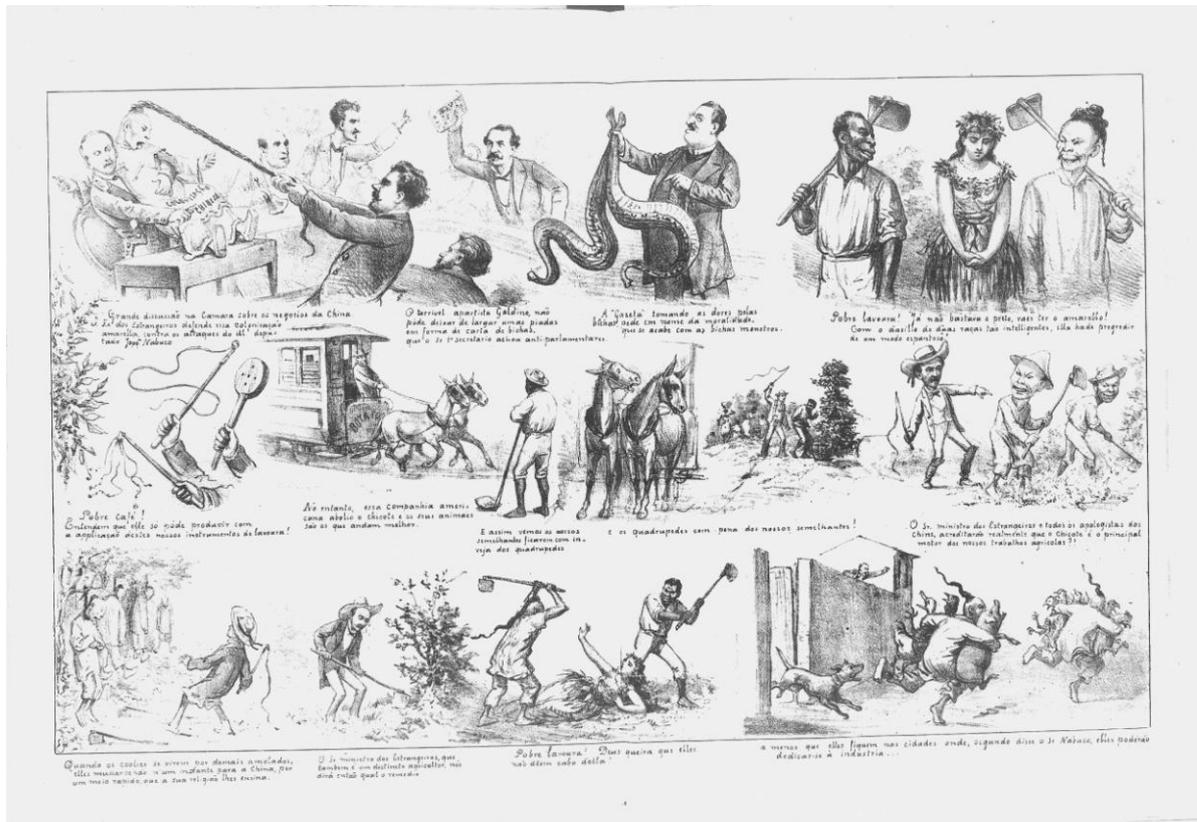


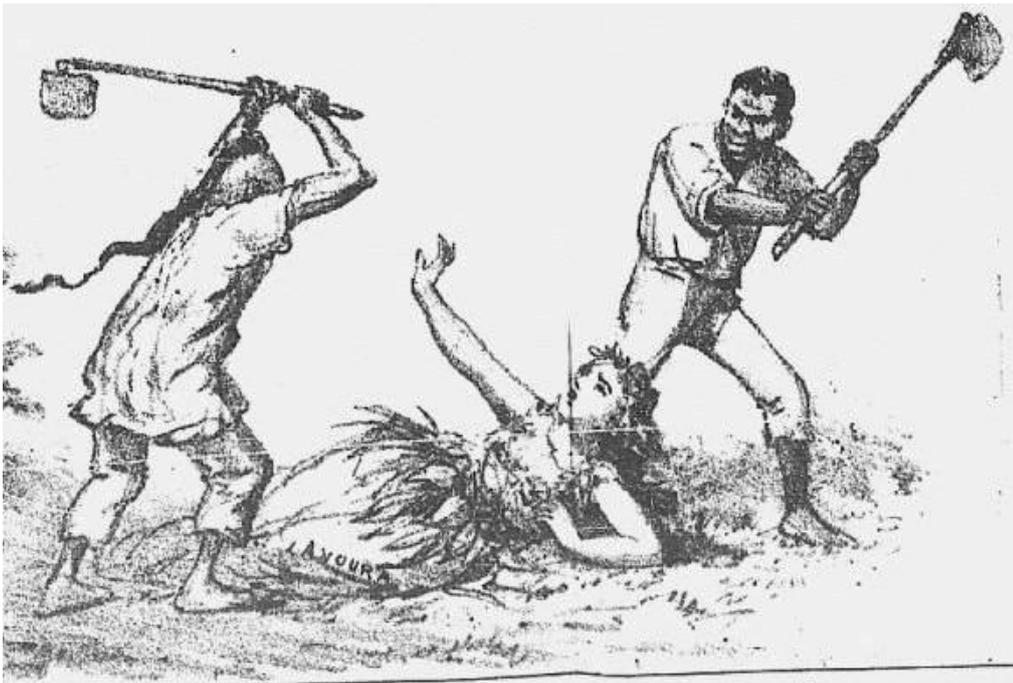
Imagem 3: Colonização chinesa. Revista Illustrada, Rio de Janeiro, 1879, n. 175, pp. 4-5. (Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/332747x/1258>)

Fragmentos ampliados do documento 18

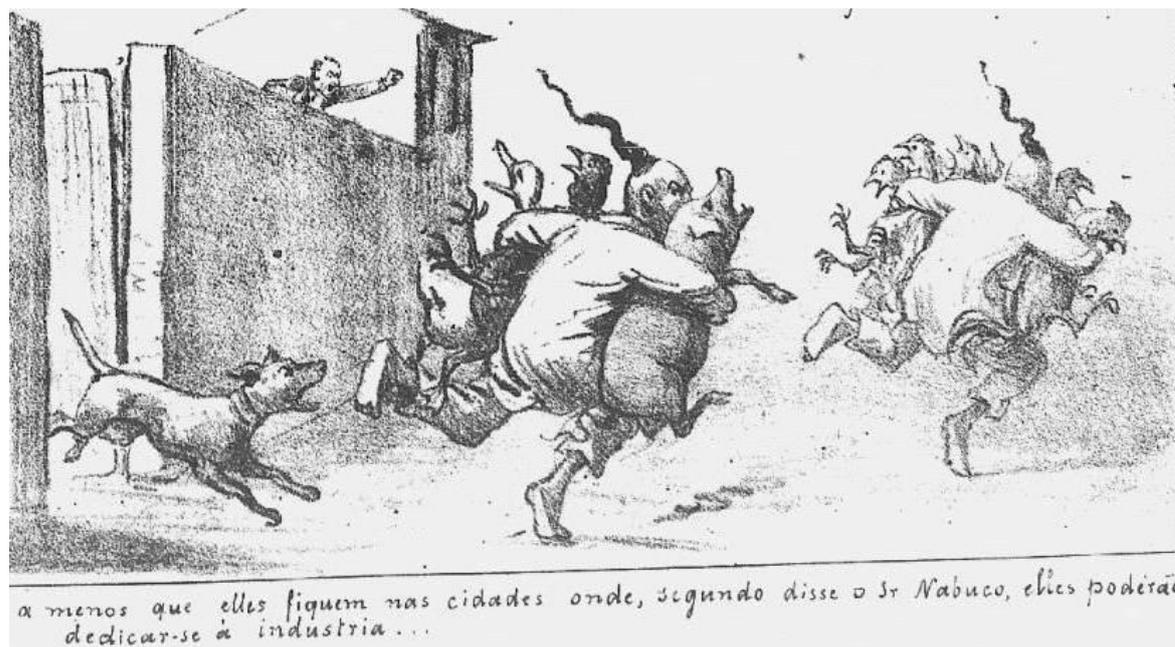




Quando os coolies se virem por demais amolados
elles mudar-se hão n'um instante para a China, por
um meio rapido, que a sua religião lhes ensina.



Pobre lavoura! Deus queira que elles
nao deem cabo d'ella!



A essa altura da atividade, já foi possível perceber como a imprensa pode servir de meio de defesa e ataque a determinadas visões de mundo, em conformidade com interesses específicos, reforçando ou mesmo ajudando a construir estereótipos em relação a grupos étnicos, culturas diversas, etc. Charges e caricaturas são elementos muito utilizados nos meios de imprensa – mesmo nos dias atuais – e sua análise como fontes históricas devidamente contextualizadas pode resultar em um manancial de informações preciosas para compor relevantes interpretações históricas. Tendo em conta as fontes anteriormente examinadas e os documentos apresentados neste tópico 4, faça as seguintes ponderações:

- **Documentos 11 a 15:** visão positiva ou negativa sobre os trabalhadores chineses; características, costumes e práticas atribuídas aos chineses como povo.
- **Documento 15:** questões raciais referentes a chineses, japoneses e europeus em termos de imigração para o Brasil.
- O **documento 16** é uma complexa representação do Congresso Agrícola realizado em 1878 para definir medidas voltadas para suprir a lavoura de café. Observe atentamente (imagem completa acessível no link da legenda) e analise: como aparecem o futuro temido e o futuro desejado da lavoura; a imagem dos indivíduos representando os povos da África, Ásia, América do Sul e Europa (examine os fragmentos destacados, a legenda atribuída a cada um dos indivíduos, suas posturas e expressões na imagem) e sua interpretação.

- **Documentos 17 e 18:** observe as imagens e foque nos fragmentos a fim de relacionar seu discurso com os dos textos analisados anteriormente (aponte os estereótipos presentes nesses fragmentos e indique se, em geral, eles combinam com aqueles identificados nas fontes textuais anteriores). Atente para as ironias presentes, mais notadamente, no documento 18.
- **Conclusão:** o grupo deve pesquisar as razões básicas que estimularam a migração de chineses e japoneses para outros países a partir da segunda metade do século XIX. O grupo deve elaborar também um texto em que exponha sua opinião sobre os tipos de documento que analisaram ao longo de toda a atividade, indicando se os mesmos lhe pareceram ricos como fontes históricas, ou seja, como fonte para se extrair informações relevantes sobre seu contexto de produção e as questões nele envolvidas. Além disso, o texto deve sistematizar os dados levantados sobre xenofobia e discriminação racial em suas análises, buscando apresentar pelo menos dois relatos ou fontes que ilustrem casos recentes em que esse tipo de prática pode ser identificado (imprensa escrita, redes sociais, sites em geral, programas televisivos, filmes/séries, campanhas publicitárias etc.).

4.2.2. Proposta 2

A atividade 2 tem como objetivo abordar discursos discriminatórios em relação aos japoneses em particular – e aos asiáticos em geral – a partir de fontes nacionais e estadunidenses, datadas das primeiras décadas do século XX, a fim de demonstrar certa generalidade no mundo ocidental no que tange a discursos e práticas desse tipo em relação a populações consideradas de “raça amarela” numa conjuntura em que as teorias raciais pautavam o pensamento de boa parte do corpo político e intelectual dos países receptores de imigrantes. O recorte proposto nessa atividade compreende o período da Primeira República (1889-1930) e visa a traçar um panorama dos anos imediatamente anteriores ao início da imigração nipônica no Brasil e das primeiras décadas subsequentes. Outra possibilidade que essa atividade aponta é a de que alunos e alunas possam identificar fenômenos semelhantes nos dias atuais, quando debates sobre migrantes e refugiados se mostram tão presentes.

ATIVIDADE 2

Estereótipos sobre o imigrante japonês nas primeiras décadas do século XX

A imigração japonesa no Brasil foi um tanto tardia em relação ao fluxo imigratório nipônico em outros países. Enquanto no Brasil essa corrente imigratória teve início em 1908, outros pontos do globo a vivenciaram nos primeiros momentos das reformas modernizadoras empreendidas no Japão, a partir de meados do século XIX, após sua reabertura para o mundo. Com a Restauração Meiji (1868) e o início da transição de um Japão feudal para um país moderno segundo critérios eurocêntricos, foi iniciada também a emigração dos naturais da Terra do Sol Nascente para outras plagas. O primeiro pequeno contingente de japoneses a desembarcar no Havaí, ainda não num processo sistemático, data de 1868. Entretanto, oficialmente, a imigração nipônica em território havaiano, assim como nos Estados Unidos, teria se iniciado ao longo dos anos 1880. No Peru, primeiro país da América do Sul a receber japoneses, o mesmo processo teria início em 1899. Outros territórios também tiveram precedência ao Brasil como receptores de imigrantes japoneses, como o Canadá e a Austrália, por exemplo. Contudo, em todas essas regiões, populações imigrantes de origem asiática foram recebidas de forma hospitaleira e como ideais para fins de povoamento? E no Brasil, como se deu esse processo? Vejamos o que as fontes nos revelam quando devidamente questionadas. Para melhor compreender o contexto das fontes, pesquise sobre como se

apresentava o Japão no início do século XX, incluindo aspectos econômicos e demográficos, além das consequências das guerras sino-japonesa (1894-1895) e russo-japonesa (1904-1905).

- 1- Os documentos abaixo são trechos da legislação criada nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930) referente a questões de imigração. Os textos se encontram em linguagem original de época. Leia atentamente seu conteúdo – observando, inclusive, suas datas para fins de contextualização – e realize as análises solicitadas.

Documento 1

DECRETO Nº 528 DE 20 DE JUNHO DE 1890

CAPÍTULO I

DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia.

(Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>)

Documento 2

LEI Nº 97, DE 5 DE OUTUBRO DE 1892

Permitte livre entrada no territorio da Republica de immigrants de nacionalidade chinesa e japoneza; autorisa o Governo a promover a execução do tratado de 5 de setembro de 1890 com a China; a celebrar tratado de commercio, paz e amizade com o Japão, e dá outras providencias attinentes á immigração daquellas procedencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' permittida a livre entrada, no territorio da Republica, a immigrants de nacionalidade chinesa e japoneza, comtanto que, não sendo indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à acção criminal em seus paizes, sejam válidos e aptos para trabalhos de qualquer industria.

Art. 2º O Governo fica autorizado:

1º A promover a execução do tratado celebrado com a China em 5 de setembro de 1880;

2º A celebrar tratado de commercio, paz e amizade com o Japão;

3º A estabelecer agentes diplomaticos e consulares nesses paizes, afim de manter com elles boas relações e especialmente encarregados esses ou outros agentes de fiscalizar, de modo efficaz a evitar abusos, a immigração que desses paizes se dirigir para o Brazil.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o faça executar.

Capital Federal, 5 de outubro de 1892, 4º da Republica.

Florian Peixoto.

Serzedello Corrêa.

(Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html>)

- **Documento 1:** possibilidade de se apontar critérios discriminatórios no texto; imigrantes desejáveis e indesejáveis, segundo o texto; possibilidade ou não de uma imigração japonesa em massa; em caso positivo, quais critérios.
 - **Documento 2:** grupo não contemplado pela nova lei em relação ao decreto anterior; objetivo principal e critérios da lei; interesses do governo no que se refere às relações internacionais detectáveis no texto e que explicam o novo tratamento dado pela lei aos grupos nela contemplados.
 - **Conclusão:** consultar os colegas do grupo 1, responsável pela atividade 1, quanto à questão chinesa nas últimas décadas do século XIX, pesquisada por eles, e relacionar seus resultados com aqueles obtidos da pesquisa desses dois documentos.
- 2- Os documentos a seguir são fontes que apresentam matérias/artigos de periódicos brasileiros e estadunidenses, abordando, em seu conjunto, a chegada ao Brasil da primeira leva numerosa de imigrantes japoneses, impressões de jornais, políticos e intelectuais sobre essa corrente de imigração, nos EUA e no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Questione as fontes sobre as características atribuídas aos japoneses em seu discurso, organizando e relacionando os dados obtidos para as tarefas solicitadas na sequência.

Documento 3

De regresso ao Japão, deixou hontem o nosso porto o navio *Kasato Maru*, que trouxe ao Brasil o primeiro contingente de imigrantes japonezes.

Nesse vapor vieram, além de 781 imigrantes, alguns engenheiros e interpretes e o sr. Rio Midsuno, director da Companhia de Imigração.

Os referidos imigrantes vão estabelecer-se no Estado de S. Paulo, entregando-se principalmente á lavoura do café.

O *Kasato Maru* leva em seu bojo para o Japão, além de avultada correspondencia do ministro Uchida, uma collecção de mineraes do nosso paiz, offerecida pela Escola de Minas de Ouro Preto á Imperial Universidade de Tokio.

Leva tambem grande quantidade de amostras dos nossos productos industriaes e agricolas, sobre os quaes o representante diplomatico do poderoso imperio insular enviou ao seu governo minuciosas informaçoes.

Hoje. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 3 jul. 1908, n. 2545, p. 1.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/16899)

Documento 4

O vapor Ka zato Marú trouxe para o Estado de S. Paulo 781 japonezes, que constituem a primeira leva da quantidade que deve trazer a Companhia Japoneza de Imigração e Colonização, que contractou com o Estado de S. Paulo a introdução de 3.000 familias.

Estes 781 japonezes agora introduzidos agrupam-se em 161 familias, sendo cada familia constituída, em média, por 4,5 individuos. São poucos os individuos que vieram avulsos (37), isto é, não fazendo parte de familias.

O numero de crianças é insignificante, e o de velhos nullo. Crianças de menos de tres annos vieram 8; de tres a sete annos vieram 4; de sete a doze annos, 4, e de mais de doze annos 765. Todo o individuo de mais de doze annos traz já as mãos callejadas, signal evidente de trabalho habitual.

Com estes japonezes introduzidos pela companhia acima referida, vieram tambem 11 de mais de doze annos e 1 de tres a sete annos, espontaneos, isto é, com passagem paga á sua custa.

Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, sendo necessario notar que, dos 249 tidos como analphabetos, muitos delles sabem ler mal e escrever um pouco. Na realidade, os analphabetos, empregando esta palavra na sua accepção literal, não chegam a 100, o que eleva muito aquella porcentagem.

Ao desembarcarem na Hospedaria de Immigrantes sahiram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fructa, em summa, uma cousa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem nelles veiu. Sahiram na maior ordem, depois de quatro horas de viagem em trem especial de Santos a S. Paulo (não sei qual a razão por que se não ha de fazer o tracto dos trens de immigrantes em menos tempo), e foram recolhidos no amplo salão do refeitório da hospedaria, occupando todas as mesas, e ainda sobrou gente, que ficou nos corredores. Estavam todos, homens e mulheres, vestidos á europea: elles de chapéu ou bonnet, e ellas da saía e camizeta pegada á saía, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elastico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam.

Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borzequins e sapatos) barato, com precetores de ferro na sola, e todos usam meias. Alguns dos homens foram soldados na ultima guerra (russo-japoneza), e traziam ao peito as suas condecorações.

Um delles trazia tres medalhas, uma das quaes de ouro, por actos de heroismo. Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequenina haste de bambú pintado e lança de metal amarello. Essas bandeiras eram trazidas aos pares: uma branca com um circulo vermelho no meio, e a outra auri-verde: a do japão e a do Brasil. Esta primeira leva de immigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de proposito para nos serem amaveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciavel.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE...

Depois de estarem uma hora no salão do

refeitorio, tiveram de abandonal-o, para saberem quaes eram as suas camas e os quartos, e surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros immigrants.

Têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os ultimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaitice, um signal de impaciencia ou uma voz de protesto.

No dia seguinte ao da sua chegada, foram todos vaccinados em duas horas, apresentando todos, homens e mulheres, os braços á vaccinação, sem reluctancia alguma nem pudores piegas. Nunca se vaccinou alli tanta gente, com tanta ordem, tanto silencio e tanta espontaneidade, no mesmo tempo. Muitissimos tinham sido já vaccinado e muitos revaccinados.

Têm recebido bem a nossa alimentação, feita á nossa moda e com os nossos temperos, e nem um só caso da doença intestinal se manifestou até agora. Só dois leves casos de gripe e algumas dores de cabeça (de ligeiras constipações) em menos de duas dezenas de pessoas.

Todos os japonezes vindos são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas. Um japonéz de 14 annos não é mais alto que uma criança das nossas de 8 annos de idade. A estatura média japoneza é inferior á nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando a sua estatura pela nossa média. O que, sobretudo, attráe a nossa attenção é a robustez, o reforçado dos corpos masculinos, de museulos pouco volumosos (admira, mas é verdade!) mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo.

Os seus cabellos negros, que parecem negrejar mais nos volumosos penteados das mulheres, são cortados, nos homens, de maneira a permitir uma marrafa, que quasi todos usam, uns do lado e outros ao alto da cabeça, penteada com cuidado, perfeitamente em harmonia com a gravata que todos usam e sem incompatibilidade com os calos que todos trazem nas mãos.

São muito docéis e sociaveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa lingua, e no refeitorio não deixam cahir um grão de arroz ou uma colher de caldo. Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes della. Os dormitorios quasi não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria.

Têm nas suas mulheres a maior confiança, a ponto de, para não interromperem uma lição adventicia de portuguez, lhes confiarem a troca do seu dinheiro japonéz em moeda portugueza, pois todos trazem dinheiro: 10 yens, 20, 30, 40, 50 ou mais yens, mas todos trazem um pouco.

São do maior asseio com o seu corpo, tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas.

Todos têm uma caixa de pós dentifricios, escova para dentes, raspadeira para a lingua, pente para o cabello e navalha de barba. Barbeiam-se sem sabão, só com agua.

Os empregados da alfandega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido á conferencia de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira.

Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela immigração gente tão asseida), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonéz um elemento de produção que nada deixará a desejar.

A raça é muito differente, mas não é inferior. Não façamos, antes de tempo, juizos temerarios a respeito da acção do japonéz no trabalho nacional.

S. Paulo, 22-IV-08.

J. Amandio SOBRAL.

Artigo de J. Armandio Sobral sobre a primeira leva de immigrants japonezes, que desembarcou no Porto de Santos, em 18 de junho de 1908.

Os Japonezes em S. Paulo. Correio Paulistano, São Paulo, 25 jun. 1908, n. 16.118, p.1.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/13414)

Documento 5

TRISTE CONTRATO

De nada serviu a lição. O governo de S. Paulo, que tão recentemente viu o desastre completo da introdução de japonezes para o trabalho de sua lavoura, acaba de fazer novo contrato para a vinda de tres mil individuos da mesma procedencia. E para ser mais surpreendente a deliberação, outros não são os contratantes, mas sim os mesmos que tão triste prova acabaram de dar com o fracasso de suas espalhafatosas promessas.

Essa historia de immigração amarella foi uma velha aspiração dos senhores de escravos, que, estonteados com a onda abolicionista, queriam a todo o transe arranjar substitutos para os trabalhadores-machinas que periam. O colono europeu não lhes convinha. Imaginavam que no chinim ou no japonéz teriam um novo escravo.

Mas as diversas tentativas realizadas para a vinda do asiatico falharam, transformando-se em pretexto para umas tantas comezainas de espertalhões. E ninguem mais, felizmente, pensou nisso.

Veiu, porém, a guerra da Russia. O Japão ficou em moda. E o entusiasmo pelos homens do famoso império, as sympathias manifestadas pelo Brasil aos victoriosos da guerra, fizeram com que procurasse o Japão, muito habilmente, desenvolver as suas relações commerciaes com o nosso paiz. Iniciado um movimento de approximação, tivemos logo representantes da Companhia de Emigração de Tokio offerecendo trabalhadores ao Brasil.

E' extraordinario !

Nada ha que justifique o acto do governo paulista. O japonéz seria necessario em zonas onde o europeu não podesse ou não quizesse trabalhar. Comprehende-se o contrato de taes trabalhadores para a baixada do Estado do Rio,—e nesse Estado, seja dito de passagem, os contratantes de immigrants japonezes deixaram caducar o contrato. Mas em S. Paulo, onde todas as terras são boas, onde o trabalho do europeu está organizado e é fecundo, o immigrant amarello será a perda de tempo e do dinheiro, a desorganização, a ameaça de lutas. Será o último desespero do fazendeiro.

Inconveniente, inadmissivel o japonéz para a lavoura paulista, mesmo sendo elle lavrador, não se pode conceber que o governo de S. Paulo vá mais longe— e faça para a introdução de japonezes um contrato com uma empresa que acaba de impingir-lhe, como agricultores, individuos incapazes de qualquer serviço. Mais ainda : é estupendo que o governo paulista reciba de novo, por contrato, esses mesmos individuos incapazes !

Começou ali a nova corrente favoravel á immigração asiatica. O lavrador hoje já não é o mesmo atrazado de 1888. Não quer mais o escravo amarello para atirar ao eito, em logar do negro. Mas, soffrendo as terribes consequencias de uma crise prolongadissima, exausto de recursos, acreditou que no colono japonéz teria uma boa parte de salvação: trabalho barato e excellente, esforço dobrado na cultura e despesa de metade no salario.

A desillusão foi formidavel. Os japonezes chegados a S. Paulo e pomposamente exhibidos, mal entraram para diversas fazendas, abandonaram o serviço. Não entendiam nada de lavoura. Eram insubmissos, refractarios de todo á disciplina de qualquer estabelecimento agricola. Fugiram para as cidades e foram ter a Santos, onde se meteram em hote's, recusando-se a pagar a hospedagem...

Quando o caso tomou as proporções de um escandalo, daqui partiu para S. Paulo um diplomata japonéz. Os diplomatas japonezes acompanham muito de perto os negocios de seus compatriotas.

As coisas, com a viagem do representante de Mutsuhito, entraram logo em caminho de serenidade. As contas dos hoteis de Santos foram naturalmente pagas a toda a gente suppoz que os interessantes colonos haviam regressado á patria.

Não regressaram. Verifica-se agora, pelo novo contrato feito com o governo paulista, que nos 3.000 japonezes á introduzir no Estado ha, a deduzir, os immigrants que ha mezes chegaram e ainda se acham sem emprego...

E' extraordinario !

duos incapazes !

O peor de tudo isso é que tão estranha resolução poderá trazer, em futuro proximo, uma série de desagradaveis consequencias para o Brasil. Não tardarão a surgir as queixas dos asiaticos contra os fazendeiros, os attritos entre elles e os colonos europeus, exigencias, protestos, appellos á diplomacia. E não ha quem ignore o excesso de susceptibilidade do Japão.

Triste Contrato. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 30 nov. 1908, n. 2.695, p. 1.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/18325)

Documento 6

Trechos de duas correspondências oficiais enviadas por Luiz Guimarães, Encarregado dos Negócios do Brasil em Tóquio, um ano antes da celebração do primeiro contrato entre a Companhia Imperial de Emigração e o Governo do Estado de São Paulo para a introdução de imigrantes japoneses no Brasil:

[...] O japonês que emigra não só não assimila os costumes da sua nova pátria como pretende impor os seus. Além disso, é um colono que incomoda os Governos com queixas de todos os dias, podendo dar origem a reclamações e atritos desagradáveis, porque o Japão de hoje é um país ao qual é preciso dar-se contas desde que ele as reclame. Basta advertir no que se está passando em São Francisco. [...] não enxergo a vantagem de se introduzir na vitalidade do nosso organismo nacional um elemento completamente disparatado, como seja o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça – o que também é um elemento a considerar – parece-me Senhor Ministro, que seria de avisada política cortar desde já as asas à ideia que está dia a dia tomando maior vulto sobre a emigração japonesa para o Brasil. (04/12/1906)

Arquivo Histórico do Itamaraty, ofício n. 4, 2ª Seção, Reservado, de 04 dez. 1906, recebido pela Legação em Tóquio. (Fonte: LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990, p. 25)

[...] o japonês precisa viver à japonesa para não armar dificuldades; precisa de sua casa de madeira, de seus tatamis, da sua cozinha nacional, de todos os detalhes enfim que constituem a sua vida peculiar e curiosa. Privado disto, o colono sofre, arrepende-se, entra a queixar-se, acende o rastilho de uma série de reclamações. Não é possível naturalizar um japonês: perderá o seu tempo o país que tentar semelhante prova. [...] O caso de São Francisco repetir-se-á fatalmente no Brasil e lhe custará os mesmos dissabores que amarga nesta ocasião o Governo dos Estados Unidos. (02/01/1907)

Arquivo Histórico do Itamaraty, ofício n. 1, 2ª Seção, Reservado, de 02 jan. 1907, recebido pela Legação em Tóquio. (Fonte: LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990, pp. 25-26)

Documento 7



IMMIGRAÇÃO JAPONESA

1) O governo de S. Paulo é teimoso. Após o insucesso da primeira imigração japonesa, contractou mais 3.000 amarelos. Teima, pois, em dotar o Brazil com uma raça diametralmente oposta à nossa.

2) A diferença principia pelo physico do nippão. Na sua confecção, a mãe... Natureza descuidou-se bastante, apresentando um typo que está longe de se parecer com o modelo estabelecido pela Santa Madre... Esthetica!
Ora um *carão* destes enxertado com um da raça latina..

3) ... forçosamente nos dará um specimen «aperfeiçoado» da nossa futura raça, já tão maltratada pela influencia africana...

4) Os costumes tambem devem influir para nos prevenirmos contra elles, pois é sabido que na maior simplicidade e promiscuidade os nippões tomam banho juntos, e a tradicional folha de parreira representa um papel secundario para não dizer inutil... E a diferença de religião? E o idioma que parece barulho de ferros com cacos de garrafas?!

5) No trabalho, então, a cousa é mais grave: tornam-se concurentes terriveis, pois enquanto os nossos operarios exigem uma boa alimentação, tornando-se, por conseguinte, grandes consumidores do que produzimos e importamos, essa gente cõr de açafraõ queimado contenta-se com um miseravel pratinho de arroz.
Olhemos para a California!...

6) Finalmente, o Brazil deve evitar esse verdadeiro perigo amarello, que S. Paulo nos quer impingir, e que não passa de uma boa espiga, digna de se juntar com a outra... da valorização!...

STORNI

Fragmento A do documento 7



Fragmento B do documento 7



Fragmento C do documento 7



Fragmento D do documento 7



Fragmento E do documento 7



Fragmento F do documento 7



Imagem 4: Imigração Japonesa. O Malho, Rio de Janeiro, 05 dez. 1908, n. 325, p. 9.
(Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/12668>)

Documento 8 (Artigo do jornal *San Francisco Chronicle*)

BROWN MEN AN EVIL IN THE PUBLIC SCHOOLS

IN kimonos, Mother Hubbards and other queer raiment, 400 Japanese emigrants came into the country yesterday as passengers on the Pacific Mail steamer Mongolia. Like all preceding crowds of their countrymen, these latest arrivals were good specimens of the peasant class of the Mikado's realm, and like their predecessors, also, they come to take the places of white laborers in any vocation that may be available, and they come prepared to make a strong bid if wages are to be taken into account.

Not one of the Japanese arrivals yesterday could speak English. All of them, however, knew that they were coming to a land of promise, and all were prepared to answer all questions of the immigration officials in a shrewd manner. Each and every one of the emigrants, too, was supplied with the requisite \$50 in cash to show that he or she was not liable to become a charge upon the county or State. Thus armed the horde of brown people had to be landed, and their number marks the number of white laborers who may be forced out of employment in household, field or vineyard within the next few months on this Coast.

Through an interpreter on board the Mongolia yesterday one of the newcomers said that many more Japanese were to come to this country within the next few months, for the United States offered the best field for those people in Japan who had for years past labored for the bare necessities of life. Like the preceding arrivals from Japan, the horde brought by the Mongolia was met by representatives of their race at the dock and provided with temporary quarters in this city. The able-bodied men of the crowd have, no doubt, been already furnished with positions in the city and at various points along the Coast at wages satisfactory to themselves, but demoralizing to citizens of this country.

Tradução do documento 8

HOMENS MARRONS: UM MAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Em kimonos, vestidos inteiriços e outros vestuários, 400 emigrantes japoneses entraram no país ontem como passageiros do vapor Mongólia Correio do Pacífico. Como todos os grupos precedentes de seus compatriotas, estes últimos chegados eram bons exemplares da classe camponesa do reino do Mikado (Imperador), e como seus predecessores, também, eles vêm tomar os lugares de trabalhadores brancos em qualquer ocupação que possa estar disponível, e eles vêm preparados para fazer uma forte oferta se os salários forem levados em conta.

Nenhum dos japoneses chegados ontem conseguia falar inglês. Todos eles, contudo, sabiam que vinham para uma terra da promessa, e todos estavam preparados para responder a todas as perguntas dos oficiais de imigração de uma maneira astuta. Todo e cada um dos emigrantes, também, estava abastecido dos 50 dólares em dinheiro requisitados para mostrar que ele ou ela não era suscetível a se tornar um custo (peso, ônus, carga) para o município ou estado. Assim armada, a horda de povos marrons teve que ser desembarcada, e o número deles assinala o número de trabalhadores brancos que podem ser forçados para fora de seus empregos em seu domicílio, campo ou vinha dentro de poucos meses na Costa (Oeste).

Segundo um intérprete a bordo do Mongólia ontem, um dos recém-chegados disse que muitos mais japoneses estão por vir para este país dentro dos próximos meses, pois os Estados Unidos ofereceram a melhor área para aquelas pessoas que no Japão estiveram por anos trabalhando pelas necessidades básicas da vida. Como os que chegaram anteriormente do Japão, a horda trazida pelo Mongólia foi reunida como representativa de sua raça na doca e providos com moradias temporárias nesta cidade. Os homens capazes do grupo já têm, sem dúvida, sido equipados com posições na cidade e em vários pontos da Costa com salários satisfatórios para eles, mas desmoralizantes para os cidadãos deste país.

Brown Men An Evil In The Public Schools. San Francisco Chronicle, São Francisco, 05 mar. 1905.

(Fonte: <http://ddr.densho.org/ddr/densho/69/9/mezzanine/a2e86d6dcd/>)

Documento 9

THE YELLOW PERIL.

How the Japanese Crowd Out the White Race.

THERE will doubtless be opposition to the exclusion of the Japanese. A little of it will come from emotional people, on what they imagine to be ethical grounds, but in the main the opponents of the movement will be those who are perfectly confident of their own ability to sustain themselves under any competition, and desire to employ gang labor. Except in household service the Japanese are not yet displacing white labor in cities to any great extent, except as they work upon their own account, as small merchants, cobblers, gardeners and similar occupations. In starting these independent occupations of their own they are far more alert and aggressive than the Chinese. And when they enter an industry the white men have to leave it. An Alameda correspondent says that the Japanese have taken possession of the shoe repairing business in that city to the exclusion of white men. The white shoemaker, as a rule, has a family and a home. The Japanese, as a rule, has neither. Freed from those expenses he can and does do work at prices which get the trade, and the white man is driven out. The market gardening industry has to some extent been occupied by Chinese, but in the main it has been held by white men, mostly Europeans, accustomed to spade culture, but having in them the making of good American citizens. In some places this is rapidly passing to the Japanese, because their living expenses are nominal. With no idle mouths to feed they herd in old shacks, and can exist and lay up money where any white man will starve.

What is already happening in a few places will happen everywhere if the invasion is not stopped. If it be true that the Japanese have driven the white shoe repairers out of Alameda, for example, can any one suggest what will prevent them from driving the white men out of that and similar occupations in every other city in America? Like causes produce like results. It is only a question of numbers, and the numbers are only a question of time. By acting now, while the numbers are still small, we can act calmly, discussing the subject with the Japanese Government in the most friendly spirit, with the view to the best interests of both races. By waiting until a great part of the mischief has been done we simply invite the passion, the rioting, and the bloodshed which is absolutely certain to follow, and a settlement of the question in the midst of international excitement and friction. One already hears of this Japanese invasion in all parts of the State—from Vacaville, Fresno, Visalia, the Sierra fruit districts—everywhere. The settlements are not general. A spot here and a spot there is occupied as conditions happen to favor. They are getting possession of the gang labor generally—on the railroads, in the beet fields and in the large orchard holdings. If it is not stopped there will be serious trouble, just as there would be trouble in Japan if Americans were invading Japan as Japanese are invading America. The only question is whether our authorities will act as the result of such quiet and passionless discussion as the "Chronicle" is conducting, or insist upon waiting until actual race warfare compels action.

Tradução do documento 9

O PERIGO AMARELO

Como o Japonês Empurra para Fora a Raça Branca.

Haverá sem dúvida oposição à exclusão de japoneses. Um pouco disso virá de pessoas sentimentais, no que elas imaginam ser fundamentos éticos, mas dentre os principais oponentes estarão aqueles perfeitamente confiantes em sua capacidade para manter-se sob qualquer competição e desejam empregar trabalho coletivo. Exceto no serviço doméstico o japonês ainda não está substituindo o trabalhador branco em grande extensão nas cidades, a não ser quando eles trabalham por conta própria, como pequenos comerciantes, sapateiros, jardineiros e atividades similares. Em começar essas atividades independentes eles estão mais atentos e agressivos do que os chineses. E quando eles entram na indústria os brancos têm que deixá-la. Um correspondente de Alameda diz que os japoneses estão tomando posse do negócio de reparo de sapatos naquela cidade e excluindo os brancos. O sapateiro branco, por via de regra, tem uma família e uma casa. O japonês, por via de regra, não tem. Livre dessas despesas ele pode fazer e faz o trabalho por preços que conquistam o negócio, e o homem branco é expulso. O negócio de jardinagem em alguma extensão tem sido ocupado pelos chineses, mas principalmente tem sido mantido pelos brancos, na maioria das vezes europeus, acostumados a cavar cultura, mas tendo-se neles a obtenção de bons cidadãos americanos. Em alguns lugares isso tem passado rapidamente para os japoneses, porque suas despesas de vida são nominais. Sem bocas ociosas para alimentar eles se arrebanham em velhos barracos, e podem sobreviver e arrumar dinheiro onde qualquer homem branco passará fome.

O que já está acontecendo em alguns lugares acontecerá em todo lugar se a invasão não for impedida. Se for verdade que os japoneses estão expulsando os sapateiros brancos de Alameda, por exemplo, alguém pode sugerir o que os impedirá de expulsar os brancos daquela e de outras atividades similares em qualquer outra cidade na América? Causas semelhantes produzem resultados semelhantes. É só uma questão de números, e os números são só uma questão de tempo.

Agindo agora, enquanto os números são pequenos, podemos agir calmamente, discutindo o assunto com o Governo Japonês no espírito mais amigável, visando aos melhores interesses de ambas as raças. Esperando até que grande parte do dano tenha sido feito, nós simplesmente convidamos à paixão, aos tumultos e ao derramamento de sangue, os quais certamente se seguirão, e a uma solução da questão no meio de excitação internacional e atrito. Já se ouve desta invasão japonesa em todas as regiões do estado – de Vacaville, Fresno, Visalia, os distritos frutíferos de Sierra – em todo lugar. As soluções não são comuns. Um lugar aqui outro ali está ocupado conforme as condições se mostram favoráveis. Eles estão tomando posse do trabalho em grupo generalizado – nas estradas de ferro, nos campos de beterraba e na maioria dos pomares. Se isso não for impedido será um problema sério, assim como haveria problemas no Japão se americanos estivessem invadindo o Japão como os japoneses estão invadindo a América. A única questão é se nossas autoridades vão agir como resultado do quão calma e desapassionadamente o “Chronicle” está conduzindo a discussão, ou esperar até que uma verdadeira guerra racial as obrigue à ação.

The Yellow Peril – How the Japanese Crowd Out the White Race. San Francisco Chronicle,
São Francisco, 09 mar. 1905.

(Fonte: <http://ddr.densho.org/ddr/densho/69/16/mezzanine/3ba3a4dd32/>)

Documento 10

Apresenta uma reportagem do jornal *San Francisco Chronicle* chamando a atenção para uma série de notas de outros jornais estadunidenses sobre a imigração japonesa.

PEOPLE BECOMING AROUSED TO BROWN PERIL

THE agitation against unrestricted Japanese immigration is already beginning to be felt far beyond the boundaries of the State. The great dailies of the East are giving space to the question and publishing editorials upon the crusade.

Considering the vast extent of this country and the varied nature of the interests represented by the press of the United States, the amount of favorable comment to be noted is remarkable. That the editors of California should enter the lists to preserve the Pacific Slope against the incursions of a people, whom one writer aptly describes as ant-like in their incessant activity in undermining our institutions, is no more than might have been expected. But that the journalists of the Atlantic States should see eye to eye with their colleagues of California is as remarkable as it is gratifying.

Among the dissenting voices none declaim openly in favor of allowing the brown flood to inundate this country. But some believe that the danger is but a phase of the great question of foreign invasion, and think that no campaign should be waged against the Japanese, which does not include undesirable aliens in general.

NATION'S PRESS GIVES WARNING

Representative Newspapers
Decry Jap Invasion.

AS PESSOAS DESPERTANDO PARA O PERIGO MARRON

A agitação contra a imigração japonesa irrestrita já está começando a ser sentida para além dos limites de fronteira do estado. Os grandes diários do Leste (Costa Leste dos EUA) estão dando espaço para a questão e publicando editoriais sobre a cruzada.

Considerando a vasta extensão deste país e a variada natureza de interesses representada pela imprensa dos Estados Unidos, o montante de comentários favoráveis a serem observados é notável. Que os editores da Califórnia deveriam entrar nas listas para salvaguardar a Costa do Pacífico contra as incursões de um povo, o qual é descrito apropriadamente por um escritor como formiga, em sua incessante atividade para minar nossas instituições não é mais do que poderia ser esperado. Mas que os jornalistas dos Estados Atlânticos deveriam ver olho a olho com seus colegas da Califórnia é tão notável quanto gratificante.

Dentre as vozes dissidentes, nenhuma declama abertamente em favor de permitir o fluxo marrom para inundar este país. Mas alguns acreditam que o perigo é só um estágio da questão da invasão estrangeira, e pensam que nenhuma campanha deveria ser empreendida contra os japoneses que não inclua estrangeiros indesejáveis em geral.

A IMPRENSA DA NAÇÃO DÁ O ALERTA
JORNALIS REPRESENTATIVOS CONDENAM A INVASÃO JAPA

ENCOURAGEMENT FROM BOSTON.

From the Boston Traveler.

The Pacific Coast papers are beginning to wake up to the danger of the Japanese invasion of the United States. They are beginning to see that the glorification of the Japanese as a result of their victories over Russia has made it practically impossible to pass anything in the way of a Japanese exclusion bill, which would place them on the same standing as the Chinese, because Japan, arrogant in her strength and flushed with victory, would resent and probably would not submit to any such legislation on the part of this country.

There are now in the United States, by conservative estimate, about 100,000 Japanese, and with the end of the war there is no reason to doubt that they will begin to come to this country in great numbers.

The Traveler has long contended that the Japanese can be truly classed as dangerous factors in our national life; that while they are more assimilable than the Chinese, they would be just as effective in competition in lines that require dexterity and not manual strength; but we quite agree with our Western contemporaries that in the present state of the public mind there must be some more serious manifestation of this danger before any legislation tending to keep them out can be passed.

ENCORAJAMENTO DE BOSTON

Do Boston Traveler

Os jornais da Costa do Pacífico estão começando a despertar para o perigo da invasão japonesa aos Estados Unidos. Eles estão começando a ver que a glorificação dos japoneses como uma consequência de suas vitórias sobre a Rússia tornou praticamente impossível passar qualquer coisa no sentido de um projeto de lei para a exclusão japonesa, o qual os colocaria na mesma posição dos chineses, porque o Japão, arrogante em sua força e ruborizado com sua vitória, ressentir-se-ia e provavelmente não se submeteria a qualquer legislação desse tipo por parte deste país.

Há agora nos Estados Unidos, por estimativa moderada, em torno de 100.000 japoneses, e com o fim da guerra não há nenhuma razão para duvidar que eles começarão a vir para este país em grande número.

O Traveler tem há muito tempo afirmado que os japoneses podem ser verdadeiramente classificados como elementos perigosos em nossa vida nacional; que enquanto eles são mais assimiláveis que os chineses, eles seriam tão eficazes na competição em linhas em que se requer destreza e não força manual; mas concordamos completamente com nossos contemporâneos ocidentais que no presente estado da opinião pública devem haver mais algumas sérias manifestações do perigo antes que qualquer legislação tendente a mantê-los fora possa ser aprovada.

A GREAT ISSUE.

From the Solano County Courier.

The "San Francisco Chronicle" is running a series of articles on the yellow peril—the Japanese. It only emphasizes what we said some time ago about this being a white man's country and that if we want to avoid trouble in the future we must henceforth permit only white men to become permanent residents and citizens. The past has proved that it is impossible for Caucasians to live in harmony and on equal terms with any other class of people. The Japanese question is undoubtedly the greatest problem for this Coast to consider at the present day. They should be excluded as are the Chinese and for the same reason, and the law should be so framed as to also exclude every other people whose skin is not white.

AMERICA FOR AMERICANS.

From the Yuba County Daily Appeal.

At last are the legislators and the people of California beginning to realize that it is getting high time to shut down the valve on Japanese immigration. The "San Francisco Chronicle" has been publishing a series of articles upon the effect of Japanese immigration, and this may have had much to do with calling the attention of Californians to existing conditions. There may often be a hazy idea that something is not just as it should be, but the thought may not take definite shape until one's attention is called to it from the outside.

During the past few years the Mikado's citizens have been pouring into the State. A certain amount of cheap labor is a good thing, but it will become a terrible burden if overdone. At the rate the Japanese have been coming in California will soon be flooded, and it seems to us as if there are still Californians and Americans enough to do the work without the aid of so many of these foreigners. America for Americans is a policy which should be closely carried out.

UM GRANDE PROBLEMA

Do Solano County Courier

O "San Francisco Chronicle" está circulando uma série de artigos sobre o perigo amarelo – os japoneses. Ele apenas enfatiza o que nós dissemos um tempo atrás sobre ser um país de homem branco e que se nós queremos evitar problema no futuro devemos aqui em diante permitir que somente brancos se tornem residentes permanentes e cidadãos. O passado provou que é impossível para Caucasianos viver em harmonia e em igualdade de condições com qualquer outra classe de pessoas. A questão japonesa é indubitavelmente o maior problema para esta Costa (Oeste) a ser considerado nos dias de hoje. Eles deveriam ser excluídos como são os chineses e pela mesma razão, e a lei deve ser enquadrada de forma a também excluir qualquer outro povo cuja pele não seja branca.

AMÉRICA PARA OS AMERICANOS

Do Yuba County Daily Appeal

Finalmente os legisladores e o povo da Califórnia estão começando a compreender que está passando da hora de desligar a válvula da imigração japonesa. O "San Francisco Chronicle" tem publicado uma série de artigos sobre os efeitos da imigração japonesa, e isso pode ter a ver com chamar a atenção dos Californianos para as condições existentes. Muitas vezes pode haver uma ideia nebulosa de que algo não é como deveria ser, mas o pensamento pode não tomar forma definida até que a atenção seja chamada para ele a partir de fora.

Nos últimos anos os cidadãos do Mikado (Imperador) têm entrado no estado. Uma certa quantidade de mão de obra barata é uma coisa boa, mas se tornará um fardo terrível se excessivo. À proporção em que os japoneses têm vindo para a Califórnia ela logo estará transbordando, e nos parece que ainda há Californianos e Americanos suficientes para realizar o trabalho sem auxílio de tantos desses estrangeiros. América para os Americanos é uma política que deveria ser conduzida rigorosamente.

People Becoming Aroused to the Brown Peril, San Francisco Chronicle, São Francisco, 13 mar. 1905.

(Fonte: <http://ddr.densho.org/ddr/densho/69/21/mezzanine/3000eca8dc/>)

Documento 11

MEMORANDUM

O governo japonês está profundamente interessado no acto dos Estados Unidos da America do Norte, sancionando a lei chamada Lei de Imigração de 1924. Enquanto a medida se achava em discussão, no Congresso, o governo japonês aproveitou-se da primeira oportunidade para chamar a attenção do governo dos Estados Unidos para a clausula discriminatória comprehendida na clausula 13 C da dita lei, que trata da exclusão dos estrangeiros que não gozam do direito de adquirir a cidadania pela naturalização e perdem, assim, uma vantagem que é concedida a outras classes de estrangeiros, clausula, enfim, que visa manifestamente os japonezes. Nem as representações do governo japonês, nem as recommendações do presidente e secretario do Estado foram attendidos pelo Congresso e a clausula em questão faz parte, agora, das leis dos Estados Unidos.

Em defesa dessas medidas de distincção adoptadas pelos Estados Unidos, foi asseverado repetidamente que as pessoas da raça japoneza não são assimilaveis á vida e aos idéas norte-americanos.

No emtanto, ha de ser observado, em primeiro lugar, que não pôde esperar que muitos imigrantes de uma outra raça possam ser assimilados pelos seus novos meios no decurso de uma unica geração.

A historia da imigração japoneza nos Estados Unidos, em numero já apreciaavel, data apenas dos ultimos annos, do seculo dezenove. Este periodo é por demais limitado para permittir que se faça qualquer julgamento definitivo acerca das adaptabilidades raciaes daquelles imigrantes em materia de assimilação, comparadas com as dos colonizadores allenigenas das raças classificadas como elegiveis relativamente á cidadania americana.

Parece bastante difficil fundir elementos estrangeiros numa comunidade, quando a mesma profere conservá-los segregados do resto dos seus membros. Por estes motivos, as asserções sobre não assimilabilidade dos japonezes, pareço ser pelo menos prematura, se não fundamentalmente injusta.

Os Estados Unidos e a Imigração Japoneza. O Jornal, Rio de Janeiro, 07 jun. 1924, n. 1.667, p. 2.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/16647)

Documento 12

Toda a colonização que se constituir em nucleos isolados e estranhos á comunidade, guardando nitida a separação da massa geral da nação hospedeira, em cujo tecido se constituem como verdadeiros kystos inassimilaveis, bloqueados e virtualmente independentes, é uma colonização a evitar a todo o preço. Não é sómente a questão social do trabalhador que pelos seus habitos especiaes de sobriedade e disciplina pessoal, corollarios do factor ethnico, vem a tornar-se um formidavel concorrente ao indigena, ao qual leva sempre a melhor; esse é um aspecto valioso da questão, mas de alçada unica da politica economica do paiz.

Ha, sobretudo, a questão ethnica fundamental, e que como todas as questões medico-sociaes deveriam dirigir e nortear decisivamente o nosso espirito de povo em formação.

Ainda e sobretudo, por esse lado, a colonização amarella é indesejavel.

A diversidade, o antagonismo, mesmo, das tendencias raciaes, o isolamento visceral e invencivel do amarello, cuja fusão jámais se pôde operar fóra da sua propria raça, o instincto fundamental da conservação e defesa propria, mercê do recelo que as outras raças a sobrepõem e subjuguem, são elementos decisivos que tornam impossivel toda a composição com uma colonização intensiva, numerosa e, quicá, mesmo, illimitado, que se desenha em simples projecto hoje e que pôde ser amanhã uma perigosa realidade.

No ponto de vista da eugenia, nada teriamos a lucrar, máo grado as caracteristicas de fortaleza, virilidade, saude e mentalidade do novo povo, uma vez que sua incorporação ao paiz que o recebesse seria sempre negativa pela ausencia de ligações de toda a especie.

Essas mesmas qualidades physicas e intellectuaes, alladas a virtudes de véras apreciaveis, servidas por uma proflidade consideravel, constituirão o perigo da nova colonização, insulada nos seus nucleos, cuja espantosa tendência a crescer e prosperar todos de antemão conhecem e proclamam.

Não faltarão no dia de amanhã as divergencias, os attrictos e as lutas, que crescerão de intensidade á medida que mais e mais numerosos e fortes se sentirão os novos donos de immensos pedaços deste nosso sólo abençoado.

E então, esquecidos do valor do velho brocardo que nos manda "antes prevenir que remediar", nós teremos criado, por imprudencia ou incapacidade, um problema vultoso e talvez insolúvel para a nossa raça de displicentes e nosso povo de descuidados.

O Artigo do Professor Miguel Couto. O Jornal, Rio de Janeiro, 04 nov. 1924, n. 1.795, p. 1.

(Fonte BN http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/18270)

Documento 13

São, evidentemente, contradictorias e illogicas as allegações de alguns brasileiros illustres, que combatem a entrada do japonéz no Brasil.

Promanani taes allegações de scienistas, medicos, sociologos e economistas, alguns, sem duvida, revestidos de manifesta idoneidade. Os medicos illustres querem por força nos apresentar o japonéz como um homem physicamente incapaz, quasi inadapavel no mundo occidental, resalvando-lhe, não obstante, qualidades de operosidade e intelligencia. E' sobremodo esdruxulo que se reconheça nesse *specimen* humano todos os requisitos indispensaveis ao aperfeçoamento e ao mesmo tempo, por causa da sua compleição physica e outras particularidades typicas de somenos importancia, queira-se relega-lo para um plano inferior da nossa especie. Esta parte do assumpto é certamente de alta indagação scientifica, muitas vezes debatida no confronto das diferentes raças humanas e não ha de ser assim tão philauciosamente tratada.

O progresso a que attingiu o japonéz em todos os campos da actividade industrial e da indagação scientifica, inclusive na medicina, ahí está a desafiar essas doutrinas variadas e tantas vezes desmentidas de superioridade ou inferioridade ethnica dessa ou daquela raça.

Os sociologos e economistas são paradoxaes. Para elles o japonéz não serve porque é economico, sobrio, pouco exigente em materia de conforto e possuidor de outros "defeitos", inclusive o de remetter a maior parte do ganho para o seu paiz.

Com semelhantes allegações, não ha quem de boa mente conteste a excellencia do japonéz a si mesmo e ao paiz onde elle se fixar, uma vez que os pretensos defeitos apontados resultam ao bom senso como qualidades inestimaveis. Porventura seria honesta a expectativa de um paiz que precisa de immigrantes, se destes além da força productiva que se radica permanentemente á terra, exigisse uma serie de defeitos pessoases, de sorte que redundassem em maior lucro para esse paiz?

Dessa arte, o immigrante para nos convir precisaria não ser economico, não ser sobrio, ser exigente em materia de conforto, e além de tudo ser ingrato com os seus parentes e com a sua patria, não lhes remettendo um só vintem. Seria assim o immigrante ideal, consoante as allegações dos sociologos e economistas patrios.

Eis senão como os defeitos passam a ser qualidades.

Foram esses "defeitos", effectivamente, que incompatibilizaram o japonéz nos Estados Unidos. Povo pratico, embora apenas imbuido dos condemnaveis preconceitos de raça, o norte-americano verificou que estava crendo em seu paiz — *já sufficientemente provido de população* — um problema economico-social muito serio, decorrente das qualidades inseparaveis do trabalhador nipponico, so-

brío, economico, intelligente e sadio, e que, vivendo com pouco, fazia séria concorrência ao trabalhador nacional, sempre muito exigente em materia de conforto e salario. Para evitar crises de trabalho ou não augmental-as, os Estados Unidos prohibiram a entrada do concorrente. Não ha procedimento mais logico, o qual, entretanto, não precisa de justificações ethnicas.

No Brazil, no interior especialmente, o japonéz pôde ser desafiado a vir se pôr em confronto com o trabalhador nacional, pelo menos em materia de sobriedade e pouca exigencia de conforto. Nestas condições, o caso americano não pôde ser motivo de advertencia para nós, mesmo porque nos Estados Unidos foi prohibida a entrada do japonéz, quando d'elle não mais se precisou, o que é razoavelmente explicavel do ponto de vista exclusivamente economico dos norte-americanos, embora não o seja collocando-se o assumpto num plano elevado. Elles, entretanto, não fizeram a doídice de recusar o braço japonéz emquanto d'elle precisaram para o surto da producção nacional.

Mas a contradicção neste caso se patentela, quando os nossos sociologos negam a conveniencia do japonéz no Brazil e, logo em seguida, passam a admittil-o á razão de 5 0/0, sobre o existente actualmente. Que quer dizer isto?

Assim se fez nos Estados Unidos quando a percentagem japoneza em comparação com outras nacionalidades já era elevada, o que não é o nosso caso. Qual o fundamento ou criterio desses 5 0/0?

O melhor neste assumpto é ser pratico e encarar as coisas sob o ponto de vista economico dos norte-americanos, de precisar ou não do braço japonéz, cuja utilidade só tem sido invejada e por isso combatida, não valendo em seu desabono a circumstancia de, por exemplo, não querer plantar café e preferir cultivar o arroz nas terras desprezadas dos nossos brejos. Explica-se essa predilecção pela identidade de cultura e de qualidade das terras baixas a que estão familiarizados os japonezes.

O lado mais curioso das allegações dos que combatem a entrada do Japonéz, é o referente ao temor do perigo politico que de futuro nos trará a colonização nipponica. Não reflectiram os temerosos patrios na distancia que nos separa da Asia, e mostraram-se pouco esperancosos do nosso surto, suppondo que aquelle immigrante terá os poderes de Josué, para fazer parar o sol destas paragens, que vivifica, transforma e affirma cada dia o nosso indiscutivel valor ethnico, *malgré tout*. Esqueceram-se de que é muito facil a qualquer povo numeroso e forte ter sonhos de imperialismo (e não é um só que os tem) e que é muito difficil realizal-os aqui por estas distancias. Não estivessem os estadistas japonezes seguros dessa difficuldade e jámais procurariam encaminhar para a nação mais populosa desta parte do continente as suas linhas emigratorias, maxime depois do que lhes aconteceu nos Estados Unidos. Não fosse assim, o Japão procuraria para a collocação da sua plethora de gente, um nucleo menos denso de população para assim melhor preparar um golpe certo de imperialismo.

Estou a vêr (quasi sempre as allegações contradictorias occultam o verdadeiro pensamento) é que o principal motivo da opposição acirrada de scien-

listas patricios ao homem japonês en-
contra-se na feiúra deste; diz respeito
mais á esthetica que á biologia atrá-
vez das regras eugénicas, ultimamente
tão preconizadas. Porque, de facto, o
japonês é uma criatura feia e de cer-
te não será com a sua transplantação
para o Brasil e fusão com os brasilei-
ros que há de mudar de cara...

O que há, portanto, como pseudos
argumentos científicos contra o ho-
mem japonês é um preconceito de arte,
e neste ponto eu ficaria com o precon-
ceito se o braço japonês fosse des-
necessário.

Mas da feiúra á incapacidade ethnica
a distancia é razoavel, sendo que
aquella não offende tanto como esta,
excepção feita á retina dos nossos raf-
finés, que felizmente, neste caso são
poucos.

O Homem Japonês (por Mário Rangel). O Jornal, Rio de Janeiro, 13 dez. 1924, n. 1.829, pp. 1-2.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/18742 / http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/18743)

Documento 14

Fala do Deputado Fidélis Reis à Câmara dos Deputados, em 1924, ao apresentar projeto de lei visando a vedar a entrada no Brasil de indivíduos negros e a limitar a entrada de japoneses a um percentual de 5% da população dessa origem já presente no país àquela época.

Não queremos, Senhor Presidente, nem é nosso desejo, abrir aqui um debate sobre a controvertida questão da superioridade ou inferioridade das raças, embora com Gobineau propensos a admitir a influência decisiva e incontrastável do sangue ariano, ou antes, do louro dolicocefalo de Lapouge e Huzley em todos os progressos da civilização. [...] Baste-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidamos em igual erro com o amarelo. Que importa o interesse econômico de natureza transitória? Aproveite-nos no caso a lição americana. [...] na hipótese, sempre preferível de não se cruzar, permanecerá o amarelo enquistado no organismo nacional, inassimilável que é pelo sangue, pela língua, pelos costumes, pela religião, constituindo quiçá um perigo para o futuro, como o da Califórnia para os Estados Unidos. [...] Além das razões de ordem étnica, moral, política e social, e talvez mesmo econômica que nos levam a repelir *in limine* a entrada do amarelo e do preto, [...] outra porventura existe, a ser considerada, que é o ponto de vista estético e a nossa concepção helênica de beleza jamais se harmonizaria com os tipos provindos de uma semelhante fusão racial.

(REIS, Fidélis; FARIA, João de. O Problema Imigratório e seus Aspectos Étnicos. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1924. apud LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990, pp. 35-36.)

Documento 15



TRADUÇÃO DA LEGENDA

PLACA: “'Japas’, continuem andando. Esta é uma vizinhança de homem branco.”

JANELA: “'Japas’, afastem-se. Membro da Associação Protetora de Hollywood.”

Imagem 5: "Japs Keep Moving - This is a White Man's Neighborhood." Data: c. de 1920.

Acervo: Smithsonian – The National Museum of American History

(Fonte: <http://amhistory.si.edu/perfectunion/collection/image.asp?ID=411>)

Analise os documentos buscando avaliar sua intencionalidade, levando em consideração que inexistem imparcialidade nas produções humanas. Atente sempre para a datação das fontes e sua autoria – quando disponível – a fim de relacioná-las de forma contextualizada. Para as fontes em questão, lembre-se de verificar o marco oficial da imigração nipônica no Brasil a fim de ter uma referência cronológica para sua análise historicamente bem situada. Lembrando também que todo texto é um discurso, avalie os aspectos raciais – se estiverem presentes – do teor das fontes apresentadas, assim como de que forma um vocabulário baseado em conceitos científicos (linguagem adaptada da Biologia, da Medicina, etc.) aparece nesses discursos com a finalidade de tentar legitimar preconceitos. As fontes são testemunhas de seu tempo, todavia elas só falam quando devidamente questionadas.

Após leitura atenta dos documentos disponibilizados, siga as orientações abaixo para analisar o material de imprensa apresentado. Lembre-se de que essas orientações dão o norte para sua pesquisa, mas qualquer outro dado obtido pelo seu olhar de historiador pode e deve ser considerado e apresentado em suas ponderações.

- **Documentos 3 e 4:** primeira leva de imigrantes (navio que os trouxe, data da chegada e quantidade total de imigrantes); região e atividade econômica a que se destinavam; vieram com seus próprios recursos ou não (quantificar); quantos considerados aptos para o trabalho e critério de idade para tal; nível de alfabetização do grupo.
- **Documento 4:** visão positiva ou negativa sobre os japoneses (justificar com as características apresentadas na fonte → impressões sobre o aspecto físico, comportamental e cultural dos imigrantes); expectativas quanto ao trabalho dos imigrantes; discurso preconceituoso presente ou não no texto (justificar com citações pontuais devidamente explicadas).
- **Documento 5:** avaliar o tom do discurso com os mesmos critérios aplicados para o documento 4, quando presentes no conteúdo da fonte; fator que teria influenciado na aproximação entre Brasil e Japão naquele contexto, facilitando a imigração; tipo de imigrante desejável.
- **Documento 6:** avaliar o tom do discurso com os mesmos critérios aplicados para o documento 4, quando presentes no conteúdo da fonte.

- **Documento 7:** analisar o discurso textual e imagético em relação aos japoneses nos variados aspectos identificáveis no conjunto de charges que compõem o documento; apontar qual documento dentre os anteriormente analisados (documentos de 1 a 6) trata da mesma notícia pontuada no fragmento A das charges e apresenta uma perspectiva semelhante sobre os japoneses; destacar o que mais lhe chamou a atenção no documento em termos de preconceito étnico-racial (destacar pelo menos três aspectos).
- **Documentos 8 e 9:** identificar o tom essencial do discurso (positivo ou negativo sobre o imigrantes japoneses); em caso de discurso preconceituoso, pontuar as características principais (destaque expressões, adjetivos, termos pejorativos, etc.); o que representaria a presença de japoneses, segundo o texto; intencionalidade detectável ou não na abordagem do tema pelo jornal → descreva; pesquisar sobre o “Acordo de Cavalheiros” (*Gentlemen's Agreement Act*), de 1907, e relacionar com o teor dessas fontes.
- **Documento 10:** postura dos jornais citados sobre a entrada de trabalhadores japoneses nos EUA; região em que a questão parece mais latente; expressões utilizadas para caracterizar os japoneses; imigrante vantajoso ou inconveniente, segundo os textos jornalísticos → argumentos apresentados; tipo de medida desejada pela imprensa, segundo a fonte; relacione com a questão chinesa esboçada na fonte (pesquise sobre as condições da imigração chinesa nos EUA naquele momento para entender a menção a ela no texto).
- **Documento 11:** relacionar a notícia em questão ao que foi analisado nos documentos 8, 9 e 10; pesquisar sobre a “Lei de Imigração de 1924” (*Immigration Law of 1924*) e o que ela determinava sobre imigração em geral e imigração japonesa em particular nos EUA; argumentos, segundo a fonte, para a lei citada; identificar se o artigo é a favor da medida tomada pelos EUA (explique sua conclusão com base na fonte).
- **Documento 12:** pesquisar um breve perfil profissional do autor do artigo (Miguel Couto); uso de termos científicos pelo autor para legitimar argumentos a favor ou contra a imigração japonesa; apontar tais argumentos; apontar, se possível, similaridades com o discurso dos documentos 8, 9 e 10; comparar a abordagem sobre assimilação constante nesta fonte com a do documento 11.
- **Documento 13:** se o teor é a favor ou contra a imigração japonesa no Brasil; argumentos defendidos e argumentos criticados pelo autor no texto; comparar com a abordagem do documento 12 → se as ideias estão em sintonia ou em conflito; contradições dos

argumentos antinipônicos, segundo o autor; apontar e explicar se há algum fator racial presente no discurso do autor.

- **Documento 14:** verificar se há relação entre o contexto estadunidense daquele momento e a proposta constante da fonte (justifique com citações de outras fontes); identificar pelo menos duas fontes dentre as analisadas acima em que ideias semelhantes às de Fidélis Reis podem ser apontadas; uso de termos científicos pelo autor para legitimar argumentos; aspectos discriminatórios mais destacáveis do discurso.
- **Documento 15:** pesquisar o significado social do termo “jap” na língua inglesa; relacionar, de forma sucinta, a fotografia com o teor essencial das fontes em inglês analisadas (documentos 8, 9 e 10).
- **Conclusões:** refletir sobre as medidas determinadas pelo *Gentleman's Agreement Act* (1907) e o *Immigration Act of 1924*, adotados nos EUA, relacionando-as com os documentos 8, 9 e 10; elaborar um texto apresentando uma reflexão sobre as expressões de racismo identificadas nas fontes em seu conjunto, pensando como esse tipo de construção de estereótipos sobre povos étnica e culturalmente diferentes se manifesta nos dias atuais (apresentar pelo menos dois relatos ou fontes que ilustrem casos desse tipo); buscar dados sobre o papel da população nipo-brasileira atualmente na nossa sociedade e refletir criticamente sobre preconceito e discriminação à luz do que foi apreendido das fontes pesquisadas ao longo da atividade.

4.2.3. *Proposta 3*

A atividade 3 disponibilizará fontes que consistem em artigos e notícias de periódicos, trechos de transcrições dos debates da Assembleia Constituinte de 1933/34, obras literárias de época e excertos da legislação da década de 1930 concernente à imigração. O foco temporal na primeira década da Era Vargas, entre 1930 e 1940, não pretende delimitar a pesquisa a fronteiras cronológicas fechadas, deixando abertos os canais de diálogo necessários para que os resultados do grupo responsável pela atividade possam ser relacionados com os dos demais grupos, a fim de que se compreenda a natureza do processo histórico. As fontes apresentarão discursos contrários e favoráveis à imigração japonesa, assim como algumas medidas práticas adotadas pelo Estado brasileiro, num contexto pós-fechamento das portas para imigrantes nipônicos nos EUA e em outros países, de escalada do imperialismo japonês no Oriente e de políticas nacionalizantes empreendidas por Getúlio Vargas, notadamente durante o Estado Novo (1937-1945).

Espera-se que alunos e alunas relacionem os documentos apresentados e apreendam de seu conteúdo a escalada do discurso antinipônico nos EUA e no Brasil, reforçado pelas políticas expansionistas do governo imperial japonês, cujos sucessos militares se somaram a elementos racistas para dar forma a uma campanha visando à consolidação da imagem de “perigo amarelo” sobre os núcleos coloniais estabelecidos no país. Almeja-se, assim, que a análise das fontes da atividade 3 permita a compreensão da relação entre aquela conjuntura específica, os discursos discriminatórios previamente construídos sobre os “amarelos” e a conjuntura que se apresentará, posteriormente, em função da deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período a ser contemplado pela atividade 4, atribuída a outro grupo de alunos-pesquisadores. Não raras são as fontes em que, a fim de qualificar o imigrante japonês como uma ameaça, até mesmo suas anunciadas virtudes como trabalhador zeloso, respeitador das leis e das autoridades em geral, pacífico, sorridente, entre outros atributos, aparecem como munição para aqueles empenhados em combater a presença nipônica naquele contexto histórico. Que a pesquisa resulte na assimilação e na crítica desses elementos discursivos é uma das expectativas inerentes a essa atividade.

ATIVIDADE 3

A imigração japonesa em tempos de Era Vargas e política de nacionalização

A década de 1930 foi um período de intensa ebulição, marcado por grandes mudanças históricas, tanto no cenário brasileiro como no mundial. No Brasil, com a chamada “Revolução de 1930”, chegava ao fim o período da Primeira República (1889-1930) e se iniciava a Era Vargas (1930-1945), que apontou, entre outras coisas, para uma nova relação entre Estado e classe trabalhadora, um centralismo de poder cada vez mais acentuado, culminando com o autoritarismo da ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945), e uma política de construção da nacionalidade pautada no discurso do ideal racial de harmonia entre os diferentes componentes étnicos presentes na formação do povo brasileiro, assim como na valorização de uma cultura considerada tipicamente nacional. Das vozes discordantes e da polarização política iniciais, passando pelo processo de centralização do Poder Executivo, construiu-se – por meio de intensa propaganda, censura, repressão e medidas de caráter social – a imagem do “pai dos pobres”, do Getúlio Vargas amigo da classe trabalhadora e impulsionador do desenvolvimento econômico nacional. O Brasil experimentaria, então, um projeto de nacional desenvolvimentismo tendo o Estado como seu principal gestor e como horizonte a industrialização do país e sua caminhada rumo ao desenvolvimento. Entretanto, o setor agrícola e sua vital importância para a economia não deixaram de fazer parte das preocupações do Estado varguista, o que tornava a questão da imigração fator sempre presente nos debates sobre o povoamento e o cultivo de terras ainda a serem ocupadas no vasto território nacional. E era nessa arena de debates que aspectos econômicos, raciais e de segurança nacional se misturavam, dando forma a inflamados discursos em disputa sobre o povo japonês e sua conveniência como provedor de contingente imigrante. Eleita em 1933, a Assembleia Constituinte – que elaborou a Constituição que entrou em vigor em julho de 1934 – foi representativa dessa questão, conforme poderemos conferir por meio das fontes a serem analisadas ao longo deste trabalho.

Em termos de história geral, vale ressaltar alguns aspectos marcantes daquele período, como, por exemplo, a crise econômica mundial, resultante da Quebra da Bolsa de Nova York (1929), cujos reflexos também se fizeram sentir fortemente no Brasil; o fortalecimento dos fascismos na Europa, com destaque para a ascensão do nazismo na Alemanha; a tendência a uma maior atuação do Estado como regulador da economia, inclusive e notadamente nos EUA; a escalada expansionista dos países que formariam o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), com destaque, considerando o nosso tema, para o militarismo agressivo do Império do Japão

na Ásia; a articulação das peças do xadrez internacional, levando aos abalos sísmicos geopolíticos que propiciaram a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Os documentos abaixo disponibilizados – que correspondem, em sua maioria, ao período dos dez primeiros anos da Era Vargas – devem ser analisados tendo em perspectiva esse panorama global e a conjuntura nacional de então. Lembre-se de que um documento se torna uma fonte histórica somente quando devidamente questionado pelo pesquisador e que, em maior ou menor grau, há sempre um teor de intencionalidade em todo produto da ação humana. Atente sempre para as legendas e datas das fontes para fins de contextualização, fundamental para a análise de processos históricos. Façamos, então, as análises propostas.

- 1- A tabela abaixo apresenta dados referentes à entrada de japoneses no Brasil de desde o início de sua imigração sistemática, em 1908, até o ano de 1946. Analise atentamente as informações sobre o volume da imigração japonesa no Brasil nesse período e os dois documentos seguintes, fazendo as ponderações pertinentes solicitadas na sequência.

Documento 1

Imigrantes Japoneses Entrados no Brasil	
ANO	TOTAL
1908	830
1909	31
1910	948
1911	28
1912	2.909
1913	7.122
1914	3.675
1915	65
1916	165
1917	3.899
1918	5.599
1919	3.022
1920	1.013
1921	840
1922	1.255
1923	895
1924	2.673

1925	6.330
1926	8.407
1927	9.084
1928	11.169
1929	16.648
1930	14.076
1931	5.632
1932	11.678
1933	24.494
1934	21.930
1935	9.611
1936	3.306
1937	4.557
1938	2.524
1939	1.414
1940	1.268
1941	1.548
1942-1945	0
1946	6
TOTAL DO PERÍODO	188.651

Dados do Departamento Nacional de Imigração, disponibilizados no Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1951, p. 55.
(Fonte: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1951.pdf)

Documento 2

O quarto quesito do inquerito da Sociedade Nacional de Agricultura toca na questão da imigração amarela e está assim redigido:

IV — Qual a opinião de V. Ex. acerca da imigração amarela?

— Eu penso que, em massa, em uma região limitada, toda e qualquer imigração poderá prejudicar o caldeamento que vamos realizando entre as raças constitutivas da nacionalidade. Por isso, quero que a União tenha uma missão geral de fiscalização.

Sendo assim, não desejo aglomerações que excedam a determinada proporcionalidade. Assim como os norte-americanos estabeleceram uma porcentagem para a entrada de imigrantes, em relação com os que lá tenham entrado da mesma nacionalidade, no Brasil poderíamos marcar uma proporção, em confronto com a população local e os imigrantes já vindos da mesma raça. Entretanto, uma regularização não implicaria restrições, pois não há aumento de imigração possível neste momento que nos possa desnacionalizar. A regulação tem por fim apenas impedir a formação de regiões especiais, vastas e populosas, de raças diferentes.

Quanto aos amarelos, que venham na proporcionalidade desejada, que devem ser bem-vindos, sobretudo os japonezes.

Os japonezes são um povo civilizado, de gente sobria, letrada, trabalhadora, sadia e infatigável. Os japonezes estão saneando e fazendo a prosperidade do litoral paulista e não se isolam: — vão se misturando, na medida do possível, com os brasileiros.

Segundo o "The Japan Year Book", de 1925, ha fóra do Japão apenas 592.197 japonezes, 349.569 homens e 242.628 mulheres.

Desse total, 264.134 estão na Asia; 2.819 na Europa, 153.336 na America do Norte, 40 na Africa, 123.935 na Oceania e 52.243 na America do Sul.

No Brasil ha 39.731, na Argentina 2.161 e no Peru' 9.675.

O japonês não emigra muito; mas vai emigrar cada vez mais. Mas nunca poderá vir em massa para a America do Sul. No Brasil, poderemos receber ainda muitos e muitos japonezes, pois a sua proporção é ainda pequena.

Não ha da parte dos japonezes a menor ameaça politica. São homens educados e trabalhadores. De sua immigração, mais da metade ficará sempre na Asia e, assim, acredito que nunca precisaremos tomar qualquer providencia para regularizar a sua entrada no Brasil.

Ao contrario, tudo devemos fazer para atrahe-los.

O que fez a hostilidade aos japonezes na America do Norte e na Oceania foi o seu baixo "standard of life". Os nippões faziam concorrência aos naturaes, habituados a um conforto que exigia salario alto.

Infelizmente, no Brasil, com os salarios que os nossos trabalhadores ganham, com a vida que levam nas cidades e nos campos, não temos nada a temer do baixo estalão de vida dos japonezes! Nos campos, o "standard of life" dos nacionaes é infelizmente tão baixo que não teme concorrência nesse sentido. De modo que não podemos combater os japonezes pelos motivos que os norte-americanos os combateram, com razão ou não.

Não ha perigo de uma invasão de amarelos. Os japonezes que emigram para o Brasil não chegam a dous mil por anno.

Não ha, portanto, perigo.

O quinto quesito está assim redigido:

V — Se V. Ex. aceita, em principio, a immigração amarella, acha que ella deva ser acolhida incondicionalmente ou opina por qualquer especie de restricção ou de distribuição por zona do Brasil?

— Os principios geraes que enunciei nas respostas aos primeiros quesitos dão a minha opinião a respeito.

Os Estados Unidos estabeleceram um criterio de coefficiente por antigo immigrante. Creio que poderíamos fixar um coefficiente sobre a localização. Se num Estado ou zona agricola, no conjunto de uma população de 150.000 habitantes, ou de 400.000, predominasse um excesso estrangeiro, poderia ser prohibido o reforçamento desses nucleos. De outra maneira, liberdade absoluta.

Por outro lado, se começassem a vir 500, 800 mil japonezes por anno, seria necessaria uma lei de emergencia para impedir tal aglomeração. Mas elles não virão assim em massa.

Penso, entretanto, que semelhante medida de prohibição deveria ser lançada contra qualquer immigração em massa, de uma só raça, ultrapassando um dado coefficiente.

Senador Victor Viana, em resposta a um inquérito da Sociedade Nacional de Agricultura (1925).

O Problema da Immigração (fragmento). Retrospecto do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1926, p. 146.

(Fonte BN: <http://memoria.bn.br/DocReader/180688/7903>)

Documento 3

MEMORANDUM

O governo japonês está profundamente interessado no acto dos Estados Unidos da America do Norte, sancionando a lei chamada Lei de Immigração de 1924. Emquanto a medida se achava em discussão, no Congresso, o governo japonês aproveitou-se da primeira oportunidade para chamar a attenção do governo dos Estados Unidos para a clausula discriminatória comprehendida na clausula 13 C da dita lei, que trata da exclusão dos estrangeiros que não gozam do direito de adquirir a cidadania pela naturalização e perdem, assim, uma vantagem que é concedida a outras classes de estrangeiros, clausula, enfim, que visa manifestamente os japonezes. Nem as representações do governo japonês, nem as recommendações do presidente e secretario do Estado foram attendidos pelo Congresso e a clausula em questão faz parte, agora, das leis dos Estados Unidos.

Em defesa dessas medidas de distincção adoptadas pelos Estados Unidos, foi asseverado repetidamente que as pessoas da raça japoneza não são assimilaveis á vida e aos idéas norte-americanos.

No entanto, ha de ser observado, em primeiro lugar, que não pôde esperar que muitos immigrantes de uma outra raça possam ser assimilados pelos seus novos meios no decurso de uma unica geração.

A historia da immigração japoneza nos Estados Unidos, em numero já apreciavel, data apenas dos ultimos annos, do seculo dezenove. Este periodo é por demais limitado para permittir que se faça qualquer julgamento definitivo acerca das adaptabilidades raciaes daquelles immigrantes em materia de assimilação, comparadas com as dos colonizadores alienigenas das racas classificadas como elegiveis relativamente á cidadania americana.

Os Estados Unidos e a Immigração Japoneza. O Jornal, Rio de Janeiro, 07 jun. 1924, n. 1.667, p. 2.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/16647)

Na década de 1930, a abstração dos discursos sobre o imigrante japonês ganhou “materialidade” em medidas legais que atingiam diretamente a essa categoria de imigrantes, o que se tornou muito mais acentuado a partir da deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os documentos 1, 2 e 3 permitem o levantamento de dados sobre o volume do fluxo migratório e, se devidamente relacionados, a assimilação de uma série de informações sobre a postura dos EUA diante da imigração japonesa na década de 1920 e alguns aspectos de sua repercussão e consequências no Brasil nos anos subsequentes. Considerando esses fatores, realize as seguintes análises:

- **Documento 1:** delimitar o período de cerca de dez anos em que entrou o maior número de japoneses no Brasil, num fluxo crescente praticamente contínuo; assinalar o período de cinco anos em que esse número foi o menor registrado → apontar a razão, pensando a conjuntura histórica daquele período, para tal redução.
 - **Documento 2:** contra ou a favor da imigração japonesa; alguma restrição à entrada de imigrantes → caso sim, quais critérios; características dos japoneses, segundo o senador da República em questão → imigrante desejável ou não; diferenças entre a realidade brasileira e a estadunidense (vide a questão da “Lei de Imigração de 1924” destacada na análise do documento 3).
 - **Documento 3:** pesquisar sobre a “Lei de Imigração de 1924” (*Immigration Law of 1924*) e o que ela determinava sobre imigração em geral e imigração japonesa em particular nos EUA; argumentos, segundo a fonte, para a lei citada; identificar se o artigo é a favor da medida tomada pelos EUA (explique sua conclusão com base na fonte).
 - **Documentos 1, 2 e 3:** relacionar a conjuntura dos EUA na década de 1920 – levando em conta as medidas legais sobre imigração lá adotadas – com o aumento da imigração japonesa para o Brasil, cujos dados foram obtidos do documento 1; trocar informações com o grupo responsável pela atividade 2 a fim de relacionar os resultados das duas equipes sobre o contexto da década de 1920 (destaque para a fonte da atividade 2 referente aos discursos do deputado Fidélis Reis).
- 2- Os documentos abaixo são datados dos anos 30 – ou seja, da primeira década da Era Vargas – e apresentam uma série de características atribuídas aos japoneses por políticos, intelectuais, cientistas e publicações de imprensa, tanto contra quanto a favor dos japoneses como imigrantes. Leia-os atentamente e procure identificar os argumentos

utilizados por ambos os lados da questão, destacando as principais vantagens ou os principais problemas representados pela imigração japonesa, segundo os discursos analisados. No caso dos discursos daqueles resistentes à imigração nipônica, procure salientar o caráter xenóforo e/ou racista presente em seu conteúdo.

Documento 4

IMIGRAÇÃO JAPONEZA

Informava hontem, um telegrama procedente do Japão, que embarcaram com destino ao Pará, no decorrer do mês passado, cerca de mil e duzentos imigrantes japonezes.

A noticia é para quantos se interessam pelo progresso da Amazonia, verdadeiramente auspiciosa. Com effeito, os japonezes vão desenvolvendo os seus trabalhos de colonização com um programa magnifico, onde a ciencia e a industria se completam, para darem ao trabalho maior efficiencia. Precedidos das missões científicas, que saneiam as regiões onde as colonias vão se localizar, os nipões têm conseguido transformar uma terra hostil, onde as enfermidades palustres dizimam as populações, num verdadeiro recanto de paraizo.

Outro lado interessante do programa niponico no Brasil é a preocupação de desenvolver a produção de artigos que possamos produzir, com vantagem, e que até agora, ou por incuria ou falta de recursos materiaes, não tenhamos ainda podido apresentar aos mercados importadores.

Elemento de paz, factor efficiente de trabalho, preocupado unicamente de se integrar na comunidade brasileira, o japonex tem conquistado as sympathias das populações brasileiras, que já vêm nele um irmão dos mesmos anseios e mesmos ideaes.

Documento 5

A MANIA DOS PERIGOS

Tempo houve neste Brasil que foi "chic" falar-se mal dos allemães. O "perigo allemão", uma vez creado deu materia farta e sensacional para todos os escriptores sem assumpto. Era um themu magnifico ao qual se agarravam com unhas e dentes todos os mediocres disponiveis que ainda hoje cogumelam por estes oito milhões de kilometros quadrados patrios.

Afinal o "perigo allemão" por não existente caiu do cartaz. E assim Santa Catharina e o Rio Grande do Sul deixaram de ser o "bleho papão" da nacionalidade. Agora um grupo de "patriotas" vem de trazer para o letreiro da publicidade outro "perigo". Mas dessa vez não mais allemão, e sim japonéz. O assumpto não tem nem a seu favor o sabor do inéditismo. O "perigo amarello" é velho, velhissimo. Nasceu ha muitos annos, após uma digestão mal feita do Kaiser Guilherme II. Havia gente pelas redondezas e como o imperador germanico estava em moda, a phrase foi immediatamente quindada aos dourados da publicidade. Mas, isso já faz muito tempo. Sómente agora, porém, é que o "perigo amarello" ou antes: o "perigo japonéz" chegou ao nosso Brasil. E' possivel que apparecam ingenuos com coragem bastante para adherirem a esse cordão, mas não acreditamos no successo do "perigo amarello". Os brasileiros não gostam das coisas "faisandeés". E além do mais, acreditam no Brasil para se arrecearem de alguns milhares de colonos armados de charrua, que debrucados sobre os campos, em silencio, vêm cooperando efficientemente — mais do que os "patriotas" dos cafés e da Avenida — para a grandeza maravilhosa da nossa civilização agraria que não tarda. O "perigo amarello" é apenas o faiscar das joias "nada além de 2\$000" das vitrines da mediocridade. Elle e os outros "perigos"...

Documento 6

A DENUNCIA CONTRA O PERIGO JAPONES

O deputado Sr. Theotonio Monteiro de Barros, deu ao seu colega de bancada Moraes de Andrade, que o aparteava com insistencia, uma lição modesta, mas eloquente. Em dado momento do seu discurso, que tinha por fim justificar uma emenda sobre a fixação ethnica do tipo brasileiro, o Sr. Theotonio Monteiro de Barros, vivamente aparteado, virou-se para o seu colega e disse:

— Vou proibir-lhe uma coisa: vote contra a minha emenda, mas deixe-me raciocinar.

Essa lição deve ser aproveitada na Constituinte, onde os debates, com frequencia, se tornam tumultuarios.

O discurso do Sr. Theotonio Monteiro de Barros, aliás, levou ao conhecimento da Assembléa uma denuncia séria. Segundo esse deputado paulista, que visitou os nucleos japoneses da zona Noroeste, ha numerosos collegios da colônia que não aceitam senão filhos de japoneses, naturalizados nos consulados. Mais ainda: nos clubs recreativos dos mesmos imigrantes, é vedada a entrada a brasileiros.

O Sr. Moraes de Andrade, advogado de companhias japonesas — segundo declarou o Sr. Theotonio Monteiro de Barros, sem contestação — prometem responder oportunamente ao discurso do seu colega de bancada.

Sem que vá nisso uma quebra de apreço pelo deputado paulista, entendemos que, no caso, dada a sua filiação de interesses, falta ao Sr. Moraes de Andrade, a necessaria isenção de animo para defender a imigração japonesa.

Não temos, por ora, nenhum desejo de defender, ou de atacar, aquella imigração. Parece-nos que o Brasil é bastante largo para aceitar todas as correntes, dentro de certas cautelas intuitivas.

O que queremos, simplesmente, com este comentario, é registrar a denuncia que com tão sabias e nobres palavras fez o

Sr. Theotonio Monteiro de Barros, fóra de qualquer interesse particular na questão, e concededor do problema, porque tem 32 anos de vida rural.

A assimilação ou não assimilação do japonês não é o importante, o grave, o inquietante. É sim a maneira por que essa colônia, segundo o deputado paulista, está se conduzindo em territorio brasileiro, formando nucleos de japonização forçada, isolando-se do meio nacional, estabelecendo nódulos de irremediavel racismo niponico.

Esperamos que os poderes publicos do Estado de S. Paulo, tomando conhecimento do discurso do deputado Monteiro de Barros, mandem proceder a um inquerito. A nação precisa saber do que se passa, realmente, nas colonias japonesas de São Paulo.

Temos, já, colonias desse pais amigo no Amazonas e no Pará.

Se em S. Paulo, nas barbas do bandeirismo, os japoneses se isolam e barram o passo á influencia do meio brasileiro, nos seus clubs e nos seus collegios — que se passará, então, na remota Amazonia?

A Denúncia contra o Perigo Japonês. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 jan. 1934, n. 17, p. 5.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/40057)

Documento 7

Série de trechos de discursos pronunciados por deputados em sessões da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração e aprovação da Constituição de 1934.

ARTHUR NEIVA

Art. 128, § 2º — Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país.

—Justificação—

Ninguém suponha que o sinatário da emenda tenha, nem de longe, qualquer preconceito de raça. Sobre isto já manifestou de público sua opinião, em artigos pela imprensa e depois compendiados em livro.

A solução que o brasileiro deu ao problema de raças, foi a mais inteligente possível e, em prazo menor de um século, estará para nós inteiramente resolvido.

Por isso, qualquer tentativa que se faça para renová-lo com a imigração de novos fatores que virão impedir e alterar a assimilação dos elementos étnicos que formaram o povo brasileiro, deve ser impedida, atendendo-se a uma elementar prudência.

Si governar, porém, é povoar, como dizia Alberdi, temos que considerar também, que governar é prever. O Brasil dá o exemplo único em todo o mundo de um povo onde não existem preconceitos de raça e religião, o que tem chamado a atenção de vultos internacionais, como Roosevelt e Kayserling, entre outros. E não seria oportuno alimentar correntes migratórias de homens de cor, sejam de asiáticos ou de pretos africanos e americanos, portadores de outras linguas e principios religiosos.

A intenção do signatário quando se refere á imigração de elementos da raça branca visa, e não deve ocultar, os povos asiáticos.

Pensa que ao Brasil assiste o mesmo direito que tiveram os governantes japoneses quando, por mais de dois séculos, de 1640 a 1857, fecharam seus portos aos estrangeiros afim de salvarem sua independência, que realizaram, pois o Japão foi o único país da Asia que não se transformou de povo livre em colônia.

Porém, por mais que admire os nipões, muito mais amor consagra á Pátria que se deve precaver contra uma colonização de povo de mentalidade estranha, de lingua diversa, religião diferente e positivamente inassimilável, até nas regiões asiáticas, onde vivem encerrados em concentração e como é sabido, ocorre com todos os povos asiáticos e o autor pode verificar em Maurítius, onde chineses, hindús e malaíos vivem há mais de século separados conforme as raças, religiões e agrupamentos que absolutamente não se fundem.

Os japoneses já formam no Brasil uma população que se aproxima de duzentas mil almas concentradas sobretudo no Estado de São Paulo, onde dão provas das altas qualidades de cultura, disciplina, organização e capacidade de trabalho.

Ninguém tem maior admiração pelo Japão do que o signatário, pois bem o conhece e também sua maravilhosa história. Mas não é possível, embora reconheça que constituem elementos de produção, deixar que se desenvolvam entre nós sem peias nem medidas, á custa do humilde e olvidando Géca, eterno relegado no seio da própria pátria.

Os japoneses constituiram grandes núcleos de colonização em São Paulo, já penetraram em Mato Grosso, já existem em Goiás e no Pará, onde, com alto espírito de organização, fundaram uma colônia que planta arroz e algodão que são exportados para o Japão, em navios japoneses, dando uma demonstração de que naquelas regiões ferazes, quasi nada fica do esforço nipônico para a coletividade, pois toda a colônia é japonesa, tudo trabalhado por filhos daquele país e o produto por eles plantado e colhido é transportado em vapores também japoneses para a mãe pátria.

MIGUEL COUTO

Primeiro apresenta as conclusões do relatório do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e, em seguida, sua proposta de emenda inspirada naquele relatório.

Das conclusões desse relatório aprovadas unanimemente traslado as seguintes:

I — O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da República, ás casas do Congresso Nacional e aos governadores dos Estados um apêlo em que serão postos em fóco os gravíssimos perigos da imigração promiscua, no ponto de vista dos interesses de raça e da segurança política e social da República.

II — O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que as influências mesológicas não podem alterar no indivíduo os característicos hereditários transmitidos de geração em geração, julga que a seleção rigorosa dos elementos imigratórios é essencial e insubstituível como meio de defesa da nossa raça.

III — O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha que, no processo de seleção de imigrantes, sejam levados em conta os atributos coletivos das populações donde previeram as correntes imigratórias.

IV — O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia chama a atenção dos poderes públicos para o fato de que a saúde do imigrante e a sua robustez muscular não bastam como característicos do valor eugênico do indivíduo, o qual só pode ser aferido pela apreciação das qualidades mentais e morais em que se traduzem os atributos profundos de sua herança, e, portanto, do seu valor como elemento racial.

Como fecho destas considerações apresento a seguinte:

Emenda aditiva:

Art. É proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção de

— 493 —

5 por cento, anualmente, sôbre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional.

É vedado aos Estados fazer contratos para a introdução de imigrantes em contraversão do disposto neste artigo.

Sala das Sessões, 30 de Novembro de 1933. — *Miguel Couto.*

XAVIER DE OLIVEIRA

Art. Para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência.

Parágrafo único. É obrigatório o exame de sanidade física e mental para todo imigrante ou estrangeiro que se destine ao território nacional ou que se queira naturalizar cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, 22 de Dezembro de 1933. — *Xavier de Oliveira*.

Não é possível continuarmos a receber africanos, asiáticos e outros indesejáveis inclusive, psicópatas, de todas as partes do mundo. Ademais, é um assunto este da seleção dos imigrantes que, por igual, deve interessar tanto a nação que envia como a que recebe o migrador. Este, para vencer e não naufragar no novo "habitat" que vai procurar, deve ser, tem que ser, forçosamente um forte.

Vou além um pouco, para afirmar que o duende da humanidade, como o sol, vem do Oriente para o Ocidente. E não sei bem se me afasto do tema que desenvolvo, afirmando que, mentalmente, o oriental nos é indesejável; nem se deixa de ser bom brasileiro jurando que o Brasil não deve ser a terra prometida de Israel, nem a Amazonia a Manchúria do futuro.

Proposta apresentada pelo deputado Xavier de Oliveira na Sessão de 22 de dezembro 1933. *Annaes da Assembleia Nacional Constituinte* (1934), v. 4, pp. 546-549. Disponível em: file:///C:/Users/Livre/Downloads/anais_1934_v4.pdf Acesso em 24 nov. 2016)

XAVIER DE OLIVEIRA – [...] que o mundo que se organiza do lado de cá do Atlântico e do de lá, na Austrália e na Nova Zelândia, informa, diz, afirma que o amarelo é indesejável, porque é inassimilável. Acrescento eu que se ele é inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia, propriamente, mais ainda o é, e de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto, como uma característica do seu normo-tipo racial, e, mais, até, por sua constituição intrapsíquica, sem esquecer, nem por de lado, as razões mais profundas, ainda, de seu misticismo religioso, mesclado com o fanatismo patriótico, que é uma das mais notáveis das suas qualidades intrínsecas. [...] Dizia eu que era um ponto pacífico, a inassimilabilidade do amarelo, porque há confirmação unânime de todas as nações imigratórias do mundo, consagrando a tese que defendo. Dizia, ainda, em minha emenda, que, proibindo, taxativamente, a entrada do amarelo e do negro, viria ainda com ela criar a seleção do imigrante europeu, e terminei, ainda, o meu trabalho com a conclusão de que, na realidade, a raça, ou melhor, os povos que devem imigrar para o Brasil são, justamente, aqueles que formam, digamos, a massa da nossa nacionalidade, os brancos, que já lhe são predominantes.
(Sessão de 25 de janeiro de 1934)

Fonte: LEÃO, Valdemar Carneiro. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934)*. Brasília: FUNAG, 1990, op. cit., p. 258.

ARTHUR NEIVA – [...] Não vou discutir aqui a origem dos ameríndios. No estado atual da ciência, vieram da Ásia, mas os japoneses não são uma raça pura. Os ainus, que são brancos, os mongóis, os coreanos, e os negróides da Polinésia, formaram o Japão. Os ainus, como podemos ver, hoje, pela toponímia, abrangem todo o território. Eram os senhores da terra. Os japoneses fundiram-se com esses povos: isolaram-se e fixaram-se. Nada têm de nossos ancestrais. Agora, do ponto de vista antropológico, positivamente, o japonês não nos serve. Ninguém me convencerá que sejam Adonis ou Dianas caçadoras... (Sessão de 03 de fevereiro de 1934)

Fonte: LEÃO, Valdemar Carneiro. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934)*. Brasília: FUNAG, 1990, op. cit., p. 290.

ARTHUR NEIVA – Esta Assembleia poderá, na sua sabedoria, resolver, consultando os interesses da Nação, a melhor maneira de solucionar o problema da imigração: ou permitindo somente a entrada de elementos de raça branca, como quer a emenda da bancada baiana, ou restringindo a imigração de cor, como muitos sugeriram, inclusive o eminente mestre Miguel Couto. [...] Aliás, a emenda baiana na sua justificação, dizia: “Se porventura nós não tomarmos providência a respeito, então os japoneses hoje chineses amanhã, malaios e hindus mais tarde, assírios que disso já tratam, enfim povos de todas as raças, tangidos pelas situações econômicas dos países em que se acham, ou expulsos das pátrias em que se encontram, algumas vezes há mais de mil anos, como ocorre com alguns núcleos de judeus na Alemanha, poderão vir para o Brasil, em crescentes migrações, deslocando o trabalhador e aumentando seu pauperismo pela sua exclusão de empreendimentos feitos no seio da própria pátria. Vivaldo Coaracy nos *Problemas Nacionais* editado em 1930, diz que ‘nós costumamos pensar em termos de anos ou de quadriênios, quando muito. Os mongóis pensam em termos de decênios ou de séculos. Tais são os fatos. Vamos assistindo, de braços cruzados, a esta infiltração de amarelos, sem que tomemos a menor precaução, a menos medida de higiene social, o menor interesse para evitar que tenhamos no futuro, dentro do país, um sério problema racial a resolver’”. (Sessão de 03 de fevereiro de 1934)

Fonte: LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990, op. cit., pp. 302-303.

MIGUEL COUTO – [...] Ora, conhecida a fertilidade da raça negra, muito maior que a da branca, imaginem os Srs. Constituintes como está misturado o nosso sangue com o dessa raça. Por isso mesmo, podemos dizer que, se já prestamos um tão grande serviço à humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. Não nos peçam outras, tanto mais quando ainda não completamos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir. [...] Se a ciência ainda não fixou o conceito de raça, há, contudo, Senhores, grupos humanos completamente diversos e inconfundíveis. Há, enfim, pretos, amarelos e brancos; classifiquem-nos como quiserem, mas são diferentes. (Sessão de 16 de fevereiro de 1934)

Fonte: LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990, op. cit., pp. 309-310.

MIGUEL COUTO – [...] Não há nenhum problema de imigração japonesa: há sim um problema de defesa nacional, de segurança da Pátria, de vida ou de morte do nosso Brasil. [...] Costumamos dizer, em medicina: no meio de sintomas múltiplos, o que é mais veemente obscurece os outros [...] Dou de barato o amarelo dos amarelos. Pois não é a cor de nossa bandeira?... Chego a achar belo o olho mongol. Já estou prelibando a volúpia intelectual do soneto com que o nosso querido Olegário Mariano há de cantar os olhos oblíquos e empapuçados das nossas netas. (risos) Tudo isto cedo e admito. Não se trata, porém – repito – de imigração, trata-se da própria existência nacional. Se não se acautelar em tempo e por todos os modos, o Brasil em pouco tempo será uma possessão japonesa. E tanto penso nisso que já aconselhei meus filhos a ensinarem aos seus – meus netos – a língua da sua futura pátria. Aqui será o Império do Sol Poente, como está decidido lá, entre a gente do Sol Levante. (Sessão de 16 de fevereiro de 1934)

Fonte: LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990, op. cit., p. 312.

Documento 8

Artigos e parágrafos retirados de legislação referente a estrangeiros no Brasil, com normas aprovadas e vigentes ao longo da Era Vargas (1930-1945). A primeira Constituição da Era Vargas – aprovada por uma Assembleia Constituinte – entrou em vigor em 16 de julho de 1934, tendo sido substituída por outra, outorgada por Getúlio Vargas e de caráter autoritário, em 10 de novembro de 1937, vigorando durante o Estado Novo (1937-1945).

ARTIGO 121 DA CONSTITUIÇÃO DE 1934 (16/07/1934)

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

DECRETO-LEI Nº 406 (04/05/1938)

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º - As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º - Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º - Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º - Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º - Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em língua estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>

Documento 9

2 % de juízo

OS artifices da Constituição, quando trataram do problema immigratorio, resolveram pôr um dique á colonização amarella. Miguel Couto, o saudoso cientista, fez-se um dos paladinos da campanha rosada, contraria a entrada do braço nipponico nas actividades brasileiras. Para elle, e para o seu sequito de propugnadores da eugenia da nossa raça (?), o japonéz era um elemento indesejavel, incapaz de satisfazer certos requisitos indispensaveis ao progresso da nação. O que os subditos do Sol Nascente já haviam feito em varios Estados, como colonizadores e saneadores de terras inhospitas, não impressionava bem aos cautelosos defensores de algumas leguas de campo, neste paiz deshabitado de mais de oito milhões de kilometros quadrados. O combate ao japonéz — *et pour cause* — culminou em exagero de previdencia para um futuro que, de tão distante, ainda não merece as honras do pensamento dos nossos estadistas. Falou-se muito, naquella época, no perigo de enkistamentos raciaes, na possibilidade de movimentos belllicosos dos amarelllos dentro das nossas fronteiras, veiu a baila a occupação da Mandchuria, a influencia de Tokio nos negocios da China, e, de tal modo se pintou o caracter dos silenciosos e pacificos colonos japonezes, que, no frigid dos ovos a "omelette" constitucional restringia para 2% annuaes a entrada de immigrants provindos daquelle grande e culto paiz asiatico. Nunca pude, com franqueza, conhecedor que sou da obra colonizadora dos nippões em S. Paulo, comprehender as razões de semelhante restricção a um elemento trabalhador, economico e ordeiro como é o japonéz no Brasil. E até mesmo não posso decifrar como se encaixou no texto da Constituição, materia que deveria, apenas, constar dos regulamentos ou das leis emanadas do Executivo. Essa anomalia em fixar-se uma determinada percentagem de immigrants em nossa Magna Carta obriga o Estado a uma reforma no texto da sua lei basica, quando tiver necessidade de augmentar ou mesmo diminuir aquelles infimos dois por cento. Em todo caso os constituintes votando o's 2% para a immigração japoneza mostraram que ainda tinham 2% de juízo, o que já não é pouco para um Legislativo que tem loucuras, como essa de augmentos de subsidio e de obstrucções de orçamentos, coisas que fazem a nação sorrir amarello...

WLADIMIR BERNARDES

2% de Juízo. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 01 nov. 1934, n. 33, p.2.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/2615)

Documento 10

A crise de braços que se avizinha para a nossa lavoura

“São Paulo ainda é e será o grande sorvedouro de braços e jamais commetterá a injustiça de prescindir do colono nippão, hoje um alliado decidido e magnifico na sua marcha para o glorioso amanhã da nossa querida Patria”

PALAVRAS DO ILLUSTRE CONSTITUINTE PAULISTA, SR. CARLOS DE MORAES BARROS, A' REPORTAGEM DESTA FOLHA

AS INTRIGAS EM TORNO DO COLONO JAPONEZ

Sempre amavel, o senhor Moraes Barros prosegue:

— Sei que neste assumpto o thema tradicionalmente buscado para as polemicas é o colono japonéz, que na ultima Constituinte correu toda a “via crucis” da critica indigena. Sobre esse advena eu posso dar o meu testemunho, pois conheço “in-loco” o que tem sido a sua cooperação ao progresso do meu Estado. Trabalhador infatigavel, o nippão, dentro de tres ou quatro annos consegue adquirir o seu pedaço de chão, libertando-se do grande fazendeiro e auxiliando mais do que nenhum outro o desenvolvimento da pequena lavoura, o que representa um precioso beneficio, sob todos os aspectos, para a civilização rural brasileira.

A accusação que por vezes tem sido vehiculada contra esse elemento, segundo a qual elle é re-

fractario á assimilação ao meio nacional, não procede. O japonéz é tão assimilavel como qualquer outro estrangeiro. Manda os seus filhos á escola brasileira e cruza-se facilmente com os nacionaes. Se por ventura em alguns logares elle se isolou, a culpa disso, por certo, que não lhe cabe e sim, a nós, que até hoje não cogitamos de crear uma legislação, dentro da qual os estrangeiros pudessem mais facilmente acelerar a sua civilização. Pelo que tenho observado na Alta Paulista, o nippão não só não oppõe a menor resistencia em confundir-se conosco, como procura voluntariamente assimilar-se o mais breve possivel, solicitando escolas, estradas, etc. Em Marilia, onde vive um grande nucleo japonéz, o governo do sr. Armando de Salles

Oliveira abriu já seis escolas brasileiras, que immediatamente se encheram de crianças japonezas. Assim, não sei porque essa prevenção contra um elemento útil e digno da nossa estima, como o japonéz.

E concluindo:

— Póde dizer pela “GAZETA DE NOTICIAS que São Paulo recebeu e receberá de braços abertos o immigrante nipponico com a mesma sinceridade com que no passado recebeu as primitivas colonizações estrangeiras. São Paulo ainda é e será o grande sorvedouro de braços e jámais commetterá a injustiça de prescindir do colono nippão, hoje um alliado decidido e magnifico na sua marcha para o glorioso amanhã da nossa querida patria.

Documento 11

UMA CAMPANHA INJUSTA

A' margem da campanha nacionalista, fruto da decalcomania que anda por ahi emplastrando o mappa da realidade brasileira com tudo quanto seja rótulo ou programma de partidos que exercem o poder em alguns paizes europeus, têm apparecido, em jornaes de responsabilidade, outros ataques, mais ou menos nacionalizantes, dirigidos contra colonias de estrangeiros que aqui trabalham, contribuindo com esforços proficuos e honestos para a nossa grandeza e prosperidade. Não ha dia que não surja pelas columnas acolhedoras dos quotidianos uma moção insultuosa ou um requerimento grosseiro, assignado por qualquer "quidam" de vida attribulada, reclamando, em nome de sociedades de "amigos" de grandes homens publicos, providencias ao governo para que livre o nosso territorio dos braços indesejaveis do "estrangeiro conquistador e audaz". As colonias mais attingidas pela xenophobia dos Lacoontes indigenas, os nucleos mais visados pela desconfiança dos zeladores da integridade da nossa soberania, são os formados por elementos germanicos e japonezes. Tanto o allemão, como o nipponico, se acreditaram, entre nós, como optimos colonizadores. As actividades dos allemães, no Sul, e as dos japonezes, em S. Paulo e no Amazonas, são provas palpaveis, visiveis, insophismaveis das qualidades de trabalho, de organização, e de disciplina dessas duas raças fortes e empreherdedoras. Se existe alguns enkistamentos exóticos no panorama ethnico do Brasil, a culpa não cabe a esses estrangeiros, que se radicam ao sólo, cultivando-o, semeando-o, extraindo delle a riqueza, emquanto os racistas da Avenida ou das sociedades de inimigos de seu Fulano ou Beltrano, julgam que os problemas nacionaes não vão além da zona asphaltada desta cidade maravilhosa... Até hoje, ainda não possuímos um codigo de colonização. Os governos não cogitam dos principaes deveres que a hospitalidade e a soberania lhes impõem, por humanitarismo e por medida de alcance politico. Ainda ha dias, um grande industrial japonéz

assignalava, em palestra, que a maior difficuldade dos subditos do Imperio do Sol Nascente era conseguir o ensino da lingua brasileira aos seus filhos. E a sua perspicacia de oriental sublinhava o commentario: — "Só temos interesse em que os japonezes aprendam a lingua do paiz. Qual a vantagem de não falarem os nossos filhos o portuguez? Se elles aqui vão viver, se aqui vão exercer a sua actividade agricola ou commercial, o conhecimento da lingua portugueza é indispensavel, é imprescindível ao seu successo na vida pratica. Só póde auxiliá-los."

Cómo esse oriental, pensam allemães, italianos, húngaros, e outra qualquer corrente immigratoria aqui installada. Não ha quem ignore o animo ordeiro, pacato, sempre alheio ás nossas lutas internas, dos colonos allemães e japonezes. Todo ataque a essas colonias, sobre ser um deserviço ao Brasil, é uma injustiça clamorosa que só subsiste num ambiente de factos deturpados e alterados pela paixão ou pelo interesse de outras colonias prestigiosas. O perigo teuto ou o phantasma amarello só apparecem na imaginação de certos defensores de imperialismos commerciaes, os quaes se aproveitam do temperamento romanesco, da diathese de pesadelos de alguns patriotas assustados, para ver se collocam o seu peixe pódre no mercado das nossas preferencias.

O Brasil não comporta esses surtos malcreados, extemporaneos; de grosserias jacobinas. Temos necessidade de braços, de auxilio intellectual e moral de todos que aqui aportam em busca de fortuna e de tranquillidade. Seria por isso conveniente que as terriveis competições commerciaes entre os grandes povos de outros continentes, não se reflectissem aqui, attraíndo para um ou outra facção as sympathias e o amparo dos brasileiros. Da nossa neutralidade haveríamos de tirar o maior prestigio, o melhor dos successos para os interesses da communhão nacional.

WLADIMIR BERNARDES.

Uma Campanha Injusta. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23 jul. 1935, n.172, p.2.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/5591)

O GRANDE ASSUMPTO

"PARA UMA TERRA JOVEN COMO A NOSSA, A LIMITAÇÃO DA IMMIGRAÇÃO DENUNCIA ESTRANHA VISÃO POLITICA, DE TODO COMBATIVEL E INDESEJAVEL"

Diz á reportagem da "Gazeta de Noticias" o sr. Rothier Duarte, advogado, jornalista e estudioso renomado na materia em debate

Allás, não é sómente a questão dos attractivos physicos que nos deve preoccupar. A maior ou menor superioridade mental das massas humanas que importamos deve constituir, ella sim, a primeira cogitação de governantes e legisladores, para que não cheguemos ao absurdo de fazer povoar essa querida "terra dadivosa e boa", como disse a sagaz Pero Vaz de Caminha, de gente intellectual pequena, embora de estatuta ao dobro dos nipponicos.

O nosso entrevistado continua:

— Mas nem ha duvida, hoje, de que o preceito do paragrapho 6º do art. 121 da Constituição foi conduzido á discussão e afinal encaixado no texto da nossa carta de direitos, por via de pavores injustificaveis de certo grupo de constituintes. O japonéz, allegou-se, infiltra-se pelo nosso inteiror, plantando e colhendo, trabalhando e produzindo, mas não se infiltra, como povo, no seio do nosso povo. Fórma o que está em moda chamar-se de quistos humanos, verdadeiras rodela de oleo, que se não misturam á agua nem com ella se confundem. Pois olhe, meu caro, isso não é o que a gente vê nas zonas mais procuradas pelos amarellos. Elles, intelligentes, disciplinados e laboriosos, adaptam-se, mais que multos immigrants latinos, aos nossos costumes e ao nosso viver. Viram caipira mauthenticos, ao cabo de dois ou tres annos, falando a sua mela lingua, pittoresca e inacabada, recheada de termos por vezes inintelligiveis. Os filhos, brasleirinhos de olhos apertados e lisos, não fazem a menor differença dos nossos caboclinhos astutos e perspicazes, dentro, naturalmente, dos limites da vida roceira.

Agora, o que cumpre notar e registrar, para tormento dos que erradamente andam a preconizar a restricção da entrada de amarellos no paiz, é o respeito quasi religioso que os nipponicos de nascimento e os seus filhos, nos seus patricios, têm pelas leis do Brasil e pelas autoridades constituídas. Isso, a meu ver, é indício de uma grande superioridade, porque attesta a comprehensão, que esses immigrants têm, da necessidade da ordem collectiva, sob pena de subverter-se o equilibrio do meio em que vivem. Não se imiscuem nas coisas da nossa politica interna, nos longinquos municipios que escolhem para residir, mas demonstram immediato interesse por essa politica, acompanhando-lhes os acontecimentos com um senso perfeito das necessidades de cada região, de cada cidade, de cada Estado.

Infiltra-se, absorver-se, adaptar-se — não é promover, a eito, o cruzamento de sangue com os nacionaes do paiz. E', sim, contribuir para a grandeza desse paiz, collaborando com os seus naturaes na edificação da nacionalidade. Está claro que, sem aquelle cruzamento, teremos a famosa rodela de oleo, o quisto inabsorvível, mas é preciso não esquecer que elle só se póde dar com o correr dos tempos, pela modificação, natural e lenta, da mentalidade do immigrant, que se vae aos poucos identificando com os interesses locais. Ora, sabemos que a immigração japoneza data de pouco tempo, relativamente ao que é preciso para a formação de um povo. Nesse caso, não ha como justificar receios de enquistamentos prejudiciaes, maxime tendo-se em vista que esse immigrant é dos melhores que possuímos. O sr. conhece São Paulo, nos arredores da capital e no interior, pela Noroeste e pela Sorocabana? — Pois fique sabendo que ali estão os exemplos mais vivos, mais eloquentes, de que o nipponico é elemento de grande valia para nós. Vá lá ver o que elles têm feito na lavoura. O sr. voltará encantado. E' entusiasmado.

Ha outro ponto delicado a examinar no paragrapho 6º do artigo 121 da Constituição. Como é que se poderá observar o limite de dois por cento para os immigrants de cada paiz de procedencia, tendo-se em conta o montante dos respectivos nacionaes fixados no Brasil, durante os ultimos cincoenta annos? Pelas estatisticas quasi sempre falhas e ás vezes inexistentes, cometeriamos erros e injustiças de consequencias imprevisiveis, não tanto para com os immigrants, mas para connosco mesmo, que precisamos desse material para criar a nossa physionomia de povo e de nação e os afastariamos dos nossos campos e da nossa economia.

O Grande Assumpto. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro,
15 set. 1935, n. 219, p. 3.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/6216)

Documento 13

Fragmentos da obra “‘Esquecendo os Antepassados e Combatendo os Estrangeiros’, isto no Brasil, onde ninguém pode escapar ao dilemma de ser filho ou neto de alienígena”, lançada pelo Professor Bruno Lobo, em 1935.

[...] No Brasil, não havendo preconceitos de raça, não é possível o enkystamento de emigrantes. O negro aqui não se enkysta e rara é a família de brasileiros que não tem um pouco do seu sangue. Os índios amarelos encontrados no Brasil constituíram família com os estrangeiros que aqui aportaram. [...] No que respeita aos japonezes de há muito que começaram a se cruzar com os brasileiros e completados os primeiros 25 annos de emigração ante as moçoilas e moços brasileiros filhos de japonezes, agora com 20 annos, o cruzamento tende a se intensificar. A escola em commum e medidas outras completam a solução do problema. Aqui não é a América do Norte, com seus preconceitos e ódios raciaes... (pp. 25-26)

[...] Achamos que o único povo que pode collaborar com o brasileiro na colonização do immenso valle do Amazonas é o japonéz, graças à sua energia, resistência, organização, facilidade de adaptação, podendo viver naquelle encantador inferno verde, que constitue o nosso maior orgulho nortista, com a alimentação fácil que é o peixe abundante dos igarapés, rios e lagos, e o arroz facilmente cultivável, podendo ainda expandir o seu espírito contemplativo ante a belleza esmagadora da natureza amazônica. (p. 34)

Os casaes japonezes, uma vez installados no Brasil, após conveniente acclimação e adaptação, procriam com grande facilidade, tendo numerosos filhos. Conhecemos grande número de casaes residentes em São Paulo e em outras regiões do Brasil já com 8 e até 10 filhos. [...] É interessante verificar como os descendentes dos japonezes, mesmo na primeira geração, certamente devido ao choque determinado pela mudança de clima, hábitos, alimentação, enfim, regime de vida e condições mesológicas geraes, filhos de pae e mãe japonezes, nascidos no Brasil, se modificam sob o ponto de vista morpho-biológico. Apresentando mentalidade perfeitamente brasileira, são em geral bem constituídos, um pouco mais desenvolvidos que os seus ancestraes, menos pigmentados no Centro-Sul e mais pigmentados na Amazonia, com as características anthropologicas da raça amarella, em resumo, mais suavizadas. (pp. 145-146)

Há vinte e dois annos que acompanhamos o desenvolvimento dos mestiços de brasileiro-japonez, observados com todo o cuidado e technica, que a anthropologia nos ensina, e só temos observações favoráveis no que respeita aos productos obtidos. (p. 150)

[...] Meninas e meninos, bem equilibrados, sob o aspecto morphobiologico, contudo já deixam claro perceber a robustez que terão quando adultos, com elegância e agilidade accentuadas, a par da indiscutível belleza physica. [...] O sangue mongólico, que incontestavelmente existe no Brasil pelos seus índios e os descendentes destes por mestiçagem, não vexa os que o possuem por herança. (pp. 152-153)

Documento 14

Fragmentos selecionados da obra “A Ofensiva Japonesa no Brasil – Aspecto Social, Econômico e Político da Colonização Nipônica”, de autoria de Carlos de Souza Moraes, lançada pela primeira vez em 1937 e relançada, em edição ampliada, em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Quando o fragmento consistir em citação direta de terceiros, utilizada pelo autor do livro, a informação será indicada, ao final do trecho, juntamente com a página onde se encontra. Em casos de fala direta do autor, constará apenas a página.

Temos praticado uma política de imigração às avessas. Urge que instituíamos uma orientação mais racional, mais eficiente. Não basta que encaremos o alienígena pelo seu aspecto material, produtivo. Outros fatores há que devem ser considerados. Assim, a família, a posição dos cônjuges no lar, educação, religião, modos e costumes, e principalmente o sentido da atividade no novo *habitat* – são elementos que, de maneira alguma, podem ser relegados para um plano secundário. [...] Sacudamos nosso sentimentalismo piegas. Nada de simpatias pueris e muito menos de exibições humanitárias e internacionalistas. Acima de tudo o interesse nacional, a defesa da coletividade brasileira e das instituições. (pp. 15-16)

Satisfazendo-se com salários vis, verdadeiros salários de miséria, inferiores ao padrão de vida mínimo do branco, o japonês promove uma concorrência mortífera ao operário nacional dos países onde é admitido e lança os germes de gravíssimos problemas sociais, formadores de situações difíceis de desequilíbrio do trabalho. Sob esse ponto de vista, o japonês é um criador de pobreza nos países que o recebem. (p. 27)

Não somente nos faltam relações de consanguinidade e cultura, mas também afinidades psicológicas e sociais. [...] permanecendo em outro campo de gravidade moral, os colonos japoneses guardam as mesmas ideias e os mesmos hábitos com que vieram do Extremo Oriente. Laços exclusivistas de família conservam-lhes a prole na mesma atmosfera psicológica, impenetrável. E os grupos coloniais de raça amarela subsistem com suas escolas, os seus templos, a sua polícia, como se fossem aldeias nipônicas, transportadas magicamente para o domínio da nossa pátria. Ou seja: como se fossem postos avançados de uma invasão japonesa. (Celso Vieira, p. 47)

Nem se diga que negamos qualidade de inteligência e de trabalho, cultura e patriotismo ao povo japonês, como de outro lado não se pode negar o atraso das nações africanas, mesmo sob o domínio europeu e de outros povos como o indiano, sob o jugo inglês. Mas como elemento colonizador, o amarelo – o japonês e o chinês – de forma alguma nos convém. Formal é a nossa oposição a qualquer corrente imigratória de origem amarela. E isso do ponto de vista étnico, moral, social, estético e econômico. Raça de outra mentalidade, outra moralidade, outras crenças, falando idioma muito diferente, sem nenhum contato com a nossa, ainda que se adapte ao meio físico, não se afeiçoará ao nosso ambiente moral. Grave erro o insistirmos na sua integração com a nossa raça, no período ainda de formação desta e não homogeneização e suficientemente consolidada para isso. (Fidélis Reis [1931], p. 52)

A máquina amarela está bem montada. Seu funcionamento nunca foi desprezado pelos dirigentes dessas colmeias desnacionalizantes, que continuam a desenvolver-se, com o aumento da prole registrada no consulado japonês, com manifesto desprezo de nossas leis. E há brasileiros destituídos de patriotismo ou de razão que ignoram tal fato, quando pregam o amor do imigrante japonês pela *sua segunda terra*, o seu desejo de caldear-se, de assimilar a vida brasileira e de se constituírem bons brasileiros. Acreditaríamos na proclamação desses defensores, se não fosse fato verificado e comprovado esse desinteresse nipônico pelas nossas coisas. Daqui só querem explorar a terra em seu proveito e do Mikado (Imperador). [...] Faltam-lhe todos os fatores indispensáveis à nacionalização. São populações marginais, quistos nocivos e perigosos, a expandirem-se cada vez mais, com a ajuda material do próprio governo de Tóquio, que nunca os abandona. (pp. 100-101)

[...] não se pode duvidar da insinceridade do japonês, de sua insidiosa trama preparada e em execução. Ora, quem deseja amar a terra que o acolhe e concorrer para o seu engrandecimento não faz questão de manter escolas ocultas, para ensinar a seus filhos a língua de sua pátria distante, inculcar-lhes hábitos e costumes em manifesto desacordo com os interesses da nação que o recebe e ampara. [...] É impossível que estejam errados aqueles que denunciavam essas atividades nocivas e perigosas das colônias japonesas no país e que sejam considerados jacobinos os que querem sejam extirpados esses quistos dolorosos, que vêm enfermando gravemente o Brasil. (p. 142)

Nos Estados Unidos, Califórnia, a concorrência ao trabalhador nacional foi tão forte e grave, que foi necessário a instituição de leis proibindo o seu ingresso e, posteriormente, a aquisição de terras por japoneses, que se iam instalando em extensas colônias de sua propriedade, com manifestos perigos. Nem o protesto longo e formal do governo de Tóquio contra a atitude da grande nação do norte demoveu os instituidores das leis proibitivas, que visavam amparar o trabalhador indígena e a sua própria economia interna, em razão dos processos de comércio nipônicos. O México, Chile e Argentina, para só falar em países da América, também repudiaram o colono amarelo. Não que faltassem a este qualidades de agricultor excelente. É que a sua colonização é prejudicial e obedece a planos previamente estabelecidos pelas companhias subvencionadas oficialmente pelo Japão. O seu instintivo enquistamento; a sua comprovada manifestação de superioridade e de domínio; a sua orientação seguramente diferente de quem tem propósitos de viver em comunhão com os outros elementos operantes no ambiente em que se fixa; a sua organização escolar e econômica, através de verdadeira diretoria de educação e das já célebres cooperativas – são fatores suficientes para aconselharem a máxima reserva. (p. 163)

Os preparativos para uma ação contra o Brasil se fazem evidenciar nos menores detalhes, nas palavras e nos próprios nomes que dão à região. Assim é que São Paulo é chamado pelos japoneses o “Sol Nascente do Sul” (Nan-ô) e, segundo os velhos nipônicos, ali florescerá um grande braço da grande árvore que é o Império distante, dando sombra aos milhões de filhos que para aqui se transladarão. [...] A minha impressão pessoal é a seguinte: o perigo japonês existe em São Paulo... Faça uma ideia, multiplique-a por cem, e ainda não alcançará bem a tremenda ameaça que paira sobre o Brasil, vinda desses péssimos anões que ali alimentamos com o nosso arroz... (Francisco de Campos Moraes [delegado do município de Pereira Barreto, SP], pp. 215-216)

Documento 15

Fragmentos selecionados da obra “O Perigo Japonês”, de autoria de Vivaldo Coaracy, publicada em 1942.

No seu sentido imediato (a missão dos japoneses no Brasil), constituir os núcleos de que há de germinar, daqui a um século, ou a dois, ou a três, porque o Oriental sabe esperar, o Grande Nipon, desdobrando sobre o mundo, completando com o Império do Sol Poente o Império do Sol Nascente, para que os descendentes da Deusa do Sol possam um dia repetir a frase soberba de Carlos V. [...] a missão consiste em enraizamento, na submissão cordata e aparente às leis do país, no exemplo de ordem e morigeração que conquistem a boa vontade das autoridades locais e afastem as suspeitas dos nativos; na localização em pontos adrede preparados e escolhidos pelo valor estratégico e outras vantagens [...] em preparar o ambiente para o advento de ondas sobre ondas sucessivas de homenzinhos pequeninos e amarelos que se insinuem, sorridentes e humildes, numa penetração insidiosa, até o momento em que possam dominar.

(p. 120)

[...] as raças orientais são inassimiláveis pelas ocidentais e os imigrantes hindus e japoneses fatalmente se enquistarão entre nós, ou, usando de uma imagem mais expressiva, a nação terá ingerido um alimento o qual uma vez tragado, não poderá ser digerido ou regurgitado.

(Pronunciamento feito por Arthur Neiva, em 1918, no Serviço Sanitário de São Paulo. Citado por Vivaldo Coaracy, p. 140)

Os quistos são formados por corpos estranhos que se encapsulam, segregados dos tecidos do organismo a que não pertencem. A infiltração japonesa há de ser comparada a um câncer prolífero, que se desdobra e se desenvolve, estendendo raízes, transformando a natureza dos tecidos através dos quais progride, fatal para o organismo em que se implanta. (p. 156)

Para esses, a solução é intuitiva: destruir-lhes os núcleos de segregação, como quem na sua horta destrói uma casa de marimbondos; disseminá-los, espargidos, pela vastidão do território, dando-lhes terras na compensação das que hajam adquirido, em meio à população nacional, para que nesta se diluam. (p. 158)

COARACY, Vivaldo. O Perigo Japonês. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942.

Atente sempre para a datação das fontes e sua autoria – quando disponível – a fim de relacioná-las de forma contextualizada, pensando a conjuntura histórica do período. Dois pontos de referência a serem considerados para orientação no tempo em relação às fontes são a aprovação da Constituição de 1934 (julho de 1934) e o início da Segunda Guerra Mundial (setembro de 1939). Observe como os interesses em relação à imigração japonesa, explicitados nas fontes, ganham tons específicos de acordo com a conjuntura, numa relação direta com esses marcos temporais. Analise os documentos buscando avaliar sua

intencionalidade, levando em consideração que inexistem imparcialidade nas produções humanas. Lembrando que todo texto é um discurso, avalie em que sentido os documentos apresentam uma perspectiva de defesa ou de ataque à imigração japonesa. Destaque os aspectos raciais – se estiverem presentes – do teor das fontes apresentadas, os estereótipos nestas construídos/reforçados, assim como de que forma um vocabulário baseado em conceitos científicos (linguagem adaptada da Biologia, da Medicina, etc.) aparece nesses discursos com a finalidade de tentar legitimar preconceitos. Além disso, procure observar questões de diversidade étnica e cultural, destacando elementos que indiquem, no contexto das fontes, dificuldades de compreensão de outros modos de ser e viver, exprimindo potencial para discriminação e preconceito. Reflita, também, sobre a possibilidade de traçar um paralelo entre as questões levantadas em sua pesquisa com acontecimentos do mundo atual referentes a processos de migrações e manifestações de xenofobia. Note que, em geral, as mesmas questões se mostrarão recorrentes nas fontes, cabendo à sua análise ressaltar a perspectiva pela qual cada fonte as trata.

As fontes são testemunhas de seu tempo, todavia elas só falam quando devidamente questionadas. Após leitura atenta dos documentos disponibilizados, siga as orientações abaixo para analisar o material de imprensa apresentado. Lembre-se de que essas orientações dão o norte para sua pesquisa, mas qualquer outro dado obtido pelo seu olhar de historiador pode e deve ser considerado e apresentado em suas ponderações.

- **Documentos 4 a 15:** classificar os documentos segundo seu discurso (imagem positiva ou negativa sobre o japonês imigrante).
- **Documento 4:** expectativas em relação ao braço japonês no Pará; características atribuídas aos imigrantes, incluindo a questão de sua assimilação.
- **Documento 5:** origem do termo “perigo amarelo” (pesquisar em outras fontes a referência feita no documento); perspectiva do texto sobre o japonês como “perigo amarelo”; destacar trecho que demonstra o uso de ironia como figura de linguagem para defender o ponto de vista do texto.
- **Documento 6:** posição do jornal sobre o tema (toma posição?); questão principal debatida e contexto do debate; imigrante assimilável ou não, segundo o texto (destaque trecho que corrobore sua análise); confiança ou não na imigração nipônica; características dos núcleos coloniais; compare este com o documento 4 quanto à expectativa da atuação de imigrantes japoneses na Amazônia.

- **Documento 7:** definir o contexto das falas apresentadas no documento; dividir a análise por cada orador/deputado; pesquisar sobre os princípios básicos da eugenia e relacioná-los com as ideias básicas defendidas pelos deputados em relação à imigração japonesa; destacar visões sobre raça, imigração ideal, negros e orientais, concepções diante da diversidade étnica, cultural, etc.; destacar termos e expressões que considere mais representativos de manifestações de preconceito/xenofobia/racismo (aspectos atribuídos ao japonês nos discursos); realizar uma pesquisa básica sobre a Manchúria naquele contexto dos anos 1930 para explicar a referência feita por Xavier de Oliveira no discurso de 22/12/1933; explicitar o que considerar mais destacável do teor analisado.
- **Documento 8:** ler atentamente o enunciado e os parágrafos 6º e 7º do artigo 121 da Constituição de 1934; pesquisar sobre as razões de se ter estabelecido uma cota e não a proibição total da imigração japonesa naquele momento; explicar qual dispositivo do artigo tornava a cota mais restritiva da imigração japonesa do que, por exemplo, a italiana e a alemã; efetuar uma breve pesquisa sobre a campanha de nacionalização de Vargas e relacionar com o decreto-lei 406, de 1938, e o decreto-lei 1545, de 1939 → refletir sobre o significado dessa legislação para a manutenção de manifestações étnico-culturais da comunidade nipo-brasileira da época.
- **Documento 9:** perspectiva do autor em relação à cota do artigo 121; opinião do autor a respeito do argumento sobre a Manchúria e a China; perfil do imigrante nipônico.
- **Documento 10:** ideias básicas defendidas pelo entrevistado; principais argumentos; perfil do imigrante japonês; destacar palavras e expressões de impacto utilizadas pelo entrevistado para reforçar seus argumentos.
- **Documento 11:** analisar e comparar os argumentos com os do documento 9, do mesmo autor; perfil da colonização japonesa; razões para a defesa da imigração nipônica.
- **Documento 12:** comparar o perfil dos imigrantes japoneses traçado pelo entrevistado (Rothier Duarte) com aquele traçado pelos deputados no documento 7 (tomar por base pelo menos três fatores: assimilação, trabalho, conduta, estética, miscigenação, etc.); opinião sobre o artigo 121.
- **Documento 13:** perfil do imigrante; opinião sobre assimilação e miscigenação; perspectiva sobre preconceito racial.
- **Documento 14:** perfil do imigrante; fatores a serem considerados na seleção de imigrantes; contradições das críticas feitas aos japoneses; destacar visões sobre raça, imigração ideal, povos asiáticos, concepções diante da diversidade étnica, cultural, etc.;

destacar termos e expressões que considere mais representativos de manifestações de preconceito/xenofobia/racismo (aspectos atribuídos ao japonês nos discursos); trocar informações com os colegas do grupo responsável pela atividade 2 e apresentar os fragmentos das páginas 27 e 163 para compará-los com as fontes de jornais estadunidenses examinados por eles.

- **Documento 15:** atentar para o contexto da fonte; perfil do imigrante; objetivos e características dos núcleos coloniais; destacar termos e expressões que considere mais representativos de manifestações de preconceito/xenofobia/racismo (aspectos atribuídos ao japonês nos discursos); críticas mais ou menos acentuadas na conjuntura em questão → analisar se o contexto da Segunda Guerra Mundial influencia de alguma forma o tom dos discursos representando o japonês como imigrante indesejável, segundo a fonte.
- **Conclusões:** apresentar uma reflexão sobre as expressões de racismo identificadas nas fontes em seu conjunto, pensando como esse tipo de construção de estereótipos sobre povos étnica e culturalmente diferentes se manifesta nos dias atuais (apresentar pelo menos dois relatos ou fontes que ilustrem casos desse tipo); o grupo deve elaborar também um texto em que exponha sua opinião sobre os tipos de documento que analisaram ao longo de toda a atividade, indicando se os mesmos lhe pareceram ricos como fontes históricas, ou seja, como fontes para se extrair informações relevantes sobre seu contexto de produção e as questões nele envolvidas; buscar dados sobre o papel da população nipo-brasileira atualmente na nossa sociedade e refletir criticamente sobre preconceito e discriminação à luz do que foi apreendido das fontes pesquisadas ao longo da atividade.

4.2.4. Proposta 4

A atividade 4 foca a conjuntura da Segunda Guerra Mundial e visa a contemplar a consolidação da construção da imagem do “perigo amarelo”, consubstanciada em medidas estatais restritivas dos direitos civis de japoneses e nipo-brasileiros (*nikkei*), suspeições insufladas e/ou reforçadas por parte da imprensa e das autoridades policiais, manifestações populares de intolerância, ordens de evacuação, etc., num contexto em que – mais do que em qualquer período anterior – sua presença em território brasileiro foi considerada uma verdadeira ameaça à segurança nacional. Tendo em vista um cenário semelhante desenhado em países como EUA e Canadá, por exemplo, as fontes disponibilizadas nessa atividade permitirão um olhar espacialmente abrangente sobre o tema, ainda que o foco principal esteja sobre a realidade brasileira. Espera-se que, entre outros objetivos, a atividade promova o manuseio e a articulação de fontes de diferentes naturezas e origens; uma visão histórica que considere a rede de relações processuais inerentes à conjuntura em questão; a identificação de fortes discursos discriminatórios em diferentes formas de linguagem.

ATIVIDADE 4

O japonês como “perigo amarelo” no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

A guerra que deixou o maior saldo de perdas humanas em toda a história também registrou, como algumas de suas marcas, o horror dos campos de extermínio montados pelos nazistas na Europa, a devastação promovida pelas bombas atômicas lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, a desestruturação da vida cotidiana de homens, mulheres e crianças de sociedades inteiras mergulhadas na pesada atmosfera da guerra total, entre outras tribulações que acometeram não somente àqueles engajados na frente de batalha, mas também à população civil de vários dos países envolvidos naquele sangrento e sombrio divisor de águas do século XX: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A guerra teve seu início com a invasão da Polônia por forças alemãs, em 1º de setembro de 1939. Entretanto, foi a entrada dos EUA no conflito, como resposta ao ataque japonês à base naval de Pearl Harbor (Havaí), ocorrido em 7 de dezembro de 1941, o evento cujos desdobramentos tornariam o Brasil uma nova peça do jogo de xadrez beligerante então em andamento.

Os ventos da nacionalização empreendida pelo governo do Estado-Novo (1937-1945) já sopravam desde antes do início da tempestade avassaladora do conflito mundial,

influenciando diretamente nas manifestações de identidade étnica nipônicas. Imposição do uso da língua portuguesa, fechamento de escolas étnicas e aculturação dos chamados alienígenas estabelecidos no país, por exemplo, foram importantes fatores dessa política de nacionalização varguista.

À entrada dos EUA na guerra seguiu-se o alinhamento com o Brasil, país que, já em janeiro de 1942, declarou a ruptura de relações com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Em agosto do mesmo ano, o Brasil declarou estado de guerra em relação à Alemanha e à Itália, mas não ao Japão. A declaração de guerra oficial ao Império do Sol Nascente ocorreu somente em junho de 1945, na fase final do conflito, já com os outros dois países do Eixo derrotados. Entretanto, mesmo antes de todos esses eventos que colocaram o Brasil oficialmente como participante da guerra, uma atmosfera de hostilidade a núcleos coloniais considerados “eixistas” já se fazia sentir no país. No caso dos japoneses, um discurso antinipônico exaltado e racista já se fazia presente no Brasil há décadas, o que só ganhou mais força e tons ainda mais sombrios com o advento da guerra. Com o seu desenrolar, acentuaram-se a vigilância e a desconfiança sobre uma população que se distinguia pelos seus traços fenotípicos e pelos costumes. Nesse sentido, passavam os japoneses e seus descendentes brasileiros a serem tomados como uma “quinta-coluna” infiltrada no país, o que também se manifestou em relação às comunidades de imigrantes alemães e italianos. Contudo, sobre estes últimos – ainda que igualmente qualificados como “súditos do Eixo” – não pesariam os estigmas raciais conferidos àqueles tachados como o “perigo amarelo”, estigmas estes baseados em preconceitos construídos ao longo de décadas de configuração de uma imagem negativa dos nipônicos a partir de várias frentes – esforços de políticos, intelectuais, médicos, entre outros. Cabe salientar que, no que tange aos japoneses e descendentes, uma realidade muito semelhante se dava em países como EUA e Canadá, havendo um forte movimento antinipônico visando a essa população civil, mesmo quando seus membros eram detentores de cidadania nos países em que se estabeleceram ou, no caso dos descendentes, em que nasceram.

As tarefas que compõem essa atividade consistem em uma série de análises de fontes e tratarão da situação das colônias japonesas no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, pontuando, entre vários aspectos, acusações e suspeitas a elas dirigidas pela imprensa e por autoridades do Estado, medidas de restrição a direitos e liberdades civis, discursos racistas e fortemente preconceituosos em formas diversas. Para efeito de uma compreensão histórica abrangente e pensando a complexidade das relações que denotam a história como processo, as fontes farão alusão a situações referentes a nipônicos e *nikkeis* (descendentes) durante o

mesmo período nos EUA e no Canadá. Mostra-se algo fundamental para a história desse período e para refletir sobre o combate a todo tipo de discriminação a consideração de temas sensíveis como a expulsão de numerosas famílias de áreas consideradas estratégicas; o confinamento de milhares de famílias em campos de internamento nos EUA e, em escala bem menor, no Brasil; prisões por se expressarem no idioma de seu país de origem ou de seus antepassados, entre outros.

Vamos à leitura e à análise das fontes para conhecer mais sobre esse capítulo de nossa história e da Segunda Guerra Mundial. Lembre-se de ler atentamente as fontes, destacando o peso das adjetivações e caracterizações utilizadas em seus discursos. É fundamental buscar apreender que tipo de objetivo um determinado texto pretende alcançar, tendo em consideração o tom nele adotado. Atente para as datas das fontes a fim de contextualizá-las devidamente entre si. Lembre-se, também, de que as fontes são fruto de sua própria época e que, neste caso, tratamos da Segunda Guerra Mundial e de todas as suas implicações na realidade vivida pelos homens e pelas mulheres de então. Apesar da participação do Brasil ter como destaque a atuação de cerca de 25 mil soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no front italiano, a guerra não deixou de afetar o cotidiano da população civil dentro de nossas fronteiras, acirrando animosidades e inspirando práticas discriminatórias que refletiam ideias que vinham sendo amadurecidas ao longo dos anos anteriores. Vamos, então, entender um pouco mais sobre as condições dos imigrantes japoneses e de seus descendentes naquele contexto de tensão, desconfianças e incertezas.

- 1- O conjunto de documentos abaixo é composto de textos de jornais e revistas de época, trechos da legislação sobre estrangeiros, trechos de obras literárias com teor antinipônico, documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) do Estado Novo, charges e fotografias. Faça a leitura e a análise interpretativa das fontes buscando cruzar seus dados e coletar informações sobre o tratamento reservado aos japoneses e aos nipo-brasileiros ao longo dos anos da Segunda Guerra Mundial, assim como identificar, a partir desse levantamento, expressões de preconceito contidas em seu conteúdo. Algumas fontes lançarão luz sobre o processo semelhante ocorrido nos EUA. Atente sempre para o uso de adjetivos com potencial de acentuar a intensidade dos discursos, inclusive o uso de analogias. Alguns estereótipos são recorrentes nos discursos constantes das fontes a serem analisadas.

Documento 1

Alguns artigos e parágrafos de dois decretos-leis aprovados pelo presidente Getúlio Vargas, durante o regime do Estado Novo (1937-1945), relacionados à política de nacionalização empreendida no período.

DECRETO-LEI Nº 406 (04/05/1938)

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º - As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º - Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º - Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º - Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º - Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em língua estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- d) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- e) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- f) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
- f) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>

Documento 2

— O problema da nacionalização do ensino continua a merecer a atenção das autoridades do Ensino. Já algumas dezenas de escolas estrangeiras, de atividades condenáveis pelas nossas leis, tiveram o seu funcionamento impedido pelas autoridades escolares, sempre vigilantes na defesa da causa nacionalizante. Ainda agora, o diretor geral do Departamento de Educação, recebeu comunicação telegráfica do Delegado Regional do Ensino de Presidente Prudente dando conta do fechamento de uma escola nipônica que funcionava, clandestinamente, no município sede daquela Delegacia. Era uma escola, que pelo seu aspecto e pelo material genuinamente japonês, dava idéia de que tinha por sede não o Brasil e sim a pátria de origem dos seus diretores e alunos.

Telegramas do Interior (São Paulo). Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 abr. 1940, n. 78, p. 13.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/1893)

Documento 3

Fragmentos selecionados da obra “A Ofensiva Japonesa no Brasil – Aspecto Social, Econômico e Político da Colonização Nipônica”, de autoria de Carlos de Souza Moraes, lançada pela primeira vez em 1937 e relançada, em edição ampliada, em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Quando o fragmento consistir em citação direta de terceiros, utilizada pelo autor do livro, a informação será indicada, ao final do trecho, juntamente com a página onde se encontra. Em casos de fala direta do autor, constará apenas a página.

Não somente nos faltam relações de consanguinidade e cultura, mas também afinidades psicológicas e sociais. [...] permanecendo em outro campo de gravidade moral, os colonos japoneses guardam as mesmas ideias e os mesmos hábitos com que vieram do Extremo Oriente. Laços exclusivistas de família conservam-lhes a prole na mesma atmosfera psicológica, impenetrável. E os grupos coloniais de raça amarela subsistem com suas escolas, os seus templos, a sua polícia, como se fossem aldeias nipônicas, transportadas magicamente para o domínio da nossa pátria. Ou seja: como se fossem postos avançados de uma invasão japonesa.
(Celso Vieira, p. 47)

A máquina amarela está bem montada. Seu funcionamento nunca foi desprezado pelos dirigentes dessas colmeias desnacionalizantes, que continuam a desenvolver-se, com o aumento da prole registrada no consulado japonês, com manifesto desprezo de nossas leis. E há brasileiros destituídos de patriotismo ou de razão que

ignoram tal fato, quando pregam o amor do imigrante japonês pela *sua segunda terra*, o seu desejo de caldear-se, de assimilar a vida brasileira e de se constituírem bons brasileiros. Acreditaríamos na proclamação desses defensores, se não fosse fato verificado e comprovado esse desinteresse nipônico pelas nossas coisas. Daqui só querem explorar a terra em seu proveito e do Mikado (Imperador). [...] Faltam-lhe todos os fatores indispensáveis à nacionalização. São populações marginais, quistos nocivos e perigosos, a expandirem-se cada vez mais, com a ajuda material do próprio governo de Tóquio, que nunca os abandona. (pp. 100-101)

[...] não se pode duvidar da insinceridade do japonês, de sua insidiosa trama preparada e em execução. Ora, quem deseja amar a terra que o acolhe e concorrer para o seu engrandecimento não faz questão de manter escolas ocultas, para ensinar a seus filhos a língua de sua pátria distante, inculcar-lhes hábitos e costumes em manifesto desacordo com os interesses da nação que o recebe e ampara. [...] É impossível que estejam errados aqueles que denunciam essas atividades nocivas e perigosas das colônias japonesas no país e que sejam considerados jacobinos os que querem sejam extirpados esses quistos dolorosos, que vêm enfermado gravemente o Brasil. (p. 142)

Os preparativos para uma ação contra o Brasil se fazem evidenciar nos menores detalhes, nas palavras e nos próprios nomes que dão à região. Assim é que São Paulo é chamado pelos japoneses o “Sol Nascente do Sul” (Nan-ô) e, segundo os velhos nipônicos, ali florescerá um grande braço da grande árvore que é o Império distante, dando sombra aos milhões de filhos que para aqui se transladarão. [...] A minha impressão pessoal é a seguinte: o perigo japonês existe em São Paulo... Faça uma ideia, multiplique-a por cem, e ainda não alcançará bem a tremenda ameaça que paira sobre o Brasil, vinda desses péssimos anões que ali alimentamos com o nosso arroz... (Francisco de Campos Morais [delegado do município de Pereira Barreto, SP], pp. 215-216)

Fonte: MORAES, Carlos de Souza. A Ofensiva Japonesa no Brasil: Aspecto Social, Econômico e Político da Colonização Nipônica. Porto Alegre: Ed. da Livraria do Globo, 1942.

Documento 4

Fragmentos selecionados da obra “O Perigo Japonês”, de autoria de Vivaldo Coaracy, publicada em 1942.

No seu sentido imediato (a missão dos japoneses no Brasil), constituir os núcleos de que há de germinar, daqui a um século, ou a dois, ou a três, porque o Oriental sabe esperar, o Grande Nipon, desdobrando sobre o mundo, completando com o Império do Sol Poente o Império do Sol Nascente, para que os descendentes da Deusa do Sol possam um dia repetir a frase soberba de Carlos V. [...] a missão consiste em enraizamento, na submissão cordata e aparente às leis do país, no exemplo de ordem e morigeração que conquistem a boa vontade das autoridades locais e afastem as suspeitas dos nativos; na localização em pontos adrede preparados e escolhidos pelo valor estratégico e outras vantagens [...] em preparar o ambiente para o advento de ondas sobre ondas sucessivas de homenzinhos pequeninos e amarelos que se insinuem, sorridentes e humildes, numa penetração insidiosa, até o momento em que possam dominar. (p. 120)

Os quistos são formados por corpos estranhos que se encapsulam, segregados dos tecidos do organismo a que não pertencem. A infiltração japonesa há de ser comparada a um câncer prolífero, que se desdobra e se desenvolve, estendendo raízes, transformando a natureza dos tecidos através dos quais progride, fatal para o organismo em que se implanta. (p. 156)

Para esses, a solução é intuitiva: destruir-lhes os núcleos de segregação, como quem na sua horta destrói uma casa de marimbondos; disseminá-los, espargidos, pela vastidão do território, dando-lhes terras na compensação das que hajam adquirido, em meio à população nacional, para que nesta se diluam. (p. 158)

Fonte: COARACY, Vivaldo. O Perigo Japonês. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942.

Documento 5

Documento do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/RJ), disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

INVENTÁRIO 549 (2ª R. M.)

(POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL)

18/07/1939

COLÔNIAS JAPONEZAS

A locação das colônias japonezas no Estado de São Paulo: são orientadas nos pontos vitais de comunicações do centro do Estado com as fronteiras.

1º Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, podendo impedir por vias de sabotagem as ligações com as fronteiras do oeste do Estado e fiscalizando o rio Paraná.

[...]

5º Zona do litoral: Iguape, Registro e etc, fiscalizando as únicas vias de comunicação com o centro do Estado. Esta zona está completamente abandonada, ponto importante sem nenhuma fiscalização, com fácil transporte de contrabando e entrada de clandestinos pelo rio Guarapiranga. Consta que, há tempo, desembarcaram clandestinamente em Iguape, muito armamento e munição, que veio pela Estrada de Registro até Santo Amaro e daí para a Capital. Segundo informação de uma professora recém chegada de Iguape, nessa cidade, constantemente, são vistos japonezes filmando e fotografando os pontos principais.

O JAPONEZ NATURALISADO É SEMPRE JAPONEZ

Todo japonês que compra propriedade no Brasil, é obrigado a entregar ao seu chefe de zona uma planta com informações, que por vias indiretas vai as mãos do governo japonês. Não

devemos esquecer os exemplos do perigo verificado em outros países. Em Manchuko os japonezes se infiltraram, maneiramente, na zona da estrada de ferro que liga com a China, “ocupação dita comercial”, mas que posteriormente ficou provado ser para fins militares, tendo as forças nipônicas encontrado um avanço, reservas perfeitamente conhecedoras das regiões e que facilitavam o avanço por meio de sabotage na retaguarda do “front” dos adversários.

Fonte: Colônias Japonezas. 18 jul. 1939, fls. 20-21, pasta n. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DESPS/RJ, DEOPS/RJ, APERJ.

Documento 6

Documento do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/RJ), disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

NIPONISMO – Zona de Iguape (Registro, Sete Barras e Xiririca)

(Copiado em 1 de setembro de 1941)

FOLHAS: 29-30

“Desde a independência do Brasil temos recebido de braços abertos os imigrantes de todas as procedências, sem restrições. Hoje, sem exageros xenófobos, precisamos ser mais cautelosos, procurando conhecer não só os que vamos acolhendo, como os que já temos acolhidos, para não guardarmos os 40 odres [...] Assim, com a mesma inadvertência com que os guardou Ali Babá”

Até então, ninguém havia denunciado especificamente esse perigo, de cuja existência ninguém suspeitava. Fui considerado maluco por muitos, mas os fatos depois se encarregaram de mostrar a razão.

[...]

Os elementos que por cá ficaram, que aliás constituem parcela não desprezível, continuam seus hábitos e costumes, procurando segregar os seus filhos da comunhão nacional, no que, ultimamente têm encontrado algumas dificuldades, pois a eliminação de escolas primárias estrangeiras e a proibição de associações, muito contribuem para que os seus planos, nesse setor, fossem cortados. Todavia, a questão de “associações”, ainda não considero matéria liquidada, pois o direito de associações esportivas, beneficentes e culturais e econômicas (cooperativas), oferecem-lhes ensejo para manterem disfarçadas as suas reuniões de ação contrárias aos interesses da comunhão nacional. Este caso focaliso não como um fenômeno local, pois ele é de ordem geral onde quer que se encontrem conglomerados japoneses [...].

A obrigação de diretorias compostas por brasileiros natos, em parte tem sido inoperante, pois em geral são brasileiros filhos em primeira geração de pais japonezes, que se prevalecem do “jus solis”. Mesmo no caso em que são brasileiros de solo e de sangue, (se me permite a expressão)... vide o caso da Cooperativa daqui, como tema inoperante a Lei. Sobre este caso, o qual implica na responsabilidade moral de pessoas daqui com as quais não me interessa inimizades, peço reservas quanto à procedência da informação, muito embora, fosse de grande conveniência para o interesse nacional, ser ventilado e eliminado esse vício de organização, para que tal mau e desmoralizador exemplo não prevaleça, o estrangeiro não ria da “tapeação” à autoridade brasileira e tenha uma noção mais exata da vigilância e argúcia dessas autoridades.

[...]

Com relação ao mais que possa interessar, quanto à vida, costumes, tendências, etc, etc. não há mais novidades a revelar, pois tudo quanto há foi no devido tempo ventilado quando da campanha pela proibição a entrada deles no País, o que consta dos anais da Assembléia Nacional Constituinte e da imprensa da época.

[...]

Concluindo, devo registrar que observo e percebe-se que os japonezes se mostram conformados com a legislação nacional que lhes tolheu muito as atividades, mas que essa atitude é obra de puro recalque e conveniências. O japonês é por demais altivo e orgulhoso, para se conformar com medidas que lhes impeçam de ter também o seu governo próprio à margem e ao par das autoridades nacionais, como tinham antigamente.

E eu estou convencido de que tudo isso, todas as atividades, todas as organizações ainda existem, em estado de inatividade aparente, mas vivas e alertas.

Observa-se ultimamente um interesse muito pronunciado em colherem nossa opinião sobre a situação em que ficariam colocados aqui no País, no caso dos E.E. U.U. entrarem na guerra.

Nota-se ainda a apaixonada esperança que depositam na vitória do “eixo”, e também a esperança muito pronunciada de que com isso, a sua situação política no País melhore muito.

São cousas que se percebem no convívio quotidiano, por frases soltas, idéias parecem que vagas, atitudes, etc, etc., mas que não escapam a qualquer espírito atilado e observador.

Em suma: o japonês ainda é um elemento a vigiar. Oxalá não venham, no futuro, na hipótese de uma vitória que lhes seja favorável no cenário internacional, causarem o mal estar que vinham causando no organismo nacional, então, com muito mais violência e virulência.

Documento 7

Documento supostamente escrito por um filho de japoneses não identificado, mantido pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/RJ), disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

OS JAPONESES NO BRASIL

1º Os japoneses de São Paulo e de todo o Brasil estão perfeitamente, organizados militarmente, com divisões, brigadas, regimentos e batalhões, com comandantes capazes e na sua maioria oficiais do exército japonês, alguns deles generais com curso de comando e de estado-maior, para cá despachados com a missão especial de chefes do exército nipônico no Brasil, e assim são cegamente respeitados e obedecidos;

[...]

7º ainda, estrategicamente, está ocupado pelos japonezes todo o litoral, sendo que eles dominaram e enguliram todas as colônias de pesca, dado que prontamente se naturalizaram brasileiros, por exigência da lei, embora não falem, no geral, meia dúzia de palavras de nossa língua; dominando o litoral, como dominaram, formaram grandes núcleos para-militares em Cananéia e Iguape, para o estabelecimento de bases de submarinos e aviões, sendo que, ao que sei, tudo já existe perfeitamente organizado para estabelecimento de outras em Itanhaém, Bertioga, Ubatuba e na embocadura do Rio Ribeira;

8º com o estabelecimento estratégico no litoral, estão praticamente cercadas e asfixiadas as fortalezas de Itaipu, em São Vicente, e de Monduba, no Guarujá, ambas destinadas à defesa do Porto de Santos, mas agora com a missão de defenderem interesses japonezes, e, se pela frente e lados têm esses falsos pescadores, pela retaguarda estão, ambas, cercadas por fazendas de bananas pertencentes a súditos nipônicos, com a agravante de passarem pelas terras destes as canalizações de água potável as quais dessarte, serão irremediavelmente dominadas por cálculos prévios e tomadas facilmente;

[...]

13º todas as fábricas, depósitos, armazém de algodão, de linteria, refinarias de óleo – na Capital e no interior – irão prontamente pelos ares à primeira ordem, para que o Brasil tenha os braços decepados na sua possível ajuda aos Estados Unidos;

[...]

A ordem, para despistar, é sorrir, sorrir sempre e nada dizer; o silêncio constitui a grande arma nipônica, misteriosa sob todos os pontos de vista, além disso, agüentar tudo, todas as provocações, desaforos e ápodos e até xingamentos os mais duros e pesados, mesmo os que afetem diretamente à honra individual, como si os não entendessem, sem a mínima reação ou revide. [...] Encerrando por hoje esse relato que repete colaboração de amor leal ao Brasil, repito que não posso revelar minha personalidade para não morrer ingloriamente, o que fatalmente sucederá, pois serei assassinado de forma misteriosa, niponicamente. Pelo Brasil, minha verdadeira pátria, isso sim, morrerei a qualquer momento e morrerei com o mesmo entusiasmo que terá o meu pai morrendo pelo Japão. Com uma diferença: morrerei conscientemente.

E para concluir: não acreditem os brasileiros em todos os filhos de japonezes; a maioria sorrindo sempre, no fundo é pelo Japão, porque, por isso, sem rebeldia foram educados e assim disciplinados. “TOGO”...

São Paulo, Dezembro de 1941.

Fonte: Os Japonezes no Brasil. set. 1941, fl. 45, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

Documento 8

ESTADO DO PARANÁ
DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
CURITIBA

Delegacia de Ordem Política e Social

SALVO-CONDUTO

N.º 406

A todas as autoridades a quem fôr o presente salvo-conduto exibido, solicita-se seja dado livre trânsito ao Sr. *Kiniti Kaku*

Idade 43 anos, profissão: *Estudante*

nacionalidade: *Japonesa* côm: *Guarda* residente em *Jacarecanga* que se destina a *São Paulo*

e cuja firma vai abaixo, escrita à minha vista.

OBSERVAÇÕES: *Apresentou carteira de identidade para estrangeiro nº 455235*

Jacarecanga 19 de dezembro de 1941
CURITIBA

[Assinatura]
Delegado de Ordem Política e Social

[Assinatura]
Assinatura do portador

Imagem 6: Documento de salvo-conduto de Kiniti Kaku.
(Fonte: <https://historiaial.wordpress.com/3-processo/pista-6/>)

Documento 9

Documento do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/RJ), disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

O documento trata da Cooperativa Agrícola de SP (Cooperativa Agrícola de Cotia) e, segundo seu autor, tem a pretensão de “desvendar [...] a sua história e também a história de qualquer uma das vinte e oito associações que constituem a Cooperativa Central Nipo-Brasileira”.

As Cooperativas Japonesas: Centros de Sabotagens Econômicas

Os controladores da Cooperativa e seus agentes nacionais não pouparam nenhum esforço para conservar a máscara de brasileiros, atarrachada na fachada daquela associação, que é tão brasileira quanto o palácio de Hiroito. (p. 2)

Há séculos que a batata vinha sendo cultivada pelos plantadores nacionais. Mas, hoje, quase toda a produção desse tubérculo acha-se nas mãos dos japoneses.

[...] eles passaram a controlar o mercado, impondo preços a sua vontade, conseguindo elevar esse gênero de primeira necessidade a preços verdadeiramente exorbitantes, em certas épocas do ano, numa manobra quinta colunista e que obteve pleno êxito. (p. 5)

Os amarelos auxiliados pelos seus conselheiros brasileiros sabem burlar a nossa lei. Qual o agricultor brasileiro que tem interesse em comparecer a uma Assembléia composta quasi que totalmente de japoneses e onde, ainda há pouco tempo atrás, apesar da fiscalização policial, só se falava japonês? (p. 6)

A QUINTA COLUNA DOS ALIMENTOS

Dizem que a Mobilização Econômica está sendo combatida em São Paulo. Logicamente, pois a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo mais parece o chamado “Espaço Vital” do Império Japonês do que uma instituição de assistência aos colonos. (p. 8)

Rio, 13 de Abril de 1943.

Amilcar Alencastre

Chefe de Secção

Fonte: As Cooperativas Japonesas: Centros de Sabotagens Econômicas. 13 abr. 1943, pp. 1-8, v. 2, setor: Japonês, dossiê: Cooperativas Japonesas, DESPS - Info N° 326, DEOPS/RJ, APERJ.

Documento 10

Controlando as Atividades dos Alemães, Japoneses e Italianos Residentes no Brasil

Energicas Medidas das Policias Fluminense e Gaucha — Ordenado o Fechamento de Um Pensionato Nazista Em Blumenau — Todos os Estrangeiros Devem Entregar as Suas Armas — Os Salvo-Conduitos — O Numero de Suditos do Eixo Existente no Estado do Rio

DEVEM ENTREGAR AS SUAS ARMAS

O delegado de Ordem Política e Social do Estado do Rio, intimou os nacionais da Alemanha, Italia e Japão residentes no território fluminense, a entregarem imediatamente às autoridades de seus respectivos domicílios, armas de qualquer natureza, que porventura tenham em seu poder, ainda que licenciadas, sob pena de incorrerem nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional.

O prazo para cumprimento desta determinação termina no dia 10 de fevereiro corrente, às 24 horas.

Controlando as Atividades dos Alemães, Japoneses e Italianos Residentes no Brasil. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 04 fev. 1942, n. 4.183, p. 5.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/8986)

OS SALVO-CONDUTOS NO ESTADO DO RIO

O delegado de Ordem Política e Social do Estado do Rio baixou as seguintes instruções, referentes à concessão de salvo condutos a estrangeiros:

- a) — o estrangeiro (alemão, italiano e japonês), deve apresentar a carteira modelo 19, para obter o salvo conduto;
- b) — as características da carteira, inclusive a classificação dactiloscópica, deve ser transcrita no salvo conduto;
- c) — quando o estrangeiro apresentar a carteira modelo 19, será anotado no quadro destinado ao retrato e ao polegar direito a seguinte observação, em tinta vermelha: "Só é valido com a apresentação da Carteira de Estrangeiro numero . . .";
- d) — o estrangeiro só pode levar em sua companhia, independentemente de salvo conduto, menores de 14 anos;
- e) — quando o estrangeiro não tiver ainda a carteira e apresentar o cartão de protocolo, será obrigado a fornecer 2 fotografias, que serão colocadas no quadro respectivo, sendo o polegar da mão direita aposto nos lugares marcados no salvo conduto;
- f) — quando o estrangeiro não tiver requerido ainda o seu registro não obterá salvo conduto, devendo na hipótese ser custodiado para averiguação de sua personalidade;
- g) — as autoridades não expedirão salvo conduto a estrangeiros que não residam na sua jurisdição, sendo igualmente detidos aqueles que se apresentarem em suas zonas sem autorização respectiva ou salvo conduto da autoridade de sua residência;
- h) — as autoridades do interior expedirão o salvo conduto pelo delegado de Ordem Política e Social, assinando também pelo delegado;
- i) — diariamente será remetida a D. D. P. S. a relação dos salvos condutos expedidos e as respectivas condições;
- j) — sempre que os estrangeiros viajarem para os diversos pontos do país, ressalvado o Distrito Federal, deverão se apresentar à autoridade respectiva que anulará no verso a sua passagem;
- k) — nesse caso a autoridade co-localará no verso do salvo conduto, no ato da expedição, a seguinte nota: — "O cidadão fulano de tal esteve nesta cidade";
- l) — cada salvo conduto pagará 5\$000 de selo estadual, \$200 em selo de educação e 1\$000 de selo de proteção à infância;
- m) — sempre que ocorrer a hipótese da letra "j" o interessado indenizará as despesas com a comunicação à autoridade da localidade para onde o estrangeiro se dirigir".

Documento 11

Imigração e imperialismo

A carta, que acaba de ser divulgada, e na qual um **nipo-brasileiro** conta a orientação dada à colônia japonesa pelo governo de Toquio, veio comprovar tudo o que ha muito a esse respeito se propala. Quem acompanha a discussão desse assunto, não chega a ter surpresas. Basta lembrar que, quando se debatia, na Constituinte de 1934, o problema da imigração nipônica, o argumento invocado pelos seus adversarios era justamente esse, da feição anti-brasileira desses nucleos, que formavam quistos perigosos, ameaçadores e pertinazes. Raramente se deixava assimilar o imigrante japonês pelo meio que o envolvia. Vinculado a seus compatriotas, obediente à palavra dos chefes, o imigrante podia cooperar para o trabalho de produção, mas era, em regra, um inimigo do Brasil ou, na melhor hipótese, um elemento de todo em todo indiferente ao nosso país e ao nosso povo. De modo que, o que se vinha formando, dentro de nosso país, com essas correntes imigratorias, era um novo Japão sul-americano, perfeitamente enquadrado nas aspirações imperialistas do governo de Toquio.

Não é somente aqui, aliás, que esse fato se verifica. Por toda a parte onde existe um nucleo de japoneses, no México, na Califórnia, no Peru, constituem o mesmo problema, agravado pela propaganda organizada. Nenhum país levou mais longe que o Japão a preocupação de conquistar propagandistas e amigos, à custa de verbas que pareciam inesgotáveis.

A organização mais ou menos militar de seus nucleos coloniais não era segredo para ninguém, como não era segredo a função de suas escolas, mantidas a todo custo, mesmo depois de proibidas pelo Governo brasileiro. Por maior que fosse o esforço das autoridades de nosso país, as escolas fechadas ressurgiam, o material apreendido era substituído. Nunca chegamos, porém, a medidas um pouco mais radicais. Limitavamo-nos a fechar a escola e a apreender o material, sem expulsar o professor culpado, ou seus cúmplices, como seria de toda conveniência, ou justiça.

Estamos certos que, na atual emergência, não faltarão as medidas acauteladoras de nossos interesses. Acreditamos, porém, que seria interessante aproveitar o momento para realizar uma ação energética, no sentido da nacionalização dos nucleos coloniais, que ainda se esforçam para manter as tradições do país de origem. Sempre sustentamos, nesta folha, a tese de que não nos interessa o imigrante, que vem para o Brasil decidido a servir o seu país. A imigração deve corresponder, senão a um ato de renúncia, ao menos a uma intenção de renúncia da nacionalidade anterior. Se não é assim, devemos mostrar ao imigrante que preferimos que ele retorne à sua terra. Não nos interessa a sua colaboração, pois que, se nos auxilia do ponto de vista do trabalho, cria problemas serios quanto à absorção dos elementos alienígenas.

Seria o caso, pois, de rever a nossa legislação, para tornar mais fácil a expulsão do estrangeiro, que de algum modo trabalha contra o nosso interesse. Ou para impedir, de uma vez por todas, e de maneira total, a entrada de imigrantes que chegam ao Brasil como elementos de ação de imperialismos estrangeiros, e perigosos.

Documento 12

O perigo amarelo

Não ha muitos dias, tivemos ocasião de comentar os discursos, pronunciados na Assembléa Constituinte, pelo Deputado Xavier de Oliveira, que foram reeditados, com o acrescimo de mapas impressionantes, traçados por mãos subtlis de subditos do Micado.

Esses discursos pleiteavam a adoção de uma emenda ao projeto de Constituição, em que se prohibia a entrada no Brasil de asiaticos e africanos.

Apesar do intenso trabalho daquele Deputado e do saudoso Miguel Couto, a emenda não foi aprovada, ficando, assim, abertas as fronteiras do Brasil ao formigueiro do Sol Nascente.

Os mapas ora publicados são de origem tecnico-militar; são trabalhos do Estado Maior do Exército do Japão. E neles, a distribuição dos advenas obedece a um plano estrategico, porque localiza os nucleos de povoação ao longo dos rios e das vias ferreas, formando elxos sablamente articulados. Para melhor significação dos gráficos, alguns deles se referem, abertamente, a extensa zona do Brasil e de países vizinhos, como sendo "o futuro Imperio do Sol Poente", em con-

traste com o Imperio do Sol Nascente, que é a "celula-mater" dos fanaticos de Hirohito.

Os fatos vieram comprovar os justos receios dos opugnadores da imlgração japonesa. Infiltrando-se no Brasil, camuflados de profissões humildes, os esploes, os oficiais do Exército, até mesmo um bispo, estão sendo desmascarados como elementos nocivos, que se propuseram a estudar o Brasil, não como a terra em que pudessem estabelecer-se, para as lutas pacificas do trabalho, mas como presa facil de suas ambições, em que se estabelecessem como senhores, como imperantes, de que nós, brasileiros, seríamos os vassalos.

Cabe-nos a todos a tarefa de vigiar esses hospedes desleais, para descobrir suas tramas e inutilizar seus esforços. Não é possível que a generosa terra brasileira se escravize aos exóticos habitantes de um país estrangeiro, antípoda nosso no *mapa-mundai*, diverso em tudo do povo sincero e bom, que lhes dá hospitalidade e se arrisca ao punhal traiçoeiro de um inimigo temível pela deslealdade, perigoso pelos seus processos de conquista.

O Brasil está vigilante

Em sensacionais diligências, muito bem conduzidas, a polícia de S. Paulo chegou à evidência de que os colonos japoneses, no grande Estado, estavam localizados em pontos estratégicos, sistematicamente escolhidos.

De acordo com um plano previamente traçado e obedecendo a um critério, digamos, rigorosamente científico, os nipônicos foram chegando e sendo estabelecidos nos lugares mais convenientes, para, no caso de um ataque ao nosso país, se levantar e tomar conta dos pontos mais importantes, dos pontos estratégicos, segundo o duplo aspecto econômico-militar.

Sendo a guerra tão dependente da economia quanto do preparo militar e sendo S. Paulo a grande força econômica do Brasil, possuindo o maior parque industrial da América Latina, segue-se que a escolha foi perfeita e que as dezenas de milhares de nipônicos foram colocados no território paulista numa espécie de ocupação pré-militar.

Felizmente, o governo paulista agiu a tempo, tal como, em outros casos, o governo do Rio Grande do Sul e outros, todos obedecendo à orientação firme e patriótica do Governo Federal. É interessante observar que em outros países do Continente os nipônicos foram dispostos de acordo com o mesmo espírito metódico, sistemático, científico, tendo em vista a possibilidade de uma rápida conquista das fontes econômicas e dos pontos militares de maior importância.

No Peru', por exemplo, num espaço de tempo de cerca de vinte anos, fixaram-se trinta

mil japoneses — um pequeno exército — nas lavouras de cana e algodão e nos principais ramos de comércio das cidades mais importantes.

Um pormenor digno de nota é que a propaganda nipônica, mostrando a semelhança dos tipos antropológicos dos índios e japoneses, procurou fazer crer que os antepassados dos indígenas do Peru' vieram do Japão. Manco Capac, segundo essa propaganda insidiosa, era um nipônico, que atravessou os mares para estabelecer-se naquelas planuras nevadas, muito antes que os espanhóis as descobrissem, e conquistassem, destruindo sua velha civilização e apoderando-se das suas fabulosas minas...

No México, preferiram a Baixa Califórnia, que fica em frente ao Japão, tal como nos Estados Unidos, onde se localizaram, de preferência, nas costas do Pacífico, como taciturnos, mansos pescadores...

No Brasil, no México ou no Peru', na América, na Ásia ou no formigueiro de ilhas da Oceania, são sempre os mesmos esses soldados do imperialismo nipônico, solidamente ligado ao nazi-fascismo, nesta luta contra as democracias.

O Brasil, sob a orientação do Sr. Getúlio Vargas, está vigilante e em ativo preparo para a defesa da soberania nacional e do Continente, vítima de agressões internas, pois outra coisa não representa a localização de imigrantes dessa natureza e por essa forma, debaixo da direção de espíes devidamente credenciados e que são de ordinário personagens de destaque, *leaders* dos partidos totalitários — M. C.

Documento 14

O OLHO DO EIXO

A recente providencia do comandante da 2ª Região Militar interditando o litoral paulista aos subditos do Eixo é ato de defesa nacional, que ha muito se impunha. O olho dos axiais arregalado e atento sobre aquela zona litoranea já nos causou, evidentemente, grandes danos. Quem sabe o que ainda nos reservaria a insidia monstruosa dos filhos d' Sol Nascente, que, ao longo da costa do grande Estado sulista, constituem uma verdadeira cadeia de pequenas colonias bem articulada, para o desempenho de espionagem, de sabotagem e outros atentados do programa sinistro do quinta-colunismo? Foi mister que novos fatos deploraveis, ocorridos nestes ultimos dias, viessem suscitar, novamente, e de maneira gritante, a conveniencia da evacuação dos imigrantes nipões da orla maritima de São Paulo. Os agentes do Mercado não podem ser estranhos ás incursões e rrateias dos U-boats, que vão por ali fazendo surpresas covardes a barcos pacíficos do nosso intercambio comercial entre os Estados. Precisamos não nos descuidar, um só instante, desses orientais de olhos obliquos e de riso estatico e frio. Esses budistas milenarios são cruéis, perversos e capazes de todas as traições pelo prazer satânico de destruir o que é do inimigo, de matar e até de morrer, porque a noção da morte para eles não tem nenhuma semelhança com a das outras raças. Tenhamo-los sob indormida vigilância e em local adequado. O perigo nos ronda e, de quando em quando, nos causa males e prejuizos. A imprevidencia neste momento crucial da vida brasileira não pôde encontrar remissão no julgamento irreocorrivel do tribunal soberano do povo.

O Olho do Eixo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro,
11 jun. 1943, n. 161, p. 5.

(Fonte BN:

http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/22981)

Documento 15

**AS ATIVIDADES ANTI-BRASI-
LEIRAS**

Um comentário do "Washington Star", da capital norte-americana

Washington, 23 — (U. P.) — Com referencia as investigações feitas no Brasil, sobre as atividades da Quinta Coluna Japonesa no referido país, o jornal "Washington Star", fez hoje o seguinte comentário: "Tudo isto já era conhecido do publico norte-americano, graças as informações da organização "Dies" sobre as atividades japonesas na costa do Pacifico e em Hawaii. Em toda a parte os japoneses veem a ser elementos desleais, sempre dispostos a servir de instrumento ao imperialismo niponico que pretende implantar seu dominio em todo o mundo.

De qualquer forma as revelações que nos chegam do Brasil, teem particular interesse porque ali os japoneses evidenciaram uma gratidão notavel. O Brasil é uma terra onde a igualdade racial é um ideal popular.

Os primeiros imigrantes japoneses foram recebidos com simpatia, tendo-se em conta sua qualidade de bons trabalhadores. No entanto os japoneses se negaram a adatar-se ao meio brasileiro. Em todos os lados se mantiveram afastados. E' possivel que o Brasil se veja obrigado a seguir nosso exemplo na costa do Pacifico e a transferir aos japoneses para pontos onde não possam fazer mal algum.

As Atividades Anti-Brasileiras, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 mar. 1942, n. 69, p. 9.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/16235)

Documento 16

REMOVIDOS OS RESIDENTES INIMIGOS

SAN FRANCISCO, 24 (R.)
 — O comandante da região da defesa costeira do oeste, general Dewitt, publicou uma declaração relembrando aos cidadãos dos países inimigos que devem abandonar "as zonas proibidas" até a meia noite de hoje.

A penalidade para o não cumprimento dessa ordem é a internação pela duração da guerra.

O general Dewitt está preparando também uma lista dos residentes da zona estratégica da costa oeste, donde os cidadãos norte-americanos e os cidadãos de países inimigos poderão ser removidos, vistos os poderes discrecionais recentemente atribuídos ao general pelo presidente Roosevelt. Uns 800 cidadãos japoneses que foram postos sob custódia durante os últimos raids policiais foram já enviados a campos de concentração.

Removidos os Residentes Inimigos.

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 25 fev. 1942,
 n. 4.200, p. 5.

(Fonte BN:

http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9266)

Documento 17

EVACUAÇÃO DE ELEMENTOS SUSPEITOS

SAN FRANCISCO, 5 (Reuters)
 Os funcionários encarregados da evacuação dos estrangeiros oriundos de países inimigos, da zona de defesa recentemente estabelecida, declararam, hoje, que o tratamento que será dado a essas pessoas será baseado no que os Estados Unidos esperam seja dado a seus cidadãos em território inimigo.

Na medida do possível, as famílias serão mantidas juntas e os direitos de propriedade respeitados.

A seguir serão nomeados os guardiões da propriedade inimiga.

Todas as propriedades de japoneses nascidos nos Estados Unidos será devolvida a seus donos depois da guerra.

Foi também revelado que o exército norte-americano está construindo os alojamentos nas zonas para os evacuados.

Os estrangeiros inimigos já estão preparados para a evacuação voluntária, antes da publicação das ordens específicas sobre a matéria.

Evacuação de Elementos Suspeitos. Diário Carioca, Rio de Janeiro,
 06 mar. 1942, n. 4.208, p. 7.

(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9404)

Documento 18

Recortes de uma reportagem publicada numa série em três edições do jornal Diário Carioca.

A SOMBRA DE PEARL HARBOUR SOBRE OS DESTINOS DE "REGISTRO"

O GRAVISSIMO PROBLEMA DA INFILTRAÇÃO NIPONICA NO LITORAL DE SÃO PAULO

REPORTAGEM DE
Samuel Wainer

(Exclusividade do DIARIO CARIOCA)

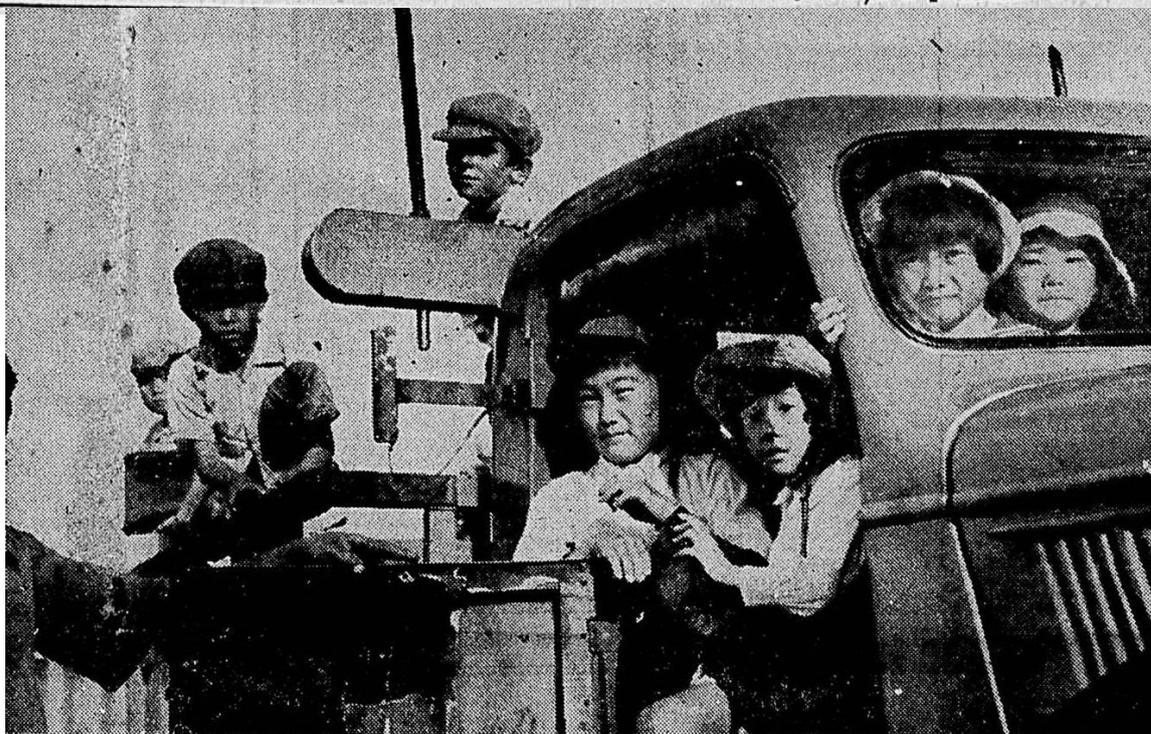
Copyright da Inter-Americana S A

DIARIO CARIOCA, obteve da "Inter Americana" a exclusividade de uma reportagem da mais alta sensação e oportunidade em que se contém revelações sobre o gravissimo problema da infiltração niponica no litoral paulista. Escreveu-a o jornalista Samuel Wainer, nome por demais destacado no periodismo nacional e no desenvolvimento dos temas abordados o diretor de "Dire-

trizes" nos dará a conhecer os processos japoneses de penetração e preparação á traição contra o povo que hospitaleiramente acolherá os imigrados que traziam, por trás de seus disfarces costumeiros, os propositos mais perigosos á segurança e liberdade nacionais.

Os metodos de que os niponicos estão dando mostra nos campos de batalha do Extremo Oriente, onde pacifios cida-

dãos do Imperio do Sol Nascente radicados nos territorios estrangeiros como honestos comerciantes de toda especie se transformaram quando chegou a hora do ataque e da traição em ferozes guerreiros a serviço do Mikado, são um exemplo e uma advertencia que valorizam enormemente o alto sentido patriótico da reportagem que, a partir de amanhã, começaremos a publicar



POR DETRAZ DA MASCARA AMARELA — "Diário Carioca" inicia, hoje, em sua ultima pagina, a publicação de uma reportagem sobre a infiltração niponica no litoral de São Paulo, destacando o perigo que representam para a soberania nacional os "niseis", ou melhor, os filhos dos japoneses que, embora nascidos no Brasil, só têm de brasileiros a certidão de idade, pertencendo de corpo e alma ao Japão. Os "niseis" estão bem representados na fotografia acima, colhida na cidade de Registro, quartel general da Quinta Coluna do Mikado em nosso país.

POR DETRÁS DA MASCARA AMARELA

Até aquele momento nossa viagem a Registro só nos tinha proporcionado algumas cenas pitorescas e informações de importancia secundaria. Mas algo de mais grave deveria estar se passando all, e isso era facilmente perceptivel através os gestos, as palavras, os olhares, o ar acabrunhado de quase todos os brasileiros com quem entramos em contacto. Que se passaria, pois, por detrás da mascara amarela?

Dois rapidos incidentes deram inicio á grande pescaria de sensacionais revelações, que nos estava reservada para dentro de algumas horas.

Na casa de um comerciante brasileiro de chá, surpreendemos as ultimas palavras de um cliente japonés:

— Senhó, não adianta agora pensar nos preços do chá. Daqui a dois meses, o Japão vai abarrotar os mercados do mundo com os seus productos. A nossa esquadra destruirá todos os navios ingleses e americanos. Japao vai dominar os mares e vender tudo que quizer pelo preço que quizer.

— Eles acreditam piamente na victoria do seu pais, disse-nos o comerciante brasileiro. O pior é que querem começar a viver como se já tivessem conquistado o mundo.

A' porta do Hotel Badur um hospede brasileiro estava lendo um jornal. Passou um japonés, e com um grito transbordante de orgulho e superioridade, exclamou:

— Então, Singapura caiu! Singapura agora é nossa para sempre!

O brasileiro nem sequer levantou os olhos do jornal. Cuspiu para o lado e um rictus verde de odio manchou-lhe o rosto.

— Eles não conseguem mais disfarçar a infernal alegria que vai dentro do seu peito, disse-nos Mario. Até agora, ao que parece, os japoneses tinham convencionado entre si não provocar os brasileiros. Mas agora, eles não podem mais conter os seus impulsos. O japonés que acaba de gozar a queda de Singapura é um dos mais fanáticos amarelos da cidade. E o que é pior ainda, ele é um "nisei".

— Nisei? Que significa isso?

— São os filhos dos japoneses nascidos em qualquer parte do mundo. O problema dos "niseis" no Brasil é um dos mais graves que temos a enfrentar. Venha hoje á noite a minha casa e lhe contarei alguns episodios da vida dessa gente. De brasileiros, eles só têm a certicao de nascimento. Mas de coração e alma pertencem ao Japao.

— Quando o governo baixou a lei, determinando a entrega obrigatória das armas em poder dos súditos do Eixo no Brasil, os japoneses foram os primeiros a correr às delegacias policiais. Mas as armas que entregavam assim espontaneamente, não passavam de carabinas quase imprestáveis, revólveres verdadeiros mata-gatos, punhais enferrujados. Veja agora o que se encontrou nas primeiras diligências realizadas nos próprios domicílios dos colonos.

Examinamos alguns dos moderníssimos fusis automáticos, apreendidos, diversos dos quais de preço superior a 2.000.000. Junto aos fusis automáticos, achavam-se os respectivos pentes de munições, duas caixas cheias de dinamite, uma caixa repleta de balas. “Nenhuma das novas armas apreendidas estava legalmente registrada”. Até seis espadas de “samurais” talvez as armas destinadas aos futuros almirantes da região, misturavam-se no pequeno arsenal que examinamos. Em Registro corria o rumor de que havia sido oferecido ao delegado, por um proeminente japonês da cooperativa local, vinte contos de réis em troca das espadas.

— A facilidade com que os japoneses entregaram essas armas às autoridades, fez nascer suspeitas de que eles assim agem para melhor despistar, procurando evitar, dessa forma, novas diligências. Na arte de enganar ninguém supera esses diabólicos amarelos. Alguns colonos têm mesmo recebido as autoridades com certa ironia, oferecendo-lhes objetos inúteis e perguntando se querem levar isso e mais aquilo. As crianças riem e correm para entregar canivetes cegos. É a guerra de nervos em ação, concluiu o nosso informante.

Lançamos um último olhar àquela impressionante coleção de provas de articulação clandestina dos japoneses no litoral paulista. Na rua encontramos o cabo do destacamento, um dos dois únicos soldados da força militar local, a quem se acha confiada a guarda do depósito instalado naquele barracão. Dois contra cerca de 8.000 prováveis soldados amarelos, espalhados por aquela zona.

— O novo delegado chegou há uma semana e já conseguiu descobrir tudo isso. disse-nos alguém na Farmácia Brasil. Calcule agora se tivéssemos tido há mais tempo uma verdadeira autoridade no local.

Exclamações iguais ouvimos em todas as cidadezinhas em que nos detivemos durante o percurso de Santos a Juquiá. Os sub-delegados dessas localidades, quase todos amadores, ocupam o cargo como um posto honorário, sem direito a qualquer remuneração, desprovidos, enfim, de todos os meios para exercer com eficiência o seu cargo. Em Registro, antes da chegada do atual delegado era um dentista a pessoa que ocupava o seu posto. Que poderia fazer em defesa da lei esse pobre homem, absorvido pela sua clientela odontológica, a maioria de japoneses?

Só a distribuição, farta e racional, de autoridades de carreira, providas dos indispensáveis elementos para o fiel cumprimento de sua missão, poderá resolver o problema de um melhor policiamento dos núcleos nipônicos. Outra não pode ser a conclusão diante do que vimos naquele desprotegido barracão. (Continua).

O Gravissimo Problema da Infiltração Niponica no Litoral de São Paulo

POR DETRÁS DA MASCARA AMARELA

Registro, Cidade do Litoral Paulista, Quartel-General da Quinta Coluna Japonesa no Brasil

DIAS.
Viagem cansativa, mas util. Permitiu-nos um exame geral da mais extensa zona da parte paulista banhada pelo mar. Possibilitou-nos colher uma impressão de conjunto sobre o que os brasileiros dessa região pensam sobre os japoneses, esses mesmo japoneses que, ha trinta anos passados, a imprevidencia do então presidente Manuel Joaquim de Albuquerque, Lins, permitiu se estabelecssem na zona situada entre o Rio Ribeira e as colonias de Pariquera-Assu' e Cananéa, no município de Iguape.

— O "Expresso de Chagal", viaja, agora, um pouco mais vazio, disse-nos o chefe do trem que os moradores da regiao apelidaram tão significativamente.

— Por que?

— A guerra, primeiro, e depois a ruptura de relações entre o nosso país e o Japão, essas são as causas. A ordem de só se permitir a viagem aos estrangeiros munidos de salvo-conduto reduziu um pouco o movimento.

— Assim mesmo, respondemos, a segunda classe vai quase abarrotada de japoneses.

— Mas antes havia muito mais, disse o chefe, afastando-se com ar pesaroso.

O garçon do carro-restaurant, filho de Santa Catarina, e funcionario, ha oito anos, do "Expresso de Chagal", estava impaciente para meter-se na conversa.

— Eles são perigosos porque nunca se pode saber o que pensam. Lá na minha terra a gente ainda conseguia pescar alguma coisa daqueles alemães, mas com os japoneses, nada. Só falam em japonês, apesar da lei proibir. Quando a gente estrila, sorriem, dizem "sim senhor", trocam duas palavras em português, mas voltam logo depois a falar na sua lingua que ninguem entende.

Um caboclo da mesa vizinha, puxou-nos pelo braço e apontou para a porta. Um japonês, igual a oitenta milhões de japoneses, acabára de entrar.

— Este é um dos principais plantadores de chá da região. Nunca permitiu que qualquer brasileiro visitasse suas plantações. Não quer que a gente aprenda a sua tecnica de cultivo.

O Gravissimo Problema da Infiltração Niponica no Litoral de São Paulo

VINTE E DOIS MIL JAPONESES QUE DESAPARECEM MISTERIOSAMENTE

Em Registro, Ninguem Tomou Conhecimento da Ruptura de Relações do Brasil Com o Eixo

NINGUEM TOMOU CONHECCIMENTO DA RUPTURA DE RELAÇÕES

Dois dias antes do Carnaval, menos de um mês, portanto, depois da ruptura de relações entre o nosso país e o Japão, chegaram inesperadamente a Registro quatro desconhecidos japoneses. Vieram num automóvel particular e se dirigiram diretamente á residência de um patricio local. All permaneceram mais de uma hora, e so depois disso é que se apresentaram as autoridades.

Foram severamente repreendidos. Sua obrigação era a de apresentar-se primeiro ao delegado para exhibir-lhe os seus salvo-condutos. Mas, afinal, que vieram fazer em Registro?

Humildes e sorridentes os japoneses explicaram,

— Somos diretores da Cooperativa de Cotia e viemos a Registro com o fim de instruir os colonos locais sobre o plantio de bananas. Queremos arregimenta-los para a nossa Cooperativa.

Ora, acontece que exatamente naquela occasião, como hoje, milhões de cachos de bananas estão apodrecendo as margens dos rios, nos trens e nos portos, por falta de mercados externos. Como é que os japoneses se lembraram de mandar, justamente agora, emissarios especiais á longinqua cidade de Registro, com o fim de incentivar o cultivo da banana? Não seriam aqueles cavalheiros, munidos com cartões da Cooperativa de Cotia, agentes incumbidos de transmitir instruções bem menos prosaicas e pacificas?

— Os japoneses estão abusando do direito de ir e vir, locomovendo-se á vontade, munidos com os faces salvo-condutos que obtém. Outros japoneses estranhos têm chegado a Registro, alegando os mais esquisitos pretextos. Enquanto o nosso governo não proibir terminantemente que os japoneses entrem e saiam livremente das localidades em que se acham concentrados, a sua articulação não poderá ser desfeita. Fiscalizar a chegada de cada um é praticamente impossivel. Só cassando-lhes o direito de ir e vir é que se impedirá o desenvolvimento de sua articulação.

Outro setor em que os japoneses zombam das leis emanadas da ruptura de relações, é o dos correios e telegrafos. A proibição de se comunicarem pelo telegrafo em japonês, em nada afetou os bons amigos do sr. Alexandre Konder. Enquanto não for baixada nenhuma lei, proibindo ao correio comum que aceite cartas escritas com os complicados hieroglifos niponicos, nenhuma utilidade terá a lei dos telegrafos.

— A correspondencia pelo correio augmentou muito entre os japoneses, informou-nos o agente de Registro. E, naturalmente, quase todas as cartas vêm escritas no seu idioma.

E eis, leitores, como se ignoram e se violam leis brasileiras. Multo ha de estar rindo á nossa curta aquele japonêsinho que em Registro se apresenta como modesto despachante, cuidando dos papeis da japonesa local, mas que em S. Paulo habita um luxuoso palacete na rua dos Ingleses ...

OS "NISEIS" — UM PROBLEMA MELINDROSO

Finalmente, leitores, eis-nos de volta à hospitaleira casa do sr. Mario. O problema dos "niseis" vai entrar em foco.

— Os "niseis" são os mais perigosos agentes do Míkado. Eles utilizam as suas prerrogativas de cidadãos natos em qualquer país, unicamente para fins favoráveis aos designios do Japão. Agora mesmo os Estados Unidos se vêm a braços com o mesmo problema, achando-se inclinados a afastar das costas da Califórnia todos os japoneses ali instalados, inclusive 6.000 "niseis".

Incidentalmente, Mario repetia algo que, ha dois dias atrás ouvimos de um alto funcionario de policia marítima de Santos.

— Os japoneses se têm utilizado dos "niseis" para ocupar cargos reservados exclusivamente aos brasileiros natos. Foi desse modo que eles conseguiram militar-se nas colonias de pesca, na direção das cooperativas, nos nossos cursos de preparação de oficiais da reserva, disse-nos aquela autoridade marítima.

O acaso proporcionou-nos a aproximação com um magnífico exemplar de "niseis". Foi na viagem de onibus de Juquia a Registro. Ao nosso lado sentou-se uma linda "nisei". Devia ter uns 15 anos de idade. Entabulamos conversa. A japonesa reside em Santos com sua familia, mas tem parentes em Registro. Ultimamente vem realizando frequentes viagens entre as duas cidades. Convem notar que se trata de uma penosa viagem de 10 horas em trem, onibus e balsa, mas a "nisei" disse-nos gostar muito desse monotono turismo. Num momento em que distraiu, conseguimos folhear um caderno que lhe escapava das mãos. Tinha quase todas as paginas rabiscadas com caracteres japoneses.

Um pouco surpreendida, a "nisei" explicou:

- São recados que papai manda para titio, em Registro.

Ela só não explicou que pelo correio se-

ria mais facil remeter tais recados, e que a viagem de Santos a Registro, ida e volta, custa quase 100\$000.

Mario, quando lhe narramos esse fato, não pareceu surpreendido.

— Estamos vigiando essa pequena, cujas viagens tornam-se cada vez mais suspeitas. O delegado afirmou-me que acredita estarem os japoneses se utilizando dos "niseis" como agentes de ligação entre os diversos nucleos. O problema torna-se cada dia mais melindroso. Ha tempos um "nisei" espancou brutalmente um menino brasileiro, deixando-o depois amarrado a uma arvore. O delegado mandou chama-lo e procurou, com bons modos, convence-lo que ás autoridades cabia castigar quem quer que fosse, principalmente as crianças, cujas travessuras deviam ser levadas ao conhecimento do Juiz de Menores. E sabe qual foi a resposta do "nisei"? Disse ter castigado o garoto, porque precisava ensinar os cabocios a respeitarem os japoneses. Não podemos perder a vitoria! exclamou o insolente "nisei".

QUATRO CAMINHOS PARA O MAR

Vamos abordar aqui, leitores, o mais serio dos aspectos que se prendem ao premente problema da infiltração niponica no litoral paulista. Parece-nos que até este momento nenhum jornalista atacou de frente a questão de que vamos tratar, extraindo conclusões dos poucos elementos que conseguimos reunir.

Avramos um mapa do litoral paulista e nele encontraremos logo o rio Ribeira de Iguape, cortando toda a zona da colonização japonesa, e indo desembocar no mar em Iguape, onde forma duas amplas entradas. A profundidade maxima deste rio é de 16 metros, media de 13 metros, e comum, de 5, $\frac{1}{2}$ metros.

— Tais profundidades permitem que sobre ele naveguem navios de 2.000 toneladas, afirmou-nos um especialista em navegação.

A' pequena distancia do rio Ribeira de Iguape, corre o rio Itanhaem, que se subdivide em dois braços, o Rio Branco e o Rio Negro, ambos desembocando no mar.

Temos aí, pois, quatro caminhos, que podem ser facilmente singrados por navios de pequeno calado, chatas, lanchas e barcos de pesca.

As margens desses rios estão ocupadas por alguns milhares de japoneses, homens do mesmo sangue e da mesma mentalidade daqueles "pacíficos e laboriosos" plantadores de cana, que nas Filipinas constituiram as vanguardas do desembarque japonês. Que papel podem vir a desempenhar essas quatro desprótegidas rotas marítimas num caso de ataque ao litoral brasileiro? Duvidar dessa possibilidade seria, em face das cruéis lições de cada dia, um crime de lesa-patria.

Mas, mesmo que afastássemos, por absurda, essa hipótese, resta ainda o grave problema do contrabando. Na Praia Grande, ao pé do Porte Itaipu's, em São Vicente, existem hoje fortes núcleos de pescadores "nisei". Quantos mais não existirão, disseminados pelo litoral, praticamente inabordavel á qualquer fiscalização?

E como se explica, por exemplo que, segundo informações seguras que obtivemos em Santos, tivesse ocorrido recentemente um contrabando de aluminio naquela região?

Por onde teria saído e quem teria conduzido aquele carregamento? E o caso da seda artificial? E o "rami"?

Apesar de todos os estudos realizados até hoje, os japoneses ainda continuam um mistério para todos nós. Quem poderá afirmar com segurança o seu número exato em São Paulo? O Departamento de Estatística realizou um minucioso levantamento dos imigrantes japoneses entrados naquele Estado, entre 1908 e 1934. Foram contados 161.628 imigrantes amarelos, excluindo os passageiros de primeira e segunda classe. Pois bem, o rigoroso recenseamento ali realizado em 1934 somente conseguiu localizar 131.709 japoneses. Aonde teriam ido parar os restantes 30.000? Um máximo de 8.000 japoneses poderiam ter morrido e desaparecido durante este período, afirmam os técnicos. Como e onde sumiram, pois, os 22.000 amarelos que faltam?

Se os japoneses conseguem, com tanta facilidade, fazer enguir pela terra mais de duas dezenas de milhares de homens, que não conseguirão eles fazer com a posse das chaves do litoral do mais importante Estado da União?

— Expulsemos os japoneses do litoral, foi o desejo unânime que observamos em todos que contribuíram para a realização desta reportagem. Desde o alto funcionário de Santos ao humilde delegado de Registro, o grito foi um só:

— Expulsem os japoneses do litoral!

E quando a balsa já se achava no meio do rio Ribeira de Iguape, ainda ecoavam em nosso ouvido os gritos de Mario, que na outra margem nos dava o último adeus:

— Não esqueça, meu amigo, nada do que escrever terá importância se não propugnar pela transferência dos japoneses para Mato Grosso ou qualquer outra parte central do Brasil, onde não possam fazer o mal que aqui poderão vir a fazer. A sua reportagem não terá nenhum valor, meu amigo, se suas últimas palavras não forem estas: expulsemos os japoneses da orla do mar!

— Vivemos sob um constante sobresalto. Cortando a balsa que atravessa o rio, a cidade ficará inteiramente isolada. Interrompendo o fornecimento de luz, ficará completamente às escuras. E depois?

A angustiosa interrogação ainda permanece no ar.

UMA ESCOLA DE MONITORES

Leitor, se ainda não está cansado, se não pertence àquela serie de “incredulos” e “distraídos”, citados pelo sr. Batista Luzardo, então acompanhe-nos num salto a Fazenda Rio Branco, cujo proprietário é um dos diretores da K. K. K., a famosa “Companhia do Desenvolvimento Internacional”, sediada em Tokio e entrozada com todos os ramos da infiltração nipônica no Brasil.

Situada á margem do Rio Ribeira de Iguape, num local estrategico, na Fazenda Rio Branco se reúne diariamente um grupo de jovens amarelos, a maioria “niseis”, a minoria, nascida no Japão. Um japonês e de meia idade parece ter uma absoluta ascendencia sobre os jovens. O japonês é apenas um ex-professor de uma das muitas escolas japonesas, fechadas após o estabelecimento das leis brasileiras de nacionalização do ensino.

Que fazem, diariamente, aqueles rapazes naquela Fazenda? Aprendem meticulosamente com o ex-professor todas as de natação, remo, corridas, sinalização por

codigo, musica militar e outras materias do genero. Um autentico curso de monitores.

Advertido pelo delegado de que as nossas leis de ensino proibem tais reunioes, o japonês respondeu com o mais humilde e inocente ar deste mundo:

— Todos esses rapazes são parentes meus e filhos de amigos meus. As nossas reunioes só tem a finalidade de divertimento, nada mais que divertimento ...

Se nos lembrarmos do papel desempenhado pelos nadadores niponicos na conquista de Singapura, poderemos compreender bem a especie de divertimentos proporcionados pelo ex-professor aos seus pacificos e ingenuos parentes e filhos de amigos. Aquela escola clandestina não passa de um curso de instrução militar, um perigoso ioco de futuros espioes e traidores. As margens do Rio Ribeira de Iguape extendem-se por muitas leguas alem. São ás dezenas os ex-professores japoneses que perambulam pela região. E seus pretensos parentes e filhos de amigos podem ser contados aos milhares. Urge limpar imediatamente as margens do rio desses nucleos perigosos e ilegais.

TRÊS AMARELOS FILHOS DA PRUSSIA

Ha poucos dias a policia paulista noticiou a apreensão de algumas armas, ilegalmente mantidas em poder de colonos aie

(Conclue na 15ª pag.)



— Em Pearl Harbour, “pacíficos e humildes plantadores de cana” constituíram a vanguarda dos invasores nipônicos. No litoral paulista alguns milhares de colonos amarelos continuam com o direito de loco mover-se e comunicar-se livremente. Transferi-los para Mato Grosso ou qualquer outro centro afastado do Brasil, é medida de mais extrema urgencia. É na orla do mar que o perigo se apresenta em sua ple na possibilidade. “Expulsemos os japoneses do litoral paulista” é o grito angustioso que os brasileiros da região dirigem ao país.

Em Pearl Harbour, “pacíficos e humildes plantadores de cana” constituíram a vanguarda dos invasores nipônicos. No litoral paulista alguns milhares de colonos amarelos continuam com o direito de locomover-se e comunicar-se livremente. Transferi-los para Mato Grosso ou qualquer outro centro afastado do Brasil é medida de mais extrema urgência. É na orla do mar que o perigo se apresenta em sua plena possibilidade. “Expulsemos os japoneses do litoral paulista” é o grito angustioso que os brasileiros da região dirigem ao país.

O Gravíssimo Problema da Infiltração Nipônica no Litoral de São Paulo. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 26 fev. 1942, n. 4.201, p. 16 (Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9293)

Por detrás da Mascara Amarela. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 28 fev. 1942, n. 4.203, pp. 1; 13; 16. (Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9310)

Vinte e Dois Mil Japoneses que Desaparecem Misteriosamente. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 01 mar. 1942, n. 4.204, pp. 15-16. (Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9340)

Documento 19

Documento do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/RJ), disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Em 25 de março de 1942

Senhor Chefe de Polícia,

Tenho a honra de transmitir a Vossa Exc^a., por cópia anexa, a denúncia que acabo de receber, relativamente a estrangeiros que, localizados na Estrada da Gávea, poderão, si voltados para a espionagem, vir a tornar-se sobremaneira perigosos para o país, dada a situação especial de suas residências.

Agenor Homem de Carvalho
pelo Chefe do Gabinete

A Sua Exc^a. o Sr. Major Filinto Muller
Chefe de Polícia do Distrito Federal

FOLHA 02

(CÓPIA ANEXA)

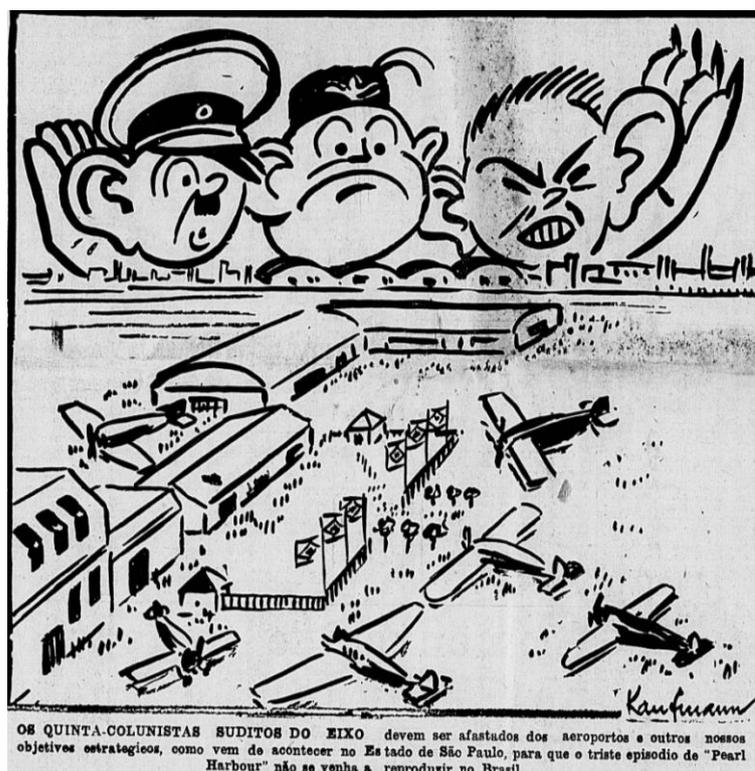
Há dois anos [...] um casal de japoneses com um filho, mudou residência de São Paulo para esta Capital. Arrendaram um terreno ao Sr. Niemeyer, na Estrada da Gávea, 1098, e aí transformaram o local silvestre em um recanto de extremo oriente: casa, jardim, costumes, alimentação, música, etc., etc. [...] Ao lado dessa habitação suspeita, localizou-se uma outra família de japoneses, também transferida de São Paulo. No lado oposto às residências japonesas, ficam a residência da viúva A. B. Hermida, de nacionalidade argentina, [...] e o Bar Restaurante Beppino Puggi, de italianos. [...] No conjunto existe um verdadeiro “oásis” na Estrada da Gávea.

O local e os ocupantes podem facilitar as seguintes possíveis missões:

- conspiração;
- transmissão de mensagens óticas com a Pedra da Gávea e desta com o alto mar;
- interrupção das comunicações com a cidade e cortar a água, luz e telefone;
- facilitar um desembarque, como os japoneses têm feito várias vezes no Extremo Oriente.

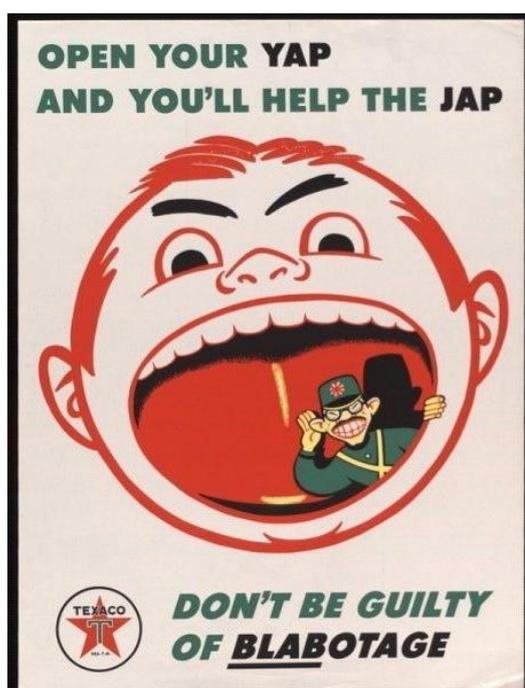
[...] é de toda conveniência uma diligência inteligente a ser realizada nessa reunião suspeitíssima de estrangeiros eixistas.

Documento 20



OS QUINTA-COLONISTAS SÚDITOS DO EIXO devem ser afastados dos aeroportos e outros nossos objetivos estratégicos, como vem de acontecer no Estado de São Paulo, para que o triste episódio de "Pearl Harbour" não se venha a reproduzir no Brasil.

Imagem 9: Os Quinta-Colunistas Súditos do Eixo. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 mar. 1942, n. 4.216, p. 1.
(Fonte BN: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9534)



Detalhe da personagem em tamanho pequeno na charge estadunidense ao lado.

TRADUÇÃO DA LEGENDA

Abra sua bocarra e você ajudará o japa.
Não seja culpado de "blabotagem" (combinação de "blá blá blá" com "sabotagem").

Imagem 10: Political Cartoons, Comics and Propaganda.
(Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/413557178263634554/>)

Documento 21

Careta

JORGE SCHMIDT
Fundador

ROBERTO SCHMIDT
Diretor responsável

GERENCIA
REDAÇÃO E OFICINAS
RUA FREI CANECA, 383
RIO DE JANEIRO

CAIXA POSTAL 1085

END. TEL. KOSMOS

TELEFONIO 22.3721

ESTE NUMERO CONTÉM 40 PAGINAS



O sosia de Tojo

- O Simão, coitado, morreu com um tiro na testa!
- Cancei de lhe dizer que era um perigo andar, com aquela cara de japonês, por estas selvas da Nova Guiné...

D. P. F.

1-1944

- O Simão, coitado, morreu com um tiro na testa!
- Cancei de lhe dizer que era um perigo andar, com aquela cara de japonês, por estas selvas da Nova Guiné...

Imagem 11: O Sósia do Tojo. Careta. Rio de Janeiro, 15 jan. 1944, n. 1855, p. 3.
Biblioteca Nacional/RJ, setor de periódicos, localização do título: PR-SPR 00142[1-72]

Documento 22

Careta

JORGE SCHMIDT
Fundador

ROBERTO SCHMIDT
Diretor responsável

GERENCIA
REDAÇÃO E OFICINAS
RUA FREI CANECA, 383
RIO DE JANEIRO
TELEFONIO 22-3721
END. TEL. KOSMOS

ESTE NÚMERO CONTÉM 40 PÁGINAS



Não adianta

O SOLDADO — *Camouflage*, «seu» tenente! Colocamos um rabo porque os americanos não distinguem um símio de um japonês.

O TENENTE — Ah! Então é por isso que tenho encontrado tanto macaco morto!...

D. P. F.

Não adianta

O SOLDADO — *Camouflage*, “seu” tenente! Colocamos um rabo porque os americanos não distinguem um símio de um japonês.

O TENENTE — Ah! Então é por isso que tenho encontrado tanto macaco morto!...

Documento 23



TÍTULO (tradução): “Esperando pelo sinal de casa...”

PLACA (tradução): “Honorável Quinta-Coluna”

Imagem 13: *Waiting for the Signal from Home* (por Dr. Seuss). 13 fev. 1942.

Disponível no site da University of Notre Dame.

(Fonte: <https://freshwriting.nd.edu/volumes/2015/essays/can-we-forgive-dr-seuss>)



Imagem 14: “VAMOS AJUDAR A BATER O JAPA IMEDIATAMENTE DO MAPA COM NOSSA SUCATA”. Lincoln High School, Portland, c. 1942.

(Fonte: <https://www.reddit.com/r/Portland/comments/3uppn2/lets-help-slap-the-jap-right-off-the-map-with-our/>)

Documento 24

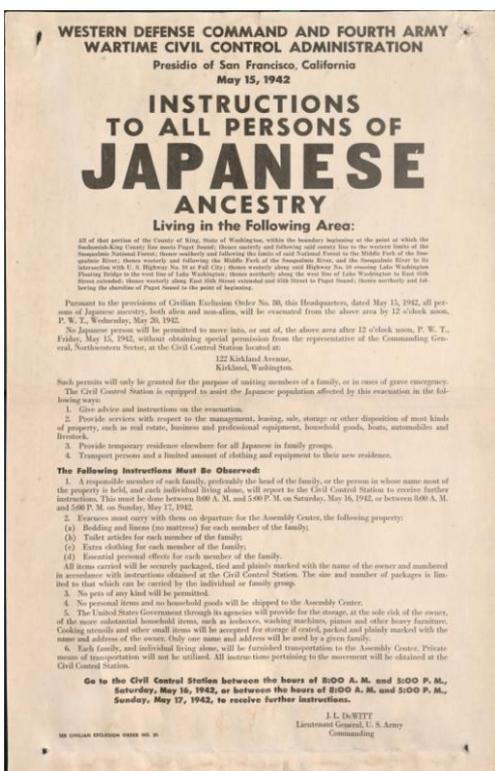


Imagem 15: “INSTRUÇÕES PARA TODAS AS PESSOAS DE ASCENDÊNCIA JAPONESA QUE VIVAM NA SEGUINTE ÁREA.” Documento informando as áreas, segundo Ordem de Exclusão Civil determinada pelo governo dos EUA, aonde não será permitida a entrada ou a saída de japoneses e descendentes a partir das 12h do dia 15 de maio de 1942. Posteriormente, as famílias seriam evacuadas da Costa Oeste. (Fonte: <http://cdn.history.com/sites/2/2013/12/Japanese-Internment-Hero.jpg>)



Imagem 16: Esperando ônibus para a evacuação em São Francisco, Califórnia, 06 abr. 1942. (Fonte: <https://catalog.archives.gov/id/536065>)

Liberty
 THE MAGAZINE OF A FREE PEOPLE

MY ONLY CRIME IS MY FACE

Should the American of Japanese ancestry suffer for Japan's sins? There are two sides to every story. Here is a moving piece by one who is on the other side.

BY MARY OYAMA

It certainly will be strange to have a face with nothing but Japanese! I wonder how we'll manage!

This was the comment I heard repeated over and over by American citizens of Japanese descent when the military drivers which set us apart from other Americans and expelled us from our Pacific Coast homes went into effect. The evacuation was a bitter blow, but there was nothing we could do except grit our teeth and take it.

I did not see good to argue that we had sons and brothers in the Army and that we were loyal to this land and our birth, that we spoke only English, that we praised the Lord in Christian churches (and were ready to pass the ammunition, if they'd only let us). Nobody would listen. We left and effectively the evacuation was accomplished. The streets near the point of departure where we were to take the buses to the first camp—called the Assembly Center—were jammed. Kids stared in point-eyed fascination at military police on motorcycles and in peep. An elderly woman, passing by, stopped to say indignantly, "That is a shame! You are just as much American as anybody else—no unexpected lot of sympathy from a total stranger that he wanted us. Several church groups passed out face cream and sandwiches to us, for the morning was early and cool, and in our hurry to be on time many of us had come without breakfast. Then we got on the buses and said good-by—perhaps forever—to that old face. Our life was hard, but we were prisoners in custody of the Army. I heard in my lips a group of exuberant kids jacked and went to the accompaniment of a ubiquitous ukulele. Plink-plink, plink-plink—"You're the one real plink-plink that's left!" plink-plink, "but plink—" "my heart—" A little later, however, when the driver of the bus motor had smoothed down to an even hum, and first enthusiasm had worn off, I heard it after harmony: "Plink-plink, plink-plink—" "let's for ink," plink-plink. "Let me hold [OK, let me hold] myself in Thee."

In front of me a sherry little child complained to her parents. "Honey, honey, Honey, daddy—want to go home." But neither daddy nor mama knew what to reply, for where was "home" now?

Arriving at the Assembly Center we found hundreds of our friends who had been evacuated before us. We stared at them quizzically until young fellows got a laugh when he cracked, "Oh, look! The Japs!"

There were all kinds of people: hard-working farmers and their families; city folk; occasional blondes and even redheads. Caucasian Americans of mixed marriages and their respectably beautiful. Executive children; college students who had polished the shingles of camp trees in Japan long before December 7; the young man who threw the Japs.

(Continued on page 27)

“MEU ÚNICO CRIME É MINHA FACE Deveriam os Americanos de ascendência Japonesa sofrer pelos pecados do Japão? Há dois lados em toda estória. Eis aqui um apelo comovente de alguém do outro lado.”

Mary Oyama foi uma jornalista estabelecida em Los Angeles, Califórnia, antes de ser levada forçosamente para o Centro de Relocação *Heart Mountain*, em Wyoming. Neste artigo, ela dá um relato em primeira mão da experiência de evacuação e ilustra a injustiça do encarceramento. Imagem 17: Liberty The Magazine of a Free People. 14 ago. 1943, p. 11.

(Fonte: http://digitalassets.lib.berkeley.edu/jarda/ucb/text/cubanc6714_b317w02_0047.pdf#page=1)

Todas as três imagens abaixo disponíveis em *Encyclopaedia Britannica*.
(Fonte: <https://global.britannica.com/event/Japanese-American-internment>)



Imagem 18: Mapa mostrando a extensão da zona de exclusão e a localização dos campos de internamento para nipo-americanos.



Imagem 19: Família Mochida antes de sua evacuação e relocação em um campo de internamento para nipo-americanos.



Imagem 20: Remoção de nipo-americanos de Los Angeles para campos de internamento (1942).



Imagem 21: Tempestade de neve, Centro de Relocação Manzanar, Califórnia, 1943. (*The Washington Post*)
(Fonte: https://www.washingtonpost.com/news/in-sight/wp/2015/11/20/legendary-photographer-ansel-adams-visited-the-japanese-internment-camps-in-1943-heres-what-he-saw/?utm_term=.d26eeeb610b7)



Imagem 22: Um ônibus deixando Manzanar para relocação, 1943. (*The Washington Post*)
(Fonte: https://www.washingtonpost.com/news/in-sight/wp/2015/11/20/legendary-photographer-ansel-adams-visited-the-japanese-internment-camps-in-1943-heres-what-he-saw/?utm_term=.d26eeeb610b7)



Imagem 23: Os chefes de família japoneses e as pessoas que vivem sozinhas formam uma linha fora da estação localizada no Auditório da Liga de Cidadãos Nipo-americanos, no nº. 2031 da Rua Bush, para se apresentarem para "processamento", em resposta à Ordem de Exclusão Civil 20.
(Fonte: <https://catalog.archives.gov/id/536422>)

Documento 25

O inquilino amarelo

Esboça-se atualmente em Portugal um movimento para que se exija dos japoneses a imediata retirada das tropas que despejaram em Timor. Esse movimento, porém, permanecerá platonico se não puder ser empregado o unico argumento a que cedem os niponicos — a força.

Os japoneses na Asia, como os alemães na Europa, não sabem o que é ter escrupulos, e uma das manifestações caraterísticas dessa atitude é o assalto à propriedade alheia.

A França vencida teve que permitir a ocupação da Indo-China pelos japoneses, ocupação que tinha por fim, diziam os matreiros amarelos, "defender" contra os ataques dos aliados a colonia francesa. E Madagascar quasi teve a mesma sorte. A verdade, porém,

logo se revelou: não só a ocupação se fez por forças superiores às previstas e se estendeu a area maior do que a declarada, como tambem essa "defesa" facilitou a tomada de Singapura.

A Coréa, a Formosa, a Manchuria, foram roubadas à China, cujo litoral está hoje em grande extensão dominado pelos japoneses. As Indias Neerlandesas, as Filipinas e outros arquipelagos caíram tambem nas garras dos piratas niponicos durante o impeto inicial, precedido de monstruosa traição, da guerra no Pacifico.

E' uma caraterística dos japoneses, como é tambem dos alemães, agarrarem-se com unhas e dentes a qualquer conquista realizada. Tem-se visto a dificuldade com que alguns territorios no Pacifico tem sido reconquistados aos amarelos e a dificuldade com que foram expulsos da Africa os germanicos e expulsos estão sen-

do da Italia. Portugal, portanto, não alimenta, naturalmente, a ilusão de que, por simples "convite", os japoneses "honestamente", se retirem de Timor. Não. Se a vitoria pudesse ser deles, a velha nação lusitana nunca mais rehavaria sua colonia, assim como a Holanda jamais reentraria na posse das suas e as Filipinas em tempo algum reconquistariam a liberdade. O japonês, quando assalta com bom êxito, escraviza.

Lembremo-nos de que nós tambem temos aqui 250 000 inquilinos dessa raça indesejavel; inquilinos hipocritamente comedidos por estarem com as unhas aparadas. Lembremo-nos constantemente disso para que, no momento do ajuste de contas, quando o imperio pirata tiver de devolver tudo aquilo de que deshonesto e violentamente se apossou, esses nossos inquilinos recebam ordem de despejo imediato.

I GREGO

Fonte: O Inquilino Amarelo. Careta. Rio de Janeiro, n. 1854, p. 6, 8 jan. 1944.

Biblioteca Nacional/RJ, setor de periódicos, localização do título: PR-SPR 00142[1-72].

Documento 26

Os Motoristas Súditos do Eixo Naturalizados Poderão Dirigir Automoveis

Foi em março do ano passado que os motoristas profissionais, súditos dos países do Eixo, inclusive os naturalizados, foram proibidos de exercer a sua profissão em virtude de uma medida adotada pelo chefe de Polícia.

Em virtude dessa portaria, todos os profissionais do volante previstos no caso, foram obrigados a recolher as suas carteiras profissionais.

Ontem, porém, o coronel Nelson de Melo, resolveu revogar aquela portaria, levando em conta que, de acordo com o que determinam as nossas leis vigentes, os cidadãos naturalizados gozam dos mesmos direitos do brasileiro nato.

Ao abrir esse precedente, o chefe de Polícia, como era natural, resolveu que, antes de tudo, fosse realizada pela Delegacia Especial de Segurança Pessoal uma sindicancia em torno das atividades políticas desses motoristas, só sendo beneficiados os que não forem julgados elementos perigosos à nossa segurança interna.

Os Motoristas Súditos do Eixo... Diário Carioca, Rio de Janeiro, 07 jan. 1942, n. 4.772, p. 2.

(Fonte BN:

http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/15345)

A longa série de fontes apresentada traz sobre si o peso da densa atmosfera da conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Realize sua análise tomando como norte as sugestões abaixo, sem, contudo, negligenciar aspectos que sua própria percepção possa captar. Inicialmente, separe as fontes em categorias como documentos oficiais, materiais de imprensa, imagens, etc., destacando os pontos principais e mais explorados em cada uma delas para, em seguida, traçar o diálogo necessário entre as mesmas. Além disso, procure sempre delinear um paralelo entre os resultados de sua pesquisa com episódios que possam – guardadas as proporções – apresentar similaridades no contexto atual, notadamente no que diz respeito a racismo e xenofobia. Observe atentamente os títulos das fontes, pois, em muitos casos, eles oferecem um revelador esboço do tom nelas contido. Vamos começar:

- **Documentos 1 e 2:** explicar a importância da escola como instrumento da política de nacionalização do Estado Novo e a repercussão desta no cotidiano dos colonos em relação às escolas étnicas de suas comunidades, principalmente no contexto da guerra.
- **Documento 3:** relacionar com a análise anterior (documentos 1 e 2) e apontar a perspectiva dos discursos do documento 3 sobre as escolas dos núcleos coloniais → se favorável ou não (justificar).
- **Documentos 3 e 4:** elencar as características e os objetivos atribuídos aos imigrantes japoneses e aos seus núcleos coloniais no Brasil; ressaltar os trechos que mais se destacam em termos de preconceito; identificar analogias (termos ou processos científicos, elementos do mundo natural, etc.) utilizadas nas fontes que possam apresentar discriminação/xenofobia/racismo → tente explicar o objetivo do enunciador do discurso ao usar esse tipo de analogia.
- **Documento 5:** pontuar o principal juízo feito sobre os japoneses no documento; considerando a principal atividade desenvolvida pelos nipônicos no Brasil da época, tentar explicar a lógica de sua localização próxima a locais como os indicados na fonte; destacar um trecho retirado dos documentos 3 ou 4 que apresente perspectiva semelhante sobre as colônias japonesas.
- **Documento 6:** indicar se e, em caso afirmativo, em quais pontos o discurso dessa fonte apresenta afinidade com o dos documentos 3, 4 e 5; indicar o tom que prevalece no documento, considerando as características atribuídas às colônias e aos colonos nipônicos.

- **Documento 7:** repetir os critérios de análise do documento 6; avaliar e explicar se a autoria indicada desse documento influencia no teor de seu discurso → apresentar intencionalidade, caso a identifique.
- **Documento 8:** após a leitura do documento 10, explicar a função do documento 8 no contexto da guerra e se ele afetava algum tipo de direito civil.
- **Documento 9:** pesquisar o significado do termo “quinta-coluna” e explicar o argumento principal do documento, associando-o ao termo em si; avaliar se o documento corrobora os discursos dos documentos anteriores (do 3 ao 7) → justificar brevemente.
- **Documento 10:** apontar duas medidas identificáveis no documento que atingiam os japoneses.
- **Documento 11:** indicar a qual documento anteriormente analisado ele remete; destacar o principal argumento que o artigo apresenta como contrário à imigração japonesa; consultar o grupo responsável pela Atividade 3 para verificar a referência do documento aos debates na Constituinte de 1934; apontar uma problemática do documento que também aparece no documento 2 e a sugestão feita no texto para sua solução.
- **Documento 12:** explicar o título do artigo a partir de passagens do mesmo sobre os japoneses; destacar expressões utilizadas para reforçar os discursos no texto; determinar se o tom do texto é de tranquilização ou de alerta (justificar).
- **Documento 13:** cite dois documentos dentre os anteriormente analisados que estão alinhados com essa fonte em seu discurso; avalie a forma como, ao longo do texto, adjetivos são atribuídos a um lado e outro e explique a possível intenção desse tipo de narrativa no contexto em questão.
- **Documento 14:** repetir os critérios de análise do documento 13.
- **Documento 15:** consultar os grupos responsáveis pelas Atividades 1 e 2 e verificar se a forma como os primeiros imigrantes japoneses foram recebidos por parte da elite nacional se deu, de fato, como afirmado no documento; ler o documento 16 e explicar as medidas sugeridas pelos EUA no último parágrafo do documento 15.
- **Documentos 16 e 17:** explicar como japoneses e nipo-americanos passam a ser considerados em território estadunidense a partir da declaração de guerra entre EUA e Japão; citar medidas tomadas pelo governo estadunidense contra essa população; identificar se a preocupação com áreas estratégicas nos EUA também aparece em documentos brasileiros em relação a áreas igualmente consideradas estratégicas → indicar uma fonte já analisada que possa confirmar a identificação.

- **Documento 18:** interpretar os títulos das matérias, sua intencionalidade e o tom que os mesmos dão ao texto; destacar as características principais atribuídas a japoneses e “niseis” pelo autor; apontar como a referência a “Pearl Harbour” é explorada pelo autor para caracterizar os colonos estabelecidos no Brasil; avaliar se e como, no que se refere a japoneses e descendentes, qualidades ou virtudes são interpretadas como defeitos pelo autor; destacar os principais problemas ou perigos, segundo o autor, representados, respectivamente, por: a) japoneses, b) “niseis” e c) sua localização nas zonas indicadas no texto; analisar as duas fotos constantes do documento e descrever suas personagens (faixa etária, se trabalhadores ou não, atividade econômica que parecem exercer, aparência, se parecem compor família, etc.) pelos indícios por elas fornecidos → explicar a intenção de associar as personagens das fotos aos conteúdos das legendas que as acompanham (leve em consideração o tom que predomina ao longo da reportagem).
- **Documento 19:** identificar como o documento em questão apresenta preocupações semelhantes às de outros anteriores → indicar uma fonte e justificar sua escolha; ressaltar a principal característica atribuída aos japoneses segundo essas fontes.
- **Documento 20:** citar as principais preocupações representadas nas duas charges; observar a forma como as personagens japonesas aparecem em ambas e dê sua opinião sobre essas representações (racistas ou não? Justificar).
- **Documentos 21 e 22:** explicar cada uma das charges, considerando a representação/comparação feita e definir, por meio de duas palavras ou expressões, sua opinião sobre as ilustrações; identificar semelhanças entre as representações dos dois documentos com as do documento 20.
- **Documento 23:** explicar, em detalhes, a charge apresentada (das legendas aos detalhes da imagem e seus significados) e seu caráter racista; apontar se é possível identificar, em documentos anteriormente analisados, pontos em comum em termos de discurso e representação estereotipada do japonês; pesquisar sobre a atitude de boa parte da população de áreas de imigração japonesa nos EUA em relação aos nipônicos e aos nipo-americanos naquele contexto (veja a foto apresentada na mesma página); pesquisar se situações semelhantes também ocorreram no Brasil.
- **Documento 24:** explicar as medidas tomadas pelo governo estadunidense na sequência de sua entrada na guerra; consulte o grupo responsável pela atividade 2 e verifique se a hostilidade à população de ancestralidade japonesa nos EUA foi algo provocado somente pelo estado de guerra ou se já se manifestava nas décadas anteriores (pedir ao grupo

fontes que corroborem a conclusão sobre a questão); observar as fotos e descrever, a partir de suas impressões, o que deve ter significado para os cidadãos de ascendência japonesa o processo de relocação adotado nos EUA; observar o mapa e pesquisar se no Brasil medidas semelhantes foram tomadas em relação à população nipônica e nipo-brasileira.

- **Documento 25:** analisar a forma como a expansão do Império do Japão no Oriente é apresentando no artigo, atentando para as qualificações/adjetivações utilizadas pelo autor; explicar a intencionalidade dessa representação para a defesa feita pelo autor no último parágrafo do texto, incluindo sua proposta para a presença da numerosa população de ascendência japonesa do Brasil.
- **Documento 26:** identificar e explicar a medida restritiva apontada no texto de imprensa.
- **Conclusões:** por meio da pesquisa empreendida pelo grupo, foi possível verificar como a população japonesa estabelecida no Brasil se tornou, durante a Segunda Guerra Mundial, alvo de discursos racistas e de medidas legais que lhe restringiam a vida social numa terra que muitos de seus membros já haviam escolhido como sua. Na verdade, a conjuntura do conflito só criou o ambiente favorável para que medidas há muito desejadas por alguns fossem adotadas, dando forma ao preconceito e à dificuldade de convivência com as diferenças, numa verdadeira problemática de alteridade. O grupo deve elaborar um texto sistematizando, em termos de representações e de medidas legais, a forma como a guerra que colocou Brasil e Japão em lados opostos influenciou o cotidiano dos nipônicos em terras brasileiras, tornando o ambiente marcado pela perda de uma série de liberdades e direitos. Os membros do grupo devem organizar os dados levantados a partir das fontes, mas também pesquisar em outras disponíveis a fim de dar mais densidade ao seu texto, que deverá expor, de forma sucinta, os estereótipos construídos e/ou reforçados naquele contexto de tensão, as analogias racistas e os temores alimentados pela noção de ameaça interna. Um paralelo com a realidade estadunidense também deverá ser considerado no desenvolvimento dessa síntese. E, finalmente, o grupo deve apresentar uma reflexão sobre questões de racismo e discriminação na atualidade, apresentando pelo menos dois relatos ou fontes que ilustrem casos recentes em que esse tipo de prática pode ser identificado (imprensa escrita, redes sociais, sites em geral, programas televisivos, filmes/séries, campanhas publicitárias etc.).

4.2.5. Proposta 5

A última atividade equivale à culminância do trabalho realizado pelos grupos e propõe a análise – a ser realizada em sala de aula – de três curtos episódios de desenhos animados de época, que poderão ilustrar como vários elementos presentes nos discursos antinipônicos das décadas antecedentes vieram a ganhar imagem e som nas salas de cinema, levando a discriminação contra os japoneses para o universo da cultura de entretenimento. Após a conclusão dos levantamentos das fontes referentes às atividades já propostas aos grupos, estes deverão assistir aos desenhos animados com o olhar atento para elementos similares aos constatados em suas pesquisas, a fim de identificar, naquela categoria de produção, aspectos representativos do racismo presente no material outrora analisado.

Produzidos nos Estados Unidos, durante o período da Segunda Guerra Mundial, nota-se claramente uma carga ideológica extremamente forte em tais produções que, assim como as charges publicadas no Brasil com o intuito de desumanizar e ridicularizar o japonês, mostraram-se como verdadeiros instrumentos de propaganda antinipônica. Voltado para o público infantil, os *cartoons* selecionados apresentam um caráter acentuadamente doutrinário, mostrando que não só em sua “política da boa vizinhança” – na qual desenhos com personagens como *Zé Carioca* e *Pato Donald*, por exemplo, foram utilizados para criar a ideia de fortes laços entre os países das três Américas – os Estados Unidos fizeram uso de animações como meio de propaganda e formação de opinião. Durante a Segunda Guerra, foram muitas as produções voltadas para esse fim, incluindo desenhos da *Walt Disney* e da *Warner Bros*. Nessa linha, podemos apontar pelo menos três episódios de *Popeye The Sailor* (*O Marinheiro Popeye*) como claramente propagandísticos no sentido de apontar o japonês como o inimigo a ser temido por sua traiçoeira covardia, desprezado por sua inferioridade racial, combatido por representar uma ameaça irremediável aos ditos valores estadunidenses de liberdade e democracia. Os episódios selecionados são:

- ***Scrap the Japs* (“Combata os japas” ou “Faça os japas em pedacinhos”)**²⁶¹:

Produzido pela *Famous Studios* e distribuído pela *Paramount Pictures*, em 1942, o episódio apresenta, desde o seu título, um forte teor combativo em relação aos japoneses,

²⁶¹ *Scrap the Japs*. Direção: Seymour Kneitel. Produção: Max Fleischer, 1942. Animação: Tom Johnson; Ben Solomon, 1942, 6:08 min., p e b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6ACltvhNXSI>> Acesso em: 07 nov. 2008.

além do uso do termo “*Jap*”, que nos Estados Unidos era um pejorativo para designar indivíduos de origem japonesa.

Nos primeiros minutos do desenho, a personagem Popeye é designada para cuidar da limpeza e manutenção de um porta-aviões norte-americano, varrendo e pintando a embarcação, além de alimentar alguns pequenos pássaros que se encontrariam num ninho construído num dos mastros da embarcação. O primeiro elemento simbólico dessa passagem é o fato de o tal ninho estar exatamente onde fica uma escultura de um dos famosos signos dos Estados Unidos, a *Águia Americana*. Assim, embora o herói lance mão de algumas “malandragens” para tornar o serviço mais leve, ele é apresentado como virtuoso.

De repente, a tranquilidade é perturbada por um ataque de míssil que parte de uma nuvem no céu, dando início a um alerta geral para a aproximação de inimigos. Assim que decola, a personagem afirma não estar vendo nada ao seu redor, além de uma “nuvem” (*I don't see nothing around here but a cloud...*) - cuja inscrição do outro lado diz *Made in Japan*. Nuvem esta que não é nada mais que um disfarce para um piloto japonês, traiçoeiro e covarde, que começa a atacar o herói do desenho pela retaguarda. A clara alusão ao ataque à base de *Pearl Harbor* no Pacífico, fato que foi o estopim para a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Império Japonês, é uma constante em todo o episódio, num esforço de insuflar no espectador a ideia de justiça da posição estadunidense em relação ao inimigo japonês, sempre dado à covardia, à traição. Além disso, o aspecto físico do japonês é apresentado de forma caricaturada, risível e desumanizada, a fim de ressaltar a suposta inferioridade de sua raça, questão que, assim como no Brasil, fomentou debates durante as décadas anteriores. Nesse sentido, há poucas sutilezas no episódio, mesclando-se claramente os conteúdos objetivo e implícito da produção. A todo momento o japonês se apresenta como covarde, nunca combatendo frente a frente o adversário, mostrando-se inferior nas atitudes assim como na aparência física.

Ao perceber que há algo errado com a nuvem, dizendo que a mesma parece suspeita (*It looks suspicious...*), o herói decide averiguar a tal nuvem. Ao ser descoberto, o japonês continua a tentar ataques sem enfrentar diretamente o inimigo, buscando fugir constantemente das arremetidas do herói. O “*jap*” é derrubado e Popeye, atrapalhado como sempre, cai do próprio avião, descendo sobre uma embarcação (com inscrição *Jap Scrap Repair Ship – Navio de Reparo de Sucata Japa*) repleta de japoneses que, mais uma vez de forma covarde, cercam o herói a fim de espancá-lo. É nesse momento que mais um símbolo norte-americano é invocado, quando, ao comer o famoso espinafre, o herói se fortalece e é mostrado trajado como a *Estátua da Liberdade*, como mostra a cena do episódio logo abaixo.



Cena de *Scrap the Japs* (1942)

É a partir de então que ocorre uma virada, quando, ao ser atacado por um navio de guerra do *Império do Sol Nascente* (há um destaque na bandeira imperial japonesa ao lado do navio), o herói arremete contra os japoneses, então a bordo do navio de guerra, formando com um “V” de vitória com aqueles que atravessam uma parede ao serem golpeados por ele. Abrindo o navio como se fosse uma lata de sardinha, a personagem heroica dá cabo de todos os seus inimigos, rebocando os prisioneiros de guerra, todos igualmente dentuços, traiçoeiros e desumanizados, numa gaiola montada com os restos do navio japonês.

Enfim, todo o episódio se mostra repleto de símbolos caros ao patriotismo norte-americano, assim como se empenha em construir uma imagem do inimigo como o oposto dos valores defendidos pela sociedade estadunidense, mostrando-se, assim, como uma ferramenta com forte potencial de desumanização do *outro*, dentro da orientação para o esforço de guerra vigente naquele momento. Nesse sentido, podemos relacionar tais objetivos de distanciamento do *outro* com o empenho de alguns segmentos da sociedade brasileira naquele mesmo momento no Brasil, quando todo um clima de desconfiança criou uma atmosfera pesada para a população nipônica aqui estabelecida. Por isso tal fonte se mostra relevante para a proposta do projeto, visto que poderá abrir uma pertinente discussão sobre alteridade.

- ***You're a Sap, Mr. Jap* (“Você é uma tolo, Sr. Japa”)²⁶²:**

Também produzido pela *Famous Studios* e distribuído pela *Paramount Pictures*, em 1942, este episódio pode ser considerado um dos *cartoons* mais preconceituosos de todos os

²⁶² *You're a Sap, Mr. Jap*. Direção: Dan Gordon. Produção: Max Fleischer. Animação: Jim Tyer; George Germanetti, 1942, 7:07 min., p e b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wEK45-5y0s>> Acesso em: 12 abr. 2009.

tempos, trabalhando a “demonização” do inimigo japonês a partir de signos os mais variados. Desde a canção tema, que dá o tom do episódio, até as imagens caricaturadas dos japoneses há um forte teor de combatividade e estranhamento em relação ao *outro*, servindo este meio de entretenimento de massa, mais uma vez, como uma arma ideológica de grande alcance, principalmente entre as crianças.



Cenas de *You're a Sap, Mr. Jap* (1942)

Enquanto Popeye patrulha os mares do Pacífico com seu binóculo em alto-mar, cantarola uma canção cuja letra diz “You're A Sap, Mr. Jap / To make a Yankee cranky / You're A Sap, Mr. Jap / Uncle Sam is going to spanky / Wait and see before we're done / The ABC & D will sink your rising sun [...]”, e cuja tradução seria “Você é um tolo, Sr. Japa / Para deixar um Yankee irritado / Você é um tolo, Sr. Japa / Tio Sam irá surrá-lo / Espere e veja, antes de terminarmos / O ABC & D afundará seu sol nascente [...]”. A letra é clara quanto ao que deve ser reservado pelos estadunidenses aos japoneses em geral.

Durante sua patrulha, Popeye avista um suposto barco de pesca com a bandeira imperial japonesa e imediatamente avança para atacar os dois indivíduos a bordo, cuja imagem caricaturada repete a mensagem do episódio analisado anteriormente. Dentuços, idênticos na aparência, desumanizados e trajados como chineses – o que demonstra a pouca preocupação em realmente conhecer a cultura do inimigo –, os japoneses mais uma vez são apresentados como traiçoeiros e covardes. Estes, ao mostrarem ao herói um termo de acordo dizendo “We want peace – sign here” (Queremos a paz – assine aqui), não tardam em atacá-lo com uma marreta tão logo Popeye, de costas para seus antagonistas, se debruça sobre o documento para assiná-lo. E assim que o herói se vira para ver o que está acontecendo, os japoneses se mostram em posição de reverência, como se nada tivessem feito, o que deixa claro seu caráter covarde. Nas duas tentativas seguintes de atraí-lo, os dois japoneses colocam uma dinamite no sapato furado do herói e lhe dão um ramalhete de flores com uma lagosta escondida nele para que, mais uma vez, Popeye seja atacado. A comicidade que o

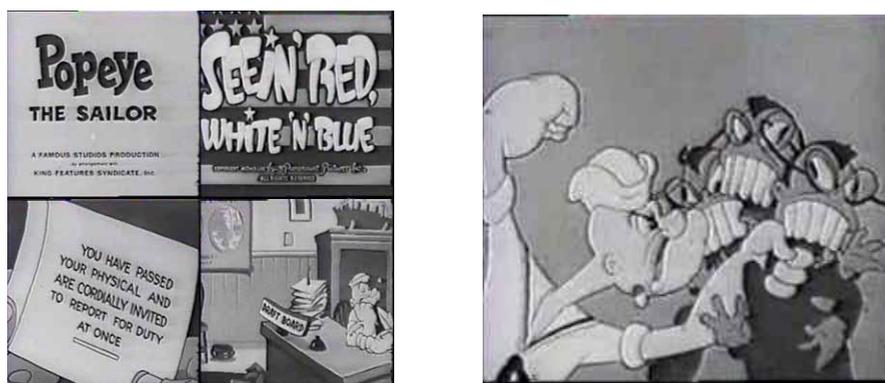
desenho coloca nas situações busca esconder, com pouca eficiência, as representações que se tenta construir no desenrolar do episódio.

Ao perceber o que acontece, o herói procura atacar os dois inimigos que, com uma corneta, chamam reforços, que vêm na forma de um imenso navio de guerra imperial que emerge de debaixo do herói. Evitando os múltiplos ataques nipônicos, o herói come seu espinafre e faz, com o seu próprio braço fortalecido, o sinal de “V” de vitória. Derrubando os inimigos um a um, Popeye dismantela o navio de guerra e, quando tudo parece ter terminado, uma voz vinda do porão chega a seus ouvidos. É o único japonês sobrevivente do navio. Nesse momento, ocorre uma das passagens mais emblemáticas do episódio, pois ela busca apontar o caráter desequilibrado do elemento japonês, buscando lhe atribuir tendências naturalmente suicidas. Nesse caso, após meditar sobre o que fazer (“If japanese boy wins, he saves face. If japanese boy don't win, he loses face” - “Se rapaz japonês vence ele mantém o prestígio. Se rapaz japonês não vence, ele perde os prestígio”), acompanhado por uma trilha sonora de tom claramente fúnebre, o japonês decide se suicidar bebendo litros de gasolina, engolindo munição e acendendo um fósforo em sua boca. Embora a munição comece a estourar dentro do nipônico, ele acaba chegando ao convés do navio, dando de cara com o herói americano. Este, por sua vez, acende um fósforo para olhar dentro da boca do inimigo e entender o que acontece. Ao perceber a gasolina, o marinheiro lança o japonês pelo buraco de onde este saiu, caindo o mesmo de volta no porão. O herói se afasta do navio e fica assistindo ao afundamento do navio após a explosão. A última cena, na qual o navio afunda, é uma das mais marcantes do episódio, visto que a embarcação submerge ao som de uma descarga de banheiro, enquanto a bandeira do Império Japonês vai descendo água abaixo. Não há sutilezas nem meios-termos: o japonês, como povo, é representado como dejetos, numa obra de entretenimento que mescla revanchismo com racismo em sua essência, a total negação do *outro*. Há de se considerar que a conjuntura de guerra torna as hostilidades efervescentes e a luta ideológica sempre mais acirrada. Porém, não podemos deixar de imaginar a situação dos cidadãos americanos de origem japonesa nesse período da História. Nesse sentido, percebemos uma relação com a situação vivida no Brasil por parte da população de origem nipônica. O forte componente racista do episódio em questão é evidenciado na forma como o japonês é estética ou fenotipicamente ridicularizado, além das características psicológicas e morais que lhe são atribuídas, o que pode ser relacionado, guardadas as devidas proporções, ao que ocorria no Brasil de então.

• *Seein' Red, White 'N' Blue* (“Vendo vermelho, branco e azul”)²⁶³:

O último episódio a ser analisado é da mesma produtora dos anteriores, porém datado de 1943. Toda a trama se dá em torno da convocação de Brutus, o famoso adversário de Popeye em seus desenhos, numa clara defesa do esforço de guerra que os Estados Unidos exigiam de seus cidadãos. O detalhe do título, que lista as cores da bandeira norte-americana, é digno de nota.

Alegando não poder servir por motivo de doença, Brutus se vê desmascarado por Popeye que, sendo o responsável pelo posto de alistamento da marinha, exige que seu interlocutor assine imediatamente seu engajamento. A recusa resulta numa luta entre os dois e Popeye, atingido por seu antagonista, é lançado à fachada de um prédio identificado como um orfanato. É a partir daí que realmente começa a campanha antinipônica no episódio.



Cenas de *Seein' Red, White 'N' Blue* (1943)

No interior do prédio, encontram-se quatro japoneses trabalhando em planos afixados à parede, nos quais pode-se ler as expressões “Military Secrets” (Segredos Militares) e “Sabotage Plan” (Plano de Sabotagem). Ao perceberem a chegada do herói do *cartoon*, os japoneses escondem os planos e, com sua estatura extremamente diminuta, se disfarçam de bebês. Os signos que aparecem então são de suma relevância.

No cavalo de pau em que um dos supostos bebês brinca, há uma suástica adornando sua lateral, assim como no piso próximo a outro dos “bebês”. Enquanto Popeye se mostra tocado pela aparente inocência das “crianças” brincando, os quatro japoneses se despem de seus disfarces e, armados com tesouras e bastões, avançam para cima do herói e o atacam, como nos outros episódios, covarde e traiçoeiramente. Todo o tempo essas produções

²⁶³ *Seein' Red, White and Blue*. Direção: Dan Gordon. Produção: Dan Gordon; et al. Animação: Jim Tyer; Ben Solomon, 1943, 6:42 min., p e b. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=2qfcPJS5IBC>> Acesso em: 12 abr. 2009.

buscaram alertar os cidadãos estadunidenses do risco representado pela simples presença de elementos de origem nipônica em seu meio, o que pode ser inferido, também, dos campos de relocação e internamento instalados na Costa Oeste dos Estados Unidos durante o conflito mundial.

O interessante em termos de esforço de guerra vem a seguir, quando Brutus percebe o que está acontecendo e, mais patriótico do que nunca, resolve ajudar Popeye, seu inimigo de sempre, a enfrentar os ardilosos japoneses. Ao serem os dois atacados com uma dinamite, a explosão produz um efeito de fumaça e em meio a ela surge uma imensa suástica, enfatizando a estreita relação entre os países do Eixo. Popeye, então, divide seu espinafre com o anteriormente inimigo, Brutus, e ambos partem com tudo para cima dos inimigos nipônicos. Ao segurar três dos japoneses de uma só vez, Popeye, antes de socá-los, declara: “Your Emperor in Japan is gonna feel this...” (Seu Imperador no Japão irá sentir isso...). No momento do golpe, em mais uma forte mensagem patriótica e ideológica, um braço com o punho da camisa nas cores da bandeira dos Estados Unidos sai voando até o Japão e atinge o queixo do *Imperador Hiroito*, com o sol nascente e o *Monte Fuji* ao fundo. Em seguida, eis que surge o *Führer*, prestes a fazer um pronunciamento e com a suástica ao fundo. Nesse momento, o “braço do Tio Sam” chega à Alemanha e, antes de atingir em cheio o queixo do *Führer (Adolph Hitler)*, aparece um cartaz com os dizeres “Is there a undertaker in the house?” (Há um agente funerário na casa?). Com o golpe, o famoso bigode do líder da Alemanha nazista cai, *Hitler* desaba e é amparado por um de seus asseclas (aparentemente, Hermann Goering).

A cena final do filme é uma clara propaganda de engajamento militar, na qual Brutus (Bluto, no original) pergunta a Popeye como se soletra seu nome, a fim de que ele possa assinar seu termo de compromisso para com o país. Nesse momento, cinco japoneses – todos igualmente dentuços, usando óculos e caricatos – que se encontram presos sob custódia de Popeye entoam cada um uma letra do nome do novo membro da Marinha norte-americana, e é o fim do episódio.

Num balanço geral, os três episódios apresentam elementos semelhantes de propaganda antinipônica, ressaltando uma suposta inferioridade estética de raça, falta de moral como indivíduos e soldados, e caráter traiçoeiro em qualquer circunstância. Nesse sentido, os desenhos serão de importante relevância para dar ao tema uma visão mais global da questão, trazendo para o debate como se dava a questão no território estadunidense. A atividade 5 consistirá numa análise dessas produções.

ATIVIDADE 5

Análise de desenhos animados

A seguinte atividade deverá ser realizada por todos os grupos e consistirá na análise de três episódios de desenhos do Marinheiro Popeye, produzidos nos anos de 1942 e 1943. Os grupos assistirão aos desenhos animados em sala e, após discutirem separadamente sobre suas impressões, trocarão entre si as informações levantadas, a título de comparação. Os episódios serão os seguintes:

1. Scrap the Japs. Direção: Seymour Kneitel. Produção: Max Fleischer. Animação: Tom Johnson; Ben Solomon, 1942, 6:08 min., p e b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bCFZ6nh9djY>> Acesso em: 07 nov. 2015.
2. You're a Sap, Mr. Jap. Direção: Dan Gordon. Produção: Max Fleischer. Animação: Jim Tyer; George Germanetti, 1942, 7:07 min., p e b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8p_SABG3SPk> Acesso em: 07 nov. 2015.
3. Seein' Red, White and Blue. Direção: Dan Gordon. Produção: Dan Gordon; et al. Animação: Jim Tyer; Ben Solomon, 1943, 6:42 min., p e b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QLKSVRWklj0>> Acesso em: 12 nov. 2015.

Essas produções podem ser tomadas como fontes históricas ricas em informações reveladoras da conjuntura da época, devendo ser analisadas sempre de forma contextualizada e tendo-se em mente a atmosfera do período. Os grupos deverão seguir os seguintes parâmetros básicos, podendo, contudo, tecer as observações que acharem pertinentes segundo sua própria perspectiva:

- cada grupo fará uma exposição sobre os conhecimentos construídos a partir de suas análises nas atividades anteriores, contextualizando e seguindo a cronologia da imigração (exposição das atividades 1 a 4);
- identificar nos desenhos o caráter de propaganda dos EUA em favor do esforço de guerra;
- descrever os elementos de exaltação do patriotismo;
- formular o perfil dos japoneses construído nos desenhos, segundo a forma como estão representados (características físicas, comportamento, atitudes como indivíduos e militares, etc.);
- identificar a mensagem principal transmitida pelas produções em relação ao japonês;

- discutir se as produções apresentam caráter racista ou não, justificando sua análise;
- relacionar aspectos dos discursos e das representações sobre o japonês obtidos a partir das fontes analisadas nas atividades anteriores com o conteúdo dos desenhos em pauta;
- refletir sobre as condições dos japoneses e nipo-americanos nos EUA ao serem representados da forma como essas produções o faziam;
- discutir com a turma sobre as análises pontuadas acima e se é possível identificar, nos dias atuais, produções que apresentem estereótipos e elementos de discriminação em relação a outros povos;
- expressar as impressões do grupo sobre diferenças étnico-culturais e fatores formadores da identidade dos indivíduos e grupos;
- pensando a memória que costuma ser transmitida sobre a imigração japonesa e os conhecimentos construídos pelas pesquisas a partir das fontes, explicar a diferença entre memória e história;
- expressar se esse estudo contribuiu, de alguma forma, para um aprendizado com potencial para somar na sua formação intelectual e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História e seu papel como disciplina profundamente comprometida não só com a interpretação e busca pela compreensão do passado, mas também com a problematização do cotidiano, vem se consolidando mais e mais a cada dia, tendo ocorrido, notadamente na última década, um aumento considerável de publicações – tanto acadêmicas quanto mirando o campo da história pública – e produções audiovisuais ligadas a esse campo do saber, popularizando-se um genuíno interesse por temas históricos. Esse universo em constante expansão traz em si, igualmente, uma ampliação das paisagens percorridas pelos historiadores, resultando numa gama de novos interesses temáticos que só vêm a enriquecer a disciplina como campo do saber e a potencializar o interesse de um público crescentemente desejoso de dedicar oblações, seja para as deidades do saber com aspirações ao caráter científico, seja para os numes da curiosidade e do entretenimento. O espaço escolar – que não se aparta do todo social como um universo paralelo, a despeito de suas especificidades – apresenta igual tendência, com um público discente com acesso a uma gama de informações que hoje se descortina diante de seus olhos em poucos cliques. Ainda que tal acesso se mostre longe de estar amplamente democratizado nas diferentes esferas da rede escolar, nota-se uma razoável orientação nesse sentido nos últimos anos. Esses fatores levantam importantes questões para os profissionais da educação, haja vista que toda essa nova realidade de circulação instantânea de informações demanda pensar a sala de aula a partir de um novo olhar, de forma que seu apelo seja sedutor para os sujeitos do conhecimento que são alunos e alunas no processo ensino-aprendizagem.

Outro fator digno de nota em relação aos últimos dez ou vinte anos, no que tange ao campo da educação e do ensino de História, é o crescimento das pesquisas relacionadas ao campo do currículo e da cultura escolar, o que tem suscitado um leque progressivamente mais amplo de questões inerentes ao universo escolar e à sua função como espaço social de produção de conhecimento e de consolidação de valores básicos de ordem democrática.

Este trabalho buscou refletir sobre alguns problemas postos por essas tendências e pensar uma proposta de didatização de um tema que vem recebendo grande atenção nos meios acadêmicos, mais nomeadamente no eixo São Paulo-Paraná. Desde o avizinhamo das comemorações dos cem anos da imigração japonesa no Brasil, realizadas em 2008, um número crescente de trabalhos focando o tema vem sendo produzido, incluindo aqueles com ênfase em revisitar a memória desse processo histórico a partir do viés da discriminação sofrida por povos orientais na virada do século XIX para o XX no país. Nesse sentido, um dos

processos constituintes da configuração histórica brasileira – ou seja, a imigração numerosa de povos de diferentes origens – se apresenta como um conteúdo cuja potencialidade permite a abordagem de temáticas diversas, todas ricas como problematizadoras de aspectos ainda pertinentes à realidade social no tempo presente. Desde pensar a diversidade da composição do povo brasileiro até a crítica a um persistente mito da “democracia racial”, tratar o tema da imigração como conteúdo digno de destaque pode promover valiosos debates em sala de aula e, inclusive, promover uma edificante reflexão sobre identidade e alteridade. Foi pensando por esse prisma que o desenvolvimento deste trabalho trilhou possíveis caminhos da reflexão pedagógica, primando pela ênfase em aspectos relacionados a racismo e xenofobia, com o intuito de contribuir para a construção do pensamento crítico sobre essas questões tão presentes no mundo em que vivemos e que demandam seu enfrentamento direto.

A reflexão sobre a natureza do currículo – mais precisamente pensando a área da disciplina de História – foi igualmente contemplada neste trabalho, cuja perspectiva de currículo não consiste em pensar o mesmo como conjunto de conteúdos a serem ensinados, porém não prescinde de sua importância em sua composição. Tomando como parte do que compõe o currículo os temas selecionados para o trabalho em sala de aula, apresentamos a proposta de abordar a imigração japonesa como fator multiplicador de discussões sobre xenofobia e intolerância nesses tempos de onda conservadora e hostil à diversidade, de fácil constatação em função de episódios recorrentes na atualidade. O norte deste trabalho foi a busca por um diálogo constante entre teoria e prática, apresentando uma ponderação sobre o caráter específico dos saberes construídos por estudantes e professores na relação travada no espaço escolar, assim como sobre o caráter processual do currículo, que só pode apresentar alguma materialidade na prática de ensino em ação, repensada e reconfigurada constantemente, sempre visando a provocar a reflexão como meio de questionamento de mundo e busca pela compreensão dos processos que moldaram as sociedades, com todos os seus dilemas, como as conhecemos. De certa forma, a perspectiva aqui adotada buscou marcar posição quanto ao respeito às diferenças como elementos marcadores de identidade, não num sentido de tonificação da concepção do “outro” como um “não eu”, mas como meio fomentar empatia capaz de nos conduzir a compreender que a adoção de diferentes formas de ser e fazer torna a cultura e a diversidade que singularizam grupos diversos uma riqueza digna de nota na história humana.

Com a proposição do trabalho com fontes, esperamos ter oferecido um desafio a ser encarado por alunos e alunas da fase final do ensino fundamental, de forma que o manuseio desses elementos reveladores de saber histórico seja apropriado por estudantes a transitar um

pouco pelo mundo do historiador, não com a pretensão de torná-los profissionais da área, mas sim com o objetivo de que a leitura crítica de fontes possa muni-los para perceber a possibilidade de discursos preconceituosos em diferentes textos, inclusive imagéticos e audiovisuais. Tendo em vista a circulação frenética de informações, textos, imagens e tudo quanto é produto de mãos e mentes humanas no mundo moderno, treinar o olhar para identificar e filtrar elementos de discriminação possivelmente presentes no cenário que nos cerca se mostra fator fundamental para a valorização do respeito à diversidade e o combate a todo e qualquer tipo de manifestação de preconceito, ou mesmo discurso de ódio.

Esperamos, por fim, ter alcançado os objetivos almejados e explicitados ao longo da jornada percorrida neste texto, tendo, de alguma forma, contribuído para o ensino de História e a valorização da educação como meio de promover princípios que fundamentem os pilares de uma sociedade mais igualitária e resistente a posicionamentos racistas, xenófobos e preconceituosos em geral. Que, a partir dessa perspectiva, o saber possa ser compreendido não como um fim em si mesmo, mas como um meio de renovação e reconstrução constantes, tanto de visões de mundo como deste propriamente dito. E que, aqui, se encontre a contribuição de uma pequena estrela na constelação desse saber do qual nossa sociedade se mostra tão sequiosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia

ALONSO, Annibal Martins. Estrangeiros no Brasil: Legislação Anotada e Atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.

ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Uma História da Contribuição dos Estudos do Cotidiano ao Campo do Currículo. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. (org.) Currículo: Debates Contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005 (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 2), pp. 78-102.

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel; COSTA, Warley da. Currículo de História, Política da Diferença e Hegemonia: Diálogos Possíveis. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 36, n.1, 2011, pp. 187-210. Disponível em <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em 1 nov. 2014.

ÁVILA, Flávia de. Entrada de Trabalhadores Estrangeiros no Brasil: Evolução Legislativa e Políticas Subjacentes nos Séculos XIX e XX. 2003. 441 f. Dissertação (Mestrado em Direito: Área de Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Santa Catarina, 2003.

BÉCUE, Mathieu; MELO, Luiz Martins de; MULS, Leonardo. Itaguaí: O Dinamismo do Porto Nacional com ou sem Desenvolvimento Local. In: FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Liz (Org.). O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro: Estudos Avançados nas Realidades Municipais. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

BITO, Masahide; WATANABE, Akio. Um Perfil Cronológico da História Japonesa. Tóquio: International Society for Educational Information, s/d.

BITTERN COURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Eliana Maria; MOURA, Sérgio Arruda de. Charges e Quadrinhos: Construindo Identidades. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/12/06.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

BUENO, Clodoaldo. O Tratado de 1895 e o Início das Relações Brasil-Japão. In: HASHIMOTO, Francisco; OKAMOTO, Mônica Setuyo; TANNO, Janete Leiko (Org.). Cem Anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte. São Paulo: UNESP, 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes Históricas na Sala de Aula: uma possibilidade de produção de conhecimento escolar? Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 1, n. 28, pp.129-150, dez./2008.

CANEN, Ana. Sentidos e Dilemas do Multiculturalismo: Desafios Curriculares para o Novo Milênio. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. (org.) Currículo: Debates Contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 2), pp. 174-195.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: O que Trouxe de Novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-Estatismo - Do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. O Estado-Novo, o Dops e a Ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) Repensando o Estado Novo. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. A Imagem do Imigrante Indesejável. In: Revista Seminários Nº 3 - Imigração, Repressão e Segurança Nacional. São Paulo: PROIN-USP, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem – Teatro de Sombras. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: Uma Leitura Teórica sobre a História na Prática. Revista de História Regional 15(2): 264-278, Inverno, 2010.

_____. Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História. Revista de História Regional, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.

DEZEM, Rogério. Elementos Formadores do Imaginário sobre o Japonês no Brasil. Disponível em: <<http://www.discovernikkei.org/en/journal/2007/7/3/elementos-formadores/>>. Acesso em 28 out. 2015.

_____. Matizes do “Amarelo” – A Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

_____. Um Exemplo Singular de Política Emigratória: Subsídios para Compreender o Processo de Formação dos Núcleos Ijûchi de Colonização Japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930). In: HASHIMOTO, Francisco; OKAMOTO, Mônica Setuyo; TANNO, Janete Leiko (Org.). Cem Anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte. São Paulo: UNESP, 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo - Do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: As Bases Sociais e Epistemológicas do Conhecimento Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. Saberes Escolares, Imperativos Didáticos e Dinâmicas Sociais. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 5, 1992, p. 28-49.

GOLDIM, José Roberto. Eugenia. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

GOMES, Marcelo Abreu. "Antes do Kasato Maru...". Conceição de Macabu: Ed. Macuco, 2008.

_____. Um Japão que não Vingou. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 31, abr. 2008.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Org.). Cem Anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

HEYMANN, Luciana Quillet. O “Devoir de Mémoire” na França Contemporânea: entre a Memória, História, Legislação e Direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, pp. 1-26. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf> Acesso em 23 nov. 2014.

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INOUE, Mariléia Franco Marinho. et. al. A Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro. In: Universidade de São Paulo. (Org.). *Cem Anos de Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, v. 01.

_____. História dos Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Renmei, 2008.

KIMURA, Rosângela. Imigrantes Japoneses na Segunda Guerra Mundial: O “Perigo Amarelo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et. al. (Org.) *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, pp. 675-694.

_____. O Perigo Amarelo. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, mai. 2007.

KOIFMAN, Fábio. O Imigrante Ideal – O Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOSSOY, Boris. Retratos e Auto-Retratos: Imigrantes Japoneses no Estado de São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Márcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pp. 369-406.

LEÃO, Valdemar Carneiro. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934). Brasília: FUNAG, 1990.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A Economia Política do Primeiro Governo Vargas (1930-1945): A Política Econômica em Tempos de Turbulência. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-Estatismo: do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

LESSER, Jeffrey. A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. Os Filhos do Império Celeste: A Imigração Chinesa e sua Incorporação à Nacionalidade Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/?sub=alteridades%2Fimigracao-chinesa%2F>>. Acesso em 30 out. 2015.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

MASIERO, André Luis. A Psicologia Racial no Brasil (1918-1929). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2005000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 nov. 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 34, 1992, pp. 9-24. Disponível em <<http://200.144.255.123/imagens/Revista/REV034/Media/REV34-01.pdf>> Acesso em 04 dez. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: História. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

MONTEIRO, A. M. F. C.. A História Ensinada: Algumas Configurações do Saber Escolar. História & Ensino - Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL. Londrina, v. 9, 2003, pp. 1-13.

_____. A História Ensinada: Saber Escolar e Saberes Docentes em Narrativas da História Escolar. Londrina: ANPUH, “XXIII Simpósio Nacional de História - História: guerra e paz”, 2005, pp. 1-7.

_____. Aulas de História: Questões do/no Tempo Presente. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 58, pp. 165-182, out./dez. 2015.

_____. Didática da História e Teoria da História: Produção de Conhecimento na Formação de Professores. Belo Horizonte: XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino/UFMG. Seminário “A didática da história na formação de professores: problemas de desafios”, 2010, p. 1-13.

MONTEIRO, A. M. F. C.; PENNA, Fernando. Ensino de História: Saberes em Lugar de Fronteira. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 36, n. 1, jan/abr. 2011, pp. 191-211.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

PACHECO, José Augusto. Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

PANDOLFI, Dulce. (Org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Prisioneiros da Guerra – Os “Súditos do Eixo” nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2009.

_____. Prisioneiros de Guerra: Reclusão dos Imigrantes Indesejáveis (Brasil: 1942-1945). In: *Revista Seminários – nº 3 – Imigração, Repressão e Segurança Nacional*, 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/proin/publicacoes/revista-1.php?idRevista=2>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

PETRUCELLI, José Luis. Doutrinas Francesas e o Pensamento Racial Brasileiro (1873-1930). Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm>> Acesso em 26 jan. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, n. 10, 1992, pp. 200-215.

_____. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PURDY, Sean. A Segunda Guerra e os Estados Unidos como “World Cop”. In: KARNAL, Leandro. et al. *História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Jair de Souza. Dos Males que Vêm com o Sangue: As Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado Histórico. In: SCHMIDT, M.A.; BARCA, I.; MARTINS, E.R. (orgs.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 41-49.

SAITO, Hiroshi (org.). A Presença Japonesa no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. O Japonês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Sociologia e Política, 1961.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: *XXII Encontro Nac. da ANPOCS. Migrações Internacionais*. Caxambu: 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 12. Reimpressão.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

_____. Colonização, Imigração e Questão Racial no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, n.53, mar./mai. 2002.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Conspiração Sol Nascente. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 18: 28-33, mar. 2007. Também disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/conspiracao-sol-nascente>> Acesso em 19 jul. 2016.

SILVA, Micael Alvino da. Inimigos em Casa: Os Súditos do Eixo no Paraná (1942-1945). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et. al. (Org.) *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, pp. 655-674.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. et. al. *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 73-101.

_____. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Alienígenas na Sala de Aula: Uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, pp. 185-201.

_____. Teorias do Currículo: O Que é Isso? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 11-17.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Ricardo A. Santos de. O Conde Gobineau e o Horror à Ambivalência. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2006, pp. 1-6.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. A Comunidade Japonesa no Brasil (1908-1924): Quistos Étnicos ou Espaços de Identidade Imigrante? Disponível em <http://www.storicamente.org/07_dossier/migracioni-takeuchi.htm>. Acesso em 16 jul. 2016.

_____. Japoneses – a Saga do Povo do Sol Nascente. São Paulo: Ed. Lazuli, 2007.

_____. O Império do Sol Nascente: Entre a Idealização e a Realidade. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Márcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, pp. 25-62.

_____. O Perigo Amarelo – Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945). São Paulo: FAPESP/Humanitas, 2008.

_____. O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra (1939-1945). Inventário Deops: Módulo III – Japoneses. Org. por Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo, Arquivo do Estado:

Imprensa Oficial, 2002.

Yves Chevallard e o Conceito de Transposição Didática. Disponível em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212105_04_cap_03.pdf> Acesso em 25 jan. 2015.

2. Fontes Primárias

2.1. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte (1934)

Proposta do deputado Arthur Neiva, apresentada na Sessão de 19 de dezembro 1933. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte (1934), v. 4, pp. 211-216. Disponível em: file:///C:/Users/Livre/Downloads/anais_1934_v4.pdf> Acesso em 24 out. 2016.

Proposta do deputado Miguel Couto, apresentada na Sessão de 30 de novembro 1933. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte (1934), v. 4, pp. 490-493. Disponível em: file:///C:/Users/Livre/Downloads/anais_1934_v4.pdf> Acesso em 24 out. 2016.

Proposta do deputado Xavier de Oliveira, apresentada na Sessão de 22 de dezembro 1933. Annaes da Assembleia Nacional Constituinte (1934), v. 4, pp. 546-549. Disponível em: file:///C:/Users/Livre/Downloads/anais_1934_v4.pdf> Acesso em 24 out. 2016.

2.2. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ (Fundo DOPS/DEOPS)

As Cooperativas Japonesas: Centros de Sabotagens Econômicas. 13 abr. 1943, pp. 1-8, v. 2, setor: Japonês, dossiê: Cooperativas Japonesas, DESPS - Info N° 326, DEOPS/RJ, APERJ.

A Sombra de Pearl Harbour sobre os Destinos de ‘Registro’: O Gravíssimo Problema da Infiltração Nipônica no Litoral de São Paulo. 26 fev. 1942, fl. 87, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Niponismo, DEOPS/RJ, APERJ.

Atividades Japonesas. 9 set. 1939, fl. 23, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Atividades Japonesas, DESPS/RJ, DEOPS/RJ, APERJ.

Colônias Japonezas. 18 jul. 1939, fls. 20-21, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

Foco de Japoneses. 14 mai. 1943, fl. 260, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japonezes, DEOPS/RJ, APERJ.

Futuras Diligências contra os Japoneses. 18 jan. 1941, fl. 1, v. 2, setor: Japonês, dossiê 3: Futuras Diligências contra os Japoneses, DEOPS/RJ, APERJ.

Japonezes Suspeitos. 11 mar. 1942, fl. 102, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japonezes, DEOPS/RJ, APERJ.

Jardim Nipon. 25 mar. 1942, fls. 1-2, v. 2, setor: Japonês, dossiê 5: Jardim Nipon, DEOPS/RJ, APERJ.

Niponismo – Zona de Iguape. 1 set. 1941, fls. 29-30, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

Os Japoneses no Brasil. dez. 1941, fl. 45, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

S-1-BOLETIM Nº 308 (Pág. XII). 27 dez. 1941, fl. 59, v. 1, setor: Japonês, dossiê: Japão, DEOPS/RJ, APERJ.

Shindô Renmei. 21 ago. 1946, fls. 336-337, v. 3B, setor: Japonês, dossiê: Shindô Renmei, DEOPS/RJ, APERJ.

2.3. Centro de Memória – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí

Livro de Registro de Contas Correntes da Prefeitura Municipal de Itaguaí. 1942. Centro de Memória – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí.

Livro de Registro de Termos de Responsabilidade. 1942-1943, Centro de Memória – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí.

2.4. Fundação Biblioteca Nacional (RJ)

ALONSO, Annibal Martins. Estrangeiros no Brasil: Legislação Anotada e Atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.

ASCOLI, Nestor. A Imigração Japonesa para a Baixada do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revista da Língua Portuguesa, 1924.

COARACY, Vivaldo. O Perigo Japonês. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942.

GREGO, I. O Inquilino Amarelo. Careta. Rio de Janeiro, n. 1854, p. 6, 8 jan. 1944. Biblioteca Nacional/RJ, setor de periódicos, localização do título: PR-SPR 00142[1-72].

LOBO, Bruno. Esquecendo os Antepassados, Combatendo os Estrangeiros. Rio de Janeiro: Alba, 1935.

MORAES, Carlos de Souza. A Ofensiva Japonesa no Brasil: Aspecto Social, Econômico e Político da Colonização Nipônica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

NIEMEYER, Waldyr. O Japonês no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1932.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. Raça e Assimilação. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria

José Olympio, 1932.

WELLISCH, Maurício. Legislação sobre os Estrangeiros: Anotada e Atualizada. Rio de Janeiro: Nacional, 1941.

2.5. Biblioteca Nacional Digital (Hemeroteca Digital)

Periódicos

- A Pátria

Noticiário. A Pátria, Niterói, 07 mai. 1856, n. 48, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830330/192>> Acesso em: 12 set. 2016.

A Falla do Trono. A Pátria, Niterói, 09 mai.1856, n. 50, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830330/198>> Acesso em: 12 set. 2016.

Agricultura. A Pátria, Niterói, 02 ago. 1856, n. 120, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830330/477>> Acesso em: 12 set. 2016.

Noticiário. A Pátria, Niterói, 27 dez. 1876, n. 125, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830330/11665>> Acesso em: 12 set. 2016.

- Correio da Manhã

Hoje. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 03 jul. 1908, n. 2545, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/16899> Acesso em: 10 mai. 2016.

- Correio Paulistano

Os Japonezes em S. Paulo. Correio Paulistano, São Paulo, 25 jun. 1908, n. 16.118, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/13414> Acesso em: 10 set. 2016.

- Diário Carioca

Os Motoristas Súditos do Eixo... Diário Carioca, Rio de Janeiro, 07 jan. 1942, n. 4.772, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/15345> Acesso em: 18 set. 2016.

Controlando as Atividades dos Alemães, Japoneses e Italianos Residentes no Brasil. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 04 fev. 1942, n. 4.183, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/8986> Acesso em: 18 set. 2016.

Removidos os Residentes Inimigos. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 25 fev. 1942, n. 4.200, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9266> Acesso em: 18 set. 2016.

O Gravíssimo Problema da Infiltração Nipônica no Litoral de São Paulo. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 26 fev. 1942, n. 4.201, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9293> Acesso em: 18 set. 2016.

Por detrás da Mascara Amarela. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 28 fev. 1942, n. 4.203, pp. 1; 13; 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9310> Acesso em: 18 set. 2016.

Vinte e Dois Mil Japoneses que Desaparecem Misteriosamente. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 01 mar. 1942, n. 4.204, pp. 15-16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9340> Acesso em: 18 set. 2016.

Evacuação de Elementos Suspeitos. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 06 mar. 1942, n. 4.208, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9404> Acesso em: 18 set. 2016.

- Gazeta de Notícias

A Mania dos Perigos. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 03 mar. 1933, n. 52, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/3955> Acesso em: 10 set. 2016.

A Crise de Braços que se Avizinha para a nossa Lavoura. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 08 jun. 1935, n. 134, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/5078> Acesso em: 10 set. 2016.

2% de Juízo. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 01 nov. 1934, n. 33, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/2615> Acesso em: 10 set. 2016.

Uma Campanha Injusta. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 23 jul. 1935, n.172, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/5591> Acesso em: 10 set. 2016.

O Grande Assumpto. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 15 set. 1935, n. 219, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/6216> Acesso em: 10 set. 2016.

- Jornal do Brasil

O Homem Japonez (por Mário Rangel). O Jornal, Rio de Janeiro, 13 dez. 1924, n. 1.829, pp. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/18742>/<http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/18743> Acesso em: 14 set. 2016.

Imigração Japoneza. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 ago. 1933, n. 186, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_05/35280> Acesso em: 14 set. 2016.

A Denúncia contra o Perigo Japonês. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 jan. 1934, n. 17, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/40057> Acesso em: 14 set. 2016.

Telegramas do Interior (São Paulo). Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 abr. 1940, n. 78, p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/1893> Acesso em: 14 set. 2016.

Imigração e Imperialismo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 mar. 1942, n. 68, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/16191> Acesso em: 14 set. 2016.

O Perigo Amarelo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 mar. 1942, n. 69, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/16231> Acesso em: 14 set. 2016.

As Atividades Anti-Brasileiras. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 mar. 1942, n. 69, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/16235> Acesso em: 14 set. 2016.

O Brasil está Vigilante. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 abr. 1942, n. 80, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/16482> Acesso em: 14 set. 2016.

O Olho do Eixo. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 jun. 1943, n. 161, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/22981> Acesso em: 14 set. 2016.

- Jornal do Commercio

A Semana. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 15 jan. 1855, n. 14, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8020> Acesso em: 05 set. 2016.

Emigrantes Chins. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 10 fev. 1855, n. 41, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8129> Acesso em: 05 set. 2016.

Maranhão (Trecho de discurso do presidente da província do Maranhão). Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 31 mar. 1855, n. 89, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8324> Acesso em: 07 set. 2016.

Colonos Chins (Carta de Manoel de Almeida Cardoso para a redação do Jornal do Commercio). Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 02 jun. 1855, n. 151, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8581> Acesso em: 07 set. 2016.

Colonos Chins (Consulta de Manoel de Almeida Cardoso aos contratantes de mão de obra chinesa por ele oferecida). Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 02 jun. 1855, n. 151, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8581> Acesso em: 07 set. 2016.

Colonos Chins. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1855, n. 160, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8619> Acesso em: 07 set. 2016.

Camara dos Srs. Deputados (Trechos do discurso do deputado Nebias, na Câmara dos Deputados, em 27-06-1855). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1855, n. 179, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8703> Acesso em: 07 set. 2016.

Correspondências: Colonização (Carta sobre “Colonização” (sic) assinada por Dr. R. M. F., dirigida à redação do *Jornal do Commercio*). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1855, n. 347, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/8703> Acesso em: 08 set. 2016.

Auxílios à lavoura. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 02 jun. 1878, n. 153, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/18533> Acesso em: 07 set. 2016.

Triste Contrato. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1908, n. 2.695, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/18325> Acesso em: 10 mai. 2016.

O Problema da Imigração (fragmento). Retrospecto do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1926, p. 146. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/180688/7903>> Acesso em: 15 set. 2016.

- O Jornal

Os Estados Unidos e a Imigração Japonesa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1924, n. 1.667, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/16647> Acesso em: 23 set. 2016.

O Artigo do Professor Miguel Couto. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04 nov. 1924, n. 1.795, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/18270> Acesso em: 23 set. 2016.

2.6. Periódicos Estrangeiros / Internet

- Los Angeles Times

Japs Open War on U.S. with Bombing Hawaii. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 08 dec. 1941, p. 1. Disponível em: <<http://documents.latimes.com/dec-8-1941-japs-open-war-us-bombings-hawaii/>> Acesso em: 19 out. 2016.

- San Francisco Chronicle

Brown Men An Evil In The Public Schools. San Francisco Chronicle, São Francisco, 05 mar. 1905. Disponível em: <<http://ddr.densho.org/ddr/densho/69/9/mezzanine/a2e86d6dcd/>> Acesso em: 07 out. 2016.

The Yellow Peril – How the Japanese Crowd Out the White Race. San Francisco Chronicle, São Francisco, 09 mar. 1905. Disponível em: <<http://ddr.densho.org/ddr/densho/69/16/mezzanine/3ba3a4dd32/>> Acesso em: 07 out. 2016.

People Becoming Aroused to the Brown Peril. San Francisco Chronicle, São Francisco, 13 mar. 1905. Disponível em: <<http://ddr.densho.org/ddr/densho/69/21/mezzanine/3000eca8dc/>> Acesso em: 07 out. 2016.

- Liberty The Magazine of a Free People

My Only Crime Is My Face. Liberty The Magazine of a Free People, 14 ago. 1943, p. 11. Disponível em: <http://digitalassets.lib.berkeley.edu/jarda/ucb/text/cubanc6714_b317w02_0047.pdf#page=1> Acesso em: 19 out. 2016.

2.7. Legislação

BRASIL. Decreto 528, de junho de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Lei Nº 97, de 05 de outubro de 1892. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html>> Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 406, 04 de maio de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 out. 2016.

2.8. Outros documentos

Salvo-conduto de Kiniti Kaku, de 19 de maio de 1942. Disponível em: <<https://historiaial.wordpress.com/3-processo/pista-6/>> Acesso em: 25 out. 2016.

U. S. ARMY. Instructions to All Persons of Japanese Ancestry. Disponível em: <<http://cdn.history.com/sites/2/2013/12/Japanese-Internment-Hero.jpg>> Acesso em: 19 out. 2016.

2.9. Iconografia

- Careta

O Sósia do Tojo. Careta. Rio de Janeiro, 15 jan. 1944, n. 1855, p. 3. Biblioteca Nacional/RJ, setor de periódicos, localização do título: PR-SPR 00142[1-72]

Não adianta. Careta. Rio de Janeiro, 28 out. 1944, n. 1896, p. 3. Biblioteca Nacional/RJ, setor de periódicos, localização do título: PR-SPR 00142[1-72].

- Diário Carioca (Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional Digital)

Os Quinta-Colunistas Súditos do Eixo. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 mar. 1942, n. 4.216, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9534> Acesso em: 01 nov. 2016.

- Encyclopaedia Britannica

Mapa mostrando a extensão da zona de exclusão e a localização dos campos de internamento para nipo-americanos. Disponível em: <<https://global.britannica.com/event/Japanese-American-internment>> Acesso em: 01 nov. 2016.

Família Mochida antes de sua evacuação e relocação em um campo de internamento para nipo-americanos. Disponível em: <<https://global.britannica.com/event/Japanese-American-internment>> Acesso em: 01 nov. 2016.

Remoção de nipo-americanos de Los Angeles para campos de internamento (1942). Disponível em: <<https://global.britannica.com/event/Japanese-American-internment>> Acesso em: 01 nov. 2016.

- National Archives Catalog

Esperando ônibus para a evacuação em São Francisco, Califórnia, 06 abr. 1942. Disponível em: <<https://catalog.archives.gov/id/536065>> Acesso em: 01 nov. 2016.

Os chefes de família japoneses e as pessoas que vivem sozinhas formam uma linha fora da estação localizada no Auditório da Liga de Cidadãos Nipo-americanos, no nº. 2031 da Rua Bush, para se apresentarem para "processamento", em resposta à Ordem de Exclusão Civil 20. Disponível em: <<https://catalog.archives.gov/id/536422>> Acesso em: 01 nov. 2016.

- O Malho (Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional Digital)

Imigração Japonesa. O Malho, Rio de Janeiro, 05 dez. 1908, n. 325, p. 9. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/116300/12668>> Acesso em: 01 nov. 2016.

- Pinterest

Political Cartoons, Comics and Propaganda. Open Your Yap and You'll Help the Jap. Don't Be Guilty of Blabotage. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/413557178263634554/>> Acesso em: 01 nov. 2016.

- Reddit Imgur.com

"Let's Help Slap the Jap Right Off the Map with Our Scrap". Lincoln High School, Portland, c. 1942. Disponível em: <https://www.reddit.com/r/Portland/comments/3uppn2/lets_help_slap_the_jap_right_off_the_map_with_our/> Acesso em: 01 nov. 2016.

- Revista Ilustrada (Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional Digital)

Congresso Agrícola. Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 1878, n. 120, pp. 4-5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/332747x/848>> Acesso em: 01 abr. 2015.

Sem título. Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 1879, n. 154, pp. 4-5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/332747x/1095>> Acesso em: 01 abr. 2015.

Colonização chinesa. Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, 1879, n. 175, pp. 4-5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/332747x/1258>> Acesso em: 01 abr. 2015.

- Smithsonian – The National Museum of American History

"Japs Keep Moving - This is a White Man's Neighborhood." Data: c. de 1920. Disponível em: <<http://amhistory.si.edu/perfectunion/collection/image.asp?ID=411>> Acesso em: 03 nov. 2016.

- The Washington Post

Tempestade de neve, Centro de Relocação Manzanar, Califórnia, 1943. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/in-sight/wp/2015/11/20/legendary-photographer-ansel-adams-visited-the-japanese-internment-camps-in-1943-heres-what-he-saw/?utm_term=.d26eeeb610b7> Acesso em: 01 nov. 2016.

Um ônibus deixando Manzanar para relocação, 1943. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/in-sight/wp/2015/11/20/legendary-photographer-ansel-adams-visited-the-japanese-internment-camps-in-1943-heres-what-he-saw/?utm_term=.d26eeeb610b7> Acesso em: 01 nov. 2016.

- University of Notre Dame

Waiting for the Signal from Home (por Dr. Seuss). 13 fev. 1942. Disponível em: <<https://freshwriting.nd.edu/volumes/2015/essays/can-we-forgive-dr-seuss>> Acesso em: 01 nov. 2016.

3.0. Audiovisuais:

Scrap the Japs. Direção: Seymour Kneitel. Produção: Max Fleischer. Animação: Tom Johnson; Ben Solomon, 1942, 6:08 min., p e b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bCFZ6nh9djY>> Acesso em: 07 nov. 2015.

You're a Sap, Mr. Jap. Direção: Dan Gordon. Produção: Max Fleischer. Animação: Jim Tyer; George Germanetti, 1942, 7:07 min., p e b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8p_SABG3SPk> Acesso em: 07 nov. 2015.

Seein' Red, White and Blue. Direção: Dan Gordon. Produção: Dan Gordon; et al. Animação: Jim Tyer; Ben Solomon, 1943, 6:42 min., p e b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QLKSVRWklj0>> Acesso em: 12 nov. 2015.

ENTREVISTAS

LUIZ EIJE MURAMATSU.....	259
TERUYUKI MATSUNAGA.....	273
TITOSE MAKIMOTO.....	280

Luiz Eije Muramatsu

Entrevista realizada em 10 de outubro de 2009, no Templo Budista Hoshôji, situado à Estrada de Piranema (RJ-099), nº 716 – Bairro Piranema – Itaguaí – RJ

Luiz Eije Muramatsu – Ele tinha muito conhecimento com Getúlio Vargas. Aí Getúlio Vargas, na época que não tinha nem Via Dutra; era a Rio-São Paulo antiga que tinha aqui. Então a verdura vinha de São Paulo. Não tinha verdura. “Ah, então, coloca japonês, não é. Mas como? Ora, faz um loteamento, distribui terreno, não é?”

Então o que fez? O Getúlio Vargas o que ele fez?

Aqui era tudo lagoa. Então fizeram canalização. Esses canais que têm aí é tudo artificial. Aqui era tipo pantanal.

Alessandro – Terrenos alagadiços, não é?

Luiz Eije Muramatsu – Aí, houve o que naquele tempo chamava INA. É colonização agrícola. E fizeram canais e distribuíaam 10 hectares a longo prazo. Com carência alta, ne. E financiou maquinários, tratores e máquinas para irrigações. E, como... esse *Hidemi Nakano* era de Lins. Então...

Alessandro – De Lins?

Luiz Eije Muramatsu – É.

Alessandro – Em São Paulo?

Luiz Eije Muramatsu – É, de São Paulo. Então, quase todas as pessoas vieram de lá. Mas vieram mais de Mogi, Central, e não estava virado só pra colônia japonesa, não. Quem quisesse vir entrava, ne. E assim foi feito. Parece que foi feito primeiro em Santa Cruz, ne.

Alessandro – Isso...

Luiz Eije Muramatsu – De Santa Cruz muita gente veio pra cá. Então eu conheci outras pessoas que vieram nessa época, assim, que diz que não podia nem abrir a boca porque, à tardinha, assim, diz que entrava mosquito na boca. E...

Alessandro – Malária, não é?

Luiz Eije Muramatsu – Cheio de malária, ne. Uma coisa assim... E os terrenos com o tempo foram emancipando, ne. Ganharam título definitivo. E rendeu.

Primeiro começou com tomate, ne. Depois veio a era do quiabo. Esse quiabo que eles tão vendendo hoje aí, nasceu aqui, em Santa Cruz. Chamam até Santa Cruz 47, porque houve melhoramento aqui em 47, ne, nessa variedade de quiabo. Então, depois do quiabo agora passou pra goiaba, ne. Goiaba também era só nativa, ne. Japoneses que começaram a podar e começaram a ensacar. É a atual goiaba de hoje. Goiaba de mesa.

E depois da goiaba... hoje também já ta fraquejando, mas é coqueiro, ne. Côco, ne. Côco hoje sofre muita concorrência do côco do Nordeste, que vende muito barato, ne.

É por aí, ne... até onde eu sei, é por aí.

Alessandro – O senhor nasceu em que ano? Posso perguntar?

Luiz Eije Muramatsu – Eu nasci em 1937, em Marília. Como eu trabalhava no Rio de Janeiro, minha mulher morava aqui. E meus pais... O pai dela e o meu pai eram muito amigos, ne, e eu visitava. Aí conheci minha mulher, acabei casando e depois de casado eu me mudei para Itaguaí. Mas eu já conhecia Itaguaí, já conhecia o Rio de Janeiro, ne. Pro Rio de Janeiro eu vim em 56.

Alessandro – E qual é o nome do seu sogro?

Luiz Eije Muramatsu – Meu sogro? *Toshio Yabuzaki*. Ele veio de Lins.

Alessandro – Então o senhor diz que ele se instalou aqui na época em que Getúlio Vargas ainda governava.

Luiz Eije Muramatsu – É, ele era Presidente.

Alessandro – Mas ele sentiu algum tipo de preconceito por parte da população?

Luiz Eije Muramatsu – Não. Parece que em Itaguaí, no Rio de Janeiro, assim, não houve preconceito.

Alessandro – Não era tão forte, não é?

Luiz Eije Muramatsu – É.

Alessandro – Em São Paulo a situação era mais complicada, não é isso?

Luiz Eije Muramatsu – Em São Paulo, foi. Eu, quando estava na escola, sofri muito preconceito, ne. Porque eu... em 1945, que eu entrei na escola. Aí eu sofri muito...

Alessandro – Finalzinho da Guerra? A Guerra já tinha terminado? O senhor se lembra se a Guerra já tinha terminado? Porque ela termina em 1945, mas em agosto.

Luiz Eije Muramatsu – Não. Quando eu entrei na escola ainda não tinha terminado, não.

Alessandro – Ah, sim. Comecinho do ano, não é?

Luiz Eije Muramatsu – Então meu tio falou assim, em agosto, ne: “Poxa! Soltaram bomba atômica no Japão.” Eu tinha 7 anos. Nem sei o que que é isso, ne. [riso].

Alessandro – O senhor já estava na escola?

Luiz Eije Muramatsu – Estava no primeiro ano. E meus pais sempre falavam assim: “Você, não briga na escola. Pode ser xingado, o que quiser. Mas, você, não reaja.” Eu não reagia.

Uma vez eu estava na escola, assim... em Santo André, ne. Um monte de marmanjo, criança lá, com uns 15 anos, assim, me cercou, me urinou. Mijou em cima de mim.

Alessandro – É mesmo?

Luiz Eije Muramatsu – E eu não podia nem reagir. Porque o outro era marmanjo grande. E várias pessoas. Agora, onde eu estudei mais... em Pompéia, por exemplo... ali sofria discriminação, mas nem tanto. Porque colônia japonesa lá era forte, ne. Pra você ter uma idéia, a escola era construída pelos japoneses. Era clube de japoneses. Dava aula de japonês até meio-dia; depois de meio-dia, português, ne. E no... quando estourou a guerra Japão e Brasil, ficou encampado pelo município, ne. Aí ficou escola municipal. Não podia mais dar aula de japonês. Mas, mesmo assim, nós éramos 49 alunos. 4 que não eram filhos de japonês. 45 pessoas eram filhos de japonês. E quando tinha que fazer alguma obra e tudo, os pais dos filhos japoneses que faziam mutirão e consertavam. Mantinham. E pra manter a professora lá no sítio, os pais japoneses... era municipal, a escola municipal, paga pelo município... mas fazia vaquinha pra segurar professor. Durante a guerra, ne. É fogo. E eu andava 6 km todo dia até a escola. Pra ir... eu levava quase duas horas pra ir e duas horas pra voltar.

Alessandro – A pé?

Luiz Eije Muramatsu – A pé. E muitos filhos de japoneses... Os japoneses falavam assim: “Eu não vou mandar meu filho pra aprender português. Eu vou embora pro Japão.” E riam do meu pai. Então eu fui um dos primeiros a frequentar escola de português. E tem uma coisa, hoje todos esses... Você sabe o que é *dekasegi*?

Alessandro – Sim.

Luiz Eije Muramatsu – Japonês que vai lá pro Japão e tudo. E reclama que o filho não fala japonês, e que não entende nada do que os professores falam. Mas quando eu entrei na escola também, eu não sabia, eu não entendia nada do que a professora falava. E eu não achava que o sistema estivesse errado. Eu achava que eu que estava errado, que não entendia. Depois de meio ano, assim, você começa a entender, ne.

Alessandro – Entendo.

Luiz Eije Muramatsu – Daí você engrena, vai. Mas no começo era fogo.

Alessandro – Assim, o senhor, da sua parte, tinha aquela vontade de se sentir assimilado, não é?

Luiz Eije Muramatsu – É. Então, mas o... assimilação muito também, ne, o japonês falava assim: “Você é um traidor”, ne.

Alessandro – Ah, tinha um pouco disso também, não é?

Luiz Eije Muramatsu – Tinha muito, ne. Meu pai era mais avançado um pouco. Não era assim, não. Era avançado, então era muito visado por essa *Shindô Renmei*, ne.

Alessandro – Sim, sim.

Luiz Eije Muramatsu – Então tinha que calar a boca, ficar quieto.

Alessandro – O senhor pegou essa época, não?

Luiz Eije Muramatsu – É.

Alessandro – A *Shindô Renmei* vai surgir logo após o final da Segunda Guerra.

Luiz Eije Muramatsu – É, nessa época.

Alessandro – Na região de Bastos, principalmente.

Luiz Eije Muramatsu – Os meus colegas de escola mesmo falavam assim: “Seu pai é o quê? Seu pai é o quê?”.

Luiz Eije Muramatsu – Perguntavam e eu falava: “Eu não sei. Eu não sei”.

Alessandro – *Kachigumi* ou *Makegumi*?

Luiz Eije Muramatsu – *Kachigumi* ou *Makegumi*. Eu falava: “Eu não sei”. Para não complicar meu pai, ne.

Alessandro – Claro.

Luiz Eije Muramatsu – É fogo, rapaz. Eu achava que, eu não sabia falar português, não entendia português... eu não achava que o governo tá errado. Eu achava que eu é que estou errado. Agora o pessoal que... *nisei* que fica lá, vai lá, não entende japonês... Tá certo que não entende. Mas entende mais do que eu entendo português, hoje. Porque ouve o vovô falar; pai e mãe falam, não é? Então, nós enfrentamos muito mais dificuldades do que eles.

Alessandro – Porque ao sair daqui eles já tiveram contato com a língua aqui, em família. O senhor, não. O senhor veio de lá sem ter tido qualquer contato com a língua portuguesa.

Luiz Eije Muramatsu – Não, não. Eu nasci aqui.

Alessandro – Ahh, sim. O senhor nasceu em Marília.

Luiz Eije Muramatsu – Mas me criei, assim como minha mulher, fui criado...

Alessandro – Mas o seu convívio era só em japonês?

Luiz Eije Muramatsu – Só em japonês. Era proibido falar português em casa, ne. Então, primeiros dias meu pai falava assim: “*Ohayou gozaimasu* é bom dia em português”, ne. “Até logo, *sayounara*”.

Alessandro – Mas aí, dessa forma, ele já ia ensinando ao senhor.

Luiz Eije Muramatsu – Ia ensinando assim. Então a dificuldade era menor. E pra você saber, repetência naquele ano, naquele tempo, era comum. Mas, olha, se eu disser que eu nunca repeti, parece mentira. Porque você estava um tempo na escola, meu pai já mudava de lugar, ia pra outra cidade. Aí era outra aula, outra escola, ne. Nunca repeti, mesmo assim, ne. Era fogo. Porque naquele tempo, eu acho que... escola o peso da matéria era diferente. A gente entrava 8:00h saía ao meio-dia. Até às 10:00 horas era só aritmética, matemática, ne. Então o peso de matemática era 50%, ne. E matemática era uma das matérias que meus pais podem ajudar. Agora se você História, Geografia, outras coisas, meus pais não sabem ajudar. Vai ensinar isso aí de que jeito? Mas matemática, eu lia e explicava pra minha mãe e minha mãe ensinava. Fração e tudo, ne? Probleminhas, explicava. Então eu era bom na matemática. Era 10 direto, direto. Então eu podia tirar zero noutra matéria que eu passava.

Alessandro – Matemática não era problema para o senhor?

Luiz Eije Muramatsu – Em matemática eu dava banho em todo mundo. Entre meus colegas mesmo eu dava banho em todo mundo. Sempre fui. Eu tenho segundo grau técnico, ne. Mas eu sempre tive nota...

Alessandro – Em que área?

Luiz Eije Muramatsu – Máquinas, ne. Então eu sempre tive muita vantagem em matemática. Entendeu? Qualquer lugar que eu fui... concurso... entrar na firma, sempre foi, era tudo matemática 50%. Qualquer concurso, qualquer exame para entrar numa firma era, ne. Só dava probleminha de matemática, decimal, essas coisas. Quando fui na Bayer... eu trabalhei 12 anos na Bayer, pra fazer teste, assim, era brincadeira. Então eu sempre em concurso, admissão para certas firmas aí, eu levei sempre vantagem.

Alessandro – E quando... O senhor diz que nessa época da escola era muito difícil. Que tinha esse tipo de discriminação. Seu pai o orientava de alguma forma com relação a falar o idioma quando o senhor estivesse em público? ...

Luiz Eije Muramatsu – Não, não. Orientação nesse sentido, não. Mas ele sempre falava assim: “Não reaja em briga. Você fica... faz de conta que você é bobo. E qualquer coisa que perguntarem sobre guerra, não sabe”. Agora, quando eu tinha 7 anos, quando eu comecei na escola, assim, meu pai falou assim: “É, o Brasil declarou guerra com o Japão”. Eu falei: “O que que é guerra?”

Alessandro – E o senhor nem fazia idéia, obviamente, do que acontecia no mundo, ne? Era uma criança...

Luiz Eije Muramatsu – Ele me falou: “Guerra, ué. Um soldado mata o outro”. Eu pensei, ne: “Mas isso não é ilegal? Se você mata um vizinho, não vai preso? Como é que pode o governo matar um ao outro?” Eu pensava desse jeito, ne.

Alessandro – Claro. Na ingenuidade de uma criança, ne.

Luiz Eije Muramatsu – Como é que pode? É. Pensamento de uma criança, ne.

Então não teve... Até que nós fomos para uma colônia japonesa muito forte, ne. Então, discriminação no sítio lá em Pompéia não houve muito, não. Mas eu estudei meio ano aqui em Santo André. Aqui era forte, viu? Ali era forte. Acho que eu era o único filho de japonês da escola.

Alessandro – Muito visado, ne?

Luiz Eije Muramatsu – É, muito visado. Tinha que ver que... a turma me cercou, urinou em cima de mim. E você não podia falar nada, ne. Quietinho. Em termos gerais, é por aí.

Alessandro – E, no caso do seu pai, particularmente, teve algum episódio em que ele se sentiu assim também? Tipo, discriminado?

Luiz Eije Muramatsu – Não... No município de Pompéia, assim como em outros lugares, os japoneses não podiam juntar mais do que três pessoas, ne. E não podia falar nem “bom dia” em japonês. Então, teve muita gente que foi na cidade fazer compra ou alguma coisa, e que falou: “Ohhh, bom dia! Como vai você?” Pah, já dormia uma noite na cadeia. Muitos colegas do meu pai foram presos por uma noite, sem motivo nenhum, só porque falaram japonês. Mas não houve, assim, maus tratos, não.

Alessandro – Físicos, ne? Físico, não, ne.

Luiz Eije Muramatsu – Físicos, não. Não. Então meus pais evitavam o máximo sair à cidade, ne.

Alessandro – Então, na verdade, o que existia era um clima tenso, ne? Havia uma tensão. Assim: não tinham como se comportar naturalmente.

Luiz Eije Muramatsu – Na região. É.

Alessandro – Ou seja, manifestar a cultura, ne? O uso da língua, principalmente. Nisso vocês se policiavam para não ficar sendo visados.

Luiz Eije Muramatsu – E se houvesse briga entre japonês ou descendentes de japoneses com não descendentes, o próprio delegado policial nunca ficava... era imparcial... [Corrige-se] Era parcial, ne. Se eu e você brigássemos naquele tempo, eu não tinha razão nenhuma. E mesmo

que tivesse, ne [risos]. Ele mandava a gente calar a boca. Ficar quieto. Brasileiro xingando você e você tinha que ficar quieto.

Alessandro – Nesse período, sua família tinha algum contato com alguém já daqui de Itaguaí?

Luiz Eije Muramatsu – Não, não tinha. Não. De jeito nenhum.

Alessandro – É? Porque a colônia surge aqui justamente em 39. Ela começa a receber japoneses em 39. Que é o ano em que estoura a guerra. O Japão ainda não estava em guerra. Ele só entra em 41.

Luiz Eije Muramatsu – Não, já estava em guerra. Quando eu entrei na escola no primeiro ano já tinha estourado a guerra.

Alessandro – Não, eu digo em 39. Em 39 é a Alemanha que está em guerra contra os Aliados. Em 41, existe aquele ataque, ocorre aquele ataque a Pearl Harbour, ne.

Luiz Eije Muramatsu – 42, ne?

Alessandro – Finalzinho de 41, em dezembro. Aí, estoura a guerra. Em 42 o Brasil toma partido dos Aliados. É aí que a situação fica complicada aqui um pouco para os japoneses, ne. E aqui em Itaguaí já tinha, já havia famílias aqui. Só que eu ainda não consegui conversar com ninguém que já estivesse aqui nesse período.

Luiz Eije Muramatsu – É. Esses japoneses da velha guarda quase não existem hoje, ne, mais. Morreu tudo.

Alessandro – É. Faz muito tempo, ne. Tem o Sr. *Joaquim Shiose*, ne. Não sei se o senhor o conhece. Ele é bem conhecido.

Luiz Eije Muramatsu – *Joaquim Shiose*. É, ele tem.

Alessandro – Eu estive conversando com o filho dele, o *Minoru*.

Luiz Eije Muramatsu – É filho dele. O *Minoru* é filho dele.

Alessandro – Muito gene fina. Assim, muito agradável, muito simpático. Ele me deu até o endereço do Sr. Joaquim. Pra semana eu devo ir lá.

Luiz Eije Muramatsu – Joaquim é gente boa de papo, viu? Tudo que você perguntar ele...

Alessandro - Tá aberto...

Luiz Eije Muramatsu – Tá aberto. É uma pessoa aberta. Não é uma pessoa fechada.

Alessandro – O senhor também não é uma pessoa fechada.

Luiz Eije Muramatsu – (Risos)

Alessandro – A princípio, o senhor estava um pouco reticente, mas já me ajudou bastante.

Luiz Eije Muramatsu – É o que eu sei, ne. O que eu sei, eu falo.

Alessandro – Porque tem algumas... por exemplo: tem um senhor lá no centro de Itaguaí, o Sr. Massaru, que tem uma relojoaria. O Sr. Minoru até me indicou. Mas ele falou que já é um pouquinho mais difícil. Nem sempre ele está disposto a falar da vida dele. Mas, de qualquer forma, eu tenho que tentar. Minha pesquisa pretende valorizar aqui o papel da colônia na região de Itaguaí, mas também trabalhando essa questão: com é que era o convívio com o resto da população? Não podia falar o idioma, as escolas estrangeiras foram fechadas... Porque é claro que uma coisa é a lei... A lei dizia o que? Que não se podia falar o idioma. As escolas estrangeiras foram fechadas e tudo... Mas, às vezes, na prática, a lei não funciona, ne. As pessoas dão seu jeito de resistir, conseguem se manifestar culturalmente.

Luiz Eije Muramatsu – Então. Eu, por exemplo, tenho dificuldade em falar português, porque aprendi português depois.

Alessandro – Mas o senhor fala muito bem.

Luiz Eije Muramatsu – Eu aprendi português depois. Primeiro eu só falava japonês. E, japonês falado eu falo bastante, mas escrita eu não... Olha que eu... Tem aquele caractere japonês que chama *kanji*, ne. E tenho, mais ou menos, conhecimento de... sei ler e escrever, talvez, 600 *kanji*, ne.

Alessandro – Sei. Deixe-me ver. Se eu estiver errado, o senhor me corrige. (Escrevo sobre nome Muramatsu em *kanji*)

Luiz Eije Muramatsu – Esse é *Mura... Matsu*.

Alessandro – (Esqueço os últimos traços do ideograma) Ah, esqueci. Não acredito.

Luiz Eije Muramatsu – (Escreve os últimos traços) É, *ha*. Assim: *ha*. Aí já é outro. Como é? Na verdade, é assim. (Finaliza o ideograma corretamente)

Alessandro – Isso. Isso mesmo. Tá certo. Desculpa.

Luiz Eije Muramatsu – Esse *Mura* é de “bairro”, ne. *Matsu* é “pinheiro”.

Alessandro – *Matsu* é pinheiro, não é isso? Esse *Toshi* é de “ano”? Eu sabia mais, mas estou esquecendo.

Luiz Eije Muramatsu – Não. Esse aqui de *Toshi* é difícil, viu? É difícil pra caramba. Até eu ando com ele aqui porque é difícil mesmo. (Tira papel da carteira com seu nome escrito em japonês)

Alessandro – Ah, é?

Luiz Eije Muramatsu – Esse *Yabuzaki* (nome do sogro) é difícil. Eu agora puxo no computador, ne. Tem uma espécie de dicionário japonês, aí sai. Caso contrário... (Risos) Sabe o que é? A gente não usa.

Alessandro – Por isso vai esquecendo. Eu sabia mais. Já estudei bastante. Agora estou esquecendo porque não uso.

Luiz Eije Muramatsu – A gente não usa.

Alessandro – Esse *O* deve ser o de homem, não é? Esse eu lembro.

Luiz Eije Muramatsu – É. Esse *O* é homem. Mas esse *Toshi* é uma letra que nem existe hoje em japonês.

Alessandro – Ah, é?

Luiz Eije Muramatsu – É. *Toshi. Yabuzaki* existe. *Yabu, Yabu...* Eu não sei. (Chama a esposa: “Oh, Shize!”) Ela sabe. (“Oh, Shize, escreve *Yabuzaki* aqui. Você sabe escrever *Toshio Yabuzaki*?”) Ela sabe, porque ela era...

Esposa – Ahn?

Luiz Eije Muramatsu – *Toshio Yabuzaki* você sabe escrever?

Esposa – Agora eu não lembro.

Luiz Eije Muramatsu – *Yabuzaki* sabe. *Yabuzaki* sabe.

Esposa – Então, mas eu...

Luiz Eije Muramatsu – Tá vendo? Não usa, esquece. (Risos)

Esposa – Por quê? Tem que escrever?

Luiz Eije Muramatsu – Não, ele quer escrever.

Esposa – Põe *Muramatsu*.

Luiz Eije Muramatsu – *Muramatsu* eu já escrevi. *Muramatsu* é... (A partir daí, torna a se dirigir a mim diretamente) Esse *kanji* sai no segundo ano de japonês, ne. No segundo ano já ensinam esse *kanji*, *Muramatsu*.

Alessandro – Esse aqui no primeiro, ne?

Luiz Eije Muramatsu – Esse é *O. Otoko*. Você estuda japonês aonde?

Alessandro – Eu estudo sozinho.

Luiz Eije Muramatsu – Sozinho?

Alessandro – “*Hitori de benkyôshimasu*”. Eu não vou mais tomar seu tempo, pois estou vendo que vocês estão em alguma comemoração, em uma reunião... Mas o senhor já me ajudou bastante. Muito obrigado! De pessoas assim com mais idade, só há o senhor e essas pessoas que estão aqui?

Luiz Eije Muramatsu – Não, o pessoal daqui não é de Itaguaí. Eles são gente mais nova e não são de Itaguaí. Vem de outro lugar: Rio de Janeiro, São Paulo. O sacerdote veio de São Paulo. [Aponta uma jovem mulher que me cumprimenta] Ela é japonesa.

Alessandro – Ah, é?

Luiz Eije Muramatsu – Esposa do sacerdote titular daqui. Então, mas o sacerdote é de São Paulo. Veio de São Paulo há um ano e pouco, ne.

Alessandro – Vejo que têm jornais ali também, não é? Jornais em japonês.

Luiz Eije Muramatsu – Então, foi centenário ano passado, ne, da imigração japonesa. E nosso primeiro sacerdote veio nesse *Kasato Maru*.

Alessandro – No *Kasato Maru*?

Luiz Eije Muramatsu – É. Já veio com essa função. Veio registrado como lavrador, mas ele era sacerdote. Então, nosso budismo... acho que é o primeiro oficial aqui.

Alessandro – Com templo mesmo, específico?

Luiz Eije Muramatsu – É. E foi enviado pelo budista de lá. “Ó, você vai e faz isso.” Ele era sacerdote lá. “E faz isso”.

Alessandro – Ele veio diretamente para onde? Qual região?

Luiz Eije Muramatsu – Olha! eu não sei dizer. Eu sei que é São Paulo. Agora...

Alessandro – Mas ele veio na primeira leva, de 1908?

Luiz Eije Muramatsu – Primeira leva. É, em 1908.

Alessandro – Ah, então ele estava ali.

Luiz Eije Muramatsu – É.

Alessandro – E qual era o sobrenome dele?

Luiz Eije Muramatsu – *Ibaragi*. O sobrenome dele é *Ibaragi*, ne. Não sei como é que chama o primeiro nome, não, viu? Não sei, não. Agora *Nissui* é nome religioso, ne. *Nissui*. Esse é nome religioso. *Nissui Ibaragi*. Está ali. Mas havia o artigo em português também. Esse já é o jornal japonês da colônia, ne. Mas tinha artigo em português também. Alá! Em cima tem ali em português também. Aquele foi tirado da revista *Veja*, eu acho, o de cima. Pode ler. Pode tirar fotografia. Pode copiar.

Alessandro – Deixe-me ver se eu consigo.

[Interrupção da entrevista]

Luiz Eije Muramatsu – Procura o seu Joaquim que ele sabe bastante.

Alessandro – Eu vou. Eu vou. Verei se vou lá essa semana.

Luiz Eije Muramatsu – Lá em Mazomba. Ele mora em Mazomba. Ele é um dos poucos remanescentes que tem aí, viu? Tem mais outras pessoas também, mas é mais difícil de achar.

Alessandro – E esse bebezinho lindo? [Pergunto por uma criança que se encontra dormindo num carrinho de bebê]

Luiz Eije Muramatsu – Hein? É filha do sacerdote.

Alessandro – E ele está aqui?

Luiz Eije Muramatsu – Não. Parece que ele levou o outro sacerdote do Japão. Ele levou para o hotel ou alguma coisa assim. Parece que o acompanhou. Hoje, aqui, estamos fazendo 50 anos de igreja de Itaguaí. E essa igreja aí existe graças ao sacerdote que em 1973 esteve aqui, até 80 acho que esteve aqui. E essa igreja era lá atrás, junto com esse *Itaguaí Bunka Clube*, ne. Aí foi encampado pelo governo para a CSN, ne. E teve que comprar esse terreno aqui, fazer outra igreja aqui. Mas não tinha dinheiro, ne. Pois eles pagam muito pouco para desapropriar. Então ele entrou em contato com amigos dele do Japão, religiosos, e trouxe dinheiro naquela época, em 1970, 73, do Japão. Negócio de pai pra filho. Não tinha correção, não tinha juros, nem nada. Para pagar em vários anos. Então essa igreja existe graças a essa pessoa que está ali na fotografia. E ele está aqui hoje. Essa é a família dele, a esposa dele... Então, essa é a igreja dele no Japão. [Aponta uma das fotos exibidas no salão de jogos do Templo] Graças a ele existe essa igreja. [Refere-se, aqui, à igreja de Itaguaí] Porque ele trouxe dinheiro do Japão, e fez essa igreja. Então ele já está no Japão há muitos anos, 30 anos já. Aí nós convidamos ele, pagamos a passagem, e ele está aqui. E amanhã nós vamos fazer o cinquentenário dessa igreja. Ele está aí visitando nós. Nós chamamos eles.

Alessandro – Que legal! Veio ver o resultado do trabalho dele, não é?

Luiz Eije Muramatsu – Quer ver? Eu vou mostrar mais coisa ali dentro. Primeiro maquete, mais ou menos, desenho. [Aponta desenhos e fotos do antigo templo] E aqui, tá vendo, primeiro só tinha isso aqui, e essa cozinha e mato aqui. Não tinha muro, não tinha nada. Aqui foi construído esse salão, aqui. Era um lamaçal toda ela, um roçado... Aqui já é mais tarde. Aqui era só cobertura. Nós fizemos isso aqui. E foi indo, ne. Até o que é hoje. Embaixo, também, não era assim. Nós que fizemos...

Alessandro – O senhor está aqui? [Aponto uma foto com vários membros da igreja]

Luiz Eije Muramatsu – Não. Acho que não estou aparecendo muito, não. Porque eu sou o fotógrafo, ne. [gargalhada]

Alessandro – Ah, então o senhor fica por trás, não é? Por detrás das câmeras. Tá certo! [risos]

Luiz Eije Muramatsu – Aqui... Por aqui estou. Tá vendo? Aqui eu já estou. [Aponta fotos dele e de outras áreas do templo] Isso daqui são máquinas digitais, ne. Você vê... dá profundidade. Máquina de filme não dá pra fazer isso.

Alessandro – É verdade. Muito bonito!

Luiz Eije Muramatsu – Então, aqui não era assim. Era cerâmica embaixo. Em cima também não tinha isso aqui, fazia um calor danado. Porque em cima era só *Eternit*, telha, ne. Então

nós fizemos... Lá dentro eu mostro também. Era cerâmica; nós botamos granito, ne. O muro. Esse muro aí... nós tivemos que derrubar aquele... como é que chama aquele frutinho preto que dá?

Alessandro – Jamelão?

Luiz Eije Muramatsu – Jamelão. Era ruim de arrancar.

Alessandro – Aquilo mancha o chão todo, não é?

Luiz Eije Muramatsu – É. Valão ali, ó. Botamos manilha. Fazer esse muro aí não foi fácil.

Alessandro – E, tudo, vocês mesmos, não é?

Luiz Eije Muramatsu – Nós mesmos. Ali têm várias fotografias dos fundadores.

Alessandro – Tem até uma sinuquinha, não é? [riso]

Luiz Eije Muramatsu – Ali, também. Aqui. O templo antigo. O primeiro templo que tinha lá e que foi desapropriado. Esse, então, deve ser a inauguração daquele primeiro templo. Já quase morreu quase tudo já. [Comenta sobre os indivíduos fotografados]

Alessandro – O senhor sabe muita gente nem sabe que tem colônia japonesa aqui?

Luiz Eije Muramatsu – Mas a colônia agora diminuiu muito.

Alessandro – Não, é verdade. As pessoas foram procurar outros cantos onde viver. Mas nem que já teve uma colônia forte as pessoas sabem.

Luiz Eije Muramatsu – Se fosse como quando a gente era novo lá em Pompéia, assim, pô! Só pra você ter idéia: 49 alunos, 45 eram descendentes, filhos de japoneses.

Alessandro – É verdade. Concentração forte.

Luiz Eije Muramatsu – Eu acho que mesmo os brasileiros, filhos de brasileiros, os pais acho que não davam importância para escolaridade.

Alessandro – Isso é verdade. Nessa época...

Luiz Eije Muramatsu – Enquanto os japoneses falavam que não... Minha mãe sempre falava: “Uma pessoa sem escolaridade, sem ler, sem fazer continha, é um cego de olho aberto”.

Alessandro – É mesmo? Ela dizia isso? É porque lá mesmo, no Japão, havia muita preocupação com a escolaridade.

Luiz Eije Muramatsu – Só pra você ter uma idéia, meu pai nasceu em 1904. Naquele tempo, quando o menino completasse 6 anos e não estivesse matriculado na escola, oficial da prefeitura vinha em casa para saber por que não estava matriculado. Porque é doente, é aleijado... qualquer coisa.

Alessandro – Tinha que ter uma justificativa.

Luiz Eije Muramatsu – Tinha que ter uma justificativa. Naquele tempo, hein! Em 1904 meu pai nasceu. Então, você vê, isso foi em 1910, mais ou menos.

Alessandro – Ele nasceu em que cidade?

Luiz Eije Muramatsu – *Shizuoka*.

Alessandro – *Shizuoka*.

Luiz Eije Muramatsu – Aqui tem o mapa do Japão. Parece o estado do Rio, não é?

Alessandro – É verdade. O formato, não é?

Luiz Eije Muramatsu – É. *Shizuoka* é região central. Então, Tóquio é aqui. *Shizuoka*, aqui. [Aponta a localização da cidade no mapa]

Alessandro – Certo. Quer dizer que já nessa época...

Luiz Eije Muramatsu – Então, dizem que quando o imperador atual era príncipe, ele chegou aqui no Brasil e então brasileiro perguntou pra ele por que o Japão avançou tanto, não tem analfabeto, não sei o que... Então ele [o imperador] explicou que quando começou *Era Meiji*, *Imperador Meiji* deu título de nobreza para todos os professores e botou obrigatoriedade do atual fundamental.

Alessandro – Entendo.

Luiz Eije Muramatsu – Dizem que todo professor era nobre. Então valorizou a cultura, a escolaridade, ne.

Alessandro – E as pessoas, então, já vinham de lá com essa concepção.

Luiz Eije Muramatsu – Pra você ter uma idéia, eu também tive professores brasileiros aqui, professores que vinham de paletó e gravata. Professores, aqui no Brasil. Então a gente respeitava professor pra caramba. Não era que nem hoje, não. Minha filha é professora, meu genro é professor. Mas não é assim, não.

Alessandro – Eu sei. Eu sou também. Eu sei como é que é. Não é fácil.

Luiz Eije Muramatsu – É. Aqui, hoje quem manda mais é o filho, quer dizer o aluno.

Alessandro – É verdade. É complicado.

Luiz Eije Muramatsu – [Conta um caso ocorrido numa escola de Itaguaí] Dizem que um aluno veio sem uniforme. O uniforme, sapato, tudo é dado pela prefeitura. Disseram a ele: “Você não entra.” Dizem que ele foi parar lá no MEC e o professor que foi punido, aqui em Itaguaí. Agora, no meu tempo o professor era engravatado. Primário, hein. Antigo primário. E gravata. Respeito, ne. Tinha respeito. E batia no aluno também.

Alessandro – É mesmo?

Luiz Eije Muramatsu – Era permitido bater. Castigar fisicamente. Era permitido.

Alessandro – Agora, uma pergunta: O senhor me disse que teve um momento, uma situação em que, realmente, o senhor se sentiu agredido. Que foi aquela vez em que o senhor foi cercado e urinaram no senhor. Da parte do professor, o senhor via algum tipo de diferenciação?

Luiz Eije Muramatsu – Não, não.

Alessandro – Ele tratava todos os alunos...

Luiz Eije Muramatsu – Ele tinha muito cuidado. O professor nunca...

Alessandro – Tratava todos os alunos em pé de igualdade?

Luiz Eije Muramatsu – Era, em igualdade. Nunca senti nada disso, não. Acho que era ao contrário até, pois era mais disciplinado e tudo. Acho que era ao contrário. [Fica em silêncio por alguns segundos, como quem remete a um fato do passado]

Mas, falando no aluno do meu tempo, era diferente. Você sabe que o professor tinha direito a bater, a castigar. Eu, quando eu tinha cinco anos, mais ou menos, minha irmã já estava na escolinha do bairro lá, sítio, ne. Eu estou brincando e minha irmã, com o colega dela, me chamou: “Vamos para a escola?” E eu, bobão, disse: “Vamos.” E fui. Fui junto. Aí, era o professor... Deu uma surra num rapazinho ali na minha frente, rapaz. Eu fiquei com medo. Falei, na escola eu não vou mais. [riso] Porque ele tinha mexido numa menina antes. Cinto... Tirou [o professor] o cinto e deu uma surra no rapaz lá.

Alessandro – De cinto?

Luiz Eije Muramatsu – Eu pensei, se escola é assim, eu não vou mais. [risos]

Alessandro – O senhor achou que era a prática normal, não é? No dia-a-dia da escola. [risos]

Luiz Eije Muramatsu – Era normal. Era normal. [riso] Eu falei: “Assim não vou à escola” Eu tinha cinco anos. Levei um susto. [risos] É fogo, ne! [Fica em silêncio por alguns segundos] É, espero que sirva para uma tese para você.

Alessandro – Obrigado!

[FIM]

Teruyuki Matsunaga

Entrevista realizada em 24 de outubro de 2009, nas dependências do Itaguaí Bunka Clube, situado à Estrada de Piranema (RJ-099), nº 716 – Bairro Piranema – Itaguaí – RJ

Alessandro Paz Ferreira – Boa tarde! Qual é o nome do senhor?

“Paulo” Teruyuki Matsunaga – *Teruyuki Matsunaga*.

Alessandro – Então “Paulo” é apelido?

Teruyuki – Isto. Meu nome mesmo é *Teruyuki Matsunaga*.

Alessandro – E a partir de quando o senhor começou a ser chamado de “Paulo”?

Teruyuki – Eu acho que desde criança já. Tinha um rapaz lá que gostava de mim. Parece que queria me batizar e tal. Então ele era brasileiro e me colocou como “Paulo”.

Alessandro – E onde foi isso?

Teruyuki – Em São Paulo, no Lins. Então, em português, todo mundo: “Paulo. Paulo. Paulo.”

Alessandro – Aí pegou.

Teruyuki – Pegou. Até hoje.

Alessandro – E o senhor nasceu quando?

Teruyuki – Data? Sete de dez de mil novecentos e trinta e quatro. [07/10/1934]

Alessandro – O senhor nasceu no Brasil, não é?

Teruyuki – É. Nasci no Estado de São Paulo.

Alessandro – Em qual cidade?

Teruyuki – Cidade de Lins.

Alessandro – Seus pais chegaram ao Brasil em que ano?

Teruyuki – Agora não lembro mais.

Alessandro – Não lembra? Mas o senhor sabe aonde eles chegaram? Para qual cidade eles foram?

Teruyuki – Chegaram aqui em São Paulo.

Alessandro – Em Santos?

Teruyuki – É. Eles desembarcaram em Santos. Depois foram para o interior de São Paulo. Nem lembro mais. Esqueci o nome do lugar lá para onde papai se mudou primeiro. Nem lembro mais.

Alessandro – Mas eles resolveram vir para o Rio em que ano?

Não lembro mais.

Alessandro – Qual era o nome de seu pai e de sua mãe?

Teruyuki – Pai é *Guenji Matsunaga* e mãe é *Yuki Matsunaga*.

Alessandro – E aqui em Itaguaí o senhor está desde quando?

Teruyuki – Em Itaguaí? Eu saí de lá com 7 anos. Estou com 75. Cheguei com uns 7 anos. Dá quanto?

Alessandro – 41, não é? 1941?

Teruyuki – É.

Alessandro – Época da guerra?

Teruyuki – Isto.

Alessandro – E o senhor de São Paulo o senhor veio de Lins?

Teruyuki – Do Lins vim direto para Itaguaí.

Alessandro – Por quê? O senhor lembra por que sua família resolveu vir para Itaguaí na época?

Teruyuki – Não, queria... É que lá em São Paulo papai, acho, trabalhava como empregado, ne. Empregado, vamos dizer assim, trabalhava como meeiro. E aqui no rio ele começou a trabalhar por conta própria mesmo.

Alessandro – Ah, chegou e conseguiu uma propriedade?

Teruyuki – É. Alugou um terreno lá, ne. E começou a trabalhar por conta própria.

Alessandro – Qual região aqui de Itaguaí? Mazomba?

Teruyuki – Papai? Mazomba.

Alessandro – Ah, sim. Dizem que nessa época tinha muita malária, não é?

Teruyuki – É. Naquela época tinha muita malária. Inclusive eu e minha irmã sofremos muito com negócio de malária.

Alessandro – Quantos eram ao total em sua família? Seu pai, sua mãe, o senhor...

Teruyuki – Tenho três irmãos e duas irmãs. São cinco.

Alessandro – Cinco ao total. O senhor e sua irmã, uma das irmãs, chegaram a pegar malária.

Teruyuki – Uma das minhas irmãs pegou muito, sofreu bastante.

Alessandro – Lá em São Paulo o senhor já estudava?

Teruyuki – Não. Estudava só língua japonesa.

Alessandro – Em casa?

Teruyuki – É. E escondido ainda. [riso]

Alessandro – Ah, é? Por que escondido?

Teruyuki – Porque na época da guerra lá era proibido. Japonês. Aí tive que estudar meio escondido ainda.

Alessandro – E como era na rua? O senhor falava em público o japonês?

Teruyuki – Não, naquela época quase não saía porque a gente tinha medo. E nem saía muito. Só saía por necessidade mesmo. Do contrário, a gente nem saía.

Alessandro – Sua família teve algum relato assim de autoridades incomodando? Tipo a polícia dando batida em casa?

Teruyuki – Que eu lembre, não.

Alessandro – Mas, de qualquer forma, tinha uma preocupação de não dar motivo de serem... Aí o senhor veio para Itaguaí. O senhor, aqui, frequentou a escola nesse período, quando criança? Como era o convívio com os brasileiros na escola?

Teruyuki – Na escola eu estudava mais à noite. Porque durante o dia eu ajudava o velho, ne. Depois, à noite, eu vinha a Itaguaí de bicicleta. Isso depois de já grande.

Alessandro – Ah, não durante a guerra.

Teruyuki – Não, não. Depois da guerra já.

Alessandro – Então durante a guerra o senhor não frequentou escola aqui.

Teruyuki – Não, não. Não, não. Depois de grande comecei a enfrentar a escola. Naquela época eu já tinha muitos amigos já. Não era tanto, não. Mas logo no início, a gente nem podia sair pra cidade, porque era maltratado, sei lá.

Alessandro – Mas aqui em Itaguaí?

Teruyuki – Não. Aqui no Rio, ne. Quando ia por Itaguaí à Campo Grande. Aqui em Itaguaí era mais calmo.

Alessandro – Era mais calmo?

Teruyuki – Era. Sobre isso a gente não sofreu, não. Tinha um fazendeiro lá no Mazomba que era muito conhecido.

Alessandro – Qual era o nome dele?

Teruyuki – Sr. Nunes. Era um português. Ele ajudou muito a gente.

Alessandro – Como assim? O que ele fazia para ajudar a colônia?

Teruyuki – Ele tinha muito terreno lá. Ele deu muito pedaço de terreno pra gente plantar. Trabalhava à meia. Aí a gente trabalhava lá.

Alessandro – Aí produziam e era metade para ele e metade para o produtor? No caso, o seu pai?

Teruyuki – Isto. Ele fornecia tudo pra gente. Dava terreno, ne. Fornecia tudo e a gente trabalhava à meia.

Alessandro – E como era para transportar esses produtos? Porque à época tinha racionamento de combustível.

Teruyuki – Lá de Mazomba a Itaguaí, antigamente, existia carroça. Entendeu? Não existiam esses carros, não. Não existia nem estrada, era passagem mesmo de carroça. Era carroça, era carro de boi. Transportava até Itaguaí. De Itaguaí que pegava caminhão.

Alessandro – E de Itaguaí ia para onde?

Teruyuki – Naquela época não era CEASA, não. Acho que era para Madureira que o pessoal levava lá... Entendeu? Depois que apareceu a CEASA. Não, não, não, não...

Alessandro – O pessoal fala muito da Praça XV.

Teruyuki – Era Praça XV. Isso mesmo. Agora que lembrei. Transportava para a Praça XV. Depois que veio pra CEASA.

Alessandro – Isso. É ali era o que hoje chamamos de CEASA. Só que não funciona mais ali.

Teruyuki – De primeira era para a Praça XV mesmo.

Alessandro – E quando seu pai veio de lá o senhor lembra se ele veio em função de alguma cooperativa ou ele veio por conta própria? Ele quis tentar a sorte...

Teruyuki – Não. Acho que ele veio por intermédio de alguma cooperativa, sim.

Alessandro – É? Porque lá em Santa Cruz, a maioria que veio, nesse período assim do final da década de 30, foi em função da Cooperativa de Cotia. Que fez a experiência aqui para implantar a colonização.

Teruyuki – Acho que ele veio de Cotia, sim. Pela cooperativa. Aí, com um período, parece que ele saiu da cooperativa, ne.

Alessandro – Ficou independente?

Teruyuki – É.

Alessandro – Então o senhor me afirma que, durante o período em que se desenrolava a guerra lá fora, aqui vocês viveram bem? O convívio foi bom?

Teruyuki – Bem. Sobre essa parte foi bom.

Alessandro – E quanto à cultura japonesa? Vocês se sentiam à vontade para se manifestar culturalmente? Por exemplo, falar o idioma...

Teruyuki – Logo no início, papai nos forçava a estudar, ne. Eu estudava bastante. Aí, a gente viu que o Japão perdeu na guerra, ne... A esperança de papai era voltar para o Japão. Por isso ele botou a gente para estudar mais “nihongo”. Aí viu que perdeu mesmo, aí, depois, colocou a gente para estudar português. Mas quando comecei o português já era tarde.

Alessandro – Entendi. Ele acreditava que vocês iam retornar para o Japão, então tinham que aprender a falar japonês. Afinal, iam viver lá.

Teruyuki – Isto.

Alessandro – Mas aí ele viu que Japão perder, ele se conformou e preferiu se fixar aqui, permanentemente.

Teruyuki – Exato.

Alessandro – Mas seus irmãos também?

Teruyuki – A mesma coisa. Agora, meu irmão mais novo já estudou bem.

Alessandro – Mas aí já foi depois da guerra, não é? Já era nessa fase em que ele pretendia ficar aqui em definitivo.

Teruyuki – Uhum.

Alessandro – Com relação à própria guerra, seu pai tinha alguma opinião formada? Ele era a favor do Japão ou dos Aliados?

Teruyuki – Ele era a favor do Japão.

Alessandro – É? Ele ainda era mais japonês do que brasileiro, não é?

Teruyuki – Era mais japonês. Era fanático mesmo por japonês.

Alessandro – Ele falava alguma coisa em casa com relação em relação a isso?

Teruyuki – Não. Ele falava muito com os irmãos. Tinha uns irmãos que era contra, ne. Então eles viviam discutindo.

Alessandro – Então na própria família havia opiniões diferentes. Os famosos *vitoristas* e *derrotistas*.

Teruyuki – Tinha. Tinha. Quer dizer, depois que souberam que o Japão tinha perdido, ainda eles não estavam nem acreditando. Enquanto não teve a prova mesmo papai não estava acreditando.

Alessandro – É mesmo? E o senhor já ouviu falar sobre a *Shindô Renmei* ?

Teruyuki – *Shindô Renmei* ? Ouvi falar.

Alessandro – Foi mais lá em São Paulo, não?

Teruyuki – É. Aqui no Rio não...

Alessandro – Não ouviu falar?

Teruyuki – Não, não. Mais foi em São Paulo que ouvi falar.

Alessandro – E aqui em Itaguaí, embora as pessoas tivessem...

Teruyuki – Tinha pessoa a favor, tinha contra, mas não era como lá.

Alessandro – Não tinha conflito?

Teruyuki – Não, não. Não, não. Esse negócio de conflito, não.

Alessandro – Só tinham opiniões divergentes. Não tinham a mesma opinião, mas não chegaram a se agredir.

Teruyuki – Não, não. Não, não.

Alessandro – E hoje o senhor ainda mora aqui em Itaguaí?

Teruyuki – Moro no Mazomba ainda. No mesmo lugar.

Alessandro – No mesmo lugar?

Teruyuki – Mesmo local, ne. Na mesma área.

Alessandro – E seus irmãos ainda estão vivos?

Teruyuki – Tem um irmão que já é morto. O resto está tudo vivo ainda.

Alessandro – E o senhor é o quê? É o do meio?

Teruyuki – Eu sou o segundo. O mais velho já morreu, aos 17 anos.

Alessandro – E de quê? O senhor se incomoda em comentar?

Teruyuki – Ele... Houve um tipo assim de desastre. Não sei se ele se suicidou. Entendeu? Quando nós vimos ele já estava morto no quarto.

Alessandro – E o senhor sabe em que ano?

Teruyuki – Nem lembro mais. Quando cheguei aqui no Rio eu ia estudar. Tinha parente, ne. Mas depois que meu irmão morreu, tive que ficar ajudando papai.

Alessandro – Ah, entendi. O senhor se tornou o primogênito, o mais velho.

Teruyuki – É. Entendeu? Aí, praticamente não tive educação suficiente.

Alessandro – Só pode frequentar a escola mais tarde. Entendi. É compreensível. O senhor lembra os nomes dos seus irmãos?

Teruyuki – O que morreu?

Alessandro – Todos eles.

Teruyuki – Tem um irmão que é *Mário Matsunaga*, que mora em Volta Redonda.

Alessandro – Mas é Mário mesmo ou as pessoas que chamam de Mário?

Teruyuki – *Masayuki*. Mas ele é registrado como Mário mesmo. O outro é *Monayuki Matsunaga*, que é o mais velho, que morreu.

Alessandro – Esse *Yuki* é de neve?

Teruyuki – Não sei.

Alessandro – Pode escrever aqui.

Teruyuki – Em japonês não sei escrever, não. E tem o outro nome que é José *Yoshioki Matsunaga*. Já faz mais ou menos vinte anos que ele está no Japão. Ele se aposentou aqui. Ele serviu o Exército. Ele se aposentou, porque se acidentou no Exército.

Alessandro – Exército Brasileiro, não é?

Teruyuki – É. Aí ele reformou, depois cismou e fio para o Japão. Está até hoje. Tem outro irmão que está no Japão também. Minhas irmãs, uma está no Paraná, a outra, em São Paulo.

Alessandro – E vocês aqui, em Itaguaí, trabalhavam com o quê na plantação?

Teruyuki – Com a lavoura. Lá no início era tomate. Lavoura branca: quiabo, pimentão, jiló. Entendeu? Antigamente tinha muito mamão também. Agora recentemente, ultimamente, agora, era goiaba. Aí, depois, teve plantação de côco também.

Alessandro – Hoje o senhor ainda tem plantação?

Teruyuki – Hoje, não. Hoje a maior parte do terreno é de pasto e côco. Tivemos a granja também de galinha.

Alessandro – E das famílias que o senhor encontrou aqui quando vieram para Itaguaí, em 41, o senhor se lembra de algumas delas?

Teruyuki – Não. Viemos quase todo mundo junto. O pessoal do *Okasaki, Fukamachi...* *Okasaki* eu falei. *Tanaka*. Vieram uns grupinhos.

Alessandro – Vocês vieram todos de Lins?

Teruyuki – É. Viemos de São Paulo e viemos tudo aqui para Itaguaí. Em Itaguaí, cada um foi...

Alessandro – Se instalando num lugar diferente?

Teruyuki – É. A gente foi para Palmira; outros ficaram por Coroa...

Alessandro – Coroa Grande?

Teruyuki – Isto. Outros ficaram por Itaguaí mesmo. Mas foi indo. Mas era tudo o mesmo local, ne.

Alessandro – Era tudo Município de Itaguaí, não era?

Teruyuki – Isto.

Alessandro – *Kawaguchi* também era conhecida, não?

Teruyuki – *Kawaguchi* também era. Acho que vieram junto também. *Kawaguchi*, parece que logo foi para negócio de comércio.

Alessandro – Ah, é? Saiu logo da agricultura?

Teruyuki – É. Foi logo para o comércio.

Alessandro – Ok. Muito obrigado!

Teruyuki – De nada.

[FIM]

Titose Makimoto

Entrevista realizada em 21 de outubro de 2009, nas dependências do Itaguaí Bunka Clube, situado à Estrada de Piranema (RJ-099), nº 716 – Bairro Piranema – Itaguaí – RJ

Alessandro Paz Ferreira – Qual o seu nome completo?

[*Onamae wa nan desu ka?*]

Titose Makimoto – É Titose. Titose Makimoto.

[*Titose desu. Titose Makimoto.*]

Alessandro – Titose Makimoto. Qual é a sua data de nascimento?

[*Senengappi wa?*]

Titose – 20 de novembro de 1923. [*Juuichigatsu hatsuka senkyuuhyakunijuusan nen.*]

A senhora nasceu no Brasil?

Titose – Nasci no Brasil.

Em que cidade?

Titose – Lins.

Lins, em São Paulo?

Titose – São Paulo.

E a senhora veio para o Rio de Janeiro em que ano?

Titose – Isso que eu não lembro. Filho já está com 63 anos. Acho que já faz 62 anos.

A senhora, durante a guerra, estava em São Paulo?

Titose – Estava em São Paulo.

Quando sua família chegou aqui ela foi diretamente para Lins?

Titose – Isso que eu não sei, ne. Já faz 98, 99 anos já. Todos os dois faleceram. Mas eles vieram e ficaram na Fazenda Mogiana. Papai estava falando. [riso] Só conversa que eu escutava, ne.

Na Mogiana, naquela linha férrea.

Titose – Cafezal. Cafezal. Fazenda Mogiana, ne.

Eles chegaram, então, logo depois do *Kasato Maru*?

Titose – É. É. Pouco depois. Acho que 2 ou 3 anos depois.

Entendi. E eles trabalhavam lá com café. E em Lins, também?

Titose – Em Lins, também café. Eles plantaram e estavam colhendo. Eu também trabalhei muito nesse cafezal.

Desde criança?

Titose – Desde criança. Só cafezal.

Só café. A senhora estudava? Frequentava escola?

Titose – Estudei. Estudei. Até a 4ª série eu estudei em Lins, mas na cidade de interior de Guaimbê. Tinha um grupo também. Estudei no grupo de Guaimbê. [Guaimbê era um distrito de Lins]

Alessandro – E a escola era japonesa? Ou era misturada?

Titose – Aluno?

Alessandro – Isso.

Titose – Aluno brasileiro tinha pouco. Mais japonês.

Alessandro – Mas a escola era brasileira?

Titose – A escola era brasileira. Professora também, brasileira.

Alessandro – A colônia que devia ser grande e por isso tinha mais japonês do que brasileiro.

Titose – Mais japonês.

Alessandro – E a senhora falava, em casa, português?

Titose – Japonês. Japonês só.

Alessandro – E na escola, como foi?

Titose – Então, no tempo da guerra, na escola tinha que falar português. Na aula, ne. Tinha que falar em português. Mas quando saía na hora do recreio, assim, não conversava nada, só comia. Quando falava japonês, professora ficava brava. Japonês, não deixava falar. Ah, mas o professor nem conversa... [riso] Porque tudo em casa, só japonês, ne. Por isso, na aula tinha que estudar. Mas não conversava, não tinha costume de conversar em português. Aí os alunos: “Ah, não dá pra conversar em japonês. Tem que ficar quieto” [riso]

Alessandro – Pra evitar falar japonês sem querer?

Titose – Uhum, sem querer.

Alessandro – Professora chamava à atenção.

Titose – Sim, professora chamava à atenção mesmo.

Alessandro – E os alunos brasileiros tinham algum tipo de...

Titose – Tinha algum brasileiro. A cada aula tinha uns 2 ou 3 alunos.

Alessandro – Mas eles implicavam com vocês?

Titose – Não.

Alessandro – Eram poucos, não é?

Titose – Então, poucos, ne. Tinha aluno que morava perto, então tinha que voltar junto, ne.

Alessandro – Então acabavam sendo colegas mesmo. Amigos fora da escola também.

Titose – Então.

Alessandro – E a senhora teve alguma experiência de alguém implicando com a senhora por ser japonesa nessa época. Algum colega tratou a senhora mal? Sentiu preconceito?

Titose – Não, não. Não, não. Não senti nada disso. Mas tinha aula de japonês também, ne. Aí, tempo de guerra, todo livro de matemática tinha que recolher, tudo. Matemática e Geografia. Geografia, não. [Ela se corrige] História. Livro de História dos japoneses. Eu também estudava japonês, ne. Aí também tinha Matemática, tinha História, tinha Geografia, tinha tudo, ne. Mas Matemática e História tinha que recolher tudo. Tinha lugar onde guarda vinha recolher e queimava tudo. A gente escondia em cima do telhado.

Alessandro – Ah, é?

Titose – Livro de Matemática.

Alessandro – Livro escrito em japonês?

Titose – Japonês e Matemática, ne.

Alessandro – E as cartas? As cartas que trocavam com as famílias? Cartas escritas em japonês, vocês escondiam?

Titose – Acho que não. Com amigos, assim, eu escrevia em português também, ne. Meus pais eu não sei se mandavam carta para o Japão. Isso eu não entendo, ne.

Alessandro – Não lembra, não é mesmo? Mas e o seu pai? Ou melhor, os seus pais tinham alguma opinião com relação à guerra?

Titose – Não, não. Não, não.

Alessandro – Não torciam pelo Japão?

Titose – Não. Meus pais não tinham, não. [riso] Mas marido tinha. [riso] Marido, quando eu casei, com um ano e pouco de casados, ele entrou na cadeia e ficou uns três meses na cadeia.

Alessandro – É mesmo? E por quê?

Titose – Não sei se porque torcia pelo Japão e não sei mais o que...

Alessandro – A senhora se lembra em que ano foi isso?

Titose – Meu filho nasceu 63 anos atrás. Mil novecentos e...

Alessandro – 1946?

Titose – 1945, acho. 1945/1946. No aniversário do meu filho, ele [marido] estava na cadeia.

Alessandro – É mesmo?

Titose – Sim, estava na cadeia. Muita gente estava na cadeia. Nós morávamos em cidade pequena Guaimbê, mas tinha outro lugar. Tinha Getulina, tinha outra cidade pequena também. Entrava na cadeia de Getulina. Nós morávamos no... Cidade pequena onde morei era Guaimbê, mas eu casei no interior do cafezal, ne. Estava tratando de café, assim. Morava no sítio mesmo, não morava na cidade, não. Depois que eu casei, na minha casa, com marido,

eles tratavam bicho de seda. Dois anos, assim, depois, eu vim para cá, para o Rio de Janeiro. Só tratava bicho de seda.

Alessandro – Aqui em Seropédica tinha muito, não é, também?

Titose – Isso eu não sei, não. Nessa época parece que não tinha, não. [Volta ao assunto da prisão do marido] Ah, estava na cadeia. [riso]

Alessandro – Ele foi para a cadeia, porque não acreditava que o Japão tinha perdido a guerra. [riso] É isso?

Titose – Então, então. Então. [Ratifica] Por causa disso japonês... [riso]

Alessandro – É. Porque dessa época fala-se muito da *Shindô Renmei*, não é?

Titose – Então, então. Por causa disso, ne. Por ter ido pra cadeia, marido queria vir aqui para o Rio de Janeiro. Por isso não ficamos mais lá.

Alessandro – Entendi. Qual era o nome do seu marido?

Titose – *Hitoshi Makimoto. Hitoshi. Hitoshi.*

Alessandro – *Hitoshi Makimoto.*

Titose – É japonês, ne. Nasceu no Japão.

Alessandro – Nasceu no Japão.

Titose – Diz que veio com 14 anos para o Brasil.

Alessandro – Entendi. E a senhora acha que a vida aqui no Rio era mais fácil do que lá em São Paulo?

Titose – Ahh! Porque, para mim, de qualquer jeito tenho que trabalhar. Mas eu não gosto muito de cafezal, gosto mais de plantar. Venho aqui, planto tomate, pimentão, ne. Gostei mais daqui.

Alessandro – Trabalho um pouquinho mais leve, não é? Café é meio pesado, não é.

Titose – Mais leve. Café, desde que nasci, só no cafezal, ne. [risos]

Alessandro – Cresceu no cafezal, não é? [risos]

Titose – Dentro do café mesmo.

Alessandro – Tá certo. Então, muito obrigado, dona Makimoto.

Titose – Não sei falar direito, não é? [riso]

Alessandro – Não, falou tudo direitinho. Respondeu certinho tudo que foi perguntado. [riso]

Encerrando entrevista.

[FIM]